



Plural

Publicação da Associação
dos Professores da
Universidade Federal de
Santa Catarina, Seção
Sindical do Andes-
Sindicato Nacional

Nº 15 - Ano 12 - Outubro de 2006

Diretoria - GESTÃO 2004/2006

Presidente Carlos Henrique Lemos Soares

Vice-Presidente Hamilton Carvalho de Abreu

Secretária Geral Bartira Cabral Grandi

1ª Secretário José Arno Scheidt

2ª Secretária Anamaria Beck

Tesoureira-Geral Magaly Mendonça

1º Tesoureiro Maria Helena Almança

2º Tesoureiro Alberto Elvino Franke

DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Diretora Sandra Mendonça

Vice-Diretora Maria da Graça Bollmann

PROMOÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS

Diretor Carlos Alberto Franca Dantas

Vice-Diretora Tanira Margarete Piacentini

PROMOÇÕES SOCIAIS

Diretora

POLÍTICA SINDICAL

Diretor Clarilton Ribas

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Diretor Carlos Becker Westphall

ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

Diretora

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS Paulo Pinheiro Machado, Ivo

Sostisso, Hondrio Domingos Benedet

SUPLENTE Raul Burgos, Nádia Maria Luna,

Rozangela-Curi Pedrosa

Apresentação

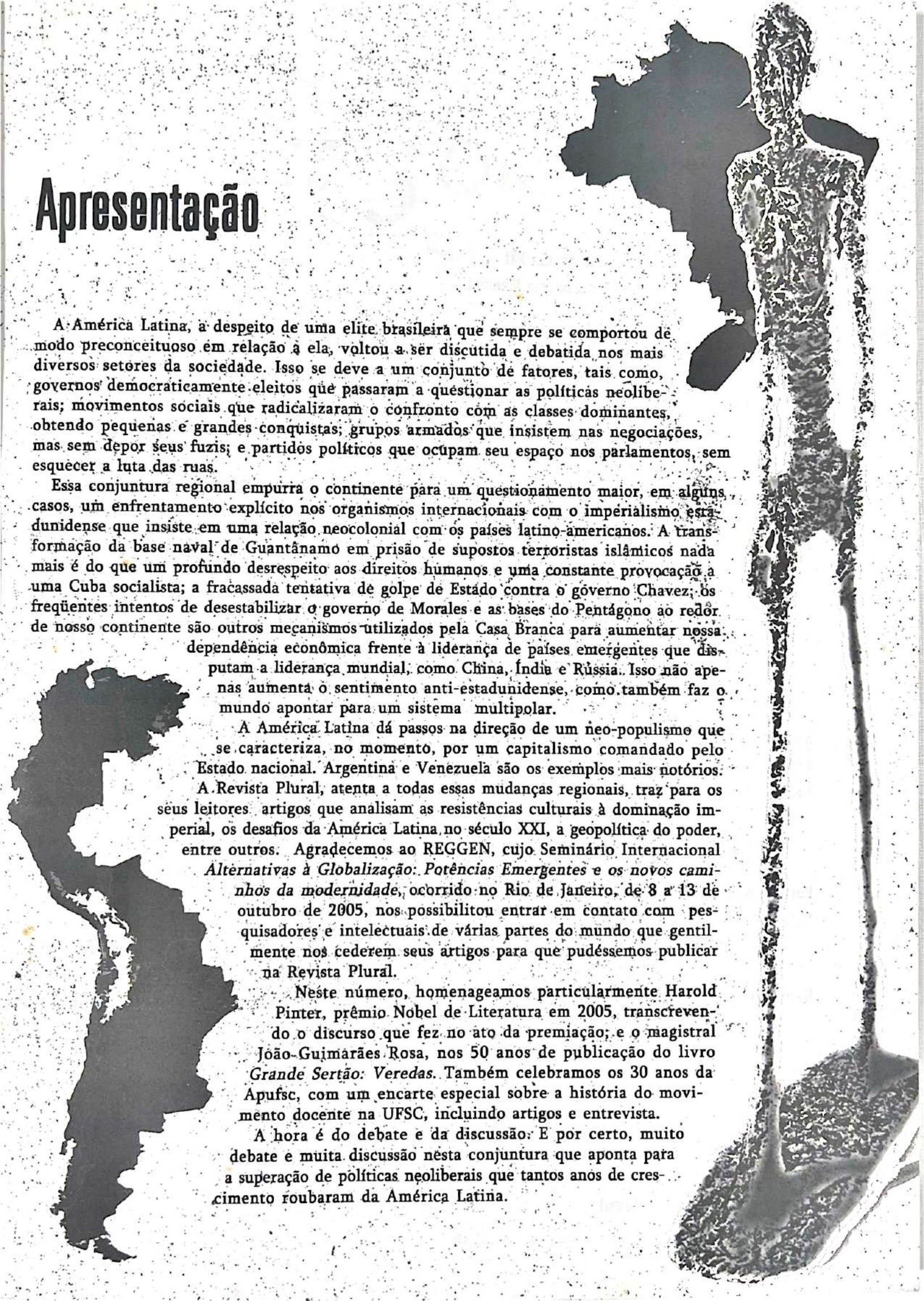
A América Latina, a despeito de uma elite brasileira que sempre se comportou de modo preconceituoso em relação a ela, voltou a ser discutida e debatida nos mais diversos setores da sociedade. Isso se deve a um conjunto de fatores, tais como, governos democraticamente eleitos que passaram a questionar as políticas neoliberais; movimentos sociais que radicalizaram o confronto com as classes dominantes, obtendo pequenas e grandes conquistas; grupos armados que insistem nas negociações, mas sem depor seus fuzis; e partidos políticos que ocupam seu espaço nos parlamentos, sem esquecer a luta das ruas.

Essa conjuntura regional empurra o continente para um questionamento maior, em alguns casos, um enfrentamento explícito nos organismos internacionais com o imperialismo estadunidense que insiste em uma relação neocolonial com os países latino-americanos. A transformação da base naval de Guantânamo em prisão de supostos terroristas islâmicos nada mais é do que um profundo desrespeito aos direitos humanos e uma constante provocação a uma Cuba socialista; a fracassada tentativa de golpe de Estado contra o governo Chavez; os frequentes intentos de desestabilizar o governo de Morales e as bases do Pentágono ao redor de nosso continente são outros mecanismos utilizados pela Casa Branca para aumentar nossa dependência econômica frente à liderança de países emergentes que disputam a liderança mundial, como China, Índia e Rússia. Isso não apenas aumenta o sentimento anti-estadunidense, como também faz o mundo apontar para um sistema multipolar.

A América Latina dá passos na direção de um neo-populismo que se caracteriza, no momento, por um capitalismo comandado pelo Estado nacional. Argentina e Venezuela são os exemplos mais notórios. A Revista Plural, atenta a todas essas mudanças regionais, traz para os seus leitores artigos que analisam as resistências culturais à dominação imperial, os desafios da América Latina no século XXI, a geopolítica do poder, entre outros. Agradecemos ao REGGEN, cujo Seminário Internacional *Alternativas à Globalização: Potências Emergentes e os novos caminhos da modernidade*, ocorrido no Rio de Janeiro, de 8 a 13 de outubro de 2005, nos possibilitou entrar em contato com pesquisadores e intelectuais de várias partes do mundo que gentilmente nos cederam seus artigos para que pudéssemos publicar na Revista Plural.

Neste número, homenageamos particularmente Harold Pinter, prêmio Nobel de Literatura em 2005, transcrevendo o discurso que fez no ato da premiação; e o magistral João-Guimarães Rosa, nos 50 anos de publicação do livro *Grande Sertão: Veredas*. Também celebramos os 30 anos da Apufsc, com um encarte especial sobre a história do movimento docente na UFSC, incluindo artigos e entrevista.

A hora é do debate e da discussão. E por certo, muito debate e muita discussão nesta conjuntura que aponta para a superação de políticas neoliberais que tantos anos de crescimento roubaram da América Latina.



Índice

<input type="checkbox"/> A América Latina na geopolítica do poder Ana Esther Ceceña	6
<input type="checkbox"/> Os desafios da América Latina no século XXI - A Conjuntura Contemporânea e o Sistema Mundial Carlos Eduardo Martins	16
<input type="checkbox"/> A América Latina e seus grandes dilemas Entrevista de Adrián Sotelo Valencia a Waldir Rampinelli	26
<input type="checkbox"/> Resistências culturais à dominação imperial - A alternativa socialista Michael Löwy	30
<input type="checkbox"/> Os recursos da globalização: o mundo do trabalho em tensão Adrián Sotelo	36
<input type="checkbox"/> Recuperadores de trabalho - Resistências aos processos de exclusão-extinção social Alberto L. Bialakowsky, Oracio Campos, José Manuel Grima, Ernestina Rosendo, Maria Ignacia Costa, Nora M. Haimovici	48
<input type="checkbox"/> Por que a democracia está ameaçada na universidade ? Marli Auras	60
<input type="checkbox"/> Harold Pinter, Nobel de Literatura, condena a guerra de Bush Íntegra do discurso proferido na cerimônia de premiação	68
<input type="checkbox"/> Um chamado João Carlos Drummond de Andrade	76
<input type="checkbox"/> Grande sertão: veredas: Brasil João Hernesto Weber	77

Apufsc 30 anos

30
anos
Apufsc

Site da greve traz todas as informações sobre o movimento
Local terá agenda atualizada, fotos, mural e nacional, notícias

Nova sede

URP para ANS!

UFSC decidiu: adere à greve nacional dos professores

QUEREM MATAR A UNIVERSIDADE

NÃO PERMITIREMOS!

PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA
CONTRA O ARROCHO SALARIAL

APUFSC Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

com todas a

URP

Apresentação_84

75, a fundação_85

A 1ª eleição direta_86

80, a 1ª greve das Federais Autárquicas_87

Criação da Andes_88

Diretorias da Apufsc_89

Quadro de greves_92

**Professores e professoras
plantam uma outra universidade**
Maristela Fantin

Idealismo x BMWs
Elói Mello Filho

Entrevista com Osvaldo Maciel
Cesar Augusto Félix

96

100

106

EXPEDIENTE

Editores (as): Tanira Piacentini e Waldir Rampinelli

Conselho Editorial deste número: Ary Minella, Armando de Mello Lisboa, Bernadete Wrublewski Aued, Carlos Henrique Lemos Soares, Doroti Martins, Eneida Oto Shiroma, Fernando Ponte de Souza, Nildo Domingos Ouriques, Selvino José Assmann, Silvio Paulo Bottomé.

Edição: Ney Carvalho Pacheco e Tadeu Meyer Martins

Jornalista Responsável: Ney Carvalho Pacheco - SC-735 JP

Projeto gráfico, editoração eletrônica, pesquisa de imagens e capa:

Tadeu Meyer Martins

Colaboraram com esta edição:

Revisão de Texto: Renato Tapado

Digitação: Alessandra Gramkow

Impressão: Gráfica Agnus

Tiragem: 3.500 exemplares

As fotos não creditadas foram capturadas na internet e não tinham referência de autor na fonte.

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte. Contribuição para publicação na próxima edição: veja instruções na página 82.

Plural nº 15 ano 12 é uma publicação sindical editada pela Apufsc - Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical do Andes - SN

Blocos Modulados - Campus Universitário - Caixa Postal 5911
88040-900 Florianópolis - SC
Fone (48) 234 5216 - Fax/Tel (48) 234 2844
diretoria@apufsc.ufsc.br - www.apufsc.ufsc.br

A América Latina na geopolítica do poder

[...] as forças presentes na história não obedecem nem a um destino nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.

Michel Foucault



Ana Esther Cecaña

A constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em todo o continente, ou o avanço parcial de iniciativas sub-regionais do mesmo tipo, implica modificações substanciais não só na livre circulação de mercadorias produzidas em condições radicalmente diferentes, mas, sobretudo, na normatividade geral da zona e, com isso, nos âmbitos de ação dos sujeitos, no caráter e na margem de manobra das instâncias, e nas atribuições políticas dos povos e das nações signatárias.

A Alca, tanto como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e o Tratado de Livre Comércio entre Canadá e Chile (CAPUTO, [19-]) antes, contém uma cláusula que sustenta a predominância da normatividade do próprio tratado sobre as legislações dos países signatários, questão que cancela qualquer tentativa de regulação, desenho de políticas ou reivindicação de autodeterminação dos povos para decidir suas formas de organização, e uso de seus territórios e recursos. Essa cláusula¹ constitui o eixo fundamental desses tratados e o maior perigo para a democracia e a liberdade dos povos da América Latina. Muito mais do que a abertura de fronteiras para o trânsito de mercadorias, esses tratados concedem simultaneamente direitos aos investimentos de capital e obrigações aos Estados (ESTAY, 2002), ao mesmo tempo em que os submetem a legislações supranacionais (entre as quais podem se contemplar acordos militares) que lhes rompem atribuições essenciais e desconhecem os compromissos sociais e políticos internos. O âmbito de exercício da democracia é assim restrito à sua mínima expressão, e os princípios de autodeterminação dos povos latino-americanos, assentados na maioria das Constituições nacionais², são submetidos a um esvaziamento quase total.

Em grande medida, é a ilegitimidade de um sistema que é cada vez mais incapaz de apresentar uma proposta para a sociedade em seu conjunto, o que induz a ir trivializando e multiplicando as instâncias de mediação política, de maneira que os espaços reais de tomada de decisões se mantenham fora do alcance dos grupos sociais que tenderiam a limitar a atuação unilateral e impune do bloco hegemônico.

O reconhecimento de instâncias ordenadoras e sancionadoras que transcendem os âmbitos habituais de relação política é um freio à ação de sujeitos que, mesmo quando tenham alcançado níveis de organização nacionais, aparecem, neste âmbito ampliado, como menores e particulares. Assim, a regulação supranacional proposta pela ALCA é um mecanismo de impossibilidade ou dissuasão dirigido muito mais aos seto-

res populares que aos Estados, já que estes, historicamente e por interesses de classe, sempre foram complacentes e coadjuvantes com as políticas ditadas pelos centros de poder mundial.

O reposicionamento dos Estados Unidos como sujeito hegemônico³ o obrigou a um esforço geral de reordenamento jurídico, político, econômico, militar e territorial, dentro do qual se inscrevem o TLCAN, o Plano Colômbia, o Plano Puebla Panamá, e hoje, é lógico, a ALCA.

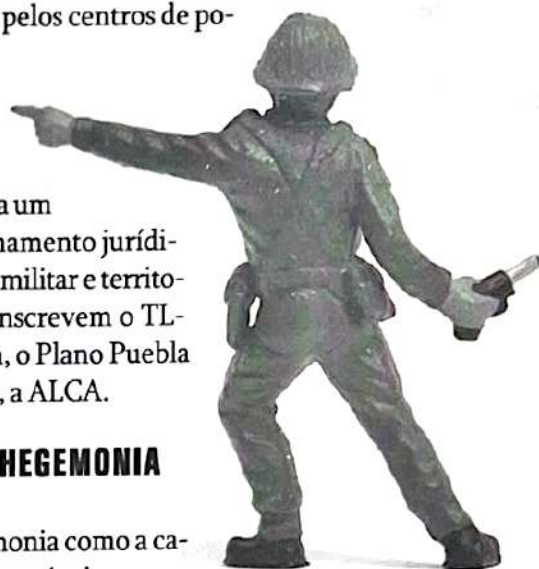
AS DIMENSÕES DA HEGEMONIA

Entendemos a hegemonia como a capacidade de converter a própria concepção do mundo em verdade universal, seja porque as condições materiais que a geram e a ação do sujeito coletivo que a sustenta conseguem construir amplos consensos, seja porque todos os mecanismos de correção social e estabelecimento de normativas afins a essa concepção do mundo se impõem como essência moral e valores compartilhados mediante o recurso à violência em todas as suas formas, justificando assim a sanção à dissidência em qualquer dos campos da vida social. A hegemonia é, então, expressão de uma relação social que, como tal, é permanentemente construída e requer o uso de todos os mecanismos de articulação social e de criação de imaginários coletivos para reafirmar-se.

De acordo com Gramsci, a concepção do mundo e, conseqüentemente, "[...] a hegemonia, nasce da fábrica e para ser exercida só tem necessidade de uma mínima quantidade de intermediários profissionais da política e da ideologia" (GRAMSCI, 1973, p. 237). São as formas e relações humanas que garantem a reprodução material e que constituem a essência da inteligibilidade do mundo, nas quais a tecnologia e as forças produtivas objetivas aparecem ocupando o lugar central no entendimento do processo.

Efetivamente, a maneira capitalista de apropriar-se dos saberes coletivos, de dominar a natureza, de acumular riquezas e de enfrentar os trabalhadores através de sua objetivação numa série de instrumentos e máquinas que se apresentam, no imaginário capitalista universalizado, como as únicas e verdadeiras forças do progresso e da competição. Não obstante essa percepção naturalizada dos instrumentos e das formas capitalistas de produção, a tecnologia é o núcleo de definição ou síntese do grau de apropriação-desposseção alcançado, ou seja, é a medida da concentração de riquezas, conhecimentos e capacidades que fazem das relações sociais relações de poder.

A hegemonização dessas relações, a faculdade do *hegemon* de gerar o reconhecimento



Os princípios de autodeterminação dos povos latino-americanos foram esvaziados



universal de uma ordem social na qual os instrumentos de domínio são naturalizados, requer a construção simultânea em vários planos:

1) militar, criando as condições reais e imaginárias de invencibilidade;

2) econômico, constituindo-se em paradigma de referência e em sancionador em última instância;

3) político, colocando-se como realizador e árbitro das decisões mundiais;

4) cultural, fazendo da própria concepção do mundo e seus valores a perspectiva civilizatória reconhecida universalmente.

A REAFIRMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COMO HEGEMON

A reestruturação das bases tecnológicas de organização geral do sistema ocorrida desde os anos 1970-80 é o marco de um processo de redefinição total das relações de dominação tanto no terreno da competição intercapitalista como no das relações de classe.

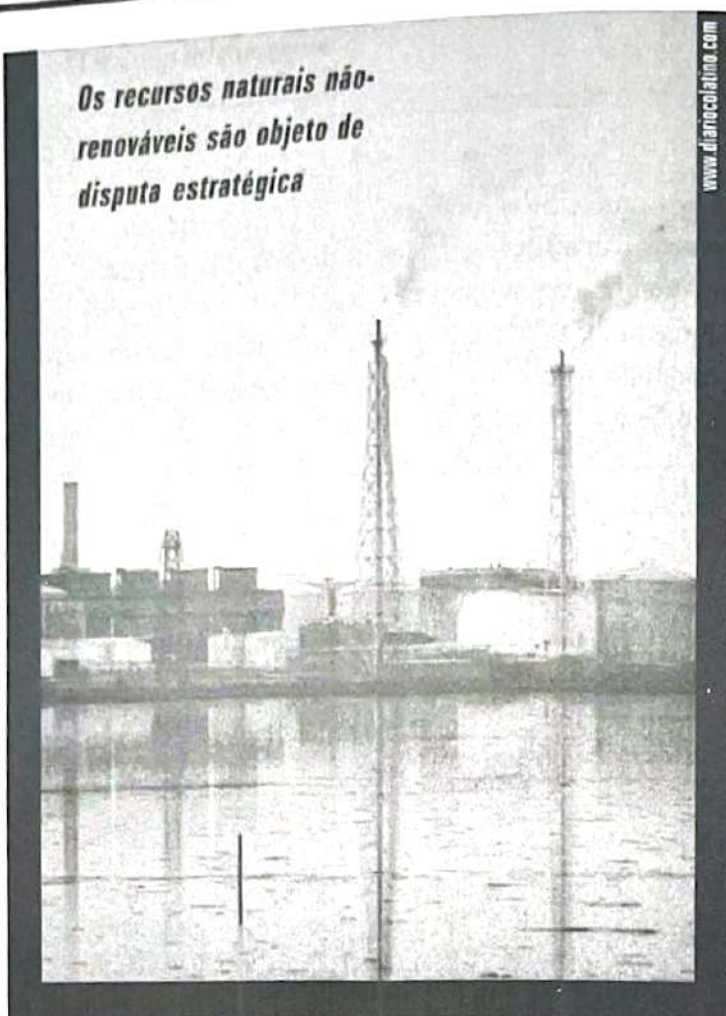
Os Estados Unidos, líderes indiscutíveis depois da Segunda Guerra Mundial, viram decair relativamente sua liderança a partir dos anos 1970 com a crise do fordismo, por um lado, com a geração de novas tecnologias que apelavam a uma profunda reconversão industrial, a uma reorganização dos processos de trabalho e a uma busca de novos campos de valorização, por outro.

Ao longo de trinta anos, o Estado e as empresas norte-americanas que constituem o sujeito hegemônico hoje reafirmado, no meio de uma dura competição, **empreenderam uma série de medidas que os colocaram novamente na posição de liderança**, entre as quais as mais significativas são as apresentadas a seguir.

1) Internacionalização dos processos produtivos

O barateamento de custos de uma indústria muito pesada em virtude de suas dimensões de grande escala foi resolvido através do desmembramento geográfico dos processos de produção, que possibilitou o uso de contingentes operários de diferentes partes do mundo, com histórias e níveis salariais diversos. As empresas norte-americanas, as com mais urgência nesse momento por recuperar competitividade e as mais capitalizadas para fazer frente ao desafio, foram as primeiras a experimentar a defasagem internacional de seus processos de produção, aproveitando a enorme fronteira com o México, onde os salários são dez vezes menores, e as condições socioeconômicas e de traba-

Os recursos naturais não-renováveis são objeto de disputa estratégica



www.dianacolano.com

lho são próprias do capitalismo selvagem: contratos de 28 dias, sem obrigações sociais de nenhum tipo, com autorização para despedir o operário sem indenização nem aviso prévio, proibição de formar sindicatos, uso de substâncias tóxicas sem regulamentação, etc.

A simples travessia da fronteira permitiu às empresas dos Estados Unidos uma economia que crescia na medida em que ia aumentando o número de fábricas e de trabalhadores. Em 1980, a economia chegou a 1,180 milhões de dólares, e em 1997 alcançava os 17,247 milhões (CECEN, 2000, p. 147). A isto, há que acrescentar que, uma vez que este mecanismo de redução de custos salariais demonstrou sua efetividade, as localizações geográficas das novas fábricas *offshore* ou *maquilasse* multiplicaram, incluindo vários países asiáticos, caribenhos e latino-americanos.

2) Pesquisa científica com visão estratégica

As empresas japonesas, principalmente, se converteram em uma série ameaça a partir de sua versatilidade para desenvolver aplicações diversas sobre a base de um mesmo conhecimento científico. O Estado norte-americano, em colaboração com as maiores empresas transnacionais desse país, empreendem uma política de fomento à criação de ciência básica que os atraiu no campo da inovação de produtos, mas que lhes permite fortalecer sua posição nas atividades estratégicas para a reprodução geral e nos núcleos estratégicos das atividades de vanguarda tecnológica.

Um acompanhamento cuidadoso das últimas três décadas do século XX indica uma sequência de momentos nos quais as empresas norte-americanas perderam posição em pontos tecnológicos críticos, depois conseguiram estabelecer uma posição de equilíbrio compartilhado, e finalmente recuperaram suas posições de vanguarda⁴.

3) Desenvolvimento de tecnologia de ponta em todos os campos de controle global

Os Estados Unidos contam com o maior exército do mundo, e grande parte das pesquisas em ciência e tecnologia auspiciadas pelo Estado se vinculam aos campos de interesse militar. A visão estratégica do Estado, relacionada com a garantia, a promoção e a defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos, provém muito claramente do setor militar, em total coincidência com os inte-

resses de competição da grande burguesia. Os eixos dessa estratégia geral se expressam sinteticamente em cinco ramos fundamentais:

- 1) proteger a soberania, o território e a população dos Estados Unidos;
- 2) prevenir a emergência de *hegemons* ou coalizões regionais hostis;
- 3) assegurar o acesso incondicional aos mercados decisivos, aos suprimentos de energia e aos recursos estratégicos;
- 4) dissuadir e, se necessário, derrotar qualquer agressão contra os Estados Unidos ou seus aliados;
- 5) garantir a liberdade dos mares, vias de tráfego aéreo e espacial, e a segurança das linhas vitais de comunicação. (COHEN, 1990)

Cumprir com a defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos assim definidos requer, da perspectiva dos estrategistas norte-americanos, manter um amplo esforço em pesquisa e desenvolvimento, vincular-se a indústrias especializadas em novas tecnologias e desenvolver programas que possibilitem a adoção das tecnologias comerciais às necessidades militares.

A tecnologia ocupa claramente um lugar essencial na construção de superioridades ou vantagens em todos os campos de relevância. No setor militar, evidentemente é o elemento que define⁵ a capacidade de controle global e as vantagens diante de sistemas inimigos ou inclusive de aliados, exceto porque a margem de incerteza na ação subjetiva é ainda ampla⁶ e só permite trabalhar com cenários de previsão.

O Departamento de Defesa (DoD) dos Estados Unidos é o líder no uso global de tecnologia de informação, acima das maiores corporações empresariais e, é lógico, das possibilidades dos outros Estados⁷. Não obstante, como evidentemente a defesa dos interesses nacionais dos Estados Unidos é compartilhada por todas as partes que conformam o sujeito hegemônico, os descobrimentos científicos e os desenvolvimentos tecnológicos conquistados nos laboratórios do DoD⁸, tanto como nos das empresas e universidades, é concebida como tecnologia de uso dual⁹, militar e civil, e permite construir uma situação de superioridade tecnológica de amplo espectro diante do resto do mundo.

4) Desconstrução das condições de auto-suficiência (relativa) no resto do mundo

Ao longo dos últimos 30 anos, respondendo à necessidade de permitir uma mobilidade sem limites a um capital que havia perdido força competitiva e que enfrentava sindicatos fortes que tinha crescido sob o auspício do fordismo, os Estados Unidos propiciaram, de múltiplas maneiras, o apagamento das fronteiras geográficas, jurídicas e políticas. Com uma justificativa acadêmica emanada do neoliberalismo e com todos os instrumentos de poder ao seu alcance, promoveram uma mudança nos critérios de regulamentação que implicou uma mudança também no sujeito regulamentador. Os Estados nacionais cederam autoridade em favor de organismos internacionais controlados pelos Estados Unidos; as economias nacionais foram violentadas para ir se transformando em zonas de *maquilas* com fortes encadeamentos para o exterior (com uma marcada orientação para os Estados Unidos); a diversidade e a riqueza agrícola foram casti-

gadas com o produtivismo da revolução verde, primeiro, e da engenharia genética, depois, reduzindo a gama de produtos para consumo humano e rompendo as cadeias de auto-sustentabilidade e auto-suficiência alimentar.

Todas essas mudanças foram acompanhadas de modificações jurídicas que abriram a exploração de recursos até então considerados estratégicos em cada um dos países. Em muitos casos, simplesmente se passou a investimentos estrangeiros diretos indiscriminados, aos quais não foram sequer impostas restrições de sustentabilidade. Em outros casos, quando a resistência era maior, se arguiu que esses recursos deveriam ser o motor da economia, atraindo divisas para o desenvolvimento industrial. Foi assim que recursos que eram de uso interno (como o petróleo no México) foram orientados para o mercado mundial (estadunidense, no caso). Mas, paradoxalmente, não só não aportaram uma entrada de divisas importantes, porque seu ingresso no mercado mundial repercutiu em quedas substanciais de preços¹⁰, como provocaram uma ampliação do montante da dívida externa que se converteram em elemento de pressão para conseguir as privatizações massivas e os chamados ajustes estruturais que duplicaram o número de pobres no mundo.

A dívida dos países latino-americanos atualmente já é de 800 bilhões de dólares, embora o pagamento de juros e amortizações tenha sido de um montante muitas vezes superior. A dívida é impagável não por seu montante, mas pelas condições em que se contrata. A dívida nunca representou um problema econômico ou financeiro, simplesmente porque operou sempre, claramente, como instrumento de dominação.

5) Criação de novos sentidos de territorialidade e estoque de recursos naturais estratégicos

[...] a competição baseada na territorialidade continua dominando os assuntos mundiais, por mais que atualmente suas formas tendam a ser mais civilizadas.



Nessa competição, a situação geográfica continua sendo o ponto de partida para a definição das prioridades externas dos Estados Unidos, e o tamanho do território nacional continua sendo também um dos principais indicadores de status e poder.

Zbigniew Brzezinski

O mundo está cheio de recursos naturais, alguns renováveis, outros não. No passo em que avança a apropriação capitalista, vários dos recursos renováveis mais importantes estão ameaçados de desaparecimento; quase se tornam não renováveis. É o caso notavelmente de muitas das espécies vivas que, durante décadas, ou inclusive séculos, foram utilizadas como alimento, como ornato, como base de medicamentos, etc., e que hoje incrementam sua importância por causa dos avanços tecnológicos que permitem o seqüenciamento de códigos genéticos de maneira automatizada.

Os não renováveis, evidentemente, têm o problema de sua potencial desaparecimento e, enquanto não se encontrarem substitutos ou sistemas de reciclagem adequados, constituem um objeto de disputa maior.

Em ambos os casos, a competição implica a apropriação de recursos. Em ambos os casos, isso supõe a ocupação de territórios, porque são recursos fixos geograficamente ou com uma margem de mobilidade limitada pelas condições climáticas, geológicas e, inclusive, históricas.

A ocupação do território, “[...] o acesso incondicional aos mercados decisivos, ao fornecimento de energia e aos recursos estratégicos” (COHEN, 1990) se situam como um dos elementos centrais da definição da capacidade hegemônica. O que está em jogo não é só o fornecimento eficiente de recursos indispensáveis, mas a possibilidade de utilizá-los com meio de pressão e de enfraquecimento do inimigo ou do competidor. As relações econômicas marcadas pela competição são relações de força que se regem por critérios muito similares aos militares. O objetivo é ganhar a batalha, enfraquecer ou aniquilar o outro, ser capaz de controlar as peças estratégicas do tabuleiro, seja este econômico,

seja militar.

Nesse sentido, monopolizar os recursos, as fontes de energia, as matérias-primas reais e potenciais faz parte das previsões estratégicas de um bom *hegemon* e é um dos eixos definidores da competição, das relações internacionais e das guerras.

Os nódulos estratégicos do processo geral de reprodução se localizam em cinco campos.

CAMPO UM

A geração de tecnologia de ponta e a construção de paradigmas ou referentes gerais tecnológicos (CECEÑA, 1998) que permitam manter uma posição de vanguarda e direção na organização global dos sistemas produtivos, sobre o qual já mencionamos a posição de liderança das empresas norte-americanas com o auspício dos contratos com o Departamento de Defesa, ou com instituições governamentais e com o apoio de abertura e proteção de mercados mediante gestões diretamente intergovernamentais ou guerras.

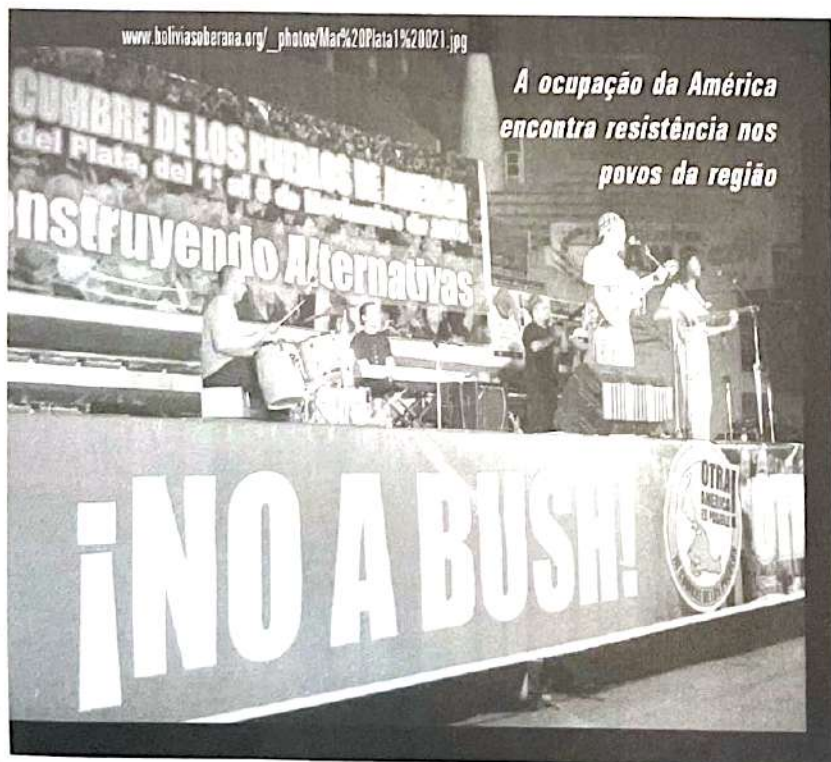
CAMPO DOIS

Disponibilidade de recursos energéticos, o que inclui o manejo ou o controle tanto de jazidas e fontes naturais como dos preços. O petróleo continua sendo o núcleo fundamental, embora com um incremento tendencial da importância da eletricidade relacionada à digitalização ou automatização de processos de trabalho intelectual e organizativo.

Os Estados Unidos ocupam o território mundial de maior concentração no uso de energia, e, embora contem com importantes jazidas de petróleo, são insuficientes para cobrir suas necessidades. Por esta razão, e por ser o petróleo a ferramenta essencial de controle da reprodução mundial, a política energética do Estado norte-americano busca há muito tempo o abastecimento a partir de fontes externas, com o critério de manter as fontes próprias como recurso de emergência. Entretanto, abastecer-se de fontes externas, no caso deste recurso, representa um problema geopolítico da maior importância, já que os possuidores do recurso têm, em princípio, a possibilidade de condicionar o fornecimento. Para isso, os Estados Unidos desenvolveram uma complicada política internacional que confronta alguns produtores com outros mediante pressões para aumentar quotas no mercado mundial petrolífero ou convênios de abastecimento seguro (como o TLCAN). Os preços são assim mantidos (embora em equilíbrio instável) em níveis manejáveis para a economia norte-americana sem ameaças de restrição nos montantes entregues.

Mas o controle dos preços e da competição, ainda que resolva o problema geopolítico num primeiro nível, não garante a manutenção da posição hegemônica. Para isto, é indispensável criar uma situação de relativa invulnerabilidade, garantindo a auto-suficiência própria presente e futura (por pelo menos prazos de 25 ou 30 anos), e a vulnerabilidade tanto daqueles países ou regiões do mundo que possam se constituir em potenciais *hegemons* como das alianças de produtores.

Nessa luta, que se enuncia como a defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos, qualquer método é legítimo pelos princípios neoliberais de liberdade de mercado. Guerras, ocupações de territórios, bombardeios indiscriminados, fomes provocadas são ris-



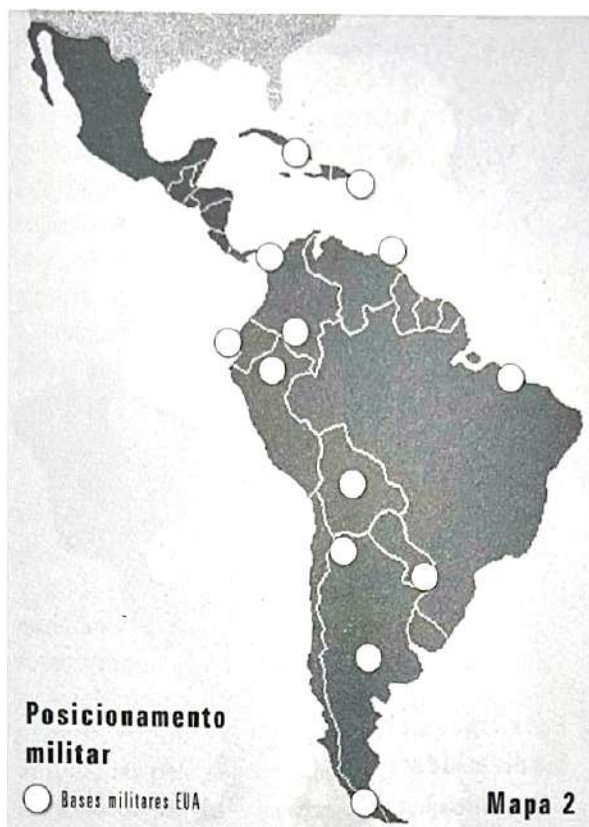
cos que, de acordo com as declarações de Madeleine Albright, vale a pena correr. A pressão por dívidas, as imposições do FMI ou do Banco Mundial, a ameaça de retirada de investimentos quando se desequilibraram completamente as economias locais e muitos outros mecanismos servem para conseguir a privatização dos setores petrolífero e elétrico, como está se tratando de fazer no México e na Bolívia, ou para asfixiar países com as maiores reservas de petróleo, como o Iraque, ou para desestabilizá-los, como na Venezuela, ou para destruí-los, como na Argentina.

O relatório sobre Política Nacional Energética dos Estados Unidos previa, já antes do 11 de setembro, uma situação crítica que deveria ser atendida com urgência. Em 1973, se importavam 36% do petróleo que os Estados Unidos consumiam, em 2000 se importaram 56%, e para o ano 2020, se prevê uma importação de 64%.

Estimativas indicam que, nos próximos 20 anos, o consumo de óleo combustível nos EUA crescerá 33%; de gás natural, 50%; e a demanda por eletricidade, 45%. Se a produção de energia dos EUA crescer na mesma proporção dos anos 1990, estaremos cada vez mais distantes da capacidade de suprir nossas necessidades [...] nós produzimos hoje 39% menos óleo que em 1970, o que nos obrigaria a depender cada vez mais de fornecedores estrangeiros. (NEPDG, 2001)

Os quatro principais provedores são o **Canadá**, o **México**, a **Arábia Saudita** e a **Venezuela** (nessa ordem), que atualmente proporcionam um pouco **mais de 55% das importações**. Entretanto, em termos geopolíticos, há duas regiões estratégicas com respeito ao controle mundial dos recursos energéticos: o Oriente Médio e a Ásia Central, por um lado, e a América Latina e o Canadá, por outro.

Evidentemente, a região onde se concentram as maiores jazidas, com 70% das reservas mundiais conhecidas, é a do Oriente Médio. Isto a converte em uma região explosiva (embora, evidentemente, a complexidade das problemáticas regionais transcenda as questões econômicas) e ex-



mon não pode ter só uma peça para um tabuleiro tão complicado.

A segunda região em importância estratégica do planeta é a abrangida pelo continente americano. O Canadá, a Venezuela e os próprios Estados Unidos (com o Alasca) são os pontos de maior concentração, com novas jazidas descobertas na Venezuela e no Golfo do México que ainda nem sequer aparecem nas estatísticas, e com reservas na Colômbia, na Argentina, no Equador e no Mar do Sul, na área das Malvinas, além do Brasil, em

seu mar territorial (ver Mapa 1). O conjunto da região pode funcionar como um amortecedor para fazer frente às necessidades crescentes dos Estados Unidos e, sobretudo, às contingências que aparecerem na relação com os países do Oriente Médio. A livre disponibilidade do petróleo da América faz as vezes de disciplinadora diante das pretensões de soberania dos países árabes e permitiu mover os preços que estes fixam. Um ponto difícil é a Venezuela, que não só pertence à OPEP, como tentou uma gestão autônoma de sua produção, mas, sobre ela, se exercem as mesmas pressões, e ainda mais que sobre o resto dos membros da OPEP.

Os mecanismos empregados para a apropriação ou o controle desses recursos no caso da América derivam de uma relação histórica de saque e imposição (que alguns qualificam de dependência) e da instaura-



ção, nos últimos anos, de alguns planos estratégicos como Plano Colômbia, o TLCAN e, recentemente, os prospectos do Plano Puebla Panamá, o Plano Andino Amazônico e a ALCA, como se pode deduzir da situação geográfica tanto das fontes de recursos como dos planos citados (ver Mapa 2).

CAMPO TRÊS

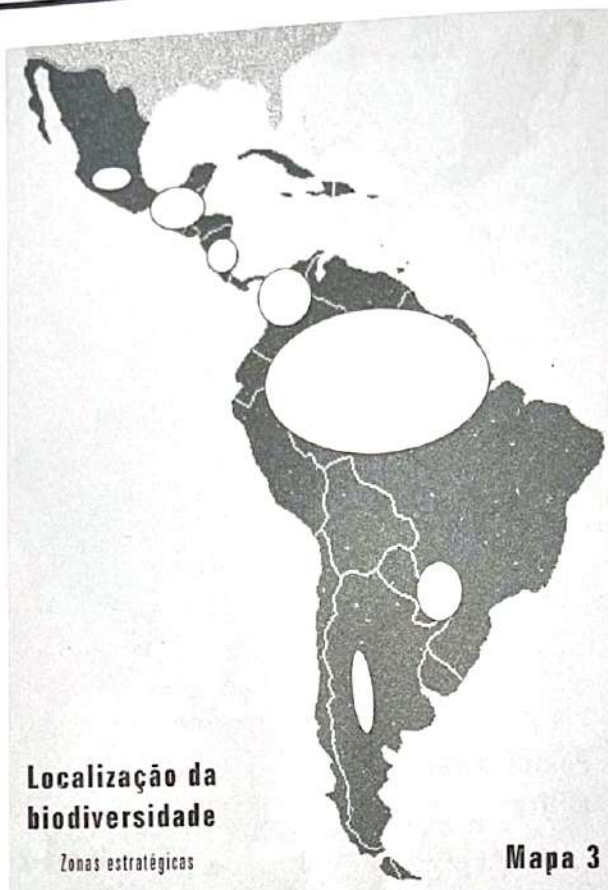
Controle das comunicações, que compreende tanto a liberdade ou a restrição de passagem pelas diferentes estradas de acesso a mercados, recursos e posições geopolíticas de alcance radial ou triangular do território mundial e seus mares, como os avanços em digitalização, codificação, segurança e rapidez das transferências de dados de todos os tipos, particularmente os relacionados com especificações da produção, de localização de recursos, manejo de mercados e manejo e planejamento estratégico-militar.

Neste campo, há que considerar que o controle global está traçado a partir de pontos estratégicos hierarquizados que cobrem o território mundial dependendo dos objetivos a alcançar. Na Ásia, muito claramente o ataque ao Afeganistão permitiu cobrir militarmente uma área que estava fora de controle e instalar uma série de postos de observação ou de assentamento de tropas que completam a rede de supervisão global sobre o planeta.

Na América, território-plataforma da nova investida da hegemonia norte-americana, o controle de estradas e postos de projeção radiais de grande alcance é considerado crítico e esteve sempre muito cuidado pelos estrategistas dos Estados Unidos. Tanto os postos militares como a incorporação das populações às redes de internet desenhadas e protocoladas pelo Departamento de Defesa fazem parte desse sistema reticular aparentemente difuso que, observado detalhadamente, tem um centro de controle evidente situado nos Estados Unidos.

CAMPO QUATRO

O controle total ou parcial, por meios diretos ou indiretos, das maté-



rias-primas estratégicas para a competição, muito especificamente relacionadas, neste momento da história, com a apropriação, a modificação e o uso dos códigos genéticos e dos princípios ativos da enorme diversidade de plantas que ainda habitam o planeta. De especial interesse nesse campo é o desenvolvimento de mecanismos de pretendida compen-

sação da deterioração ecológica e da perda de espécies, que se tenta evitar mediante a criação de bancos ou catálogos de espécies pensando, em muitos casos, em seu aproveitamento futuro, mediante a busca de recriação de habitats em laboratórios, mediante sua modificação genética e através da aceleração das atividades de prospecção, inclusive ilegais, para obter e privatizar a maior quantidade de componentes ativos.

Não obstante, os grandes avanços tecnológicos conseguidos até hoje não são ainda capazes de substituir a natureza, felizmente. Assim, a impossibilidade atual de recriar a diversidade biológica em laboratório – ou de sintetizá-la – converte alguns territórios em objeto privilegiado da disputa pela hegemonia, e, neste caso, não há lugar no mundo com maior quantidade e diversidade de espécies e de endemismos que a faixa tropical da América, que compreende desde o sul do México até o sul da bacia amazônica (justamente na área compreendida pelo Plano Puebla Panamá e o Plano Colômbia), além da Venezuela e do norte do Brasil, que ainda não estão incorporados a nenhum destes planos estratégicos, mas que ficariam incluídos, evidentemente, na ALCA.

A disposição geográfica dos bancos genéticos é favorável às pretensões hegemônicas dos Estados Unidos. No continente americano, será difícil o acesso para outros competidores capitalistas, e a disputa se apresenta mais com as comunidades de moradores da zona, muitas delas herdeiras de tradições milenares e direitos sobre o território. Os paraísos genéticos em outros continentes foram penetrados por agências de pesquisa, de desenvolvimento, de conservação ou similares provenientes dos Estados Unidos ou, em casos como o da Nigéria e o do Vietnã, diretamente pelo exército norte-americano. Através de projetos de pesquisa científica, realizam-se atividades de prospecção e coleta de espécies que, previsivelmente, respondem às políticas de apropriação privada da natureza.



za desenvolvidas sob o auspício de instituições como o International Biodiversity Cooperative Group, dirigida por um conselho vinculado ao Departamento de Saúde e ao DoD dos Estados Unidos (CECEÑA e GIMÉNEZ, 2002).

A América Latina é um dos terrenos privilegiados de busca prospectiva de espécies, princípios ativos e códigos genéticos, por sua enorme diversidade (ver Mapa 2). Não obstante, a localização dessas riquezas coincide em muitos casos com a existência de petróleo (ver Mapa 1), e isso gera uma situação contraditória na qual as políticas de apropriação de uns se contrapõem às de outros.

CAMPO CINCO

Reside na capacidade de utilização de um exército de trabalhadores ilimitado e diverso em termos histórico-culturais, com conhecimentos e habilidades diferentes e com diferenças salariais que contribuam para a redução geral de custos de produção. Nesse campo, um elemento cada vez mais importante é o aumento da mobilidade da força de trabalho, combinado com a manutenção de restrições jurídicas que convertem os trabalhadores em ilegais e os obriga às piores condições de trabalho, reduzindo, simultaneamente, os problemas do comportamento cíclico da economia e parte dos conflitos sociais derivados da reação assalariada em termos gerais. Os Estados Unidos são o receptor dos maiores fluxos de migrantes por trabalho no mundo, além da força de trabalho que incorporam em suas transnacionais no exterior, e é o território com o mosaico de trabalho mais diverso e versátil do planeta. A preocupação do DoD, que situa as migrações como uma das ameaças a enfrentar dentro do esquema de guerras assimétricas ao qual dizem estar enfrentados, não é alheia às tensões que representam o manejo das populações do mundo como força de trabalho e o jogo competitivo ao qual são empurradas, tanto quando migram como quando se mantêm em seus territórios originais, (COHEN, 1990).

MILITARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Além dos outros instrumentos de poder como a diplomacia, e os investimentos e o comércio econômicos, o DoD tem um papel essencial na conformação de um ambiente internacional seguro da perspectiva da promoção e da proteção dos interesses dos Estados Unidos [...] fortemente integrado com os esforços diplomáticos.

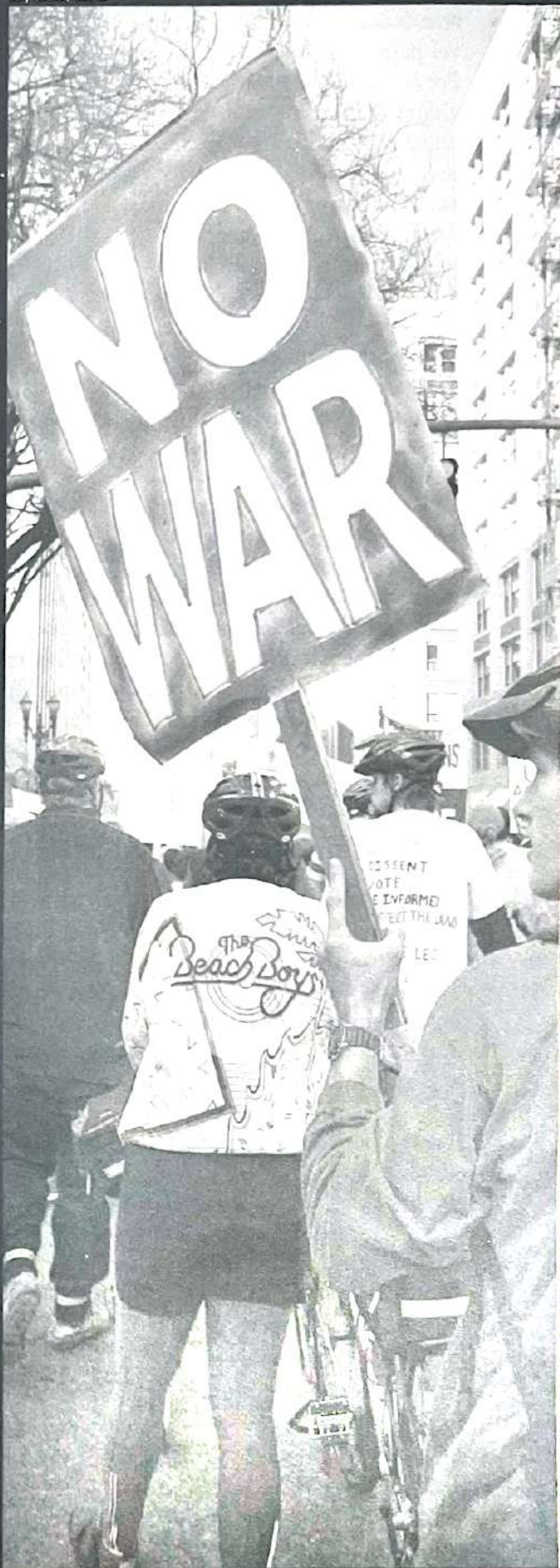
William Cohen

As resistências que despertam estas políticas de redesenho hegemônico dos territórios são variadas e provêm de grupos sociais diversos. Alguns deles inviabilizados durante muito tempo pelo racismo que caracteriza as relações sociais nessas regiões do planeta, submetidas, humilhadas e despojadas pela modernidade capitalista. Outros, visíveis porque já não podem ser escondidos, produto direto de uma modernidade polarizadora e excludente.

A diversidade de origens dessas resistências não as impede de se reconhecer como parte de uma mesma luta "pela humanidade e contra o neoliberalismo", por "um mundo onde caibam todos os mundos" (Exército Zapatista de Libertação Nacional), porque "outro mundo é possível" (Fórum Social Mundial), e contra a exploração, a discriminação, a humilhação e a exclusão características do capitalismo nesta sua fase terminal. Um sistema de dominação que não tem propostas para a sociedade, que não resolve, mas aumenta a pobreza, a exclusão política e a negação cultural é um sistema sem condições de legitimidade. A legitimidade do capitalismo como sistema capaz de resolver, mediante o desenvolvimento tecnológico, os grandes problemas da humanidade está francamente questionada. Assim, a intervenção do *hegemon* autoproclamado impulsor da democracia, do progresso e do bem-estar não tem sustentação histórica nem legitimidade. E pode-se dizer que ninguém acredita no conto, embora alguns se acomodem a ele.

O grau de apropriação e despojo que a continuidade do sistema e a sus

Gary Cowles/sxu.hu



A defesa dos interesses vitais dos EUA e do capitalismo militarizou-se de várias formas

tentação da hegemonia norte-americana supõem é inaceitável para os povos do mundo. Por isso, a defesa dos interesses vitais dos Estados Unidos e do capitalismo tendeu a militarizar-se em todos os espaços e sob formas variadas que abrangem desde o controle do pensamento e da política até a instalação direta de bases e forças militares em todos os pontos de interesse, pelo conteúdo de suas riquezas, ou em todos os pontos de "risco", por sua indisciplina diante das disposições dos altos círculos do poder.

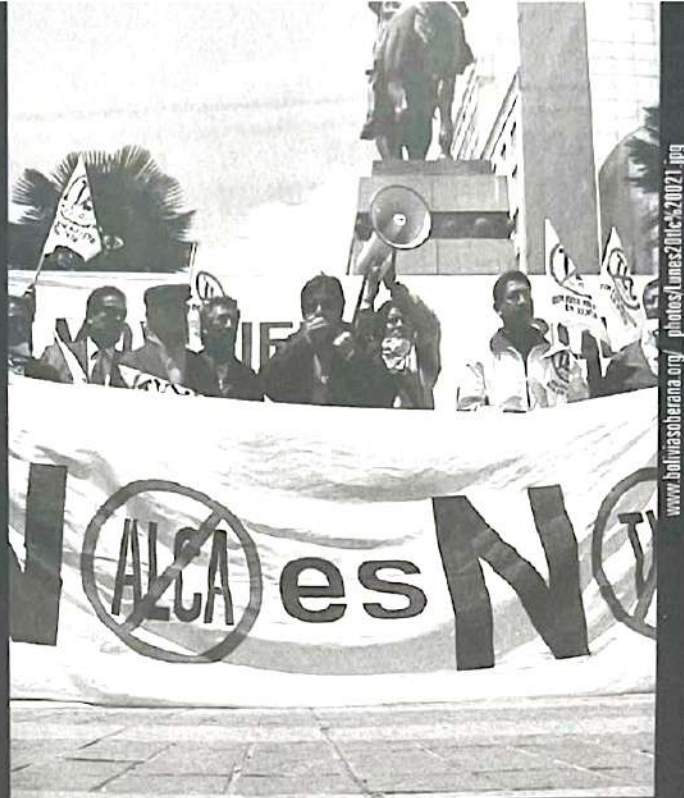
Por isso, hoje a preocupação abrangente do sistema representado pelos Estados Unidos é a segurança. Segurança nacional, dizem as autoridades estadunidenses, embora a pratiquem e a defendam em todo território nacional e por cima das leis, dos direitos ou das aspirações do resto do mundo. A segurança contra o tráfico de drogas incontrolável, contra a insurgência dos povos, contra qualquer signo de autonomia ou determinação, ou seja, contra qualquer coisa que escape a seu controle, é garantida com uma distribuição de bases militares e de disposições legais de regulação universal do tipo das incluídas no TCLAN e na ALCA.

A América Latina, a plataforma de base e de reinvestida da hegemonia norte-americana sobre o mundo, não poderia estar fora de controle. O ataque e a ocupação do Afeganistão e outras regiões da Ásia não podem distrair a atenção sobre a segurança interna do *hegemon*, que hoje se mede em todo o continente. Por isso, foi necessário reforçar as posições que permitirão fazer uso irrestrito dos recursos continentais, dissuadindo (ou tentando dissuadir), ao mesmo tempo, qualquer resistência ao despojo.

Como se pode observar nos Mapas 1, 2 e 3, as posições escolhidas têm em conjunto a possibilidade de garantir o controle completo da área com uma visão de alcances radiais. Talvez o ponto fraco seja a região oriental da América do Sul, na qual, se não instalarem a base de Alcântara, no Brasil, terão que encontrar outro modo de cobrir esse flanco brasileiro para o Atlântico.

O mapas são eloquentes acerca da incidência entre a localização dos recursos estratégicos da América Latina (1, 3), dos posicionamentos militares (2) e dos principais movimentos⁽⁴⁾.

Durante os trinta anos de neoliberalismo que o mundo teve que padecer, os



A luta contra a Alca é a luta por um mundo diferente

Estados latino-americanos foram desprestigiados e debilitados deliberadamente, com sua própria participação, para fazer passar as legislações transnacionais correspondentes às novas condições da territorialidade capitalista, e da gestão e uso dos recursos. Os governantes, além de terem uma legitimidade interna muito restrita na maioria dos casos, estiveram implicados em atos de corrupção ou tráfico de drogas, o que contribuiu para diminuir sua autoridade moral diante da sociedade. Tudo isto determina que os governos locais sejam considerados agora incapazes de se encarregar da segurança interna e tenham que ser su-

plantados, ou pelo menos supervisionados, pelos comandos do exército norte-americano a cargo da região: o Comando Norte recém-criado e o Comando Sul de triste história.

A ÚLTIMA LINHA: A BATALHA CULTURAL E AS RESISTÊNCIAS

A ocupação da América, que passa pela imposição de diversos planos estratégicos que combinam iniciativas econômicas, culturais e militares, como o Plano Colômbia, o Plano Puebla Panamá, a desestabilização da Argentina e agora a ALCA como os mais importantes, **só pode encontrar resistência nos povos**. A luta é pela vida, e nisso há uma convicção compartilhada dos zapatistas mexicanos com as organizações negras, indígenas e populares do Amazonas, com os guerreiros da água e os cocaleiros da Bolívia, com a sociedade argentina, que há um ano vem lutando nas ruas, com os camponeses sem terra do Brasil, com o movimento indígena do Equador e com todos os latino-americanos e americanos dignos.

A luta dos povos contra a ALCA, contra o Plano Puebla Panamá, contra o Plano Colômbia, contra a ocupação militar e econômica é uma luta por um mundo diferente, sem dominação, sem violência, sem militares. O mundo que os povos já estão construindo com sua resistência.

A luta dos povos contra a ALCA, contra o Plano Puebla Panamá, contra o Plano Colômbia, contra a ocupação militar e econômica é uma luta por um mundo diferente, sem dominação, sem violência, sem militares. O mundo que os povos já estão construindo com sua resistência.

Mas é bom que se saiba, senhores do dinheiro, que os tempos de ontem não voltarão a ser nem os de hoje nem os de amanhã.

Já não escutaremos calados seus insultos.

Já não ficarão impunes suas ameaças.

Já não nos humilharão mais, que somos a cor da terra que somos.

Voz, sempre tivemos.

Mas já não será um murmúrio que abaixa a cabeça.

Agora será um grito que levanta o olhar...

Somos a cor da terra!

Sem nós, o dinheiro não existe, e bem podemos ser sem a cor do dinheiro.

Assim, baixem a voz, senhores do dinheiro.

Subcomandante Insurgente Marcos

Ana Ester Ceceña é professora da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) e pesquisadora da geopolítica do poder na América Latina

NOTAS

¹ Critério geral da Alca: "Todos os países devem assegurar que suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos estejam de acordo com as obrigações do presente Acordo" (ESTAY, 2002).

² É necessário apontar, entretanto, que a democracia na América Latina não é mais do que uma utopia que, embora tenha implicado uma longa luta para começar a se tornar real, com o estabelecimento da ALCA cancelaria suas condições de possibilidade. A história política desta região do mundo teve como fato fundador a irrupção violenta dos conquistadores europeus e, apesar das múltiplas expressões de resistência e rebeldia de seus povos, ou justamente por isso, esteve marcada por uma presença intermitente de selvagens ditaduras militares e de regimes civis que, com matizes e algumas raras exceções, centralizaram as decisões políticas, excluindo delas a maior parte da sociedade, mesmo quando se realizam eleições abertas, e mantendo a submissão aos ditados do *hegemon* continental. De maneira que os governos latino-americanos, em geral, foram coadjuvantes na implantação destas iniciativas de integração regional e não são o espaço de onde se deve esperar uma resistência a elas, porque a assinatura destes tratados é a própria negação de suas faculdades, status e atribuições.

³ [...] o sujeito social dominante é um sujeito que se desdobra e que aparece, em nossa perspectiva, sob duas formas fundamentais: a do Estado norte-americano e a das grandes empresas transnacionais de base estadunidense. Por isso, as estratégias parciais de domínio e competição nos mercados, e as políticas do Estado no terreno da segurança nacional, mantêm uma coerência impecável nas linhas gerais" (CECENÁ, 2002).

⁴ "[...] os Estados Unidos têm a supremacia nos quatro âmbitos decisivos do poder global: no militar, seu alcance global é inigualável; no econômico, continua sendo a principal locomotiva do crescimento global, apesar de que, em alguns aspectos, o Japão e a Alemanha (que não desfrutam o resto dos atributos do poder global) se aproximam deles; no tecnológico, mantêm uma posição de liderança global nos setores de ponta da inovação; e no cultural, em que pese certo grau de rudeza, desfrutam um atrativo que não tem rival [...]" (BRZEZINSKI, 1998).

⁵ "De 1940 até o presente, o Departamento de Defesa (DoD) encabeçou agressivamente a revolução na tecnologia de informação: a pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de informação foi e continua sendo uma de suas competências fundamentais. [...] A Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do DoD, líder em tecnologias avançadas, apóia a indústria para melhorar a arquitetura e as aplicações da infra-estrutura nacional de informação (NII). [...] O DoD, como o maior usuário dos serviços de informação, faz substanciais investimentos em infra-estrutura de informação" (DEUTCH, 1994).

⁶ Embora neste campo também haja importantes avanços na pesquisa de comportamentos em sistemas complexos, que permitem pelo menos ter uma previsão de cenários. Neste caso, novamente é o uso de sofisticados programas informáticos o que permite ordenar o grande acúmulo de informações heterogêneas que são indispensáveis para efetuar previsões próximas da realidade. O Instituto Santa Fé, da Califórnia, é um dos centros de pesquisa com maior desenvolvimento em comportamento de sistemas complexos.

⁷ "Só as corporações verdadeiramente grandes têm sistemas internacionais de comunicação que se aproximam dos do DoD em tamanho e amplitude, e só as mais avançadas destas se aproximam da heterogeneidade, complexidade e diversidade de vínculos integrados que o sistema de comunicações do DoD tem" (DEUTCH, 1994).

⁸ Em grande parte dos casos, o Departamento de Defesa trabalha diretamente com as empresas líderes nos diferentes campos de pesquisa e desenvolvimento, sob a forma de convênios ou contratos.

⁹ Só excetuando os conhecimentos que são considerados de alta segurança, que são de uso exclusivamente militar.

¹⁰ É o caso do petróleo do México (BARBOSA, 2000), do cobre do Chile (CAPUTO, 2003) e de muitos outros produtos similares dos outros países.

¹¹ Como se pode notar, não estão indicadas aí todas as posições militares, porque o mapa teria se tornado ilegível nesta escala. Tampouco se encontram todos os movimentos, mas estão localizados os que são considerados mais importantes, nos dois casos, de acordo com a problemática que se está analisando.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Fabio. *Exploración y reservas de hidrocarburos en México*. México: Instituto de Investigaciones Económicas – Porrúa, 2000.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial*. Barcelona: Paidós, 1998.
- CAPUTO, Orlando. *El Acuerdo Multilateral de Inversiones (MAI y su aplicación anticipada en Chile)* (mimeo).
- CAPUTO, Orlando; RADRIGÁN, Juan y GALARCE, Graciela. Manifiesto del cobre. El cobre es chileno y debe ser explotado en beneficio de los chilenos. In: *Chiapas 15*. México: Instituto de Investigaciones Económicas – ERA, 2003.
- CECENÁ, Ana Esther (Coord.). *La tecnología como instrumento de poder*. México: El Caballito, 1998.
- . Estrategias de dominación y planos de construcción de la hegemonía mundial. In: GAMBINA, Julio (Comp.). *La*

- globalización económico-financiera: su impacto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- CEMIDA. *La seguridad continental: historia, actualidad y futuro deseable* (mimeo). Buenos Aires, 2001.
- COHEN, William. *Annual report to the President and the Congress. National security strategy for a new century*. United States: U. S. Department of Defense, 1998.
- DEUTCH, John. *DoD and the national information infrastructure*. United States: Department of Defense, 1994.
- ESTAY, Jaime. ALCA: el paraíso de los inversionistas. *Chiapas 14*. México: Instituto de Investigaciones Económicas – ERA, 2002.
- FOUCAULT, M. *La microfísica del poder*. 3. ed. Madrid: La Piqueta, 1992 [1977] (Colección Genealogía del Poder).
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo y fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo*. México: Juan Pablos, 1973.
- NATIONAL ENERGY POLICY DEVELOPMENT GROUP. *National energy policy*. United States, 2001.



Os desafios da América Latina no século XXI

A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E O SISTEMA MUNDIAL

Carlos Eduardo Martins

1. APRESENTAÇÃO

Descrever as tendências da conjuntura mundial contemporânea é um formidável e necessário desafio num mundo onde o tempo histórico se acelera com a velocidade das transformações materiais e sociais introduzidas pela humanidade. Esta aceleração acentua a obsolescência das análises que se restringem ao plano do tempo imediato e exige a utilização de instrumentos conceituais da longa duração, capazes de articular a perspectiva e a retrospectiva, para teorizar a história como fluxo.

Mas determinações da longa duração não devem ser vistas como restrições à liberdade de os homens criarem sua própria história. Baseiam-se nesta capacidade criativa que estabelece estruturas de poder de dimensões econômicas, sociais, políticas e ideológicas articuladas. Estas apresentam contradições em seu desenvolvimento que abrem o espaço para a guerra de posição e a contra-hegemonia que, em períodos determinados, podem se desdobrar no estabelecimento de grandes rupturas.

Para nós, latino-americanos, questões decisivas se apresentam: como situar o tempo presente e a conjuntura contemporânea? De que forma a América Latina se situa nesse contexto, e quais são seus grandes desafios? Que instrumentos teóricos e metodológicos são capazes de responder a estas perguntas?

Neste ensaio, pretendemos traçar em linhas gerais as grandes tendências da conjuntura mundial e as perspectivas que se abrem à América Latina para atuar sobre seu desenvolvimento. Para isso, partimos da aproximação das teorias do sistema mundial, da dependência e da revolução científico-técnica, e de suas vinculações com as múltiplas dimensões do tempo. Os resultados a que chegamos serão necessariamente polêmicos. Mas buscam iluminar o horizonte nebuloso e de perplexidades em que vivemos e conduzir a transformações sociais em defesa dos interesses da humanidade, das grandes maiorias sociais de nosso planeta e, em particular, de nosso continente.

2. A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E A LONGA DURAÇÃO

Fernand Braudel, em *História e Ciências Sociais* (1958), assinala que o tempo expressa uma longa duração que se constitui numa tripla e simultânea dimensão: o tempo das estruturas, o tempo das conjunturas e o tempo do cotidiano. O tempo das estruturas é mudança e irreversibilidade. Ele significa o lento desgaste da arquitetura que organiza de forma suficientemente fixa a relação entre a realidade e as massas sociais. O tempo das estruturas remete, portanto, aos padrões civilizatórios que sustentam a formação e o desenvolvimento dos grandes processos sociais. Ele pode ser aproximado ao tempo dos modos de produção, entendidos como processos civilizatórios milenares ou seculares. O tempo das conjunturas é o tempo das regularidades cíclicas que produzem inflexões significativas nas estruturas e as modifica, sem alterar seus componentes fundamentais. E o tempo do cotidiano é o tempo anárquico do dia-a-dia, contido, entretanto, pelas prisões da longa duração das quais os homens não podem se emancipar.

As conjunturas combinam, portanto, irreversibilidades, regularidades e imprevisibilidades. Mas o alcance das últimas parece estar fortemente limitado pelas primeiras, que fixam suas margens de atuação. Torna-se objeto crucial da teoria social situar a combinação de irreversibilidades e regularidades para descrever os marcos gerais das diversas conjunturas que se estabelecem. Como situar, então, essa combinação de irreversibilidades e regularidades para descrever a conjuntura atual?

A nossa hipótese é que a conjuntura contemporânea pode ser descrita como a de decadência do moderno sistema mundial, que integra e impulsiona a mundialização do modo de produção capitalista. Esta decadência se iniciou nos anos 1970 e se manifesta em várias dimensões, entre elas, a crise do liberalismo, ideologia mediante a qual o capital incorporou e neutralizou antagonismos à sua hegemonia. Entretanto, a decadência não representa o fim imediato de um sistema, mas sim um longo e doloroso período no qual o novo se insinua e se estabelece sem a força suficiente para superar na guerra de posições a decrepitude do velho e reconduzir o sistema mundial a um novo processo civilizacional. O resultado é uma profunda crise de legitimidade das instituições contemporâneas que se projeta como uma grande incerteza, trazendo possibilidades e amea-

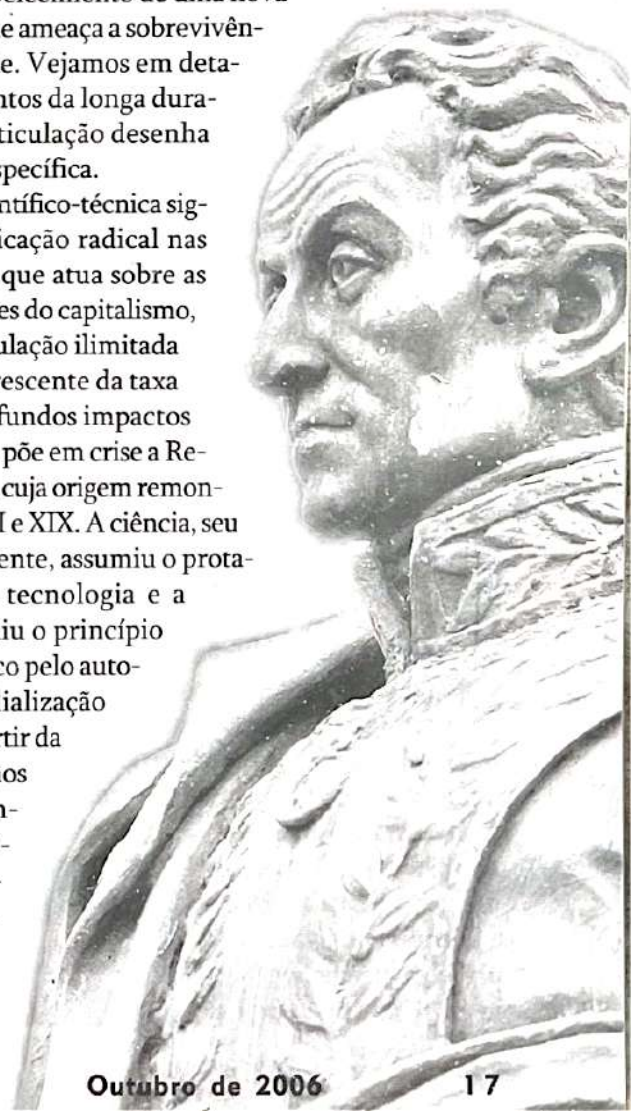
ças à vida humana.

Mas quais são as razões profundas desta evolução da conjuntura que aprofunda a decadência do capitalismo contemporâneo como processo civilizacional? Em que momentos estamos neste processo de decadência?

A decadência e, em particular, sua etapa atual se explicam pela articulação de três movimentos de larga duração: a) a revolução científico-técnica, seus impactos sobre a taxa de lucro e as tendências seculares do capitalismo; b) a fase descendente do ciclo sistêmico, expressa na crise de hegemonia dos Estados Unidos; c) e o surgimento de um novo ciclo de Kondratiev na economia mundial desde 1994.

A revolução científico-técnica e a crise de hegemonia exercem efeitos depressivos sobre a taxa de lucro, os quais são parcialmente contidos pela fase ascendente do Kondratiev. Mas esta possui limites para conter o movimento depressivo das primeiras. A convergência entre a inversão cíclica do Kondratiev e os movimentos depressivos anteriores deverá abrir uma crise revolucionária no sistema mundial e pôr fim à prolongada decadência, quando se decidirá o formato de um novo sistema mundial. Para que este seja socialista e democrático, é de grande importância o avanço do movimento popular na guerra de posição que se desenvolve durante a decadência. Este deverá impedir o aprofundamento do caos sistêmico e o estabelecimento de uma nova guerra mundial que ameaça a sobrevivência da humanidade. Vejamos em detalhe estes movimentos da longa duração e como sua articulação desenha uma conjuntura específica.

A revolução científico-técnica significa uma modificação radical nas forças produtivas que atua sobre as tendências seculares do capitalismo, associadas à acumulação ilimitada e à tendência decrescente da taxa de lucro, com profundos impactos civilizacionais. Ela põe em crise a Revolução Industrial, cuja origem remonta aos séculos XVIII e XIX. A ciência, seu principal componente, assumiu o protagonismo sobre a tecnologia e a técnica, e substituiu o princípio produtivo mecânico pelo automático. Sua mundialização se estabeleceu a partir da microeletrônica, nos anos 1970, e reinventou o fundamento da produtividade. A Revolução Industrial baseou a produtividade numa or-



ganização do trabalho coletivo fundamentada na desqualificação dos trabalhadores manuais. Estes eram apartados das tarefas de concepção, tinham seus saberes simplificados e reduzidos a um mínimo de movimentos para aumentar sua intensidade. O sistema de máquinas organizava esse processo, e o resultado eram o aumento do valor do trabalho e, simultaneamente, a desvalorização da força de trabalho, em relação à complexidade tecnológica, impulsionando a taxa de mais-valia. O capitalismo encontrou aí a base da sua expansão mundial e conquistou o globo ao final do século XIX, derrubando as Muralhas da China, com a artilharia pesada das mercadorias baratas, incorporando Ásia, África e Oceania. Mas a revolução científico-técnica, ao redefinir a base social da produtividade, ameaçou a mais-valia e a expansão da civilização do capital. A automação estabeleceu uma trajetória de eliminação progressiva do trabalho manual, da mesma forma que a mecanização o fez com o trabalho rural, ao deslocar a humanidade do campo para as cidades, sobretudo as populações dos países centrais, onde a industrialização se desenvolveu mais amplamente. A intensidade do trabalho deixou de ser o fundamento da produtividade. Este se deslocou para a qualidade do trabalho, e para desenvolvê-la, foi necessária não mais a redução relativa do valor da força de trabalho, mas o seu inverso: o aumento do valor da força de trabalho em relação ao valor do trabalho. A elevação dos níveis de educação e de democratização do poder tornou-se o fundamento de um processo indissociável de acesso e geração do conhecimento que submeteu a técnica e as tecnologias às subjetividades.

A revolução científico-técnica, ao impulsionar a aproximação entre os valores do trabalho e da força de trabalho, pressiona negativamente as taxas de mais-valia e de lucro, num movimento de longo prazo que o capital só parcialmente pode negar. A necessidade de manter em expansão a taxa de mais-valia, principal fundamento da acumulação de



Paul Wolfowitz, Anne Krieger, Rodrigo de Rato (de cima para baixo): a receita do FMI prioriza a geração de superávits comerciais, que repercute intensamente nas dívidas interna e externa dos países da América Latina

capital, torna o capitalismo incapaz de realizar a conversão em massa do trabalho predominantemente manual ao trabalho predominantemente intelectual. A incorporação do aumento do valor da força de trabalho se realiza através de altos níveis de desemprego que levam à queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, neutralizando a pressão negativa sobre a taxa de mais-valia ao generalizar a superexploração do trabalho. O alto grau de concentração entre os jovens do desemprego mundial indica a operatividade desse mecanismo. Entretanto, os seus resultados sobre a taxa de lucro são contraditórios. O aumento da taxa de mais-valia aprofunda suas contradições com a massa de mais-valia e, ao restringi-la em médio e longo prazos, põe em crise o assalariamento, levando à máxima realização da tendência decrescente da taxa de lucro, a lei mais importante da economia política, segundo Marx. Esta restrição se baseia não apenas no alto dinamismo do desemprego, sua forma mais aguda e aberta, que restringe a massa de trabalhadores, mas também na precarização do trabalho, que desloca o trabalhador para os setores de baixa produtividade, em razão de sua expulsão dos segmentos de ponta, e limita a geração da massa de mais-valia.

Outro movimento de longa duração, ainda que sem o mesmo alcance secular e civilizacional da revolução científico-técnica, é o da crise da hegemonia dos Estados Unidos. Esta crise é parte do movimento cíclico superestrutural que acompanha o desenvolvimento do capitalismo, analisado e denominado de sistêmico por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. A grande contribuição da teoria do sistema mundial, fundada por estes autores, foi a de apontar no sistema inter-estatal a superestrutura política do modo de produção capitalista. Este sistema baseia-se num conjunto de unidades políticas que ao se reconhecerem entre si têm suas soberanias limitadas. O siste-

ma inter-estatal é atravessado por fluxos de capitais e mercadorias de uma economia-mundo, que constitui sua base, e

não dispõe de nenhum instrumento político central para submeter o seu funcionamento ao monopólio legítimo da violência. Os Estados, incapazes de internalizar pela violência esses fluxos, tendem a apoiar os interesses do capital que se tornam protagonistas no conjunto do sistema. Entretanto, para que a acumulação se realize mundialmente é necessário evitar a anarquia política na economia-mundo, através do desenvolvimento de mecanismos de coordenação do sistema interestatal. Esta coordenação se realiza através do Estado hegemônico, que estabelece a moeda mundial, capaz de dinamizar a circulação de mercadorias e capitais na economia-mundo, e do Direito internacional, para regular os contratos e as relações entre os Estados, e indicar os limites da diplomacia, da paz e da guerra.

Diferentemente do império, que exerce seu poder pela força, a hegemonia é exercida pela combinação entre coerção e persuasão. Para um Estado estabelecer sua hegemonia, é necessário que alcance uma liderança produtiva incontestável na economia mundial, que lhe permita vender seus produtos nos países da economia-mundo a preços mais baratos que estes o fazem em seu próprio mercado interno. Esta liderança se desdobra, então, em liderança comercial, financeira, ideológica e militar. Entretanto, para o exercício da hegemonia, não é necessária a convergência de todas essas lideranças. A hegemonia se divide em ciclos nos quais, em sua fase expansiva, há de fato a convergência dessas dimensões de liderança. Durante o descenso, o país hegemônico perde sua liderança produtiva, comercial e, por vezes, militar, incontestável e se apóia numa liderança financeira e ideológica. Durante essa fase, a valorização da moeda do país hegemônico compensa a deterioração do seu poder produtivo, mantendo, para sua burguesia, uma fonte de riqueza independente. Esta valorização aprofunda a deteriora-



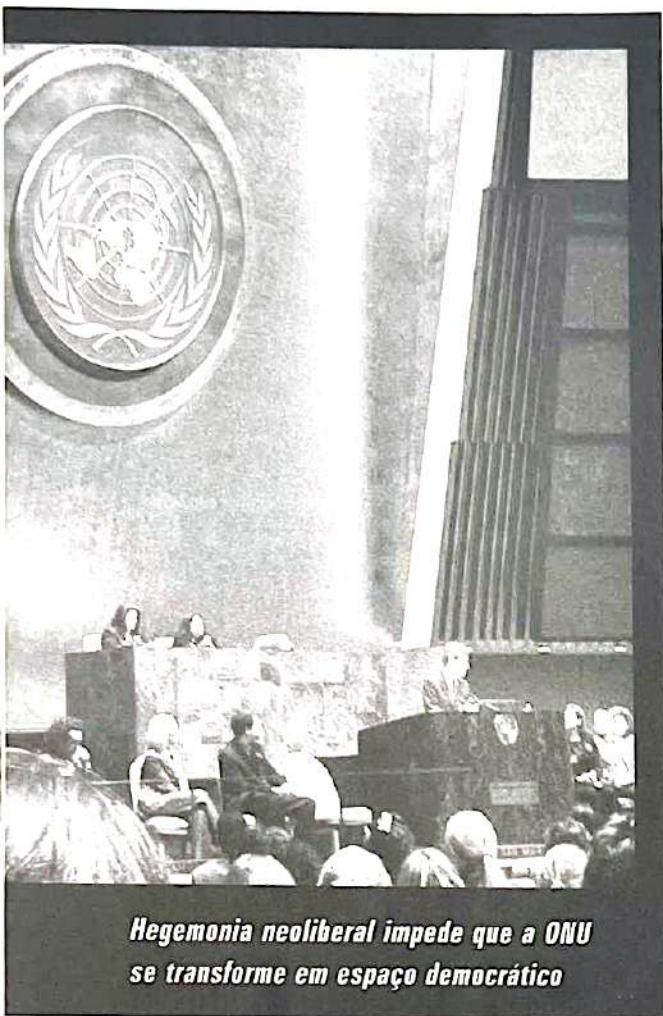
Kofi Annan, presidente da ONU: sem poder de fato

ção produtiva, implicando déficits comerciais e em conta corrente que se acumulam e a partir de certo momento não podem mais ser financiados pela sobrevalorização monetária, fonte de atração para dentro do país hegemônico do capital que circula na economia mundial. Abre-se, então, um período de caos sistêmico, quando se estabelece uma bifurcação na economia mundial que expressa a luta entre os poderes estatais para substituir a hegemonia anterior e reconduzir o sistema para uma etapa superior de expansão. Essa etapa tem implicado guerras mundiais de trinta anos para decidir: em 1618-1648, a sucessão do protagonismo espanhol-genovês; em 1792-1815, a sucessão da hegemonia holandesa, e em 1914-1945, a sucessão da hegemonia britânica. Durante o caos sistêmico, têm se desenvolvido, historicamente, dois projetos: a) o do liberalismo político, que é impulsionado pelo grupo que reconduz o sistema interestatal a um nível superior, e é normalmente apoiado pela antiga potência hegemônica em busca de lugar privilegiado na ordem a ser estabelecida; b) o imperial, impulsionado pelo grupo que termina por ser derrotado na

luta pela hegemonia e busca compensar pela força a desvantagem econômica que possui em relação ao bloco anterior. Diferentemente do bloco anterior, que usou o imperialismo nas periferias do sistema para anexar regiões externas à economia-mundo capitalista, este pretende usar a força no interior do sistema, levando-a ao centro da economia mundial, casos da França napoleônica e da Alemanha fascista.

O período que vivenciamos é o de uma trajetória avançada de crise de hegemonia dos Estados Unidos. Esta se iniciou entre 1968-73 e possui várias etapas. Entre 1968-79, quando a deterioração da liderança produtiva estadunidense se expressou numa taxa de crescimento inferior à da economia mundial, em modestos déficits comerciais e na derrota político-militar dos Estados Unidos no Vietnã. Entre 1980-93, que Arrighi denomina de o último brilho do outono, quando os Estados Unidos reagiram à sua crise de hegemonia através da financeirização e do neoliberalismo. Elevaram-se unilateralmente o valor do dólar e as taxas de juros, e liberalizou-se a circulação de mercadorias e capitais. Os Estados Unidos drenaram grande parte da liquidez mundial e retomaram, por esta razão, um crescimento superior à média mundial. Destruíram os segmentos mais atrasados de sua economia, elevaram o desemprego e reduziram os salários internos, que passaram a ser contidos pelos impactos sobre a taxa de lucro das mercadorias baratas e concorrentes com a produção estadunidense que se exportam desde a economia mundial. Mas sua reestruturação apresentou grandes falhas: não deteve a deterioração da sua liderança produtiva, nem impediu o deslocamento do dinamismo econômico mundial para o Leste Asiático, e criou vultosos déficits comerciais, ou em conta corrente, e um enorme endividamento internacional através da venda de títulos da dívida pública. Uma

O período atual se caracteriza pela crise de hegemonia dos EUA



Hegemonia neoliberal impede que a ONU se transforme em espaço democrático

terceira etapa se estabelece entre 1994-2015/20 (?) e está vinculada ao desenvolvimento da fase ascensional de um novo ciclo de Kondratiev na economia mundial. Ela desloca para a taxa de lucro a prioridade dos investimentos na economia mundial, impulsiona um novo período de crescimento de largo prazo do capitalismo, mas aprofunda a decadência da hegemonia estadunidense.

Os ciclos de Kondratiev estão ligados a mudanças de paradigmas tecnológicos, duram em média 50-60 anos e se dividem em: fases A, de expansão e centralidade da taxa de lucro, quando as inovações tecnológicas radicais são acompanhadas de mudanças organizacionais e institucionais adequadas para gerenciá-las; e fases B, de crise, quando não há esta convergência institucional e a acumulação desloca-se para a taxa de juros e a financeirização. Esses ciclos têm sido estudados por um amplo conjunto de autores, os principais: Nicolai Kondratiev, Van Gelderen, Joseph Schumpeter, Ernst

Mandel, Christopher Freeman, Carlota Perez e Theotônio dos Santos, ainda que com substantivas diferenças teóricas e analíticas de enfoque.

Um dos pontos mais decisivos para a análise desses ciclos é o estudo de sua morfologia. Para uma interpretação mais precisa da conjuntura, devemos aprofundar suas divisões e etapas. Schumpeter já havia postulado a necessidade de um modelo analítico que os desdobrasse em quatro subfases, nas quais a expansão se dividiria em recuperação e prosperidade, e a crise, em recessão e depressão. Na mesma direção deste autor, postulamos o detalhamento da análise desses ciclos, dividindo-os em seis importantes subfases.

Tanto Nicolai Kondratiev como Schumpeter, ao analisarem seus determinantes, destacaram, entre eles, a periodicidade da renovação dos meios de produção básicos ou inovações primárias, denominados na literatura contemporânea de paradigmas tecnológicos. Essas inovações básicas e primárias se desdobrariam em inovações secundárias e terciárias, às quais se articulariam, estabelecendo trajetórias tecnológicas vinculadas. Chave para este desdobramento são a geração e a renovação dos meios de produção de tempo médio que, como assinala Nicolai Kondratiev, estão na base dos Juglars, períodos de oscilação de aproximadamente dez anos. Cada oscilação do Kondratiev comportaria três Juglars, e poderíamos caracterizá-las da seguinte forma: a fase de expansão, que se dividiria em retomada, prosperidade e maturidade; e a de crise, em recessão, depressão e recuperação. A passagem de cada subfase à seguinte é caracterizada por uma pequena oscilação descendente que desorganiza a tendência prevalecente para institucionalizar a nova.

Em âmbito econômico, os principais indicadores da ocorrência desse ciclo são as variações da taxas de crescimento do PIB *per capita*, da taxa de lucro e da taxa de juros. Períodos cíclicos de expansão

implicam o deslocamento do eixo da acumulação para o setor produtivo, e apresentam aceleração consistente do PIB *per capita* e alta sustentada da taxa de lucro. Nessas períodos, em seu conjunto, a taxa de lucro supera a de juros real, que está limitada pelo crescimento do PIB. Os juros sofrem queda abrupta ao final da recuperação que antecede a expansão longa, expandem-se lentamente a partir da retomada, ganham maior fôlego durante o conjunto da expansão e ao aproximar-se o esgotamento de cada subfase, particularmente ao final da maturidade, quando ultrapassam as taxas de expansão do PIB. Durante as crises de curta duração, que intermediam a transição para cada subfase da expansão, os juros são nivelados abaixo das taxas de crescimento para estimularem a recuperação econômica. A expansão eleva o investimento, o nível de emprego, a organização da classe trabalhadora, e tende a reduzir a dívida pública. Inversamente, durante as crises de longa duração, a queda do crescimento econômico e da taxa de lucro desloca a acumulação para a taxa de juros. Sua elevação se desenvolve, principalmente, durante a depressão, uma vez esgotadas as tentativas de políticas anticíclicas, e conduz ao desemprego, à queda do investimento produtivo, à desorganização da classe trabalhadora, à centralização financeira tendendo a elevar a dívida pública.

Uma vez apresentados em linhas gerais os instrumentos conceituais para a análise da conjuntura contemporânea, convém fazermos duas ressalvas metodológicas antes de abordarmos mais diretamente:

a) O esquema geral dos ciclos e tendências seculares necessariamente simplifica a realidade. Os ciclos e as tendências seculares não são forças automáticas que atuam de forma independente da vontade humana. São expressões relacionais de certos padrões sociais dominantes de organização da vida humana e afirmam a dinâmica mais profunda do desenvolvimento do capitalismo. A sua expressão histórica supõe importantes contradições que fazem parte de sua própria temporalidade e podem desarticulá-la. Situa-

Os ciclos de Kondratiev estão ligados a mudanças tecnológicas

mos, a partir de Marx, a teoria como um movimento que parte do abstrato ao concreto de uma totalidade que se desenvolve. No desdobramento do simples ao complexo, surgem contradições que podem ser incorporadas às suas tendências fundamentais e ampliar sua escala e força de atuação, ou, inversamente, desarticulá-las para construir uma nova totalidade. Dessa forma, os ciclos e tendências seculares expressam não apenas movimentos econômicos, mas políticos, sociais e ideológicos.

b) A conjuntura contemporânea deve ser descrita pela articulação dessas três tendências da longa duração que se condicionam e se modificam reciprocamente ao se integrarem para a criação de um contexto histórico determinado. As de alcance mais longo exercem, entretanto, os efeitos condicionantes mais potentes, e as de menor duração sofrem maior alteração em seu funcionamento.

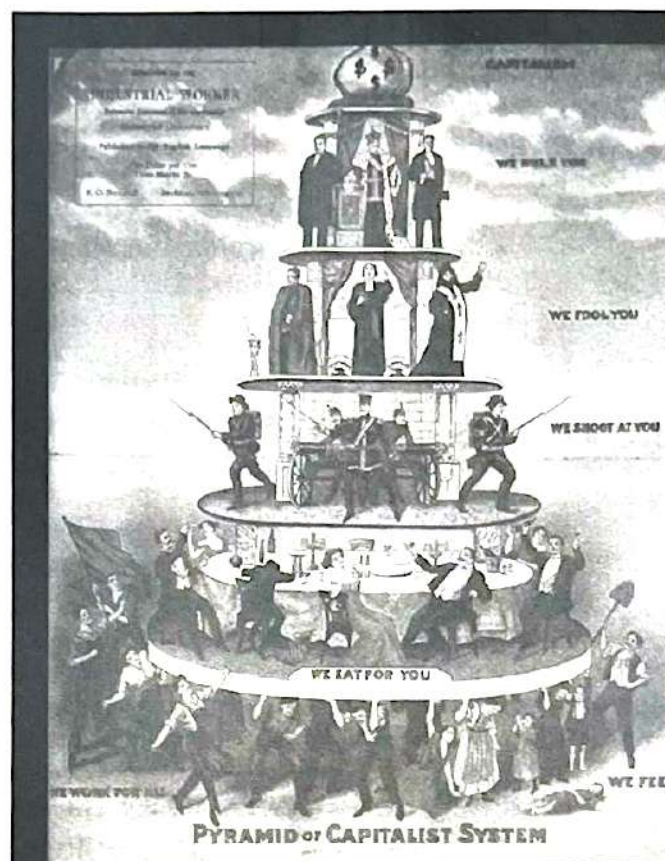
Desta forma, podemos situar na economia mundial contemporânea, entre 1967-93, a crise de um ciclo de Kondratiev que se inicia em 1939. A partir de 1994, se estabelece um novo Kondratiev, cuja retomada podemos localizar entre 1994-2000. 2001-2002 são anos de crise e transição para a fase de prosperidade que se inicia em 2003 e deverá ter duração similar à retomada. É provável que a fase de maturidade se inicie na próxima década e se esgote em sua segunda metade.

Este Kondratiev tem, entretanto, características especiais. Ele não apresenta a força econômica, social, política e ideológica do Kondratiev anterior, que se iniciou ao fim dos anos 1930. Sobre ele pesam forças depressivas de mais larga duração que limitam sua capacidade de inflexão histórica. Esta limitação se manifesta na mediocridade de seus resultados econômicos, políticos e ideológicos. No plano econômico, embora haja uma significativa elevação do crescimento do PIB *per capita*, este não alcançará os níveis do período anterior, nem a sua extensão¹.

No plano político e ideológico, sua radicalidade é contida pela incapacidade de desarticular as forças que prolongam

a decadência do *hegemon* com o poder que detém sobre a institucionalidade mundial, criada sob a liderança estadunidense. Há um paralelo entre a fase ascensional do novo Kondratiev e a que se desenvolveu durante a crise da hegemonia britânica. Esta não conseguiu desmontar as tensões políticas e sociais que derivavam da crise da organização imperialista da economia mundial, liderada pela Grã-Bretanha, e que se expressou na forma aguda que adquiriu a partilha do mundo nos anos 1870-90. Apenas com a organização de um novo ciclo sistêmico e o estabelecimento de uma nova hegemonia, associada a um novo Kondratiev, reformulou-se amplamente a institucionalidade da economia mundial.

Da mesma forma, o presente Kondratiev parece incapaz de gerar forças sistêmicas que reformulem significativamente a organização institucional, política e ideológica da economia mundial. O neoliberalismo permanece como a força ideológica dominante do mundo contemporâneo. Adotado pelos Estados Unidos, a partir de 1979, e com a vitória neoconservadora de Reagan, como instrumento para solucionar a crise de hegemonia, fracassa em seus objetivos mais profundos, mas prolonga aquela, aumentando a sua gravidade. A alternativa ideológica que o novo Kondratiev criou em relação às forças que dirigem a trajetória da crise de hegemonia é a da *terceira via*. Em sua atual formulação, significa um conjunto de forças que, embora mantenha a liberdade de circulação de capitais e de mercadorias, ou a sacralidade dos direitos contratuais dos mercados, busca limitar a financeirização, reduzindo a escalada dos juros e da dívida pública, e os efeitos mais excludentes da competição monopólica ao criar um espaço limitado para as políticas compensatórias. Esta hegemonia ideológica do neoliberalismo restringe amplamente a possibilidade de realizar uma reformulação institucional do mundo contemporâneo para demo-



A liderança do Estado capitalista hegemônico é comercial, ideológica e militar

cratizar os espaços intergovernamentais de poder: ONU, FMI, Banco Mundial e OMC.

Entretanto, o Kondratiev gera alternativas políticas não apenas sistêmicas, mas anti-sistêmicas. Se as primeiras buscam reformular o moderno sistema mundial para renovar a vitalidade de seu componente mais fundamental, a acumulação de capital, as últimas buscam superá-lo e criar outro sistema mundial. Nicolai Kondratiev, socialista, mas interessado em demonstrar a existência dos ciclos, enfatizou principalmente as primeiras, que se desencadeavam na transição da crise para uma nova fase expansiva. Ernst Mandel, por sua vez, preocupado em viabilizar as alternativas revolucionárias, enfatizou as perspectivas anti-sistêmicas que se configuravam na primeira década da crise, que encerrava a longa expansão. Podemos afirmar que o balanço histórico dos séculos XIX e XX favorece Nicolai Kondratiev.

As forças transformadoras da econo-

O neoliberalismo permanece como força ideológica dominante

mia mundial atuaram predominantemente na direção capitalista, mas é importante mencionar que não teriam êxito se o fizessem de maneira isolada e unilateral, sem capturar, em seu favor, elementos anti-sistêmicos e socialistas. O desenlace de um novo Kondratiev em meados do século XX e a reorganização mundial da economia capitalista não podem ser explicados sem a vitória do socialismo na União Soviética e sua expansão em direção ao Ocidente para derrotar o fascismo europeu. Vencida a guerra, a sua existência e a suposta "ameaça" que provocava ao "Ocidente" foi o pretexto engendrado para que o governo dos Estados Unidos viabilizasse junto ao parlamento estadunidense o novo papel internacionalista e hegemônico de seu Estado, financiando a recuperação de zonas estratégicas do sistema mundial. E do ponto de vista da gestão da economia, o alto nível de intervenção do Estado, indispensável para geração do Kondratiev do pós-guerra, baseou-se amplamente na experiência soviética de planejamento estatal.

Mas se o balanço histórico das forças transformadoras, nos séculos XIX e XX, favoreceu a direção capitalista, isto também será verdade para o século XXI? Em nossa opinião, dificilmente. Junto com o desenvolvimento do Kondratiev em curso, avançam as tendências seculares depressivas, impulsionadas pela revolução científico-técnica. Estas inviabilizam o relançamento dos ciclos sistêmicos e de Kondratiev, e abrem o espaço para que as forças anti-sistêmicas tenham efetivamente protagonismo mundial. A revolução científico-técnica não apenas entra em contradição crescente com o assalariamento, como mencionamos, fundamento do modo de produção capitalista, mas com as hegemonias, pilar fundamental de sua superestrutura política. A ciência é altamente intensiva em difusão e contradita a concentração do monopólio tecnológico e sua sustentação em um Estado. A aceleração tecnológica da economia mundi-

al já vem reduzindo a extensão dos ciclos sistêmicos, mas com o desenvolvimento da revolução científico-técnica e a globalização que esta impulsiona, cria-se um fenômeno novo, pois a difusão deixa de ser apenas um componente para se tornar o eixo dinâmico do progresso técnico².

Durante o desenvolvimento do Kondratiev em curso, deverão armar-se as forças sociais anti-sistêmicas que, diante do esgotamento do moderno sistema mundial, buscarão configurar um poderoso bloco histórico capaz de estabelecer um novo sistema mundial, baseado numa civilização planetária que expressará um novo tipo de socialismo. Este estará fundado na democracia radical para reformular os espaços mundiais, regionais, nacionais e locais, e na diversidade cultural. Quanto mais avançar o Kondratiev, em suas subfases, na direção do esgotamento de sua expansão, maior será a sua necessidade histórica. Este projeto se apresenta como uma possibilidade estrutural, cujo êxito, entretanto, dependerá de capacidade ideológica, política e organizativa.

A mudança do panorama político ao final da retomada que inicia o novo Kondratiev é bastante evidente desta necessidade e expressa a crescente radicalização política e social que acompanha o esgotamento da retomada do novo Kondratiev. Do pensamento único e da vitória da civilização liberal preconizada por Fukuyama, no começo dos anos 1990, passamos, a partir do final da década, às manifestações globais contra o neoliberalismo, à organização do Fórum Social Mundial, ao atentado de 11 de setembro contra o World Trade Center e o Pentágono, aos protestos globais contra a guerra e a ocupação estadunidense do Iraque. Na América Latina, assistimos a uma ampla crise de legitimidade do neoliberalismo e à conquista de governos por forças de centro-esquerda ou nacionalistas que se dividem entre o compromisso com versões de terceira via,



O ciclo de Kondratiev gera também alternativas políticas anti-sistêmicas

abandonando uma importante oportunidade histórica, ou radicalizam, com aparente êxito, suas posições diante das resistências das oligarquias internacionais e nacionais, casos de Hugo Chávez, na Venezuela e, em menor medida, de Nestor Kirchner, na Argentina.

Todavia, se o Kondratiev que se iniciou nos 1940 precisou incorporar elementos socialistas para sua realização, uma reformulação socialista da economia mundial necessita, por sua vez, incorporar elementos de capitalismo. Isto implica que a luta por um sistema mundial socialista só pode obter êxito a partir da conquista de posições socialistas no âmbito da economia mundial capitalista. A construção de um sistema mundial socialista exige uma colossal articulação de forças estatais, partidos políticos e movimentos sociais. Ele deverá ultrapassar os limites da civilização capitalista e proceder à democratização radical das relações internacionais e dos Estados nacionais. Os caminhos históricos desta construção são de difícil previsão, mas partirão da anarquia relativa da economia-mundo capitalista para combinar guerras de posição e de movimentos em dimensões locais, nacionais, regionais e globais. Entre os desafios do movimento socialista, está o de garantir a paz nessa transição e impedir que a tentativa de substituir a hegemonia por um imperialismo global de caráter fascista, que parte do setor mais agressivo da alta burguesia estadunidense – diante das dificuldades de preservar a hegemonia ou de apostar num novo ciclo que lhe garanta um lugar privilegiado no sistema-mundo – dirija a humanidade para uma nova guerra mundial que a aniquile.

Como a América Latina deve se situar diante desse contexto? Esta é a questão que buscaremos responder na próxima seção.

3. A AMÉRICA LATINA E A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

Situada na conjuntura contemporânea, do ponto de vista sistêmico, como zona de hegemonia regional de um *hegemon* decadente, a América Latina desmonta o projeto desenvolvimentista que estabeleceu entre 1930-80, quando se projetou como uma região de destaque da periferia da economia mundial, e passa a ter um dos piores desempenhos econômicos e sociais de sua história, perdendo relevância política e ideológica.

Na origem desse desempenho, está sua dependência regional a um *hegemon* decadente. Se esta dependência, apesar de suas importantes contradições, foi útil nos anos 1950-70 para redefinir o modelo de substituição de importações e prolongar seus limites, desde os anos 1980, quando os Estados Unidos propagam o neoliberalismo para responder a sua decadência, se converteu em uma importante restrição ao desenvolvimento da região.

A difusão do neoliberalismo na América Latina por parte

A difusão do neoliberalismo na América Latina visa melhorar a posição dos EUA

dos Estados Unidos tem por objetivo melhorar sua posição competitiva na economia mundial e prolongar sua decadência. Isto se realiza pelos seguintes mecanismos:

a) inicialmente, durante a fase depressiva do ciclo de Kondratiev, pela apropriação de importantes excedentes financeiros por mecanismos especulativos. A isto corresponde a brutal elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, 1979-92, e seus impactos na dívida externa da região. Nesse período, a América Latina, em sua maior parte, manteve a estrutura protecionista da substituição, mas comprometeu os seus superávits com o pagamento dos juros e serviços da dívida externa;

b) posteriormente, buscou-se conter os déficits em conta corrente nos Estados Unidos, calcanhar-de-aquiles de sua hegemonia, através da geração de superávits comerciais com a América Latina e a utilização de sua força de trabalho superexplorada para baratear a elaboração de partes e componentes, incorporados às mercadorias finais estadunidenses, mas cuja produção é parcialmente descentralizada à região. Esta estratégia envolveu a formação do consenso de Washington e a exigência da aplicação de políticas neoliberais na América Latina, fundadas na liberalização comercial e financeira. Estabeleceram-se duas gerações de políticas públicas: na primeira, em que a América Latina pratica o câmbio fixo sobre-

Nikolai Kondratiev, economista russo (1892 - 1938), para quem a economia mundial viveria, desde o século XIX, cinco longos ciclos alternados de retração e crescimento



Como a América Latina deve se situar diante desse contexto?

mas o torna menos agudo. Durante as crises, quando o capital estrangeiro intensifica suas saídas da região, geram-se importantes saldos comerciais que financiam os déficits comerciais e em conta corrente criados nos períodos de expansão. O resultado geral da balança comercial tende a ser negativo ou, na melhor das hipóteses, um magro superávit incapaz de financiar os egressos de capital que predominam sobre as entradas no balanço de pagamentos de uma região dependente.

O neoliberalismo, portanto, gera para a América Latina a insustentabilidade de seu crescimento econômico pela incapacidade de estabelecer uma arquitetura institucional para financiá-lo. Em consequência, aprofundam-se a desnacionalização, o endividamento e a superexploração da região. O futuro medíocre que nos oferece a atual vinculação à hegemonia em curso reforça a necessidade de buscar alternativas.

O desafio da América Latina, como região periférica do sistema mundial, é duplo: de um lado, erradicar a pobreza e reduzir as disparidades de renda e propriedade internas, e de outro lado, projetar-se em direção ao centro da economia mundial para superar sua condição de periferia. Se, para o primeiro desafio, o socialismo pode nos dar a resposta, o segundo desafio exige, sem abandoná-lo, matizá-lo. Para ascender ao centro da economia mundial, é necessário que a região evite seu isolamento no sistema-mundo e inverta a relação que tradicionalmente estabeleceu com o capital estrangeiro, tornando-o um instrumento de sua capitalização e não de descapitalização. Mas como fazê-lo? Pois este utiliza a região como um espaço de acumulação que lhe proporciona saídas de capital superiores às entradas e o auxilia a concentrar capital nos grandes centros de expansão mundial.

A única forma de inverter essa lógica é alterando o atrativo de investimento que a América Latina oferece à economia

mundial capitalista. Esta tem lhe proporcionado ativos baratos e de baixa qualidade, que encontram sua principal expressão na força de trabalho superexplorada. Entretanto, estes limitam a continuidade dos investimentos, pois os baixos salários restringem o mercado interno, e a exposição do subdesenvolvimento tecnológico à competição pressiona negativamente a taxa de lucro.

Numa era de desenvolvimento da revolução científico-técnica, a qualidade da força de trabalho torna-se o principal ativo tecnológico. Para proporcioná-la, a América Latina deverá romper com a sua superexploração, pois esta limita o investimento no aumento do seu valor ao reduzir os seus preços abaixo deste. Mas a ruptura com a superexploração é também a ruptura com o capitalismo dependente ao qual esta se articula. O aumento do valor da força de trabalho exige a liberação dos compromissos financeiros externos e internos que impedem o investimento maciço em ciência e tecnologia, educação, saúde, infra-estrutura habitacional, gêneros de primeira necessidade, cultura e lazer, capazes de elevar os níveis de vida e de consumo dos povos latino-americanos.

Sustentamos que um projeto deste tipo, que se inscreve nos marcos de transição ao socialismo, embora se confronte num primeiro momento com as diretrizes do sistema mundial, terá amplas condições de se impor na economia-mundo, por duas grandes razões:

a) a erradicação da miséria e da po-

breza, a elevação dos níveis de consumo popular e a limitação dos egressos de capital, combinadas a uma gestão macroeconômica que garanta um superávit estrutural na balança comercial, elevariam as taxas de investimento e abririam uma perspectiva de crescimento intenso e sustentado na região. A construção da equidade interna num espaço de forte desigualdade garantiria, por si mesma, uma trajetória intensa e prolongada de expansão. Isto proporcionaria um papel estratégico aos países mais avançados da periferia e aos processos de integração regional por sua maior capacidade de combinar a articulação das capacitações locais e a reversão das desigualdades;

b) uma vez superado o choque com as estruturas internas e externas da dependência, o êxito econômico do processo de desenvolvimento garantiria apoio do capital estrangeiro à sua expansão e renovação. Isto ocorreria, porque a construção da equidade na América Latina disponibilizaria para o capital internacional uma força de trabalho qualificada e, ainda, relativamente barata para os padrões internacionais, redirecionando os seus investimentos e proporcionando à periferia mais avançada e sua influência regional fluxos sustentáveis de entrada de capital para inverter a lógica das relações de dependência³.

Como vimos, a revolução científico-técnica tende a elevar o valor da força de trabalho em relação à produtividade e a pressionar negativamente a taxa de mais-valia. Esta contradição é resolvida nos países centrais com o desemprego e a precarização do trabalho, que permitem aos preços da força de trabalho caírem abaixo de seu valor. Mas este procedimento gera um subinvestimento nesses países, a ser disponibilizado a quem no mercado mundial proporcionar uma força de trabalho cuja relação valor/preço seja mais atrativa ao capital internacional. Os países periféricos, ao liquidarem sua dependência e seu vínculo his-



A contradição da revolução tecnológica se resolve com desemprego

tórico com a superexploração do trabalho, podem elevar o valor de sua força de trabalho e ainda, mais que proporcionalmente, os preços dela – que seriam, ao final, incorporados ao valor como dimensão histórico-moral mais avançada da classe trabalhadora – falta cumprir este papel.

Há, portanto, um certo “espaço de consenso” a ser buscado pelos países dependentes na conjuntura internacional de crise sistêmica do capitalismo, que remete à combinação entre guerras de posição e de movimento no mundo contemporâneo, anteriormente referida.

Estes, ao liquidarem a superexploração, fundamento de sua dependência, não estariam se isolando do sistema mundial, como supõe a versão conservadora da teoria da dependência, liderada por Fernando Henrique Cardoso, mas criando as condições para dirigir uma ofensiva sobre o sistema mundial capitalista, capaz de, em médio prazo, prolongar sua decadência, mas simultaneamente de questionar uma de suas bases mais fundamentais: a divisão da economia mundial entre centro e periferia. O papel cumprido pela China, de um “socialismo de mercado” na periferia, parece sobre isso

exemplar e ilumina as complexidades da transição do sistema mundial capitalista a uma civilização superior.

Carlos Eduardo Martins é doutor em Sociologia pela USP, membro da Rede de Estudos sobre Economia Mundial (Redem) e um dos organizadores do Reggen, que em 2005 realizou o Seminário Internacional “Alternativas à globalização: potências emergentes e os novos caminhos da modernidade.”

NOTAS

¹ Entre 1994-2002, período que indica a recuperação da economia mundial e seu intervalo para a prosperidade, o PIB per capita mundial se expandiu em 2,0%, bem acima do desempenho alcançado por esta entre 1974-93, de 1,2%. Consideramos esse período paradigmático para a prospectiva de crescimento da fase expansiva do Kondratiev e de sua durabilidade. Ele associa à expansão seus pequenos intervalos recessivos, uma vez que, em 2001-2002, a expansão do PIB per capita caiu para níveis de crise, alcançando 1,4%. Uma análise comparativa evidencia que apresentou desempenho inferior ao alcançado pela economia mundial no período de expansão longa de 1939-1973, quando esta atravessava o final do caos sistêmico e se expandiu em 2,3% e, principalmente, ao seu período dourado, entre 1950-73, posterior ao caos, quando se expandiu em 2,9%. Atribuímos parte da resistência dos cientistas sociais em aceitar o ingresso em uma nova fase expansiva do Kondratiev à mediocridade dos seus resultados econômicos e ao fato de que se tomam como referência de expansão longa os anos dourados do Kondratiev anterior, e não, como deve ser,

toda a extensão de sua fase expansiva, o que inclui a Segunda Grande Guerra do século XX (GRONINGEN GROWTH and DEVELOPMENT CENTRE, 2005) (Concil of Economic Advisers, 2005) (MADDISON, 2001).

² O deslocamento do dinamismo da economia mundial para o Leste Asiático, região que concentra cerca de 40% da humanidade, expressa esta tendência e apresenta forte restrição às hegemonias. Estas requerem instrumentos de gestão que garantam o protagonismo da lógica econômica da acumulação sobre as pressões sociais e políticas. Por isto, se basearam em Estados que nunca ultrapassaram mais de 5% da população do planeta e que recusaram a centralização institucional do sistema mundial, pela via do império ou da democracia globais, meios pelos quais a lógica da política tenderia a prevalecer sobre a economia.

³ O alto grau de competição na economia internacional que acompanha a crise de hegemonia e a aceleração tecnológica seria outro fator relevante para postular o êxito desta alternativa na América Latina e que dificultaria a unidade política do capital internacional contra a região.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México D. F.: Siglo XXI, 1974.
- BORON, Atilio. *A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. *Dependencia y relaciones internacionales*. Costa Rica: Educa, 1973.
- COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. *Economic report of the president*. Washington: United States Government Printing Office, 2005.
- DOS SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE 2005. *Groningen Growth and Development Centre and The Conference Board, Total Economy Database* “<http://www.ggdc.net>”
- KONDRATIEV, Nicolai. *Los ciclos largos de la coyuntura económica*. México D.F.: UNAM, 1992 [1928].
- MADDISON, Angus. *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas*. Paris: OECD, 1997 [1995].
- _____. *Chinese economic performance in the long run*. Paris: OECD, 1998.
- _____. *The world economy: a millennial perspective*. Paris: OECD, 2001.
- MANDEL, Ernst. *Long waves of capitalism development: the marxist interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. (Tese de doutorado) Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México D.F.: Ediciones Era, 1973.
- _____. *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). *La teoría social latinoamericana: tomo IV, cuestiones contemporáneas*. México D.F.: UNAM, 1996.
- WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.



ENTREVISTA

A América Latina e seus grandes DILEMAS



ENTREVISTA DE ADRIÁN SOTELO VALENCIA A WALDIR RAMPINELLI

Plural – O modelo econômico que se adotou na grande maioria dos países latino-americanos, imposto pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, terminou em um rotundo fracasso para nossas populações. O crescimento econômico é pífio, o desemprego cresce, os regimes democráticos são fracos, e o desmanche do Estado nacional se acentua. Estes são alguns dos resultados alcançados. Pergunto, então: o Estado neoliberal está se esgotando e, caso isso seja certo, para que tipo de Estado caminhamos na América Latina?

Adrián Sotelo – Primeiramente, eu vejo que há um certo esgotamento do padrão capitalista neoliberal dependente nesta fase mais complexa, que se expressa nas constantes tendências de queda das taxas de crescimento econômico; em segundo lugar, isso afeta um Estado liberal, ou neoliberal ou neomercantilista, que chegou a um período de seu desenvolvimento. Agora, quanto à pergunta para onde caminhamos na América Latina, penso que, se não houver uma participação crescente das massas populares, dos trabalhadores e das verdadeiras forças de esquerda, é evidente que o capitalismo e o Estado capitalista neoliberal vão se tornar muito mais exploradores. Aparece, então, muito mais a tendência da barbárie do que a da civilização. Aqui existe uma questão teórica que não está resolvida pela esquerda e pelos estudiosos, que é a seguinte: diante do esgotamento do padrão capitalista dependente e do Estado neoliberal, o que viria para sucedê-lo? O capitalismo seguirá adiante com uma nova forma de Estado, ou o Estado buscará uma nova forma de neoliberalismo, determinada pela insuficiência da incidência das lutas populares, mudando o rumo na direção de um Estado democrático, de um Estado mais planejado e de um Estado socialista democrático. É a grande dicotomia.

Plural – Já que você falou em Estado democrático, a democracia capitalista que temos hoje na quase

totalidade dos países da América Latina está cada vez mais complicada. Uma pesquisa feita pela ONU mostra um resultado assustador, pois as pessoas preferem uma ditadura eficiente – que resolva o problema do desemprego – a uma democracia ineficiente. Então, o Estado capitalista neoliberal conseguiu destruir a própria democracia burguesa?

Adrián – É preciso entender que a democracia que se instaurou na América Latina, desde meados dos anos 1980, é uma democracia restringida, governável, e bem ao estilo dos Estados Unidos e de seus interesses imperialistas. Na América Latina, nunca tivemos uma democracia direta. Quando muito, democracias eleitorais. E esta democracia eleitoral entrou em uma profunda crise, gerando a partidocracia, ou seja, o poder dos partidos que se impõem sobre a maioria das populações.

Plural – Os candidatos a presidente, em vários países da América Latina, se elegem com um discurso de centro e de esquerda. Uma vez chegados à Presidência, mudam completamente seus programas. É tão difícil assim governar com um programa de esquerda ou de centro-esquerda?

Adrián – Eu não creio que seja difícil. O que acontece é que não são partidos de esquerda. A chamada centro-esquerda é uma versão da social-democracia adaptada às condições latino-americanas. Os candidatos que fazem campanhas com argumentos de esquerda o fazem por uma questão estratégica, isto é, chegar ao poder, e uma vez lá, se tornam verdadeiros gestores das políticas neoliberais. Não vejo um fenômeno contraditório, mas perfeitamente plausível. James Petras escreveu muito sobre candidatos iluminados que se dizem representantes das massas prometendo empregos, distribuição de renda, programas para combater a miséria e a fome, e uma vez que chegam à Presidência, são congruentes com os interesses do sistema de dominação que representam.

Fernando Ferraz



Adrián Sotelo: professor de Ciências Políticas e Sociais da UNAM (México)

Plural – Você, como professor e intelectual mexicano, como vê e analisa o governo Lula?

Adrián – Penso que o governo Lula veio efetivamente da formação de uma classe trabalhadora. Fundou um partido – o Partido dos Trabalhadores (PT) –, que estava, no início, contra a ordem capitalista. Nos anos 1980, começa uma mudança estratégica do PT, e ao chegar aos 90, já é praticamente um partido dentro da ordem e para a ordem. Portanto, parece-me que o triunfo de Lula é congruente no plano eleitoral, e ele, como representante dessas forças em aliança com as forças liberais e de direita, logicamente chega à Presidência atado, e hoje o governo Lula está se revelando o que realmente é: um governo essencialmente neoliberal.

Plural – Com a mudança do governo Lula para posições neoliberais, não se perde a grande possibilidade de profundas mudanças na América Latina, já que o Brasil poderia influenciar outros países a adotarem políticas populares e nacionalistas?

Adrián – Eu penso que sim. Mas pergunto por que não se conseguiu essa mu-

Lula chegou ao poder atado pelas alianças e faz um governo neoliberal

dança na direção de uma esquerda progressista e por que não se estabeleceu uma política de esquerda que necessariamente teria que ser contrária à essência das políticas neoliberais. Isso seria contra não apenas as políticas neoliberais no Brasil, mas também contra todas as políticas impostas pelos Estados Unidos e os organismos financeiros internacionais. Sim, é verdade que se perdeu uma grande oportunidade. Por outro lado, permite acabar com as ilusões de pensar que uma só pessoa, por mais vontade que tenha, vá conseguir mudar as coisas. Eu penso que não é assim. Ao cair as ilusões que se tinha com o governo Lula no Brasil e Tabaré no Uruguai, e que provavelmente acontecerá no México com as posturas de López Obrador¹, isso contraditoriamente ajuda para que as maiorias entendam que por aí não se mudam as coisas.

Plural – Como você analisa o papel dos intelectuais na América Latina e suas relações com estes governos que apresentavam um programa de esquerda e que hoje governam com políticas de direita?

Adrián – Neste aspecto, eu apoio a teoria de Gramsci, ou seja, dos intelectuais orgânicos. Na América Latina, a intelec-

tualidade voltou-se para o neoliberalismo. Foi cooptada pelo *establishment*, pelo sistema dominante. No entanto, há setores minoritários de uma intelectualidade de esquerda, uma esquerda mais radical, que vai à raiz dos fenômenos e das lutas sociais. Creio que esta esquerda é que serve como catalisador de uma crítica profunda ao sistema dominante, como também desta pseudoesquerda ou centro-esquerda que fala em nome de uma suposta esquerda dos países, quando não o é. Então, eu penso que os intelectuais cumprem estes dois papéis: uns são intelectuais orgânicos dentro do sistema e da ordem; outros são contra a ordem e estão voltados e comprometidos com o povo e a classe trabalhadora.

Plural – As universidades públicas sofrem um ataque sistemático na América Latina. Apenas o Brasil e o México não tiveram as suas universidades totalmente privatizadas. A Universidade Nacional Autônoma do México, por exemplo, passou por uma greve muito longa no ano de 1999-2000. Como você vê o papel das universidades públicas nesta difícil conjuntura que vive o continente?

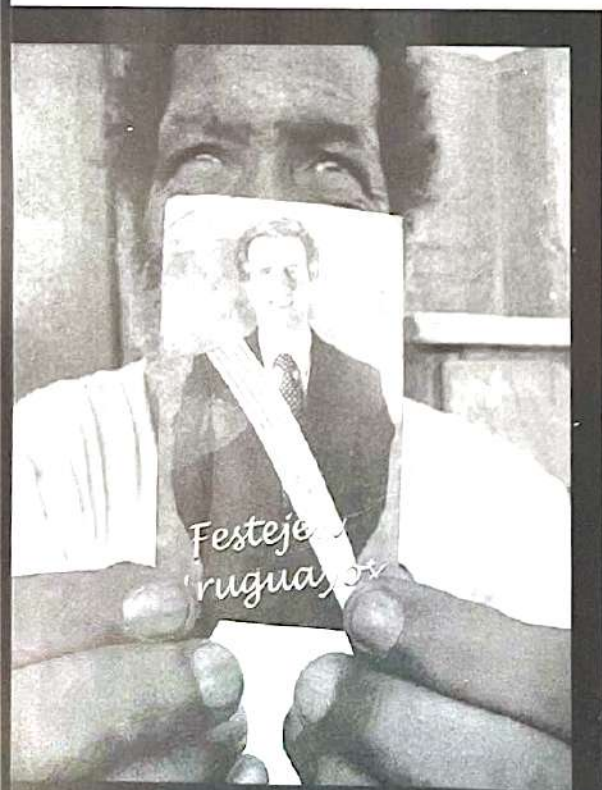
Adrián – Efetivamente, a universidade pública latino-americana está sendo objeto de ataque do capital privado latino-americano e estrangeiro para destruí-la como alternativa de um sistema de educação pública, gratuita, laica e popular. Estas são as quatro funções históricas que a universidade pública desenvolveu na América Latina. Nos últimos anos, recrudescceu o ataque às universidades públicas, sobretudo pelo Banco Mundial, que condicionou seus programas de desenvolvimento à pressão dos governos sobre a privatização do sistema de educação pública. No México, aconteceu uma greve muito forte – durou dez meses – e foi exitosa, sendo enfrentada somente pelo exército². As demandas básicas do movimento da Unam foram a defesa da educação pública e gratuita, o direito a uma educação laica sem credo religioso e sobretudo

uma universidade que realmente atenda aos interesses das maiorias. Estes são os quatro pontos atacados sistematicamente pelos organismos financeiros nacionais e estrangeiros. As universidades têm este duplo papel: servir ao sistema dominante ou abrir suas portas para uma educação para todos. O lema da greve universitária da Unam foi **Fechamos hoje a universidade para que permaneça sempre aberta ao povo e aos cidadãos em geral**. É a dialética: tivemos que fechá-la para defendê-la, para que permanecesse sempre aberta. Felizmente, graças à luta dos estudantes

e à solidariedade dos pais de família, dos sindicatos, dos trabalhadores, dos camponeses, dos índios, a universidade mexicana continua sendo essencialmente uma universidade pública, gratuita, aberta às grandes maiorias.

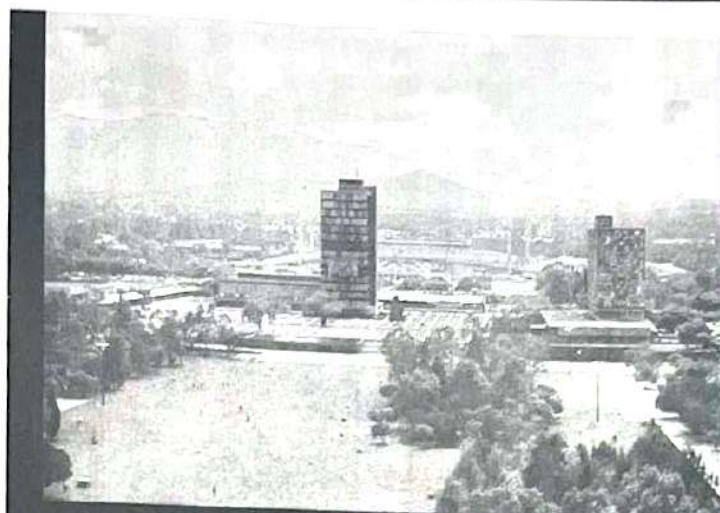
A Unam é a universidade mais antiga da América Latina e tornou-se também um símbolo da Revolução Mexicana. Em 1929, a Unam conquistou sua autonomia universitária. Antes, ela era uma universidade que prestava serviços à oligarquia e ao positivismo. No entanto, a partir da conquista da autonomia até 1968, se dá um processo muito forte de lutas internas na universidade, que culmina na massificação da educação pública. A partir do movimento popular de 1968, esse movimento foi reprimido a ferro e fogo pela ditadura de Gustavo Díaz Ordaz. Díaz Ordaz perpetrou uma matança³ e uma guerra suja contra o movimento popular de 1968 e também foi um baluarte da defesa do projeto pós-revolucionário da educação pública no México. Há, portanto, uma continuidade entre o triunfo da Revolução Mexicana – sobretudo com os seus ideários libertários consagrados no artigo 3 da Constituição política do país – e o movimento da defesa da universidade e, particularmente, da Unam.

Plural – O capitalismo neoliberal na América Latina está aprofundando os níveis de exploração em todo o continente. Você vê no horizonte a possibilidade de uma saída socialista?



O governo de Tabaré Vázquez também derrubou as ilusões no Uruguai

Adrián – Esta pergunta é por demais complexa. Mas eu vejo um esgotamento das políticas neoliberais. No entanto, o que não está muito claro é que tipo de saída. Eu penso que a saída depende muito da correlação de forças e da incidência que tenham as classes exploradas, onde há uma constelação de forças populares – como os camponeses, os indígenas, os trabalhadores, os estudantes, etc. – que possam aproveitar esta crise brutal do sistema capitalista e dar um salto para um sistema completamente diferente. Não apenas o neoliberalismo, mas também o próprio capitalismo, ou seja, uma ruptura capitalista. Em segundo lugar, caso não se dê essa participação popular organizada, cada vez mais na direção da esquerda e de um projeto alternativo de nação, de sociedade e de civilização, parece-me que infelizmente se vai aprofundar, cada vez mais, a face mais nefasta e mais selvagem de um neoliberalismo ainda desconhecido. As duas alternativas estão postas. No entanto, vai depender da luta no plano internacional e no plano de nossas nações como se pode resolver isso em função de uma alternativa ou da outra.



Unam: greve de 10 meses em defesa da educação pública

Plural – Este tipo de luta cresce ou diminui hoje?

Adrián – Vejo de maneira desigual na América Latina e também em nível mundial. No entanto, há momentos em que vejo certos avanços, como o que ocorre na Venezuela, em Cuba e no México de maneira muito embrionária com o Exército Zapatista de Libertação Nacional e a proclamação da Sexta Declaração da Selva Lacandona e A Outra Campanha, que já é um salto qualitativo, a partir do índio, para o povo avançar além do processo eleitoral. No caso da Bolívia, a centro-esquerda sufocou o movimento de massas que havia no povo boliviano, que haveria de terminar em uma ruptura do sistema de dominação e talvez a instalação de um sistema antineoliberal e anticapitalista. Na Colômbia, a presença das Farc e das guerrilhas é um baluarte muito importante do avanço das forças. Na América Central e no Caribe, temos processos muito graves, como, por exemplo, a ocupa-

ção por forças estrangeiras do Haiti e a opressão contra esse povo, humilhado e explorado historicamente. Isso vai depender de um fator internacional muito importante, que eu espero que seja a derrota militar e política dos Estados Unidos no Iraque. Penso que, se o Iraque conseguir mudar a correlação de forças e a saída, como outros fenômenos, isso pode ser revertido em favor das lutas populares e no seu crescimento na América Latina.

Plural – Então, você vê a participação militar brasileira no Haiti dentro de uma estratégia imperialista do governo Bush Filho?

Adrián – Vejo dentro de uma perspectiva de dominação imperialista dos Estados Unidos, mas também a vejo dentro de um comportamento já descrito por Ruy Mauro Marini – sociólogo brasileiro criador da teoria marxista da dependência –, que ele caracterizou como subimperialismo. Quando Marini fala em seus textos clássicos de subimperialismo, refere-se particularmente ao caso brasileiro e seu expansionismo como subpotência dentro de um esquema internacional de dominação. O Brasil ocupa o Haiti e o México se expande para a sua área natural de dominação, que é a América Central e o Caribe. É uma vocação de dominação, não uma convocação de deliberação. E com um esquema complementar de um sistema neopanamericanista de intervenção dos Estados Unidos na América Latina.

Adrian Sotelo é professor e pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). **Waldir José Rampinelli** é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

A entrevista foi realizada durante o Seminário Internacional do Reggen/2005, no dia 12 de outubro de 2005, no Rio de Janeiro. A tradução e as notas são do entrevistador.

NOTAS

¹ Andrés Manuel López Obrador foi candidato à Presidência da República pelo Partido Revolucionário Democrático (PRD) nas eleições de julho de 2006. Surgido em 1988, o PRD foi criado por dissidentes do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que trouxeram para aquela organização grande parte dos velhos costumes do partido anterior. A figura máxima do PRD foi Cuauhtémoc Cárdenas, que venceu as eleições para a prefeitura da Cidade do México, em julho de 1997, sendo sucedido por Lopez Obrador.

² Para uma análise e balanço dessa greve, consulte o livro do autor:

Neoliberalismo y educación, la huelga de la Unam a finales de siglo. México: Ediciones El Caballito, 2000. Existe versão desse livro em internet: <http://www.rebellion.org/mostrar.php?id=adri%E1n+sotelo&submit=Buscar&inicio=0&tipo=5>

³ No dia 2 de outubro de 1968, pouco antes do início dos Jogos Olímpicos, o governo de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) reprimiu uma manifestação de estudantes na Praça das Três Culturas, no bairro de Tlatelolco, matando cerca de 500 deles. Desde então, nunca se permitiu escrever nada na imprensa nacional sobre o massacre. Somente a partir de alguns anos para cá, começou-se a discutir essa matança, como faz o filme *El rojo amanecer* e as várias tentativas frustradas de processar os responsáveis por tamanho crime.

Resistências culturais à DOMINAÇÃO IMPERIAL



A ALTERNATIVA SOCIALISTA

Michael Löwy

O feticismo da mercadoria é um aspecto central da cultura imperial: ele é uma espécie de pseudo-religião (Cf. Walter Benjamin, *O capitalismo como religião*), que transforma a mercadoria – assim como o mercado e o dinheiro – em fetiches, em ídolos que exigem sacrifícios humanos. Os princípios desse culto idólatra, que exerce uma verdadeira ditadura cultural em escala planetária – e que tem na cidade de Davos sua capital simbólica –, visam à redução de cada relação humana, de cada sentimento humano, de cada produção simbólica – cultural, social, religiosa, erótica ou artística – a uma mercadoria, a ser comprada ou vendida segundo seu valor mercantil.

Já no século XIX, um crítico da economia política havia previsto, com lucidez profética, o mundo de hoje:

Chegou, enfim, um tempo em que tudo o que os seres humanos haviam considerado inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico e pode alienar-se. É o tempo em que as coisas mesmas, que até então eram comunicadas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas; conquistadas, mas nunca compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc. –, em que tudo, enfim, passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, tendo-se tornado valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada por seu valor adequado. (Marx, *Miséria da Filosofia*).

O neoliberalismo é o feroz, o brutal e impiedoso desenvolvimento dessa lógica venal até suas últimas consequências. Ele constitui a forma mais radical e desumana daquilo que Guy Debord chamava a sociedade do espetáculo, isto é, a transformação dos indivíduos – separados uns dos outros como átomos – em especta-

dores passivos do movimento das mercadorias. Nesta construção social de passividade, estágio supremo da alienação, jogam um papel importante certas mercadorias culturais, como a televisão, que produzem e reproduzem continuamente a fragmentação, o isolamento e a contemplação inerte do “espetáculo” mercantil. A cultura do espetáculo moderno, escrevia Debord, é “um canto épico”, mas ele não canta, como a *Ilíada* de Homero, os homens e seus feitos de armas, mas ‘as mercadorias e suas paixões’. (Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, 1966).

A mercantilização, na etapa do capitalismo neoliberal, não significa apenas que a cultura se torna uma mercadoria como as outras. Ela esvazia os produtos culturais de seu conteúdo humano, de suas qualidades artísticas ou sociais, que são dissolvidas no puro valor de troca, isto é, em quantidades monetárias. A lógica da mercantilização é perfeitamente indiferente ao valor cultural intrínseco – ou à ausência de valor – dos produtos simbólicos: seu único e exclusivo interesse – que não conhece trégua nem pausa – é a rentabilidade de suas mercadorias, a conquista de maiores partes de mercado, a acumulação do capital. Não é uma questão de boa ou má vontade, de maior ou menor falta de escrúpulos: trata-se simplesmente da lógica impiedosa de um sistema, cuja expressão cultural mais característica, que invade todos os espaços da vida pública e privada, que ocupa as telas de cinema e de televisão, que se espalha pelos muros e pelas estradas, é a publicidade comercial.

O pseudo-universalismo ocidental-imperial pretende impor a todos os povos do mundo – e em particular aos da periferia do sistema – sob o manto da “civilização”, a dominação da cultura e do modo de vida capitalista neoliberal: propriedade privada, economia de mercado, feticismo da mercadoria, produtivismo, utilitarismo, individualismo pos-

sessivo –, uma tradição que vem desde Hobbes e Locke – e racionalidade instrumental (objeto da crítica de Adorno e Horkheimer na *Dialética do Iluminismo*). O império norte-americano é particularmente ativo na promoção, em escala global, de uma só língua, uma só cultura, uma só forma de viver, de se divertir e de pensar. Ele impõe este “pensamento único”, de caráter totalitário, graças à sua hegemonia no mercado cultural mundial e seu controle dos meios de comunicação, mas não hesita em utilizar também sua potência militar.

Contra a dominação imperial, a resistência cultural toma a forma, em um primeiro momento, de defesa das culturas locais, nacionais ou regionais, tratando de protegê-las do rolo compressor da globalização neoliberal. A diversidade cultural é uma das riquezas da humanidade, e ela está sendo ameaçada – da

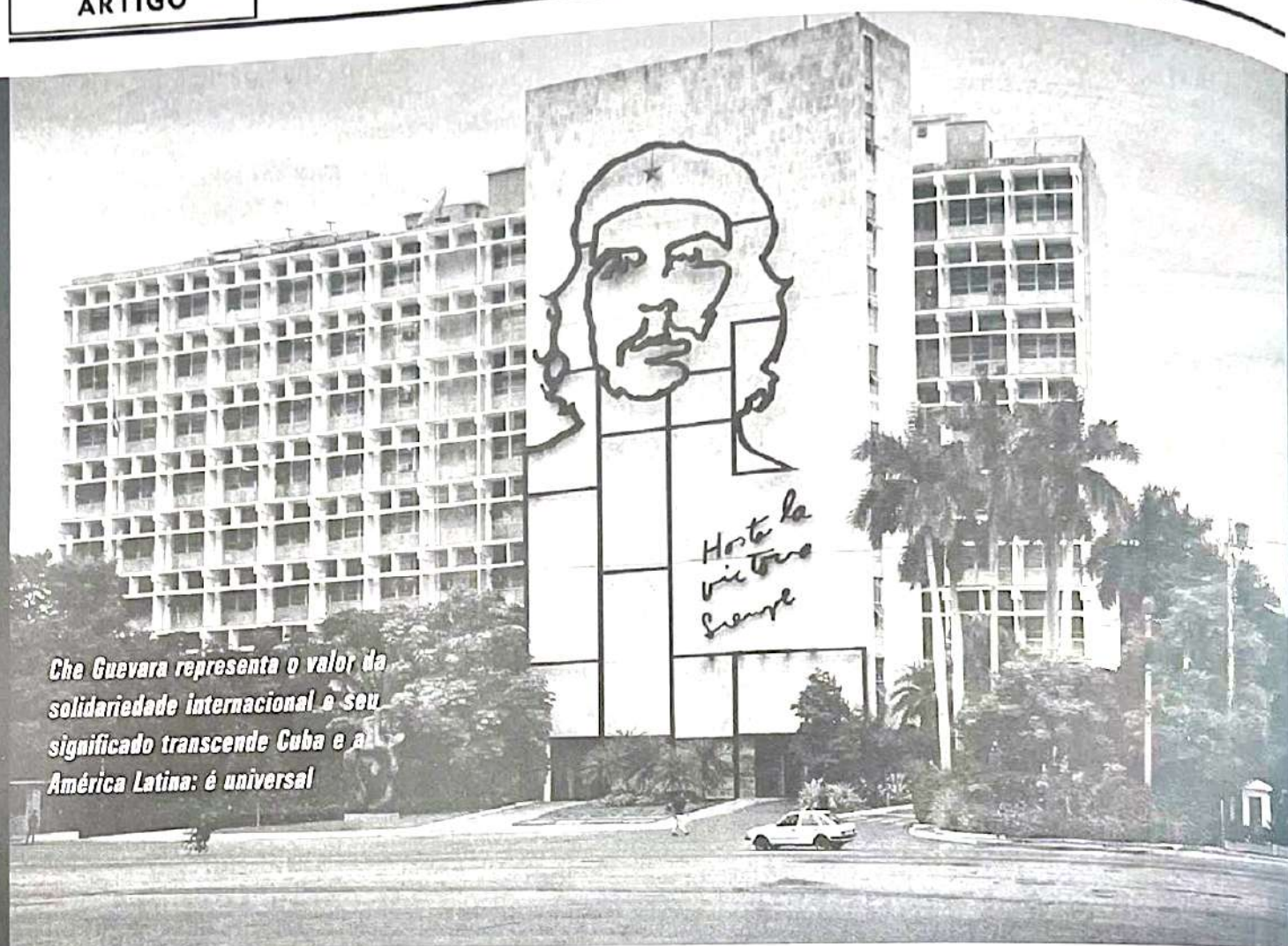
mesma forma que a diversidade biológica das espécies – pela dinâmica destrutiva e homogeneizadora do sistema.

Esse combate para salvar a pluralidade cultural humana – que inclui não só culturas locais, mas também culturas transnacionais, como por exemplo, a cultura negra do Atlântico, produção simbólica das populações de origem africana das Américas, do Caribe e da Inglaterra (veja-se o livro de Paul Gilroy, *Black Atlantic*) – é indispensável, mas insuficiente. Deve estar associado à luta pela invenção de uma nova universalidade humana, de uma cultura universal emancipadora – componente fundamental, indispensável, de uma nova civilização humana em escala planetária, uma civilização da solidariedade.

Senão, corremos o risco de a defesa das identidades culturais tomar a forma de nacionalismos estreitos e intolerantes, ou de manifestações religiosas agressivas e fundamentalistas, que, por mais que se apresentem como “antiimperiais”, são um inimigo mortal de todo projeto cultural emancipador. Outra expressão degrada-

O neoliberalismo desenvolve uma lógica venal de forma brutal, feroz e impiedosa

A mercantilização esvazia a cultura de seu conteúdo humano



Che Guevara representa o valor da solidariedade internacional e seu significado transcende Cuba e a América Latina: é universal

da de auto-afirmação identitária são os racismos, sexismos e xenofobias, que se traduzem, na Europa, no inquietante e espetacular progresso de forças políticas neofascistas ou semifascistas, que fazem do ódio ao “estrangeiro” – árabe, africano, judeu, cigano, ou simplesmente “não branco” – seu fundo de comércio. O problema se apresenta também em vários países do Sul, onde os pobres se trucidam entre si, em nome da etnia, da religião ou da nacionalidade. Sem falar dos Estados Unidos, onde, além do tradicional racismo antinegro, assistimos atualmente ao surgimento de reações xenofóbicas contra a população norte-americana de origem árabe.

21 Outra falsa alternativa cultural ao pseudo-universalismo da globalização neoliberal é a “política identitária” promovida pelos pós-modernos, que decretam o fim das Grandes Narrativas da Emancipação – desde o Iluminismo até o Marxismo – em nome da alegre multiplicação dos “jogos lingüísticos” mutuamente irreconciliáveis (cf. Lyotard, *A condição pós-moderna*). É verdade que o discurso iluminista foi muitas vezes utilizado pelas potências coloniais e imperiais para justificar, em nome do “progresso”, da “civilização” e da “modernidade”, seus projetos de dominação e opressão dos povos da periferia. Mas essa constatação – já formulada pelos críticos socialistas do imperialismo há mais de um século – não implica que se deva invalidar qualquer projeto universalista de emancipação! Os ideólogos pós-modernos celebram o particularismo, a fragmentação, a dissociação e a dispersão dos

vários movimentos “identitários” – culturais, étnicos, de gênero ou de orientação sexual – e rejeitam qualquer proposta de unificação, articulação ou universalização das lutas como uma tentativa anacrônica de reviver as “Grandes Narrativas” do passado.

A primeira tarefa de uma resistência cultural eficaz é precisamente tratar de estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações democráticas, as diversas lutas sociais, assim como entre estas e o movimento operário, buscando um terreno comum, uma convergência que respeite a autonomia de cada um, mas os associe no combate comum contra a dominação imperial, contra o racismo e o poder patriarcal, contra a lógica desumana do neoliberalismo.

O desafio é, então, construir uma nova cultura universal, democrática e plural, uma cultura da solidariedade fundada em alguns princípios gerais: 1) o reconhecimento e o respeito das diferenças: o objetivo é, segundo a célebre fórmula dos zapatistas, “um mundo no qual cabem muitos mundos”; 2) a emancipação dos seres humanos de todas as formas de opressão, exploração, alienação e degradação; 3) a desmercantilização da cultura, sua autonomização em relação às leis do mercado, seu livre desenvolvimento em função de seus próprios critérios; 4) o respeito à natureza, o restabelecimento do equilíbrio ecológico entre as sociedades humanas e o meio ambiente natural, em vias de destruição pela lógica produtivista do mercado.

Outra falsa alternativa é a “política identitária” dos pós-modernos

Necessitamos de uma **cultura crítica e universalista** deste tipo, **uma cultura da esperança** voltada para a perspectiva de um futuro emancipado, para conseguir superar os etnocentrismos e as intolerâncias, e para opor uma alternativa coerente ao desastre cultural do neoliberalismo. Uma cultura produzida por escritores, artistas, cineastas, poetas, filósofos e pensadores, mas também pelos movimentos sociais de libertação, cuja produção simbólica é de fundamental importância.

Essa nova cultura planetária, uma cultura da solidariedade e da esperança, libertária e emancipadora, socialista e democrática, não é apenas um sonho acordado, uma utopia concreta, uma imagem-de-desejo (Ernst Bloch, *O princípio esperança*). Ela começa, pouco a pouco, a tomar forma no seio desse imenso “movimento dos movimentos”, internacional e internacionalista, solidário e combativo, que tem no Fórum Social Mundial um dos seus epicentros. É no bojo desse amplo Movimento pela Justiça Global, desse movimento altermundialista – e não “antimundialista” ou “globalifóbico”, como o pretende uma certa imprensa – que atravessa os países e os continentes, dessa vasta mobilização de luta e de pensamento, que se manifestou nas ruas de Seattle, Nice, Praga, Estocolmo, Washington, Barcelona, Gênova, Florença e Porto Alegre, que se estão dando os primeiros passos, ainda incipientes, mas promissores, para a criação de uma nova cultura da humanidade, mais além do pesadelo capitalista, imperial e neoliberal.

Usamos acima a expressão “cultura socialista”. Que quer dizer “socialismo” no começo do século XXI? Ser socialista significa antes de tudo ser radical. A palavra “radical” vem da expressão latina *radix*, “raiz”.

Radical é aquele que quer atacar os problemas pela raiz. Como, por exemplo, os companheiros do MST e da Confederação Camponesa da França, que, por ocasião do Fórum Social Mundial I do ano 2000, organizaram um passeio no interior do Rio Grande do Sul para arrancar, pela raiz, umas plantações transgênicas da multinacional Monsanto...

Qual é a raiz dos problemas de que sofre a humanidade neste começo de século? Qual é a raiz do desemprego, da pobreza, da monstruosa desigualdade social? Qual é a raiz do neoliberalismo, da dívida externa, da especulação financeira incontrolável, dos programas de “ajuste estrutural”, da ditadura do FMI? **A raiz é o sistema capitalista mundial, a lógica global da acumulação capitalista, a hegemonia mundial do grande capital financeiro, a propriedade capitalista dos meios de produção.** Muitos no Fó-

rum da Unesco compartilham este diagnóstico. Mas precisamos começar a discutir as alternativas. E se buscamos uma alternativa radical, é a questão do socialismo que se coloca na ordem do dia.

O **socialismo a que me refiro** não é aquele que desmoronou depois da queda do muro, pobre caricatura burocrática que já há muito tempo havia perdido seu espírito revolucionário inicial. Tampouco aquele de certos partidos que se declaram socialistas ou social-democratas, mas não passam de social-liberais, simples administradores da ordem de coisas estabelecidas. Refiro-me à utopia socialista, ao sonho radical de justiça social e comunidade de bens que tem séculos de história, e que encontramos nas palavras de fogo dos profetas bíblicos, na prática fraternal das primeiras comunidades cristãs, nas revoltas camponesas da Idade Média; um sonho que encontrará sua forma moderna e revolucionária no pensamento e na ação de Karl Marx e Frederick Engels. O socialismo de que estou

falando é aquele que inspirou os mártires do 1º de Maio de Chicago, e tantos outros combatentes assassinados pelas classes dominantes, que sacrificaram sua vida pelo ideal da emancipação dos trabalhadores da cidade e do campo: Emiliano Zapata e Malcolm X, Farabundo Martí e Leon Trotsky, Buenaventura Durruti e Antonio Gramsci, Li-Ta-Tchao e Nguyen-van-Troy, Anita Prestes e Yara Iavelberg, Camilo Torres e Carlos Mari-gheila.

No que consiste o socialismo? Ele não tem nada de misterioso ou obscuro: seu princípio fundamental é transparente e claro como água da cascata: os meios de produção devem pertencer à sociedade, e as grandes decisões sobre investimentos, produção e distribuição não devem ser abandonadas às leis cegas do mercado, a um punhado de exploradores ou a uma camarilha burocrática, mas tomadas, depois de um amplo e pluralista debate democrático, pelo conjunto da população. Nada mais simples: mas exige, para ser realizado, uma verdadeira revolução, a supressão do sistema capitalista e do poder das classes dominantes...

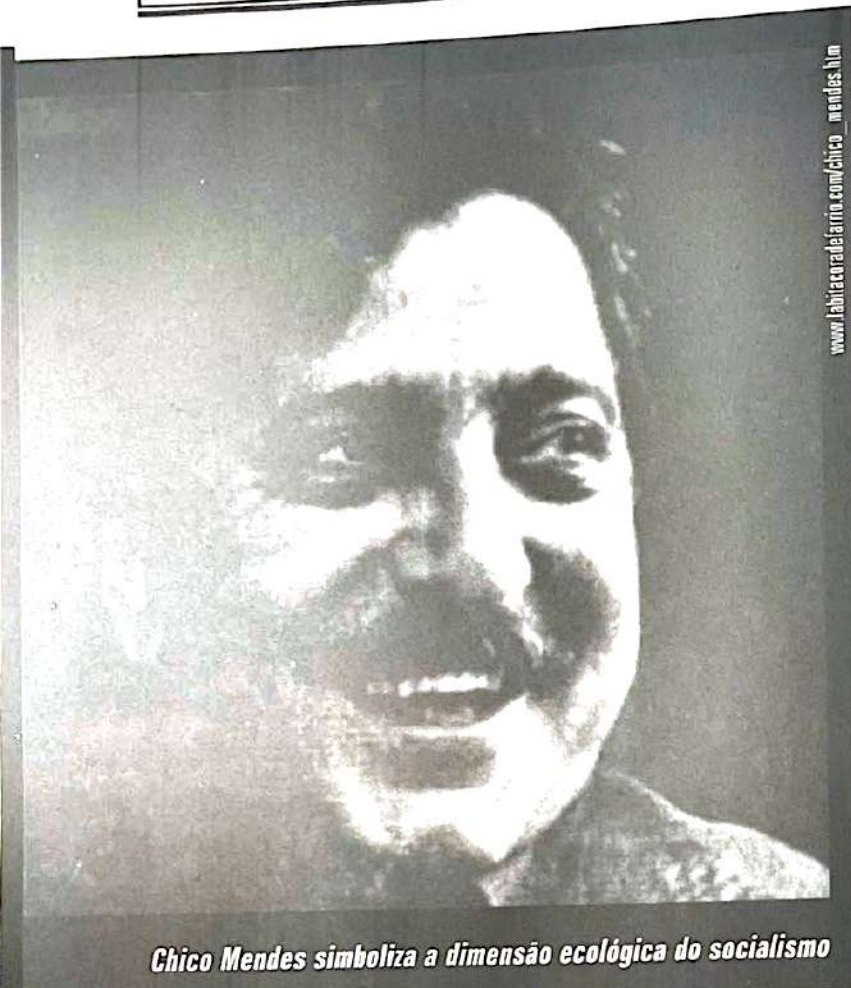
O **socialismo significa**, concretamente, que a produção não será mais submetida às exigências do lucro, da acumulação do capital, da produção massiva de mercadorias inúteis ou nocivas, mas voltada para a satisfação das necessidades sociais: alimentação, roupa, habitação, saneamento básico, água corrente, educação, saúde, cultura. Significa a superação de um modelo de civilização fundado no produtivismo e no consumismo, numa relação predatória com a natureza e numa

Ser socialista no século XXI significa ser radical, atacar os problemas pela raiz



Rosa Luxemburg encarna o valor democrático

<http://www.crim15.com.br/moralfilosofia/2.htm>



Chico Mendes simboliza a dimensão ecológica do socialismo

subjetividade prisioneira do sistema mercantil. Significa também o fim da discriminação racial – contra o negro, o mestiço, o indígena –, da opressão das mulheres, da desigualdade social, da destruição do meio ambiente, das guerras imperialistas. E aqui na América Latina, significa antes de tudo: o fim de séculos de dominação colonial e imperial sobre os povos de nosso continente.

Três nomes simbolizam, para mim, alguns dos valores mais importantes do socialismo. São três seres humanos que deram sua vida pela causa socialista e cuja herança cultural faz parte de nossa imagem do socialismo do futuro.

O primeiro nome é o de **Rosa Luxemburgo**. Por que esta figura de mulher – judia e polonesa, marxista e revolucionária, carinhosa e intransigente, militante e intelectual – assassinada por militares reacionários em janeiro de 1919, nos interessa tanto? Como se explica que, 80 anos depois de sua morte, ela nos seja tão próxima? Rosa Luxemburgo encarna, na sua forma mais pura, o valor democrático do socialismo, a relação recíproca, a unidade inseparável entre a transformação socialista da sociedade e as liberdades democráticas. Em sua célebre brochura sobre a Revolução Russa, que manifesta ao mesmo tempo sua solidariedade e sua crítica, ela escrevia estas palavras decisivas:

▷ A liberdade só para os partidários do governo, só para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam – não é a liberdade. A liberdade é sempre a liberdade daque-

le que pensa de forma diferente. [...] Sem eleições gerais, sem uma liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, sem um livre combate de opiniões, a vida vai se esvaziando em todas as instituições públicas, vegeta, e a burocracia acaba ficando o único elemento ativo. (**Rosa Luxemburgo**, *A Revolução Russa*, 1918).

É difícil não reconhecer o caráter profético desse aviso. Alguns anos mais tarde, a burocracia se apropriaria da totalidade do poder, eliminando progressivamente os revolucionários de Outubro de 1917 – esperando o momento, nos anos 1930, de exterminá-los impiedosamente.

Uma verdadeira refundação do socialismo no século XXI não pode fazer a economia da mensagem revolucionária, democrática e libertária de Rosa Luxemburgo.

O segundo nome que quero mencionar é o de **Ernesto Che Guevara**. Ele representa, em sua mais alta expressão, o valor da solidariedade internacional. O significado de Guevara para o socialismo não concerne unicamente a Cuba e à América Latina: ele é universal, mundial, internacional.

Para o Che, o verdadeiro socialista, o verdadeiro revolucionário é aquele que considera sempre os grandes problemas da humanidade como seus problemas pessoais, aquele que é capaz de “sentir-se angustiado quando se assassina um ser humano em qualquer lugar do mundo e sentir-se entusiasmado quando em algum lugar do mundo se levanta uma nova bandeira de liberdade”. Há uma frase de José Martí que Ernesto Guevara citava com frequência em seus discursos, e na qual via “a bandeira da dignidade humana”: “Todo ser humano verdadeiro deve sentir na sua face a bofetada dada em qualquer outro ser humano”. O internacionalismo para Guevara – ao mesmo tempo modo de vida, fé profana, imperativo categórico e pátria espiritual – era inseparável da idéia mesma de socialismo, como humanismo revolucionário, como emancipação dos explorados e oprimidos do mundo inteiro, numa luta sem tréguas nem fronteiras com o imperialismo e a ditadura do capital.

Ernesto Che Guevara pagou com sua vida, em 8 de outubro de 1967, seu compromisso internacionalista com a luta de libertação do povo da Bolívia contra o regime militar.

O terceiro nome é o de um brasileiro, **Chico Mendes**. Ele representa, de forma exemplar, a dimensão ecológica do socialismo, a convergência essencial entre as duas cores do futuro, o “vermelho” e o “verde”. Como se sabe, foi por iniciativa de Chico Mendes que se formou a Coalizão dos Povos da Floresta em defesa da

Amazônia contra a obra destruidora dos grandes latifundiários e do *agrobusiness* multinacional.

Militante da CUT e do Partido dos Trabalhadores, ecologista e socialista convicto, Chico Mendes organizou, no começo dos anos 1980, ocupações de terra pelos seringueiros contra os grandes proprietários que mandavam seus *bulldozers* destruírem a floresta para substituí-la por pastos para o gado. Num segundo momento, ele conseguiu reunir camponeses, trabalhadores agrícolas, seringueiros, sindicalistas e tribos indígenas – com o apoio das comunidades de base e da Igreja progressista – na Aliança

dos Povos da Floresta, que conseguiu inúmeras vezes impedir tentativas de derrubar a floresta. O eco internacional de suas ações lhe valeu em 1987 a atribuição do Prêmio Ecológico Global e a celebridade planetária. Entretanto, pouco tempo depois, em dezembro de 1988, os latifundiários se vingaram mandando seus capangas matá-lo.

Articulando socialismo e ecologia, lutas camponesas e indígenas, sobrevivência de populações locais e defesa de um patrimônio universal – a última grande floresta tropical –, Chico Mendes deu um exemplo que não será esquecido pelos socialistas do século que começa.

Nos últimos trinta anos, aprendemos a enriquecer nossa idéia do socialismo com a contribuição do movimento das mulheres, dos movimentos ecológicos, das lutas de negros e indígenas contra a discriminação. Assim é o processo de construção do projeto socialista: não um edifício pronto e acabado, mas um imenso cantiere de obras, onde se trabalha para o

futuro, sem esquecer as lições do passado.

O socialismo aspira a uma nova cultura universal, um novo modo de produção simbólica, preservando as múltiplas identidades culturais – nacionais, regionais, locais, transcontinentais – e, ao mesmo tempo, associando-as a um projeto emancipador comum. Esse projeto visa a uma transformação revolucionária da sociedade. Não se trata de esperar que o capitalismo desmorone por suas próprias contradições: como dizia Walter Benjamin, nossa geração aprendeu uma lição importante: **o capitalismo não vai morrer de morte natural. Para ajudá-lo a desaparecer o mais rapidamente possível, não devemos esperar que “as condições amadureçam”, mas agir aqui e agora, plantando sementes de socialismo.** Cada levante indígena, como o dos zapatistas em Chiapas, ou da Conaie no Equador, cada ocupação de terras do MST, cada luta dos párias na Índia por seus direitos, cada combate das mulheres do Irã contra a opressão fundamentalis-

ta, cada insurreição popular como o recente *argentino*, cada mobilização contra a globalização capitalista, como as de Seattle, Gênova ou Florença, cada reunião como esta, de dezenas de milhares de pessoas que sonham com um futuro diferente, é uma semente de socialismo. Depende de nós que estas sementes cresçam, dêem árvores, galhos, folhas e frutos.

Michael Löwy é sociólogo brasileiro radicado na França. Diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e professor da *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*. Publicou no Brasil, entre outras obras, *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchaussen* (Busca Vida), *Redenção e utopia* (Companhia das Letras), *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (Fundação Perseu Abramo).

CNU/ midia.independente.org



Cada reunião contra a globalização capitalista é uma semente do socialismo



Os recursos da globalização

o mundo do

TRABALHO EM TENSÃO

[...] a ordem implicada é particularmente adequada para a compreensão da totalidade não fragmentada em movimento fluente porque, na ordem implicada, a totalidade da existência está dobrada dentro de cada região ou espaço (e do tempo). Assim, qualquer uma das partes, dos elementos ou aspectos que possamos abstrair no pensamento estará inscrito no todo e, por conseguinte, estará relacionado intrinsecamente com a totalidade da qual foi abstraído. Deste modo, a totalidade impregna tudo o que se está discutindo a partir do mesmo princípio.

David Bohm, A totalidade e a ordem implicada.

Adrián Sotelo

Introdução

Nosso ponto de partida contempla a teoria do valor de Marx, que sustenta a teoria dos ciclos econômicos para analisar os problemas do mundo do trabalho na época contemporânea. Em segundo lugar, propomos a hipótese da inversão dos ciclos econômicos – na qual as fases de prosperidade estão se reduzindo, enquanto aumentam as de recessão e de crise –, que provoca um forte impacto tanto na diminuição do emprego e no aumento do desemprego quanto na flexibilização e precarização da força de trabalho como uma necessidade do capital para continuar com sua reprodução na medida em que o sistema é incapaz de sustentá-la com massas crescentes de valor. **Ou seja, o capitalismo entrou num fosso sem saídas, onde cada vez mais produz menos valor e mais-valia**, provocando uma extensão da superexploração do trabalho em escala mundial como mecanismo recorrente para manter o sistema em níveis crescentes de lucros extraordinários, que resultam de uma intensificada competição intercapitalista entre os grandes monopólios e conglomerados mundializados.

Por último, vislumbramos a problemática do mundo do trabalho, suas principais mutações e transformações como o prelúdio de grandes mudanças de ordem diversa (social, ética, cultural, psicológica), que, entretanto, não se traduzem na anulação de sua centralidade dentro da luta econômica e política entre o trabalho e o capital, mas sim em sua refuncionalização tanto no que diz respeito a continuar sendo peça-chave da reprodução capitalista como, e mais importante ainda, nas grandes transformações que devem

experimentalizar as sociedades de classe para superar o sistema de relações sociais vigente.

Globalização e mundo do trabalho

No debate sobre a globalização-mundialização do sistema capitalista, destaca-se o problema do mundo do trabalho como uma categoria política, sociolaboral e cultural. Entretanto, este mundo – que não somente compreende a esfera da produção e do processo do trabalho como, além disso, os mercados de trabalho onde se compram e se vendem força de trabalho, as condições de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas – mantém uma relação complexa e contraditória com outra categoria fundamental da sociedade moderna, o capital, pelo menos em cinco planos de sua existência real.

Em primeiro lugar, no plano econômico e da reprodução material figura a existência legal e institucional da propriedade privada dos meios de produção e de consumo, assim como a apropriação pelo capital dos produtos-mercadorias produzidos pela força de trabalho, o que supõe que esta última continue dependendo da fórmula geral do capital-dinheiro produtivo e mercantil e que não possa escapar de sua órbita, o que faz com que todos os produtos do trabalho (valor, mais-valia, lucro, renda e riqueza material) fluam aos baús das empresas, dos bancos e das bolsas de valores do capital privado nacional e internacional, provocando crises econômicas, explosões de bolhas especulativas (como no Japão e nos Tigres Asiáticos na década de 1990), queda da mas-

sa salarial, desemprego e precarização do trabalho com perda de direitos sociais e trabalhistas para os trabalhadores.

Em segundo lugar, cabe destacar que, na estrutura social, o mundo do trabalho se recria dentro de fábricas, empresas, serviços, famílias, casamentos, amigos, territórios e comunidades que o tornam constantemente identitário, cooperativo e expressivo de seus interesses de classe, de cultura, de etnia, de nação, de credo ideológico e religioso. Estruturas que entram em contradição com os princípios, ideologias e mecanismos de dominação vigentes nas sociedades de classe, em particular com a capitalista, que ativa seus dispositivos nos meios de comunicação (TV, imprensa escrita, vídeo, cinema, etc.) praticamente em todos os países e regiões do planeta para “desideologizar” e fraturar as atitudes solidárias e cooperativas do mundo do trabalho.

Em terceiro lugar, no plano político, o mundo do trabalho implica inerentemente

fortes processos de despolitização da classe operária e do proletariado (camponeses, índios, estudantes, donas de casa) que os impossibilitam para participarem do poder político no Estado capitalista, para se converterem em sujeitos reais e históricos de transformação da sociedade

em todos os planos: local, municipal, estadual, estatal, regional e internacional. Por isso, a famosa “terceira via” não funciona. A “democracia” no capitalismo empresarial e liberal é só uma quimera na qual devem acreditar todos os “participantes” se quiserem subsistir e não ser reprimidos pelos órgãos de contra-insurgência. Só os partidos políticos institucionais fazem o jogo do poder para reproduzi-lo inces-

**O capitalismo
entrou num fosso
sem saídas, onde
produz menos valor
e mais-valia**

santemente como um rito mágico.

O quarto elemento é a cultura e a tradição de povos e comunidades, cujo sistema central de valores (de pertença, liberdade, solidariedade, lealdade, língua, etnia, crenças e utopias) está ameaçado pela voragem da globalização – expressa na tecnologia da internet e na difusão da “modernidade” – e da mundialização do capital, que implica a transnacionalização dos ciclos econômicos nacionais, começando pela moeda (como na União Européia com o euro) ou por acordos comerciais como o Mercosul, ou francamente não eqüitativos, injustos e assimétricos como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC).

Em quinto lugar, a existência real, material e histórica da classe operária, do proletariado e de categorias sociolaborais (técnicos, cientistas, analistas, programadores, engenheiros, desenhistas), que reproduzem sua existência mediante a venda nos mercados de trabalho de sua força de trabalho a um patrão – seja este o Estado, seja o empresariado ou um conglomerado misto – para receber em troca um salário (qualquer que seja a forma que este assuma), confirma que a força de trabalho em todo o mundo continua sendo um fator fundamental do desenvolvimento das forças produtivas e de manutenção das relações sociais no capitalismo contemporâneo, mas também a figura emblemática e real que, visível ou invisivelmente, enfrenta-se constantemente com o capital, num tipo de luta de classes que a imprensa e os meios acadêmicos corporativos tentam por todos os meios ocultar.

Em sexto lugar, se destaca o avanço tecnológico e da ciência (I & D), que mantém uma contradição estrategicamente irreconciliável com o universo do capital, sobretudo porque, em vez de aumentar o emprego, os salários e a qualificação no trabalho, ao contrário, como demonstram estudos empíricos sérios, provoca desemprego tecnológico, perda salarial, desqualificação, segmentação dos mercados de trabalho, terceirização, marginalidade social, intensidade do trabalho (através do neotaylorismo e do toyotismo), aumento médio da jornada de trabalho e superexploração do trabalho em escala crescente.

No plano ideológico, a luta das idéias e a tomada de consciência por parte das classes trabalhadoras de todos os países e continentes são fundamentais para a compreensão crítica, identitária e consciente da realidade social e do trabalho para descobrir e estimular as potencialidades críticas de sua transformação. A ideologia tem duas vertentes: uma se pode considerar negativa porque distorce a realidade de acordo com a cor e os interesses com que se olha – “este é o melhor mundo possível” –, “o sistema capitalista pode resolver todos os problemas dos trabalhadores”, “a integração das nações é positiva porque me permite transitar além das fronteiras”, “todo mundo tem acesso à internet e pode tornar-se cidadão do mundo”. Um mundo feliz, sem riscos e cheio de promessas... insatisfeitas. A outra vertente é positiva porque reabre o debate sobre a existência real do mundo do trabalho e,

sobretudo, porque postula que são seus sujeitos concretos os que podem, potencial e realmente, transformar radicalmente as sociedades existentes e o sistema capitalista que lhes serve de sustentação. Os trabalhadores e trabalhadoras recuperam assim seu potencial criativo para poderem ser sujeito histórico de transformação. Essas contradições que resenhamos de maneira geral mostram um fato que é indiscutível: que o mundo do trabalho existe em si e para si, e constitui o pólo oposto do capital, qualquer que seja a forma de existência que este assuma: produtivo, comercial, financeiro-especulativo, tecnológico ou industrial: não é a forma, mas o conteúdo o que entra em tensão. A centralidade do trabalho assalariado, criador de valor, responsável pela produção de mais-valia e dos lucros que dinamizam a reprodução ampliada do capital continua sendo hoje eixo central nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Vertentes teóricas da – suposta – descentralização do trabalho do capitalismo pós-moderno e informatizado

Nas últimas duas décadas, de maneira particular depois da queda da URSS e do bloco socialista, o pensamento marxista enfrentou uma intensa investida por parte da ideologia neoliberal e das diversas expressões ideológicas do “pensamento único”. Geralmente, sem argumentos sólidos que as sustentem, estas críticas vão dirigidas contra as idéias-força, os conceitos, categorias, hipóteses e leis como a do valor, a da mais-valia, e a da taxa de lucro que caracterizam o capitalismo como um sistema histórico que, portanto, possui um ciclo de desenvolvimento, de crise e de decadência, como demonstraram Marx e a corrente marxista

nos últimos dois séculos. De particular relevância se reveste o descarte que o pensamento dominante tentou de conceitos como o de trabalho e o de capital, como centrais no sistema, assim como dinamizadores dele através de uma luta secular entre ambos que se expressa tanto no âmbito econômico-estrutural como social, político e cultural. O caráter classista da contradição trabalho-capital (contradição que age como motor da história) foi substituído por uma espécie de harmonicismo sociológico que, no máximo, a reconhecia, sim, mas como acessória

ou subsidiária de outras dimensões “superiores” como o desenvolvimento tecnológico, os sistemas de comunicação e outras destinadas a “explicar” a natureza social e econômica do capitalismo de nossos dias, apresentando um “caminho alternativo”, “inclusivo” e eqüitativo que não implica, nos dizem, mudanças radicais que transcendam a ordem existente, embora o mundo do trabalho permaneça em tensão devido ao acúmulo de transformações estruturais, sociais, jurídicas e trabalhistas em marcha. Neste contexto, a vigência da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo foi objeto de ataques, especulação e desestruturação. Certamente, esta centralidade experimentou modificações devidas à reestruturação do capital operada nas últimas

A “democracia” no capitalismo empresarial e liberal é só uma quimera

O avanço tecnológico e da ciência provoca desemprego e perdas

duas décadas do século XX e nos primeiros cinco anos do século XXI. Entretanto, isso não implicou sua desabilitação como processo fundador, essencial e histórico do desenvolvimento do capitalismo mundial e das sociedades de classe que se reproduzem em função da lei do valor, da exploração, da produção de mais-valia e do permanente aumento dos lucros.

Apesar da evidente globalização-mundialização do capital que se verificou intensamente a partir da década de 1980, quando o **par dialético capitalismo-imperialismo se transformou em neoimperialismo-neoliberalismo**, entretanto, o mundo do trabalho continua existindo como contradição essencial do capital social global e é insubstituível até agora para resolver os graves problemas da humanidade e preservar sua existência no futuro. Sem trabalho e sem valor, não pode existir a sociedade capitalista, pelo menos a que se sustenta em seus cimentos constitutivos como a propriedade privada dos meios de produção, o ciclo do capital e a produção mercantil, a incontida especulação imobiliária e financeira, a produção de mais-valia mediante os sistemas de exploração do trabalho baseados na mais-valia absoluta e na relativa, e na superexploração¹. As transformações estruturais, políticas, tecnológicas e sociais experimentadas pelas sociedades

de classe e pelo capitalismo mundial de carne e osso nas últimas duas décadas estimularam a difusão de "teses" relativas a que, nesse contexto, teria sido produzido um fenômeno de redução substancial da importância quantitativa e qualitativa do trabalho como mecanismo central do processo de criação de valor, de reprodução do capital e de luta contra este. Teses que surgem em contextos específicos delimitados por problemáticas sociológicas, técnico-econômicas e jurídico-laborais muito concretas dos países europeus e, em particular, nos Estados Unidos e no Japão, onde o mundo do trabalho representa uma porção minoritária no que diz respeito ao contexto do mundo do trabalho global que, como nota Ricardo Antunes, nos países do Terceiro Mundo cobre mais de dois terços da humanidade. Seu pensamento é o seguinte:

Os críticos da sociedade do trabalho podem estar equivocados ao enfatizar, eurocentricamente, que o trabalho está em vias de extinção, que o capital já não precisa dessa mercadoria especial. Vale lembrar que pelo menos dois terços da humanidade que trabalha se encontra no Terceiro Mundo: na Ásia, no Oriente, na África e na América Latina. Não parece



www.antiab.net/engels/friedrich_engels

Marx e Engels: as realizações do trabalho são sempre resultado da mão humana

um bom exercício analítico tematizar sobre o mundo do trabalho com um corte exclusivamente eurocêntrico. Isso sem falar da complexidade que deriva da nova divisão internacional do trabalho na era do capital mundializado.²

O predomínio, ou, se se quer, a hegemonia do mundo do trabalho sobre formas fetichizadas encobertas de ciência e tecnologia³ nos países capitalistas dependentes da periferia do sistema automaticamente relativiza afirmações eurocêntricas sobre o fim do trabalho que foram elaboradas e tematizadas “cientificamente” em função de realidades concretas e históricas do capitalismo e do mundo do trabalho existente nesses países: de maneira particular nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Itália ou Japão (berço do toyotismo e da revolução organizacional), para mencionar os mais importantes integrantes e sócios do G-7 e do neoimperialismo. Dessa forma, a realidade vivida pelos trabalhadores(as) dos países industrializados se edifica e se analisa com palavras de ordem como “fim do trabalho”, que logo se vêem transladadas mecanicamente e sem mediações cor-

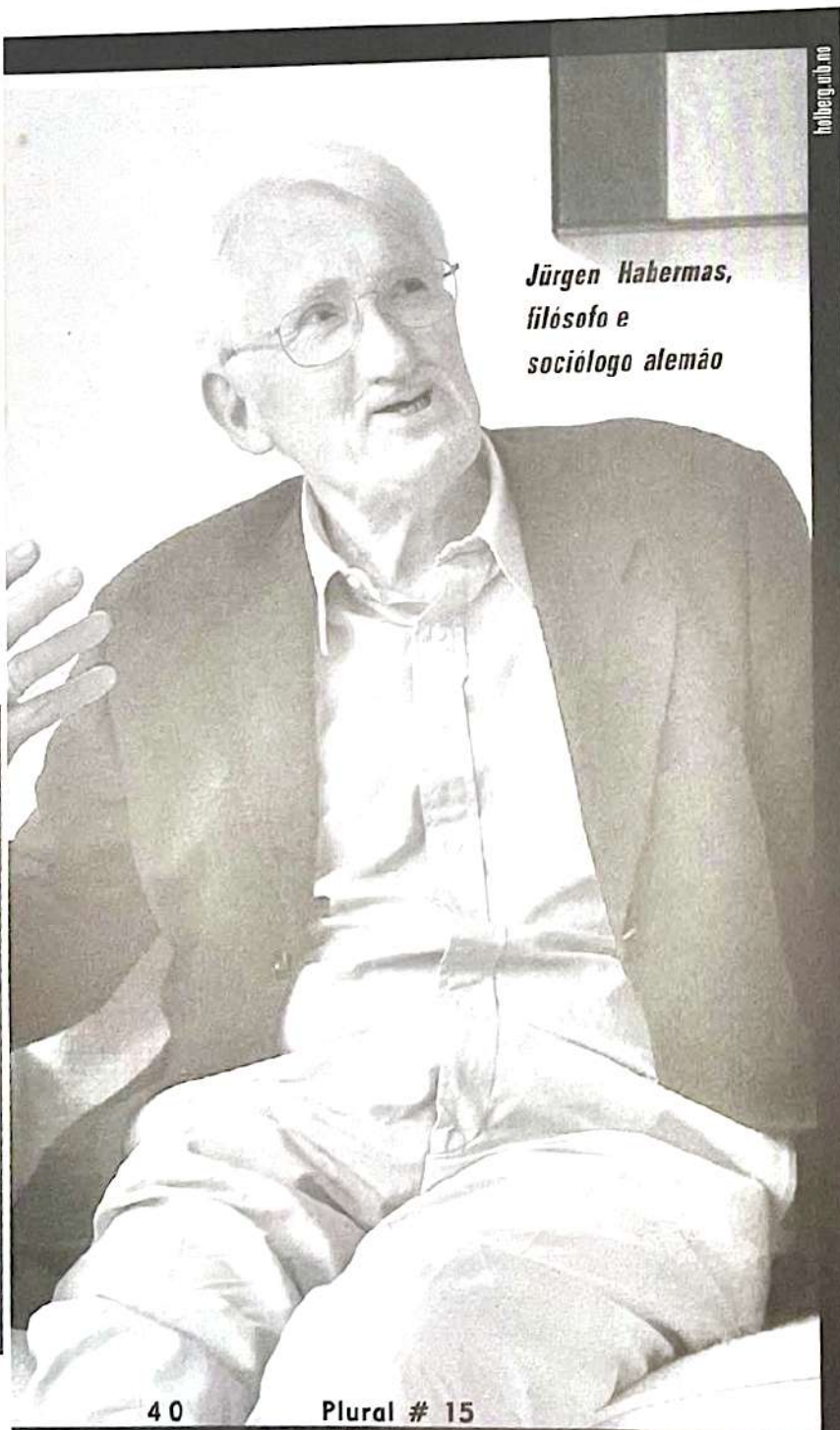
respondentes ao mundo do trabalho dos países subdesenvolvidos. Em outras palavras, se convertem primeiramente em “modelos ideais” inspirados em propostas metodológicas de Max Weber para depois serem importados à periferia do sistema. O verdadeiramente surpreendente é que esses fenômenos da “destuição criativa” para erigir “outra coisa nova” relativa ao mundo do trabalho foram interpretados, em boa parte dos casos, por sociólogos, comunicólogos, politicólogos e economistas, por “provas empíricas” do desaparecimento – ou perda de eficácia cognoscitiva e constitutiva – do mundo do trabalho na estruturação das sociedades contemporâneas diante da “nova ordem social”, supostamente diferente, em forma e conteúdo, do capitalismo. Em seu lugar, linhas evolucionistas de pensamento de corte shumpeterianas e concepções desenvolvimentistas com base na descrição de “trajetórias tecnológicas”, exógenas ao sistema, teriam se encarregado de substituir a teoria marxista do capitalismo e de sua crise para “resolvê-la” mediante substitutos como a ciência e a técnica, a comunicação, a pós-modernidade, a expansão da globalização, das sociedades-rede e de um conjunto de noções abstratas e a-históricas carentes de conteúdos históricos, empíricos e cognoscitivos⁴.

Nesse contexto, um exemplo de eurocentrismo puro se revela na seguinte citação profética de um livro de André Gorz⁵ quando afirma que:

A razão mais imediatamente perceptível é que a abolição do trabalho é um processo em curso e que parece chamado a ir se acelerando. Institutos independentes de previsão econômica [?] estimaram para cada um dos três países industriais da Europa Ocidental que a automatização suprimirá, no espaço de dez anos, quatro ou cinco milhões de empregos, a menos que se realize uma profunda revisão da duração do trabalho, dos fins da atividade e de sua natureza.

Sem que o autor explicita como, quem e com que mecanismos vai ser realizada essa “profunda revisão” da duração do trabalho, de seus fins e natureza, certamente não se pode negar que desde que se publicou essa obra de Gorz, em todo o mundo se registraram importantes mudanças como a diminuição média da indústria, a informatização dos processos de trabalho, o auge dos serviços e da “sociedade do conhecimento”, mas também ocorreram demissões em massa de trabalhadores por obra da automatização, o aumento da produtividade social do trabalho, revoluções no capital fixo e circulante, e em outros mecanismos destinados a esse fim, como por certo constatou o próprio Marx em sua época, no século XIX. Entretanto, isso não representou o “fim do trabalho”, mas sua reestruturação e uma nova configuração estrutural tanto em relação à estrutura capitalista como em sua posição na sociedade. Em outro trabalho recente, André Gorz volta a insistir no tema, agora sob o ambíguo título de “Sair da sociedade do trabalho”⁶, sem mostrar os caminhos concretos de como fazê-lo. Preso na dicotomia de “superar” a sociedade salarial sem superar ao mesmo tempo o modo de produção capitalista, o autor destaca sua proposição central:

Superaremos a sociedade salarial – e com ela o capitalismo – quando as relações sociais de cooperação voluntária e de



Jürgen Habermas,
filósofo e
sociólogo alemão

intercâmbios não mercantis auto-organizados predominarem sobre as relações de produção capitalistas: sobre o trabalho-emprego, o trabalho-mercadoria. Esta superação do capitalismo está inscrita na lógica da transformação técnico-econômica em curso, mas esta só conduzirá a uma nova sociedade pós-econômica, pós-capitalista, se esta sociedade for projetada, exigida, por uma revolução tão cultural quanto política, ou seja, se os "atores sociais" souberem utilizar o que ainda não é mais do que uma transformação objetiva para se afirmar como os sujeitos da libertação que esta transformação torna possível.⁷

Poderíamos comentar mais sobre essa citação de Gorz; mas basta a anterior, formulada num altíssimo grau de abstração – tanto que chega a volatilizar-se – para se referir à total ausência de sujeitos concretos de transformação, os que são mais bem representados em não identificadas "relações sociais de cooperação voluntária e de intercâmbios não mercantis auto-organizados", e em supostos "atores sociais" cujos conteúdo e perfil não chegam a se materializar. Por outro lado, Jeremy Rifkin fala de "fim do trabalho"⁸, mas o problema com este autor é que se prevê o advento de uma sociedade "sem trabalhadores" em termos quantitativos, mas não define o que é o trabalho e sua diferença com a força de trabalho. Somente verifica a diminuição de trabalhadores na indústria por efeitos da automatização, mas não discute o que ocorre com a produção de valor e como este é substituído pelas máquinas⁹. Claus Offe e Karl Hinrichs vislumbram uma perda de centralidade do trabalho e diminuição de idéias-força como "capitalismo" e "sociedade industrial"¹⁰, substituindo a re-assunção da teoria comunicativa de Habermas¹¹, na qual a "[...] esfera intersubjetiva da razão comunicacional (como processo emancipador) [...]"¹² vem suprir o mundo do trabalho preso na esfera da razão instrumental. Alain Touraine substitui a problemática do trabalho (supostamente) por novas problemáticas, quando afirma que: "As lutas e reações antinucleares caracterizam uma importante mudança no campo da política [...] é a primeira vez que os problemas do trabalho e da produção deixaram de ocupar a posição central na vida política"¹³.

Entende-se que, a partir daqui, numa escala hierárquica conforme o sistema se torna mais complexo e multiplica sua problemática (crises, guerras, devastação ecológica, degradação psicológica e moral das sociedades humanas, corrupção, narcotráfico, para mencionar algumas), o trabalho e seus sujeitos, os trabalhadores(as) de todo o planeta, ficam estacionados no chão – senão no sótão – da hierarquia; quase como uma nota de pé de página. Offe defende a criação de uma teoria dinâmica da mudança social que explique as causas pelas quais o trabalho e a produção vão perdendo força e capacidade para estruturar e organizar as sociedades contemporâneas diante de um novo campo de "ação social" caracterizado – afirma – pela irrupção de "novos atores" e de "novas racionalidades"¹⁴, mas sem nos dizer nem uma palavra sobre quais são as novas forças e formas estruturantes dessas sociedades. O problema não está em criar, se for necessário, essa teoria, mas em formular antes, e esclarecer, verdadeiramente, se as teorias anteriores, particularmente a marxista, já não respondem, e por que, à nova configuração

social, questão a qual o autor não dá resposta. Por sua vez, Negri e Hardt, em seu livro *Império*, falam da hegemonia crescente do "trabalho imaterial"¹⁵ e da necessidade de elaborar uma nova teoria do valor e da subjetividade "[...] que opere através do conhecimento, da comunicação e da linguagem" (op. cit., p. 43), sem resolver suas afirmações com pesquisa empírica, e com dados e fatos que as validem sobretudo no conglomerado humano do mundo do trabalho dos países subdesenvolvidos. Em outro trabalho, Antonio Negri e Maurizio Lazzarato¹⁶ afirmam categoricamente, mas sem demonstrar, que: "O trabalho imaterial tende a se tornar hegemônico, de forma totalmente explícita". Insistem na hegemonia que alcançou o trabalho imaterial plasmado, segundo eles, na personalidade, na subjetividade e na alma da sociedade contemporânea. Identificam um ciclo social da produção constituído pela "fábrica difusa", a organização do trabalho descentralizado e por diferentes formas de terceirização da produção. Daqui resulta a tese seguinte: "[...] o ciclo do trabalho imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias

Paulo Artaxo/ www.lbaconferencia.org

***A devastação ecológica é
um dos problemas causados
pelo sistema atual***

relações com a empresa. Nenhuma organização científica do trabalho pode pre-determinar esta capacidade e a capacidade produtiva social". Afirmção problemática e difícil de comprovar relativa a que a força de trabalho tenha chegado a ser "autônoma" diante do capital e das gerências autoritárias do capitalismo informático, que controlam o processo de trabalho e a valorização do capital através de sistemas automatizados. Segundo eles, o ciclo do trabalho imaterial se converteu na base fundamental da produção, da reprodução e do consumo. O mais grave do raciocínio destes autores é quando transferem e substituem o problema da exploração capitalista e o resolvem-diluem no campo ético da subjetividade, quando afirmam que "[...] o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) numa forma de exploração, mas sim em forma de reprodução da subjetividade". Em outras palavras, pode-se deduzir desse raciocínio que, se o trabalho imaterial é hegemônico na sociedade pós-fordista e, de acordo com a citação anterior, esse trabalho já não se reproduz em função da exploração, mas da reprodução da subjetividade, então é evidente que na sociedade e em seu sistema capitalista cessou a exploração como categoria constitutiva desse sistema. Pelo que agora se terá que explicar como e de onde se produz e se reproduz a riqueza social sem exploração, ou seja, sem reposição do capital fixo e circulante, sem criação de um novo valor equivalente ao valor dos salários e sem mais-valia (sem trabalho excedente não remunerado), que é a fonte de onde bro-

ta o lucro do empresário e se garante a reprodutividade do sistema. A evidente fetichização que se faz da força de trabalho e do sistema capitalista em conjunto leva os autores a proporem teses absurdas e inviáveis como a seguinte: "A época em que o controle de todos os elementos da produção dependia da vontade e da capacidade do capitalista é superada: é o trabalho que, cada vez mais, define o capitalista, e não o contrário". Em outras palavras, observe-se que aqui chegamos ao limite máximo da tergiversação e inversão da compreensão dialética e lógica da natureza da sociedade capitalista como modo de produção e formação social mundial. Agora resulta que é o "trabalho" (?) quem determina e rege os destinos do capital, enquanto este se converte em servo daquele. Realmente acontece isso nos mundos do trabalho reais de países como Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Suécia, México, Brasil ou os do Caribe? A afirmação seguinte remata a concepção política que estamos criticando. Dizem:

Se o trabalho tende a se tornar imaterial, se sua hegemonia social se manifesta na constituição do General Intellect, se esta transformação é constitutiva dos sujeitos sociais, independentes e autônomos, a contradição que opõe esta nova subjeti-

vidade ao domínio capitalista (se de alguma maneira se quer designar a sociedade pós-industrial) não será dialética, e sim alternativa. É como dizer que, para existir este tipo de trabalho, que nos parece ao mesmo tempo autônomo e hegemônico, não

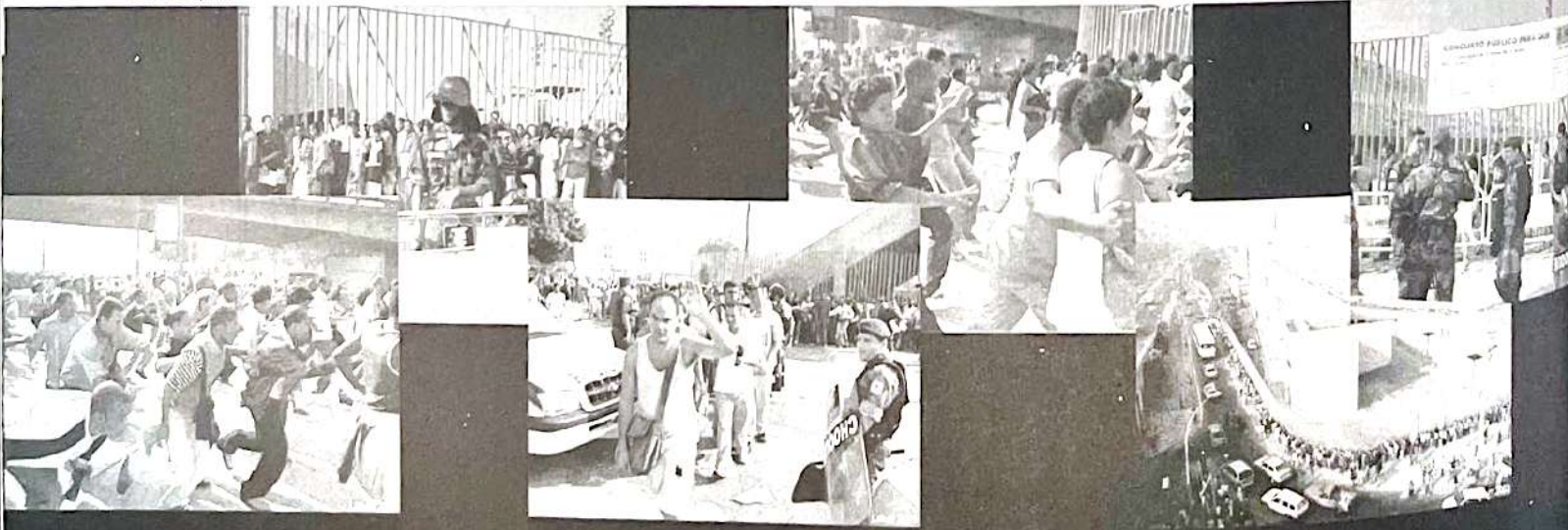
se precisa mais do capital e sua ordem social, e, conseqüentemente, o trabalho se torna de imediato livre e constitutivo. Quando dizemos que essa nova força não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a rela-

ção que esta tem com o capital não é somente antagonista, ela está além do antagonismo, é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente.

Aqui somente questionamos que, se como garantem os autores, essa nova força do general intellect – que, certamente, Marx concebe de uma maneira completamente diferente da interpretada pelos autores citados¹⁷ – já é hegemônica como expressão do trabalho imaterial, pode construir uma "realidade social diferente" (neocapitalista ou socialista, ou comunista, ou neoliberal ou neoestruturalista keynesiana?) sem superar radicalmente o modo dominante de produção capitalista em seu atual estágio neoimperialista e mundializado baseado na produção de

Agora resulta que é o "trabalho" (?) quem rege e determina os destinos do capital

Fotos: Letuiv/ CMI



Como será a reconstrução do mundo do trabalho diante das calamidades oriundas da selvagem reestruturação em curso?

Na época de Marx, o Estado social capitalista era inexistente

valor e mais-valia mediante uma estendida e universalizante superexploração da força de trabalho?

A tendência à universalização e à supremacia do *general intellect* na sociedade mantém uma constante contradição com as relações capitalistas de produção e de apropriação baseadas na propriedade privada e na exploração da força de trabalho do operário coletivo pelo capital. A explicação de Habermas a respeito da "absorção-integração" do mundo do trabalho mediante a lógica da razão funcionalista, a qual, ao mesmo tempo, corresponde às funções do Estado social, se apóia nos seguintes passos: a) realiza uma diferenciação entre sistema e mundo da vida; b) situa, em primeira instância, o mundo do trabalho na esfera da vida; c) mais tarde, é o sistema econômico, administrativo e o Estado que absorvem o mundo do trabalho, que fica encerrado na jaula de ferro. Segundo Habermas, Marx não "previu" esta gênese em sua teoria do valor-trabalho; d) para Habermas, a teoria do valor de Marx contém três debilidades¹⁸: d1) em primeiro lugar, segundo ele, Marx diferenciou o sistema do mundo da vida, mas sua separação não se traduziu em categorias próprias dos subsistemas políticos e econômicos; d2) Marx carece de critérios para distinguir entre o processo de destruição das formas tradicionais de vida e o de justificação do mundo da vida que corresponde às sociedades pós-tradicionais; d3) a terceira debilidade, sempre segundo Habermas, consiste no superdimensionamento que Marx outorga à luta entre o trabalho e o capital, diretamente derivado da lógica conflitiva do valor, porque, segundo Habermas, os processos de coisificação não necessariamente têm que surgir da esfera de onde se originam, ou seja, do mundo do trabalho. A conclusão dessas três "debilidades" da teoria do valor de Marx se resume no seguinte parágrafo:

As três debilidades que analisamos da teoria do valor explicam porque a Crítica da Economia Política, apesar de seu conceito de sociedade articulado em dois níveis, capaz, portanto, de combinar sistema e mundo da vida, não permitiu uma explicação satisfatória do capitalismo tardio.¹⁹

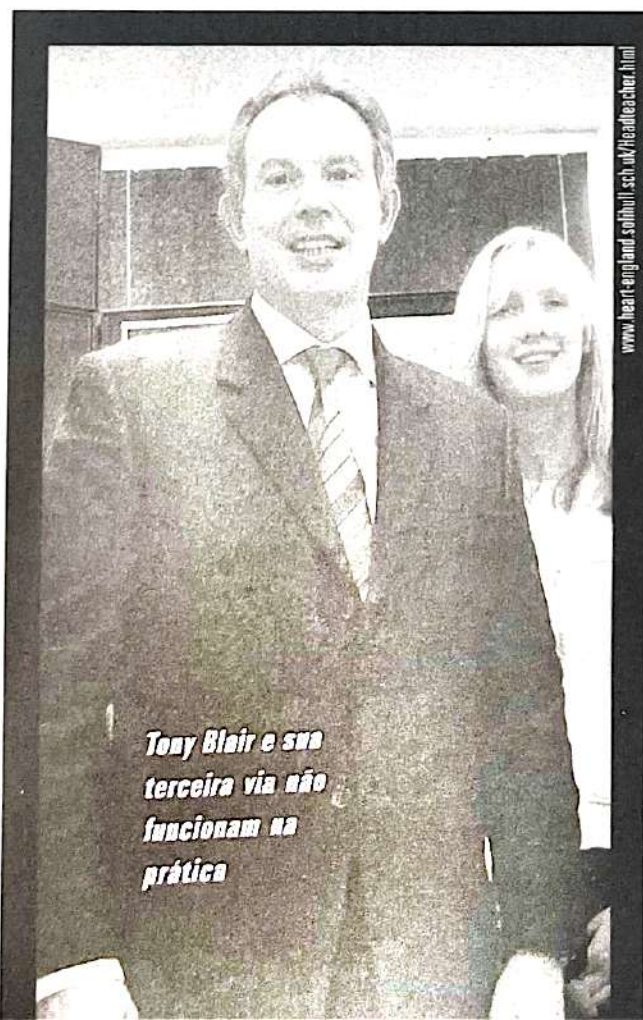
Aqui não é o espaço adequado para realizar uma análise pormenorizada da teoria da ação comunicativa de Habermas e de suas consequências tanto no deslocamento da teoria do valor como na fundamentação da ação comunicativa como base de uma teoria da sociedade contemporânea.

Simplesmente, ressaltamos que a explicação habermasiana a respeito do processo de absorção-integração do mundo do trabalho mediante a lógica da razão funcionalista passa por alto os seguintes elementos. Em primeiro lugar, que na época de Marx (quando desenvolve a teoria do valor), o Estado social capitalista é inexistente; então, se falava de um Estado capitalista liberal. Em segundo lugar, a teoria do valor-trabalho de Marx parte da dinâmica da produção e dessa esfera se projeta ao conjunto do corpo político e social, o que, com outra linguagem diferente da parsoniana e sistêmica, demonstra que sim, contempla a relação entre sistema e mundo da vida, mas dentro de uma concepção e uma lógica globais fundamentadas na teoria do valor e de outras categorias como mais-valia e lucro. Marx não ignora o papel da ideologia e, portanto, do conjunto dos elementos que configuram a superestrutura da sociedade burguesa, assim como o papel da repressão e o uso da violência por parte do Estado na (relativa) absorção e contenção da luta de classes e do conflito social, questões que explicam que em determinados períodos da história apareçam momentos de relativa estabilidade estrutural e de "paz social". Por último, Habermas simplesmente não reconhece que a teoria do valor-trabalho contempla uma problemática específica que constitui a base da reprodução material do sistema capitalista e de noções cada vez mais complexas e abstratas como a de sistema, Estado, classes sociais, poder e dominação.

Reestruturação e centralidade: relação desenvolvimento-subdesenvolvimento no mundo do trabalho

Destacamos algumas concepções influentes nos meios acadêmicos e científicos dominantes relativos à suposta perda de centralidade do trabalho por múltiplas causas sem deixar de reconhecer que uma grande quantidade de argumentos são válidos descriptivamente para reconhecer fenômenos de indubitável valia com respeito a mudanças e comportamentos que incidiram no mundo do trabalho.

Entretanto, diferentemente das problemáticas do mundo do trabalho de países industrializados como Estados Unidos, Japão e União Européia, nos países subdesenvolvidos o mundo do trabalho (assalariado e outras formas refuncionalizadas pelo capitalismo como o trabalho em domicílio e a informalidade) aumentou, como se constata com o fato de que, no ano 2000, o total da PEA mundial



Tony Blair e sua terceira via não funcionam na prática

alcançava 2 bilhões, 732 milhões e 342.624 pessoas, das quais 85 % se concentrava nos países da periferia do capitalismo central.²⁰ Ou seja, é a inserção dessa periferia no mercado mundial e nos processos produtivos dos países desenvolvidos que, através de transferências de valor, de mais-valia e de riqueza (petróleo, gás, água, produtos agrícolas, minerais e um sem-fim de mercadorias que são produto do trabalho humano), possibilita que o núcleo duro da reprodução capitalista se mantenha, inclusive com taxas decrescentes de emprego industrial, com alta no setor de serviços e com importantes ciclos de aumento do desemprego estrutural e tecnológico. Outro problema, que nada tem a ver com o "fim do trabalho", é o fato de que a população que trabalha, ou seja, como diz Antunes: "[...] a classe que vive do trabalho"²¹, tenda a se reproduzir em condições nas quais se incrementam as taxas relativas e absolutas da pobreza e da extrema pobreza, devido, entre outros fatores, às baixas remunerações reais que recebe. É assim que, em termos de remuneração e de aumento do número de trabalhadores, o *Relatório sobre o emprego no mundo 2004-2005: emprego, produtividade e redução da pobreza*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o ano 2003, revela que, de um total de 2 bilhões e 800 milhões de trabalhadores em todo o mundo, 50 % recebe menos

de 2 dólares por dia e que, destes, 49,7 % (550 milhões) recebe menos de um dólar por dia num contexto em que, nesse mesmo ano registrou-se um desemprego total de 185 milhões de pessoas, pelo que a taxa de desemprego mundial praticamente não se modificou, pois passou de 6,3 % em 2002 para 6,2% em 2003²². Em termos gerais, pode-se dizer que, na última década (1993-2003), em escala mundial se verificaram três padrões relativos à correlação entre níveis de desenvolvimento-subdesenvolvimento por regiões e países. No primeiro, concernente aos países capitalistas desenvolvidos, as taxas de desemprego foram se reduzindo ao passar de 8 % a 6 % nesse período, enquanto em outras regiões, como a América Latina, aumentou de 6,9 % para 8 %, na Ásia Oriental, de 2,4 % para 3,3%; na Ásia Sul-Oriental, de 3,9 % para 6,3 %, enquanto na Ásia Meridional, no Oriente Médio e na África do Norte, o desemprego se manteve com taxas estáveis.

O exposto anteriormente prova que, por mais que o sistema, através da automatização, pressione para substituir cada vez mais o fator humano em seus processos produtivos e de trabalho (como força de trabalho simples e complexa), esse objetivo tem limites históricos estruturais dados pelas necessidades e características essenciais da reprodutividade do sistema. Em segundo lugar, de-

www.help-ev.de

**1,4 bilhão de trabalhadores
do mundo vivem com menos
de US\$ 2 por dia**



monstra que o que verdadeiramente vem mudando é a fisionomia do mundo do trabalho em escala global, derivada da nova divisão internacional do trabalho, e que a reestruturação, pelo menos, modificou em quatro direções:

a) fomentando uma profunda desregulação que opera nos planos jurídico-políticos sob a ação coordenada do Estado e a patronal dentro da chamada "reforma do Estado", assim promovida pelo Banco Mundial, sobretudo na América Latina;

b) operando sua flexibilização, que implica a criação de operários polivalentes (multiusos) e rotativos;

c) alterando sua integridade trabalhista, salarial e social, e restringindo seus direitos trabalhistas mediante a precarização do trabalho²³; e, por último,

d) terceirizando as atividades produtivas e o mundo do trabalho.

O resultado agregado dessas quatro dimensões, sua síntese, codifica-se na instituição da temporalidade como forma hegemônica do novo regime neoliberal vigente da divisão mundial do trabalho em relação ao capital e ao Estado. A temporalidade do trabalho a que se vêem sujeitos cada vez mais amplos contingentes de trabalhadores de todo o mundo, unida à situação de um crônico desemprego que envolve grandes populações que não gozam de benefícios sociais nem de subsídios, é denominada fratura social²⁴. Para nós, esse fenômeno de fratura social significa um impiedoso e perigoso processo de fragmentação da classe operária, de seus sindicatos e de seus âmbitos sociais centrados na família, na vida cotidiana, nas formas de pensamento e nas ideologias, assim como na dimensão pública de seu campo de ação²⁵. De uma perspectiva teórica, se pressupunha que o desenvolvimento técnico-científico²⁶ e sua aplicação aos processos de trabalho e à organização do trabalho redundariam para contrabalançar a fratura social e os processos de precarização e fragmentação do mundo do trabalho com o fim de assegurar a superação dos elementos negativos da reestruturação capitalista em curso da década de 1980. Mas isto não ocorreu. Pelo contrário, de acordo com pesquisas atuais²⁷, verifica-se que nesta perspectiva a tecnologia aplicada nos processos produtivos e de trabalho, assim como a adoção de novas formas organizativas baseadas no neofordismo, no neotaylorismo, na reengenharia e no toyotismo, em média, reforçaram esses quatro âmbitos da reestruturação do trabalho, além de estender seu raio de ação à economia e à sociedade, ameaçando seriamente as populações trabalhadoras de todo o mundo. Parece que apresentamos uma visão negativa do estado de coisas relativo à sociedade e ao mundo do trabalho muito afastada das figuras midiáticas e das imagens promovidas pelos meios privados e oficiais. Mas não é assim, os autores citados concluíram de suas pesquisas impressões similares que encontram sustentação na realidade social de nossos países e nas tendências macro e micro que se projetam no horizonte. É assim como, por exemplo, Nise Jinkings destaca as características da sociedade contemporânea quando descreve a dinâmica social em termos de "[...] destruição, precarização, eliminação de postos de trabalho, desemprego estrutu-

ral, um mundo conduzido pela razão instrumental que não é outra coisa que a vigência da sem-razão"²⁸. Sem-razão que, entretanto, rege a nova organização capitalista do trabalho e a lógica instrumental dos métodos de produção de valor, de mais-valia e de lucros (médios e extraordinários) no capitalismo atual informatizado sob a cobertura do neofordismo, da reengenharia e do toyotismo informatizados.

Palavras finais

Da perspectiva das Ciências Sociais, da Sociologia do Trabalho e do pensamento crítico latino-americano, neste ensaio não podemos apresentar uma "conclusão definitiva", simplesmente porque ela não existe num tema tão complexo como o do mundo do trabalho e sua atual dinâmica dentro do processo de mundialização do capital. Em seu lugar, ao contrário, devemos expor que o tema do mundo do trabalho, como objeto de estudo das Ciências Sociais, ainda reclama muita tinta através de pesquisa teórica e empírica (certamente, muito escassa em nossos tempos); de tratamentos especiais de estudos de caso por empresa, ramo, setor, país e em escala mundial para poder estar em condições de poder

inferir tendências que sustentem sua reestruturação pelos sistemas neoliberais imperialistas e pós-fordistas como o neotaylorismo, o toyotismo, a reengenharia, em concordância com as estratégias tecnológicas e geopolíticas que estendem o capital, suas empresas e o Estado neoliberal. Diante da precarização, da fragmentação, da flexibilização e da tensão do mundo do trabalho e de suas expressões organizativas e de luta (sindicatos, greves, autogestão, controle operário da produção), devemos estudar profundamente qual será, primeiro, o processo de reestruturação, e,

em seguida, de reconstrução de um novo mundo do trabalho e da sociedade surgido das misérias e calamidades da reestruturação selvagem em curso, assim como da crise civilizatória do modo de produção capitalista em escala mundial. Nesse contexto teórico, epistemológico e analítico, é urgente recuperar uma visão completa e dinâmica, por localidades, regiões e países, do mundo do trabalho como um plasma que abarca a totalidade do planeta. Do conceito *trabalho* como um coágulo que sintetiza os valores de uso e de troca, e suas categorias derivadas (salários, preços, mais-valia, lucro, renda, impostos), que no capitalismo dinamizam, em princípio, a reprodução de mercadorias, das sociedades e dos Estados. Em síntese, estamos diante da dialética da história e suas vicissitudes dentro das duas únicas alternativas que o Estado capitalista contemporâneo e a sociedade burguesa propõem à humanidade: ou a barbárie destrutiva (tipo Haiti, Iraque ou Afeganistão) ou a civilizatória, libertária e democrática, que carece de espaços territoriais, identitários, éticos, culturais e espirituais dentro da atual (des)ordem do modo capitalista de produção planetário.

Adrián Sotelo é sociólogo, pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Autónoma de México (Unam).

NOTAS

- ¹ Desenvolvemos esta tese em nosso livro *La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: Itaca; UOM-Enat, 2003.
- ² ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 26.
- ³ A esse respeito, diz Habermas que o objetivo de Marx "[...] é denunciar o processo de manutenção do sistema econômico como uma dinâmica de exploração que a objetivação e a anonimização tornam irreconhecível". HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Vol. II. Crítica de la razón funcionalista. México: Taurus, 2005, p. 477-478.
- ⁴ Um livro de inspiração evolucionista com forte conteúdo reducionista tecnológico representativo desta corrente é o de Carlota Pérez, *Revolución tecnológica y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México: Siglo XXI, 2002. O determinismo tecnológico se aprecia no seguinte parágrafo: "[...] cada revolução tecnológica, ineludivelmente, induz a uma mudança de paradigma [...] Um paradigma tecno-econômico é, então, um modelo de otimização constituído por um conjunto de princípios tecnológicos e organizativos, genéricos e onipresentes, o qual representa a forma mais efetiva de aplicar a revolução tecnológica e de usá-la para modernizar e rejuvenescer o resto da economia" (p. 41). A pergunta necessária diante desta proposta e cuja resposta está ausente no livro da autora é: qual é o sujeito real, a força econômica e política, a classe social ou grupo que desencadeiam a "imminente" revolução tecnológica?
- ⁵ GORZ, André. *Adiós al proletariado*. Barcelona: Viejo Topo, 1980, p. 11.
- ⁶ GORZ, André. *Salir de la sociedad del trabajo*. *Memoria*, n.199, México, septiembre, 2005, p. 25-33.
- ⁷ Ibidem, p. 32-33.
- ⁸ RIFKIN, Jeremy. *El fin del trabajo*. Barcelona: Paidós, 1997.
- ⁹ Uma grande parte dos autores que desqualificam a centralidade do trabalho a partir da "evidência" de sua "diminuição" não percebem, como Rifkin, a diferença existente entre globalização da força de trabalho, que explica os fluxos das migrações por todo o mundo, e a globalização do capital variável, que indica o processo de mudança na distribuição dos investimentos em força de trabalho por parte das empresas transnacionais. A esse respeito, ver esta diferença em: MARTÍNEZ PEINADO, Javier. *El capitalismo global: límites al desarrollo y a la cooperación*. Barcelona: Icaria, 1999.
- ¹⁰ OFFE, Claus; HINRICHS, Karl. *La sociedad del trabajo: problemas estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid: Alianza, 1992.
- ¹¹ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1975 (Col. Os Pensadores), além de sua *Teoría de la acción comunicativa*, op. cit.
- ¹² ANTUNES, R. *O caracol...* Op. cit., p. 24.
- ¹³ TOURAINE, Alain. *Antinuclear reactions on antinuclear movement* (apud OFFE e HINRICHS, op. cit., p. 50).
- ¹⁴ Op. cit., p.51.
- ¹⁵ NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002. 1ª reimpressão, p. 42 y ss. Ver também destes autores seu livro mais recente, *Multitud*. Barcelona: Debate, 2004.
- ¹⁶ NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (disponível em arquivo PDF na internet: <http://www.google.com.mx/search?hl=es&lr=&q+site:www.rebelion.org+trabajo+imaterial>).
- ¹⁷ A proposição de Marx nos *Grundrisse* parece referida à realidade capitalista do século XXI. Depois de explicar os efeitos da maquinaria (ele o chama de "capital fixo") no trabalho e na força de trabalho, afirma que: "A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, *electric telegraphs, selfacting mules*, etc. São estes produtos da indústria humana; material natural, transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza e de sua atuação na natureza. São órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força objetivada do conhecimento. O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou *knowledge* social geral se converteu em força produtiva imediata e, portanto, até que ponto as condições do processo da própria vida social entraram sob os controles do *general intellect* e remodeladas conforme ele. Até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não só na forma de conhecimento, mas como órgãos imediatos da prática social do processo vital real". MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (1857-1858). Tomo II. 8. ed. México: Siglo XXI, 1980, p. 229-230. A sequência não deixa lugar a dúvidas: as máquinas, locomotivas, em geral o capital constante (fixo e circulante), como órgãos do cérebro humano, são produto da mão humana, ou seja, da força de trabalho do operário coletivo global que, ao mesmo tempo, é força objetivada do conhecimento como força produtiva imediata. Na lógica deste raciocínio de Marx, muito ao contrário da interpretação feita por Negri e Lazzarato desta passagem, este fenômeno do *general intellect* ocorre, contraditoriamente, no seio do sistema capitalista e continua sujeito a suas leis imanentes; a lei do valor, a produção de mais-valia e de lucros mediante o processo iminente de exploração da força de trabalho (global) pelo capital. O que se pode dizer, então, é que a verdadeira libertação do "sujeito da produção" (a "subjetividade" do operário) ocorrerá no seio de uma nova formação econômica e social radicalmente diferente do capitalismo.
- ¹⁸ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa...* Op. cit., p. 479 e ss.
- ¹⁹ Ibidem, p. 484.
- ²⁰ Dados tomados de BALDERAS ARRIETA, Irma. *Mujeres trabajadoras en América Latina: México, Chile y Brasil*. México: Plaza y Valdés; UOM, 2005 (no prelo).
- ²¹ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ²² OIT. *Informe sobre el empleo en el mundo 2004-2005: empleo, productividad y reducción de la pobreza*. Ginebra: OIT, 2005. ISBN 92-2-114813-0. Disponível na internet: <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/wer2004.htm>.
- ²³ Desenvolvo este tema em meu livro *Globalización y precariedad del trabajo en México*. México: El Caballito, 1999.
- ²⁴ Esta denominação se deve ao Centro de Asesoría y Estudios Sociales (CAES), "¿Fin del trabajo?", 5 de setembro de 2005, versão na internet: <http://www.nodo50.org/caes/articulo.php?p=428&more=1&c=1>.
- ²⁵ Por outro lado, é mister destacar que, em outro âmbito, a fratura social e a fragmentação, como fenômenos humanos, também se verificam no plano do pensamento e das Ciências Sociais. A esse respeito, ver meu livro *América Latina, de crisis y paradigmas: la teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México: Plaza y Valdés;

FCPyS; Unam; UOM, 2005.

²⁶ Na América Latina, Theotônio dos Santos é um dos pioneiros estudiosos dos efeitos da revolução técnico-científica nas formações sociais contemporâneas e de seus impactos sobre o crescimento econômico. A esse respeito, ver seus livros *Revolução técnico-científica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983, e *Revolução técnico-científica e acumulação do capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

²⁷ JINKINGS, Nise. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas: Unicamp,

2005, e OLIVEIRA, Eunice de. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Também incluo aqui meu livro *La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: Itaca; UOM; Enat, 2003. Existe uma edição ilustrada deste livro publicada na Galiza, Espanha: *A reestruturación do mundo do trabalho*, editado pela Confederação Intersindical Galega e Promocions Culturais Galegas, Vigo (Galiza), Espanha, março de 2005.

²⁸ JINKINGS, Nise. Op. cit., p. 12. Grifos no original.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BALDERAS ARRIETA, Irma. *Mujeres trabajadoras en América Latina: México, Chile y Brasil*. México: Plaza y Valdés; UOM, 2005.

BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil, a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CAES. *¿Fin del trabajo?* Centro de Asesoría y Estudios Sociales (CAES), 5 de septiembre de 2005. Versión en internet: <http://www.nodo50.org/caes/articulo.php?p=428&more=1&c=1>.

OLIVEIRA, Eunice de. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GORZ, André. *Adiós al proletariado*. Barcelona: Viejo Topo, 1980.

_____. *Salir de la sociedad del trabajo*. Memoria, n.199, México, septiembre, 2005, p. 25-33.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1975 (Col. Os Pensadores).

_____. *Teoría de la acción comunicativa*. Vol. II. Crítica de la razón funcionalista. México: Taurus, 2005.

JINKINGS, Nise. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas: Unicamp, 2005.

MARTÍNEZ PEINADO, Javier. *El capitalismo global: límites al desarrollo y a la cooperación*. Barcelona: Icaria, 1999.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (1857-1858)*. Tomo II. 8. ed. México: Siglo XXI, 1980.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002. 1ª reimpressão.

_____. *Multitud*. Barcelona: Debate, 2004.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho imaterial: formas*

de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (disponível em arquivo PDF na internet: <http://www.google.com.mx/search?hl=es&lr=&q=site:www.rebelion.org+trabajo+inmaterial>).

OFFE, Claus; HINRICHS, Karl. *La sociedad del trabajo: problemas estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid: Alianza, 1992.

OIT. *Informe sobre el empleo en el mundo 2004-2005: empleo, productividad y reducción de la pobreza*. Ginebra: OIT, 2005. ISBN 92-2-114813-0. Disponível na internet: <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/wer2004.htm>.

PÉREZ, Carlota. *Revolución tecnológica y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. México: Siglo XXI, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *El fin del trabajo*. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *La era del acceso. La revolución de la nueva economía*. Barcelona: Paidós, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. *Revolução técnico-científica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Revolução técnico-científica e acumulação do capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Globalización y precariedad del trabajo*. México: El Caballito, 1999.

_____. *La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: Itaca; UOM-Enat, 2003.

_____. *A reestruturación do mundo do trabalho*, editado pela Confederação Intersindical Galega e Promocions Culturais Galegas, Vigo (Galiza), Espanha, março de 2005.

_____. *América Latina, de crisis y paradigmas: la teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México: Plaza y Valdés; FCPyS; Unam; UOM, 2005.

TOURAINE, Alain. *Antinuclear reactions on antinuclear movement*, apud OFFE, Claus; HINRICHS, Karl. *La sociedad del trabajo: problemas estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid: Alianza, 1992.

Recuperadores de trabalho

RESISTÊNCIAS AOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO-EXTINÇÃO SOCIAL*



Alberto L. Bialakowsky
 Oracio Campos
 José Manuel Grima
 Ernestina Rosendo
 Maria Ignacia Costa
 Nora M. Haimovici

NOTAS INICIAIS

O fenômeno de empresas recuperadas na Argentina neste início do século XXI representa uma inovação social e laboral inédita. É certo que a ocupação de fábricas e empresas não é uma realidade nova no mundo do trabalho e na reivindicação operária, como são os precedentes tanto locais (GARCÍA ALLEGRONE et al., 2004) como internacionais. Entretanto, do nosso ponto de vista, esse movimento sociolaboral emerge em circunstâncias impensadas tanto pela lógica da evolução do capitalismo argentino como por seu passado imediato de três décadas, iniciado com a ditadura, de contínuo desmantelamento do mundo assalariado nos termos de sua construção e tipologia de pós-Guerra de trabalhador universal em relação de dependência.

Nesse desenvolvimento expansivo, embora se registrem casos isolados desde o início da década de 1990, produziu-se uma aceleração a partir de 1989, e a curva se tornou verdadeiramente ascendente a partir de 2001. E o surgimento de ocupação das fábricas e empresas por parte de seus trabalhadores com o início de um ciclo ocupar-resistir-produzir¹ tem múltiplas origens. Entre as mais destacadas, estão aquelas precedidas por extensos atrasos nos pagamentos de salários, com o que os assalariados se constituem em credores privilegiados de suas empresas, falências fraudulentas, evacuações das empresas e outras ilegalidades, questões que registram paralelamente o incremento de conflitos em torno do pagamento de salários atrasados e demissões (DÁVOLOS, PERELMAN et al., 2003). Esses processos se dão num contexto sem dúvida amplo de involução social (pobreza e indigência), desemprego e precarização do trabalho como resultado das políticas neoliberais avassaladoras que foram aplicadas no país.

A influência do contexto, de nossa perspectiva, apóia-se na particular conflitividade defensiva pelos salários perdidos e as demissões em massa, mas sobretudo porque, desde há décadas, na Argentina não ocorria uma reprodução dos processos de exclusão do final dos anos 1990. Esse processo de desconstrução informaliza a sociedade e produz uma virada para a economia subterrânea, os limites da subsistência para milhões, com um processo convergente em seus pólos mais extremos de desaparecimento salarial, crimi-

nalização e processos de guetificação urbana. Esse extremo já não pode ser categorizado como de vulnerabilidade ou exclusão, mas de extinção (BIALAKOWSKY et al., 2003) em seus diversos sentidos: extinção de ofícios e profissões (AUED, 1999), dissolução da massa salarial, difusão de contratos precários, subcontratações e terceirização, e extinção dos meios salariais e meios para a sobrevivência elementar. Este é para nós um ponto-chave, que se recolhe em todas as entrevistas, ocupar é um dilema de soma zero, ou se toma a fonte de trabalho ou esta desaparece. Para lembrar, estão à vista da classe trabalhadora o desemprego estrutural, de larga duração e o desemprego por repetição (DÁVOLOS PERELMAN et al., 2003).

Ao nos referirmos ao processo de extinção do trabalho e social dentro do *continuum* de exclusão-extinção, este designa um processo de produção social modelada em torno da dominação do biopoder, o ecopoder e o semiopoder; conotando também uma proporção de alienação dos recursos da subjetividade, dos meios de produção e acumulação, e do ser genérico como ser social e coletivo cultural (MARX, 1844). Dessa perspectiva de análise, a economia tampouco opera num vazio de sentido: possui sua própria economia política, embora esta resulte paradoxal como nas fases clássicas de extermínio², como escravidão e holocausto, ou seja, como uma economia que conduz à aniquilação (MORENO FELIÚ, 2001).

Pois bem, neste contexto de situação, a "consciência de ocupação" ou a tomada da fonte de trabalho seria insuficiente se não se acrescentam três dimensões sociais relevantes, a emergência de movimentos de multidões (CAFASSI, 2002), especialmente de setores de desempregados piqueteiros, a *debacle* mudaria mais o confisco temporário de depósitos privados, e a resistência multitudinária no final de 2001, na qual houve convergência da mobilização civil de setores médios de trabalhadores urbanos, desempregados, organizações piqueteiras e vizinhos urbanos. Estes últimos (*caceroleros*³), autoconvocados, constituíram a nova instituição civil das assembleias de bairro, várias das quais prolongaram sua existência até hoje. Em cada um desses setores e em

distinto grau de experiência, os trabalhadores recuperadores tiveram e têm um apoio solidário; este é um instrumento organizativo de suma importância nas etapas de ocupação e resistência, nas quais o poder judicial e as forças policiais produziram desalojamento em muitos casos com resistência e em outros com a instalação de acampamentos na própria porta da empresa até conseguir sua ocupação.

Por último, cabe ressaltar que, ainda que o contexto democrático a partir de 1983 tenha permitido o restabelecimento das leis e a restituição dos direitos dos cidadãos, também deu continuidade às práticas neoliberais de diluição de direitos dos trabalhadores, especialmente nos aspectos de contratação, demissão, contribuições patronais para a aposentadoria, limitação nas discussões sobre os dissídios coletivos de trabalho, fixação e desvalorização de salários, limitação ao desenvolvimento sindical com estabilização, em boa medida, da burocracia sindical⁴, e estancamento da ocupação ao longo da década de 1990. Entretanto, depois de 2001, o questionamento político colocou na defensiva sua legitimidade, de

O fenômeno das empresas recuperadas na Argentina é uma inovação inédita

¹ Este ensaio dá continuidade à conferência coletiva apresentada no XXIV Congresso Alas de Arequipa, Peru: "Cooperación e conflito nas novas formas de autogestão dos trabalhadores" de Alberto L. Bialakowsky, Oracio Campos, José Manuel Grima, Ernestina Rosendo, Maria Ignacia Costa, Susana Presta, Natalia Benzaquen e Guillermo Robledo; neste texto se conservam os pontos 3, 4.3 e 4.4 da dita conferência e neles suas correspondentes co-autorias.

Em 2003, 47,8% da população argentina estava abaixo da linha da pobreza

maneira que os movimentos sociais mantiveram suas manifestações reivindicatórias, e sobre as empresas recuperadas se abriram instâncias temporais políticas (leis de expropriação) e judiciais (concursos e falências) que proporcionaram, não sem resistências, um caminho de aberturas e sustentabilidades autogestoras de imediato.

CONTEXTO SOCIAL

Tal como nos referimos nas notas introdutórias, podem ser destacadas pelo menos três questões referidas às transformações acontecidas nas últimas três décadas: a) a passagem de uma racionalidade política keynesiana a uma racionalidade neoliberal, na qual adquire centralidade o novo papel do Estado e sua relação com o mercado; b) as mutações sociais e econômicas que essa passagem implicou; e c) o novo perfil das políticas sociais.

Em primeiro lugar, a crise financeira, ideológica e discursiva do Estado regulador, que se iniciou nos anos 1970 e se aprofundou nos anos 1980 (ROSANVALLON, 1995) nos leva a refletir acerca do papel do Estado a partir dos anos 1990.

Profusamente, se difundiram teorias e opiniões populares acerca da redução do Estado, do vazio do Estado nas questões referidas ao atendimento do social, especialmente nos anos 1990. Nossa perspectiva tenta esclarecer este mal-entendido tratando de investigar que o Estado, longe de abandonar a conformação com o social, se autotransforma para intervir sobre a questão social, só que agora de outra maneira, tanto no exercício e monopólio da violência como para estabelecer padrões de distribuição de renda. O mercado se tornou um eufemismo para fazer referência aos poderes assimétricos dentro do sistema capitalista entre os detentores do capital, especialmente o financeiro, e aqueles que sobrevivem somente de seu trabalho. (BIALAKOWSKI, 2001, p. 3-4).

Em segundo lugar, as transformações socioeconômicas giraram em torno das políticas de ajuste estrutural, abertura comercial e financeira, liberalização de preços e mercados, desindustrialização, privatizações, terceirização, redução do emprego e do investimento público, reestruturação do mundo do trabalho, entre outras medidas, cuja repercussão social se materializa nos seguintes dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos:

Em outubro de 2002, o índice de desigualdade (coeficiente de GINI) nos aglomerados urbanos do país revelados pela EPH (Enquete Permanente de Lares [Enquete Permanente de Lares]) foi 0,532; seu valor era 0,470 em maio de 1995. Segundo o Siempro (Ministério de Desenvolvimento Social), o incremento da desigualdade da renda teve uma grande incidência no crescimento da pobreza no período 1998-2001.⁵

Na atualidade, os dez por cento mais ricos da população apresentam uma renda mais de 31 vezes mais alta que os dez por cento mais pobres⁶. Pode-se dizer, com Gabetta, que: "Em pouco mais de um quarto de século, o país passou de ser o mais igualitário da América Latina – em alguns breves períodos, da América toda – a ocupar um dos primeiros lugares em matéria de desigualdade". De acordo com a Enquete Permanente de Lares (EPH), no segundo semestre de 2003, 11.074.000 pessoas se encontravam abaixo da linha de pobreza, ou seja, 47,8% da população, dos quais 4.749.000 (ou seja, 20,5%) não só eram pobres, mas, além disso, se situavam abaixo da linha de indigência⁸. Por outro lado, as transformações operadas no mercado de trabalho, já mencionadas, se expressaram em altos índices de vulnerabilidade do trabalho: para o primeiro trimestre de 2004, na Argentina se registrava uma taxa de desemprego de 14,4% e uma taxa de subdesemprego de 15,7%. Assim, entre desempregados e subempregados, somavam 30,1%. Vale destacar, além disso, que, ao analisar o impacto dos Planos Chefes e Chefas de Família sobre o mercado de trabalho, se advierte que o número de desempregados chegaria a 19,5% se não existissem tais planos.⁹

Em terceiro lugar, a marca neoliberal desenvolveu novas tecnologias de governo que compreendem, por um lado, uma mudança no campo discursivo no qual o exercício do poder foi conceitualizado, foram provistas as justificativas morais e se distribuíram as tarefas dos diferentes setores e instituições sociais (racionalidades políticas), e, por outro, foram produzidas mudanças nos programas, técnicas, aparelhos e documentos através dos quais as autoridades dão corpo e outorgam efetividade às decisões políticas (tecnologias de governo) (ROSE e MILLER, 1992). Dessa perspectiva, a descentralização, a privatização, as práticas assistencialistas e focalizadas se constituíram no padrão comum e transversal às políticas sociais.

Nesse marco, ocorreram os fenômenos sociais tendentes a re-

Os 10% mais ricos têm renda 31 vezes acima dos 10% mais pobres

duzir a brecha do desemprego e a avançar para uma sociedade mais coesa, para além da ação do Estado ou da divisão do trabalho capitalista, por meio do estabelecimento de vínculos de solidariedade interpessoal e social (CORAGGIO, 1999). Em primeiro lugar, surgiram propostas a partir da sociedade civil que compreendiam o desenvolvimento de um setor de economia social¹⁰. Em segundo lugar, multiplicaram-se os movimentos político-sociais de resistência, encarando novas formas de luta e de protesto. Um olhar possível sobre esses movimentos nos leva a traçar um arco entre dois pontos entre os quais se instalou a década de corte neoliberal menemista: a crise do governo radical, produto da hiperinflação em 1989, entre cujas manifestações se encontraram saques a supermercados e instabilidade institucional, e a crise do governo da Aliança (uma coalizão de partidos de centro-esquerda) em 2001, caracterizada por uma sequência que começou com a instalação do estado de sítio, a repressão às manifestações populares e a conseqüente expansão dos protestos que culminaram numa aguda crise institucional e na renúncia do presidente. Entre um ponto e outro do arco, o ano de 2001 implicou a consolidação da sociedade civil para resistir à imposição do modelo, e foi nesse contexto que o fenômeno das empresas recuperadas se expandiu.

Embora possamos considerar que as práticas de autogestão ressurgiram como um movimento mais generalizado a partir de dezembro de 2001, produto do clima social descrito, cabe destacar que o desenvolvimento dessas experiências se constituiu em estratégia de luta contra o desemprego desde o final dos anos 1990. Por outro lado, esses processos autogestores sem dúvida têm antecedentes históricos, rupturas e continuidades dentro do movimento dos trabalhadores, nos anos 1960 com o movimento cooperativista, nos anos 1970 com empresas autogeridas e a participação empresária dos trabalhadores, como assim, posteriormente, a produção de uma involução tanto no movimento autogestor e cooperativo como do movimento dos trabalhadores reprimido pela ditadura militar. Daí que o fenômeno das fábricas recuperadas tenha que ser analisado a partir da cultura operária acumulada e suas fraturas, como em seu caráter novo e conjuntural neste particular contexto histórico (BIALAKOWSKY et al., 2003).

O MOVIMENTO SOCIAL DE EMPRESAS RECUPERADAS¹¹

Na evolução do fenômeno, destacou-se a conformação do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, integrado pelas empresas recuperadas por seus trabalhadores que se autogestem. Orazio Campos relata o surgimento do movimento:

Nesse momento [em 2001], não se pensou em um movimento de empresas recuperadas, se pensou em ir dar uma mão... Íamos às passeatas, viam o cartazinho da IMPA se aproximavam e perguntavam se podiam vir conhecer, e, bom, isso foi de boca em boca, crescendo, e os que tinham problemas iam à IMPA perguntar como fazer, depois vieram de Entre Ríos, de várias partes, e aí é quando se disse, isto é em nível nacional,

então vamos fazer um movimento. Eduardo (Murúa) já estava viajando, todas as semanas, de um lado a outro, e, bom, começaram a fazer reuniões aqui com 30 ou 40 pessoas de diferentes empresas, e começamos a ver como nos comunicávamos, deixamos nosso número de telefone, quando poderia haver outra reunião, até que por aí disseram que tínhamos que fazer um movimento com representação de todos, e aí surgiu o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas [...] e nessas reuniões, que são feitas a cada quinze dias, no início não havia muita organização, e decidimos eleger uma comissão que nos representasse e, bom, elegeram o Eduardo (Murúa) e o (José) Abelli, e em cada empresa recuperada, acho que tem secretário ou algo assim [...] uma comissão que representa na empresa.

Nesse marco, o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas reivindicou a ocupação de fábricas como uma nova forma de luta contra o desemprego, a fome e a pobreza. Seus princípios eram: 1) associação aberta e voluntária; 2) controle democrático pelos trabalhadores; 3) participação econômica dos trabalhadores; 4) autonomia e dependência; 5) educação, capacitação e informação; 6) cooperação, integração e solidariedade entre as empresas; 7) preocupação e interação com a comunidade. Entre seus principais objetivos, podem ser destacados: reclamar pela modificação da Lei de Falências¹², propiciar a criação de um Fundo Fiduciário misto, solicitar apoio de organismos de pesquisa para definir com o maior nível de rigor científico os indicadores de eficiência de acordo com as atividades desenvolvidas pelas empresas do MNER, estudar variantes aos sistemas previdenciários vigentes (Distribuição e Capitalização), conformar a Obra Social dos Trabalhadores das Empresas Recuperadas, entre outros¹³.

Na atualidade, as dissidências ideológicas e políticas no interior do Movimento se cristalizam na divisão entre o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR). Estas duas organizações diferem em relação ao tipo de organização e o futuro próximo das empresas recuperadas, já que, enquanto o MNER promove o andamento das fábricas sob a modalidade de cooperativas, e solicita o apoio do Estado por meio da criação de um fundo de capital inicial para a sua promoção delas, o MNFR interpela o Estado para que este se encarregue da dívida e a empresa continue com a administração cooperativa entre os trabalhadores (CONTRERA, 2003; FAJN et al., 2003).

Também podem ser mencionados outros três movimentos em torno desta questão: a Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Empresas Reconvertidas (Fencooter),

[...] cuja proposta é a conformação de cooperativas de trabalho. Avaliam a possibilidade de expropriação com pagamento, ou seja, que os trabalhadores saldem a expropriação em troca de suas dívidas salariais. Por outro lado, a Federação de Cooperativas de Trabalho (Fecootra) é um núcleo de cooperativas de trabalho, sua sede está na cidade de La Plata e tem uma existência prévia ao fenômeno da ocupação fabril. Ocupa-se de questões vinculadas à assessoria às cooperativas de trabalho,

por isso sua relação com as fábricas recuperadas se deve à forma legal que estas possuem (FAJN et al., 2003, p. 92).

E por último, a Comissão Nacional de Empresas Recuperadas e em Luta, que promove

[...] o modelo de estatização sob controle operário, a expropriação definitiva sem pagamento, destinando a produção a uma orientação social [...] Quanto ao procedimento legal, não avalizam a figura jurídica da cooperativa porque vêem nisso uma saída do terreno da luta para submergir na competição econômica. Consideram que as dívidas anteriores devem ser assumidas pelos ex-donos (FAJN et al., 2003, p. 93-94).

Entre as poucas fábricas que aderem a este modelo, se encontram a têxtil ex-Bruckman e cerâmicos Zanón.

DIMENSÕES DO FENÔMENO

Segundo os registros disponíveis até dezembro de 2003, se estipulava uma quantidade de 170 empresas recuperadas por seus trabalhadores (FAJN et al., 2003), que compreenderia uns 8.000 trabalhadores aproximadamente. M. Kulfas (2003) estima que envolvem 10.000 trabalhadores. Sobre este ponto, ressaltamos que não é tanto o impacto quantitativo do fenômeno das empresas recuperadas, como o acelerado processo de expansão dessa modalidade de reivindicação do trabalho que se distingue de outras lutas, tais como a reivindicação de seguro-desemprego e inclusive do salário mínimo universal, levando os trabalhadores a propor a apropriação e a administração da fonte produtiva como um bem social.

No quadro que se apresenta a seguir, se pode observar a distribuição geográfica das empresas recuperadas ou em processos de recuperação, concentrando-se a maior proporção na Província de Buenos Aires (54%) e Cidade Autônoma de Buenos Aires (19,5%).

Quanto ao ramo de atividade das empresas recuperadas, se observa uma importante diversidade de setores, destacando-se, em primeiro lugar, as atividades vinculadas a produtos metalúrgicos (26,4%), frigoríficos, máquinas e aparelhos elétricos em segundo lugar (8,0% cada um), e alimentação (6,9%) em terceiro lugar.

Entre as modalidades organizativas possíveis, 93% dos casos adotaram a forma de cooperativa de trabalho. Entre as razões que se poderiam enumerar como causais desta escolha, mencionamos: a horizontalidade das relações que se estabelecem no interior

das empresas tanto nos modos de produção como na tomada de decisões por meio de assembléias e condicionamentos legais impostos pela Lei de Concursos e Falências 14 para dar lugar à administração dos trabalhadores dos espaços produtivos.

Segundo o "Relatório do cadastramento entre empresas recuperadas pelos trabalhadores" (2003), apresentado pelo Programa Faculdade Aberta d Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires,

[...] se observam situações heterogêneas no que diz respeito aos níveis de produção: em primeiro lugar, 175 das empresas não estão produzindo na atualidade. [...] [por outro lado] dentro do conjunto das que se encontram trabalhando atualmente, 36% estão até um terço de sua capacidade. Uma parte significativa das empresas – 29% – parecem se encontrar num nível de produção que se encontra entre 13% e 60 % de sua capacidade. Por último, menos da quarta parte – 18% – está trabalhando com mais de 60% de seu potencial.

Estes dados revelam que, em média, o nível de produção não alcançaria a metade da capacidade instalada que os estabelecimentos possuem. De acordo com o mesmo relatório, os motivos, em ordem de importância, pelos quais se estaria produzindo abaixo da capacidade das empresas correspondem a: possibilidades de colocação da produção no mercado (46%), falta de matéria-prima (27%), falta de capital (14%), não disponibilidade de máquinas adequadas (5%), falta de trabalhadores especializados (5%), falta de licença legal (8%), falta de crédito (3%), etapa do processo de conformação como cooperativa na qual se encontram (3%)¹⁵.

ASPECTOS CENTRAIS

1. Palavra de ordem: ocupar, resistir, produzir¹⁶

Trabalhador – Ocupar era a única forma de evitar a evacuação da empresa. Havia que permanecer.

Um companheiro completa – Era a única forma de manter nossa fonte de trabalho.

Trabalhador – Quiseram evacua-la. Imagina que, no momento de maior capacidade de trabalho, éramos 350 companheiros e ficamos em 28. Pressionaram os companheiros para que fossem embora. Ofereceram a eles uma demissão voluntária, da qual pagariam a primeira quota e depois "se te vi, não me lembro". Quando vimos que isto não dava mais, os 28 companheiros que ficaram decidiram ocupá-la. A maioria

Distribuição geográfica

Localidade	%
Cidade de Buenos Aires	19,5 %
Província de B. Aires	54,0%
Interior	26,5%

Fonte: Elaboração própria, baseado em Fajn et al. (2003). Com base em 87 casos.

Ramo de atividade

Atividade	%
Produtos metalúrgicos	26,4
Alimentação	6,9
Têxteis	4,6
Exploração de minas e canteiras	2,3
Papel	3,4
Envasamento de gás liquefeito	1,1
Cerâmica	3,4
Vidros	4,6
Produtos químicos	1,1
Lácteos	2,3
Imprensa/ editorial	5,7
Máquinas e aparelhos elétricos	8,0
Plásticos/ borracha	2,3
Serviços	2,3
Ensino	2,3
Frigorífico	8,0
Transporte	5,7
Saúde	4,6
Tratamento de água	1,1
Serviço de hotelaria e restaurante	1,1
Materiais de construção	1,1
Supermercados	1,1

Fonte: Extraído de Fajn et al. (2003). Com base em 87 casos (p. 157).

tinha dez anos de empresa, e não queríamos perder nossa fonte de trabalho. (Entrevista com trabalhador, Conforti – Cooperativa Patrícios).

Deste fragmento, se destaca o risco da exclusão do trabalho, a iminência de serem excluídos como trabalhadores e a resistência de um setor a ficar à deriva neste devir da pós-modernidade. Deriva normalizada deste novo “progresso”, nesta nova “ordem” global capitalista. Nesta circunstância, produz-se a passagem da resistência: enquanto se resiste – num mesmo plano –, se descobre o conflito, e a luta surge, porque o conflito social estava subjacente. Nesse passo, subverte-se a relação de dependência ante o dilema da perigosa saída do campo do laboral e social (CASTEL, 1997).

O movimento social que encarna a luta coletiva em prol da recuperação dos espaços produtivos e das fontes de trabalho leva como palavra de ordem a frase: “Ocupar, resistir, produzir”. Ela simboliza o processo de luta

que os trabalhadores enfrentam e os investe de uma nova identidade social e política. Uma hipótese que alguns trabalhadores manejam acerca da origem dessa frase nos remete a duas experiências: Lavalan e Chilabert.

Trabalhador – Talvez tenha saído da última tomada que se fez, que foi em Lavalan, que, não sei se lembra, muito dura a luta, e foi tão castigada, e tivemos uma briga forte lá [...] Porque queriam tirar os caminhões com lâ, e nós ameaçamos que íamos tocar fogo [...] foi uma luta forte com a polícia, a montada, tudo isso [...].

Entrevistador – Isso foi quando?

Trabalhador – Em 2001.

Entrevistador – Foi previsto o surgimento de empresas recuperadas?

Trabalhador – Sim, antes... [...] E a outra foi a de Chilabert, também estavam os carros de assalto, e vieram em seguida os vizinhos e o pessoal da assembléia [...] E depois, bom, resistir e não produzir, para que elas estivessem lá dentro se não produziam? Essa é a explicação, ocupar, resistir e produzir [...] (Entrevista a trabalhador, Empresa recuperada IMPA).

A ação coletiva tem implicações subjetivas, renova as identidades, apresenta desafios, conflitos e novas oportunidades para a transformação social. Em particular, no interior das empresas, os novos coletivos de trabalho, ao quebrar com a tradicional relação operário-patrão, enfrentam desafios vinculados às articulações la-

Modalidades organizativas

Modalidades	%
Cooperativa	93,0
S.A./ SRL	4,7
Estatizada, controle operário	2,3

Fonte: Extraído de Fajn et al. (2003). Com base em 87 casos (p. 161).

Capacidade das empresas que estão produzindo

capacidade	%	
sem produção	17%	17%
1 a 10%	16%	
11 a 20%	10%	
21 a 30%	10%	
31 a 40%	15%	
41 a 50%	7%	
51 a 60%	7%	83%
61 a 70%	5%	
71 a 80%	3%	
81 a 90%	3%	
91 a 100%	7%	

Fonte: Extraído do Programa Faculdade Aberta, Secretaria de Extensão Universitária, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires, com base em 59 casos. Dados de 2003.

borais, em torno de três questões: a cooperação, a confiança e o reconhecimento. A cooperação supõe mais que a coordenação lógica e cognitiva de sucesso nas atividades, supõe também a vontade dos trabalhadores para trabalharem juntos. A cooperação implica, então, relações de confiança, tanto entre colegas como com seus coordenadores, estrutura que torna possível a instauração de acordos e normas que regulem a forma de executar o trabalho.

Trabalhador – Por isso, acreditávamos que nunca iríamos poder conseguir a expropriação. Por tudo isto, agora há mais responsabilidade, porque, se erramos, nos prejudicamos todos. (Intervém outro companheiro:) O trabalho, antes, era feito igual. Nunca houve sabotagem.

Trabalhador – Mas, agora, estamos mais motivados. Ontem, fizemos o primeiro trabalho, por isso estão todos muito contentes. Sabes o que é para quem maneja uma máquina voltar a vê-la funcionar, escutar o barulho? É pouquinho (o tra-

balho que fizeram), mas motiva (Trabalhadores, empresa recuperada Conforti – Cooperativa Patrícios).

Neste sentido, embora as empresas recuperadas proponham uma dissolução das hierarquias (administração-gerentes-operários), não ficam isentas de uma regulamentação normativa que articule as relações entre trabalhadores e a realização do trabalho dentro de uma previsão produtiva. O caráter coletivo e social do trabalho se despoja do véu do capital para adquirir um sentido renovado para o trabalhador. Seu redescobrimento dá lugar a novas formas de conceber e agir em relação ao trabalho, e à construção de subjetividade e de vínculos sociais com os demais trabalhadores.

Essa nova concepção que se funda na confiança e na vontade dos trabalhadores, mas também no reconhecimento sobre o fazer, supõe um ganho para a identidade do trabalhador (DEJOURS, 1998). Esse reconhecimento, necessário em cada organização de trabalho, implica, em nossa perspectiva, uma acumulação identitária que resulta, inclusive, prévia à colocação em funcionamento da organização produtiva no caso das empresas recuperadas, ponto que, em alguma medida, estabelece a diferença entre os participantes ativos do processo de “tomada da empresa” e os novos trabalhadores que se incorporam à organização de trabalho sem ter atravessado esse momento fundador do coletivo.

Então, embora a desvinculação do capital do processo de produção tenha impacto na subjetividade do trabalhador, reconver- tendo-o, não por isso dilui outros posicionamentos conflitivos que

93% dos casos adotaram a forma de cooperativas de trabalho

subjazem nas relações de trabalho (novos trabalhadores e velhos trabalhadores; trabalhadores mobilizados e não mobilizados). Nesse sentido, o conceito de “companheiros”, que os trabalhadores utilizam hoje em lugar do termo operários, não dissolve a conflitividade latente.

Dessa perspectiva, podemos falar de co-produtores, do significado de produzir juntos, sob um tipo de racionalidade e sentido que ao mesmo tempo reconhece o conflito e as tensões. A cooperação despótica, no modo de produção capitalista, produz a resistência do trabalhador; a cooperação sob o modelo de autogestão pode ser pensada como construção e criação de novos consensos, embora, como vimos, não isenta de conflitividade.

2. Legitimidade – legalidade

Na análise do fenômeno das fábricas recuperadas, observamos dois aspectos enlaçados que dão suporte a seu desenvolvimento e expansão: o primeiro se refere às normas legais nas quais os ditos processos se inscrevem, e o segundo se vincula com a legitimidade que diferentes movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos e instituições públicas outorgam ao fenômeno a partir de sua adesão a ele.

A crise recessiva, as perspectivas de fechamento de empresas e de aumento das taxas de desemprego condicionaram as práticas jurídicas a partir de dezembro de 2001, inicialmente opostas a esses fenômenos e defensoras do direito à propriedade privada. Nesse processo de mudança, operaram reajustes tendentes a impulsionar, embora não sem contradições, a recuperação de fábricas por parte dos trabalhadores. O salto qualitativo se expressou na modificação, no ano 2000, da Lei Nacional de Concursos e Falências, vigente desde 1995, e na aplicação de outra lei: a de Expropriação.

No caso da Lei Nacional de Concursos e Falências (Lei 24.522), ela

[...] estipulava que toda empresa que, encontrando-se na impossibilidade de pagamentos sem que houvesse realizado acordo com seus credores mediante o concurso preventivo, deve declarar-se em falência. A instância de falência é regulada legalmente por um juiz que intervém para determinar o remate dos bens móveis e imóveis aos efeitos de saldar a maior quantidade de dívidas contraídas pela empresa falida (BRINER e CUSMANO, 2003, p. 27).

Até fevereiro de 2002, uma vez declarada a falência, a lei apresentava duas saídas: que o juiz determinasse o fechamento do estabelecimento ou a entrega direta dos bens ao administrador judicial, que poderia determinar que a firma continuasse funcionando até que o processo de falência terminasse.

Na reforma realizada em maio de 2002, se estabelece explicitamente uma alternativa para o processo de falência: o funcionamento temporário da unidade produtiva nas mãos dos trabalhadores [...] até a realização dos bens no momento do remate, cedendo a administração aos trabalhadores constituídos em cooperativa de trabalho, sempre que eles apresentem uma proposta formal ao administrador judicial que indique seu interesse em manter a exploração da empresa. [...] A alternativa de administração por parte dos trabalhadores é permitida por meio de uma taxa que o juizado cobra deles pelo usufruto da empresa nesse período (BRINER e CUSMANO, 2003, p. 27).

[...] Em outubro, começamos com as suspensões, o dono dizia que nós tínhamos que trabalhar, que ele tinha que diminuir a empresa e que ia trazer um investidor, que ia diminuir a empresa e que tinha que indenizar os trabalhadores. Nós não aceitamos isso e dissemos que agüentáramos e que ninguém ia ser despedido, então ele nos disse qual proposta tínhamos, nós, como trabalhadores, porque a ele não restava outra alternativa que a falência, então nós, ao conhecer as experiências de Mineral Puerto, da IMPA, sendo experiências em cooperativas de trabalho, propusemos a idéia de formar uma cooperativa de trabalho na unidade de todos os trabalhadores, tanto administrativa como a parte de fábrica. O dono não a considerou de jeito nenhum em nenhum momento. Ou seja, nós pressionamos, que era a única maneira de que continuássemos trabalhando. Então, se chegou a um acordo com o juiz no qual nos deu, por meio de um contrato com a empresa, o aluguel de um ano à cooperativa, e já vai correndo quase um ano, praticamente isto foi no início do ano, então, o que a empresa dizia no início, que tinha que reduzir os trabalhadores, mas nós fazemos um volume de trabalho, neste momento, de 1.500 toneladas, que diziam que havia que agüentar para trinta pessoas. Essa era a única maneira de continuar, nós, nos primeiros meses de trabalho, nos demos conta de que podíamos manter a empresa e podíamos nos manter, não com os salários que tínhamos no início, eram mais altos, mas sim, se podia fazer, e nos demos

Fotos em: www.mjotra.gov.ve/encuentro_latinoamericano



Ocupar, resistir e produzir: palavras de ordem dos trabalhadores do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas

conta de que nós podíamos. Em um ano, hoje temos a sorte de ir melhorando mês a mês, e enquanto esperamos o conflito, que vai ser quando terminar o contrato de aluguel e a continuidade da cooperativa. (Representante da Cooperativa Os Constituintes, Oficina 51, V Jornadas de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, UBA, 2002).

Na atualidade, o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas aponta para a nova modificação da Lei de Concursos e Falências que “[...] habilite a prioridade de compra dos trabalhadores e estabeleça um marco regulador especial para os caos das empresas recuperadas e cooperativas de trabalho, que inclua a expropriação dos ativos envolvidos por parte dos organismos governamentais” (BRINER e CUSMANO, 2003, p. 27-28).

Por outro lado, a Lei de Expropriação passou a se constituir numa ferramenta jurídica alternativa diante das lacunas legais da Lei de Concursos e Falências. O processo de expropriação se fundamenta, basicamente, no artigo 17 da Constituição Nacional e na Lei 21.499 de expropriação, que define que os bens sujeitos a expropriação devem ser estipulados numa lei sancionada para isso. “Na mesma lei se contempla a possibilidade de declarar a utilidade pública sujeita a ocupação temporária [...]. Sob esta alternativa, o expropriador (Governo da Cidade, por exemplo) paga uma taxa ao proprietário pelo usufruto dos bens afetados, e passando o tempo de ocupação, o bem volta a estar à disposição de seu dono” (BRINER e CUSMANO, 2003, p. 29).

Delegado – Nos primeiros dias de março, pedimos a eles que se retirassem, tínhamos a lei de expropriação, a Lei nº 12.996, a lei que nos respaldava, isto é, a expropriação de todas as instalações, mais todas as maquinarias que estão na fábrica. Tudo, para isso há uma lei, que é um anexo, onde está o inventário de todos os bens expropriados.

Entrevistadoras – Poderias explicar um pouco mais em detalhe em que consiste esta lei?

Delegado – Nós não somos os donos disto, temos o usufruto da fábrica, porque a Província a cede a título oneroso, temos dois anos para pagar. Calculamos que, já para os primeiros meses do ano que vem, a Província de Buenos Aires tem que mandar um contador, dizer, bom, isto custa tanto. Bom, como poderemos lhe pagar? Supõe-se que a Província não vai expropriar algo para te dizer: “Agora, tal quantia, pague”. Tem que te dar um prazo, nós somos trabalhadores e temos os elementos para demonstrar que, por enquanto, a única coisa

que fazemos é terceirizar. Então, têm que nos dar um prazo mais ou menos razoável, de 5 ou 10 anos, para pagar tudo isto. (Entrevista com o trabalhador de fábrica, delegado sindical e presidente da Cooperativa Viniplast)¹⁷.

Por último, nos referiremos à legitimidade social e institucional do fenômeno das empresas recuperadas que se expressa na crença na validade (WEBER, 1922) desta forma de luta para conservar fontes de trabalho. Neste sentido é que os trabalhadores tecem alianças com instituições, organizações sociais e movimentos de protesto. Nas palavras de um entrevistado:

Entrevistadoras – Que redes de vínculos vocês têm? De quem receberam apoio?

Delegado – Estamos trabalhando com o MNER, que nos pôs em contato com o administrador judicial, com o juiz, na legislatura com vários deputados que votaram a lei de expropriação. Também gente que trabalha na legislatura e alguns movimentos sociais que trabalham com a gente, assim como o Centro de Gestão e Participação do Governo da Cidade de Buenos Aires. (Entrevista com trabalhador de fábrica, delegado sindical e presidente da Cooperativa Viniplast)¹⁸.

Outra fonte de apoio institucional a esses empreendimentos podem ter sido os sindicatos. Entretanto, embora, em alguns casos, a ocupação da empresa tenha apresentado práticas em continuidade com processos prévios de luta sindical para a conservação dos postos de trabalho, as cúpulas centrais dos sindicatos, nesses des-cobrimientos, se revelam frequentemente, nessas experiências, indolentes, apegados a formas de negociação que resguardam os limites neocapitalistas impostos. Não obstante, deve-se ressaltar que, salvo em alguns casos, não se opuseram à ação de recuperação dos trabalhadores, e em diversos casos mantiveram a obra social e assistiram aos trabalhadores com alimentos nos momentos de maior conflito.

Na convergência entre o movimento sindical e as empresas recuperadas, se destacam três experiências: Cerâmicos Zanón, na Província de Neuquén, onde os delegados sindicais alcançam o secretariado provincial; a seccional UOM de Quilmes, liderada por Francisco “Barba” Gutiérrez, que promove e assiste às empresas recuperadas em três distritos da Província de Buenos Aires (Quilmes, Berazategue e Florencio Varela) (DÁVOLOS e PERELMAN, 2003), e o caso da empresa Conforti, com apoio do sindicato gráfico liderado por Raimundo Ongaro. A seguir, são trans-



Em 2003, 170 empresas haviam sido recuperadas por seus operários, estimados em cerca de 10 mil trabalhadores

Crise do modelo neoliberal
levou a Argentina à crise e
à descrença nos políticos



critos alguns fragmentos de entrevistas que dão conta desta articulação.

Mas o primeiro ponto para uma luta com um empresário que responde a um sistema, que é o sistema capitalista, o sistema empresarial, é tendo elementos, e praticamente os elementos que os operários têm, historicamente, são os sindicatos. Assim, nosso primeiro objetivo, como operários da Zanón, foi recuperar a comissão interna da empresa, de Cerâmicos Zanón, que estava sob a condução de dirigentes sindicais que respondiam aos interesses da empresa e que estava há 14 anos comandando tanto a comissão interna como o Sindicato de Ceramistas de Neuquén, que congrega quatro cerâmicas. [...] Em grandes pinceladas, se chegou ao ano 2000 sendo comissão interna onde a empresa pôs no meio demissões voluntárias [...].

[...] Os sindicatos foram criados historicamente para defender e reivindicar a conquista dos trabalhadores. Na Zanón e no país, isso não é cumprido. Assim, com muita vontade e com muita corrupção e unidade pela frente, tivemos que lutar contra isso, e a única ferramenta que tínhamos era estarmos todos unidos e aprofundar cada vez mais a organização, por isso nós, até hoje, temos um lema que é "A unidade, a organização e a luta constante", todos os dias, defendendo, interpretando e sentindo isso, não tem jeito, não há poder que possa contra essa metodologia e contra essa convicção que temos como classe trabalhadora. Recuperamos o sindicato, tivemos que ir a uma assembléia extraordinária num dia útil a 100 km de Neuquén, sem permissão da empresa, esse dia nos descontaram o salário, fomos todos, filiados e não filiados. Fomos todos e votamos para

que: primeiro ponto, para que houvesse eleições transparentes no Sindicato dos Ceramistas, coisa que nunca ocorria, porque são parte disso, que é a burocracia, que é a corrupção e que é a impunidade. Então, foi assim como recuperamos nossos espaços de luta no final do ano 2000. O Sindicato de Ceramistas, depois de 14 anos, voltou a ter uma condução nova, onde a chapa estava basicamente integrada por operários da Cerâmicos Zanón, a condução da chapa eram os companheiros que até esse momento tinham estado na comissão interna na Cerâmicos Zanón. Uma experiência muito forte que nos permitiu ver nossas caras e nos conhecer com companheiros de outras fábricas, e sentir o que sentimos hoje aqui, que todos temos a mesma necessidade. (Representante da Cerâmicos Zanón, Oficina 41, V Jornadas de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, UBA).

Entrevistadora – Como é e como foi a relação?

Trabalhador – O importante que há que ressaltar é que a União Operária Metalúrgica de Quilmes, naquele momento [...] nos apoiou no momento de luta e recebeu para dar atenção os companheiros que estavam doentes, e tenho entendido que iam apresentar algo, porque a nós, os cooperativistas, alguns da Comissão Diretiva da OUM não nos queriam, mas acho [...] que a partir deste ano nós também pertencíamos à União Operária Metalúrgica.

Entrevistador – Tiveram apoio do sindicato?

Trabalhador – Sim, tivemos um apoio muito forte, sobretudo no início. Que sindicato? O gráfico, o de R. Ongaro. A verdade é que se portaram muito bem conosco. Também tivemos o apoio do MNER. (Entrevista com trabalhador da empresa recuperada IMPA, Conforti – Cooperativa Patricios).

Finalmente, os autores coincidem em ressaltar que na base sindical e nas próprias empresas, os delegados sindicais ocupam lugares de liderança nesses novos processos, existindo ou não acordo das cúpulas dos sindicatos.

3. PRODUTO – TECNOLOGIA¹¹

A mercadoria é um produto destinado desde o princípio à venda e ao mercado. O caráter fetichista da mercadoria se origina no "[...] peculiar caráter social do trabalho que produz mercadorias (MARX, 1988a, p. 89), ou seja, nas relações sociais de exploração que subjazem à criação e ao intercâmbio dos produtos. Dessa perspectiva, o desafio que as fábricas recuperadas e autogeridas enfrentam é mostrar que o produto não é o resultado da exploração humana pelo próprio processo do trabalho (intensidade e

Fábricas autogeridas: o produto não resulta da exploração humana

dominação psicofísica), e pelo produto do próprio trabalho, mas que a qualidade do produto e sua utilidade social se devem a um processo mais liberado, de produção consensual.

“A diferença passada para a atual é que no passado não importava às pessoas como saía [o produto], porque faziam para outro, e atualmente, a gente faz com mais vontade, com mais atenção e mais esmero, para que o material não volte.” (Relato de um trabalhador da fábrica IMPA, Encontro de co-produção de pesquisa, 2003).

“E produzir o máximo possível. E mais, às vezes produzimos mais do que pede o [referindo-se ao coordenador]. Às vezes, fazemos em doze horas de trabalho cinco fileiras, e eu quero fazer seis, se conseguimos fazer seis, fazemos.” (Relato de um trabalhador da fábrica IMPA, Encontro de co-produção de pesquisa).

Por outro lado, o controle de qualidade do produto e a intensidade do trabalho, para efeitos aumento da produtividade, deixa de estar a cargo do capitalista para constituir-se num processo auto-sustentado, que depende do esforço coletivo. Entretanto, a estrutura de comercialização e a obtenção de dinheiro para a sobrevivência nas empresas recuperadas continuam subordinadas à dimensão abstrata do produto, enquanto sua finalidade básica é a criação de valores de troca.

Trabalhador 1 – Nós trabalhamos em conjunto, não contamos com engenheiros, com nada. Nós, até agora, confiamos em nós mesmos, se dentro de cinco anos a confiança se perder, virá outro. Mas até agora nós mesmos bancamos, assim como levávamos a fábrica sozinhos, temos que continuar assim.

Trabalhador 2 – Não pelo fato de que não entre ninguém de fora.

Trabalhador 1 – Mas um engenheiro que tem um escritório não vai te levar mil pesos por mês, entre três mil e quatro mil pesos, vai te pedir para vir cinco ou seis horas.

Trabalhador 2 – Pegar alguém especializado seria em última instância. (Relato de trabalhador-coordenador da fábrica IMPA, Encontro de co-produção de pesquisa, 2003).

“O controle de qualidade é o maquinista que trabalha na máquina, é ele que sabe e que não sabe.” (Relato de um trabalhador-coordenador da fábrica IMPA, Encontro de co-produção de pesquisa, 2003).

Em síntese, o processo de criação de mercadorias para o mercado implica um duplo desgaste: a) dos materiais, das máquinas e do ambiente; b) do próprio trabalhador, que consome sua energia e sua vida na fábrica. O capitalismo demanda ambos os processos para obter mais-valia, e o trabalhador assim os padece ante sua necessidade vital do salário. Entretanto, nas fábricas autogeridas, essas dimensões de alienação se enfrentam com o desafio de um redesenho acerca da intensidade dos tempos de produção, da criação de hábitos de segurança, da detenção de riscos, da qualidade do produto e de sua relação com o consumidor e o ambiente.

O FUTURO É HOJE. À GUIA DE NOTAS FINAIS

O processo aberto das empresas recuperadas na Argentina, como ressaltamos, mesmo considerando sua específica situação contextual e sua temporalidade, é um fenômeno inédito em seu grau de expansão e em muitos de seus traços originais historicamente. O contexto institucional certamente impõe limites a esse movimento, mas finalmente o poder político ensaia, diante da mobilização social e da ocupação, coberturas legais que perpetuam essa temporalidade para o restabelecimento da produção. Historicamente, a diferença que faríamos neste sentido contextual, quase como uma metáfora dos movimentos sociais de 19 e 20 de dezembro, é que ocupam a praça²⁰, negociam ou litigam com seus empregadores, mas se mantêm dentro dos marcos institucionais, ou pressionam persistentemente para a obtenção de novas leis, como as já conquistadas de expropriação temporal, que legalizem e legitimem sua ocupação produtiva.

Essa particularidade demonstra uma audácia e uma concepção institucional da democracia como forma política, no caminho da democracia econômica e social com especial desenvolvimento do terceiro setor e da economia solidária. Assim, o regime cooperativo, de cooperativas de trabalho, significou a possibilidade jurídica para administrar as empresas e ao mesmo tempo uma base para gerir horizontalmente as empresas. Esta é uma mudança singular, já que os dispositivos de assembléias periódicas e frequentes dos associados abrem para novas formas de gestão e participação nas empresas, entrando no domínio, antes vedado, da planificação, da comercialização, dos processos de produção, de financiamento, de qualidade, entre muitos outros. Estabelece-se, assim, uma nova versatilidade; não nos referimos à flexibilidade e à polivalência de trabalho estabelecidas pelos métodos de disciplina fordistas-tayloristas, mas aos graus de recuperação e reconversão por parte do trabalhador de frações do trabalho alienado.

Esse saber tecnológico recuperado não é necessariamente reducionista, nem maquinista em sua dupla acepção de plano despótico de produção e de tecnologias destrutivas do homem e de seu entorno. É assim que as empresas se abrem por necessidade, e depois por convicção, à sociedade e aos outros movimentos sociais. Nisso também descobrimos o despertar de uma consciência solidária: “[...] se tocam numa, tocam em todas”, o que implicou na prática o desenvolvimento de movimentos federativos muito ativos, como o MNER, o MNFR, a Fencooter, a Fecootra e a CNERYL.

Neste plano, constatamos um despertar da consciência e uma revitalização subjetiva que os liga a projetos, muda a resignação da década, resiste à corrosão do nós da pós-modernidade e do capitalismo pós-keynesiano. Sujeito e coletivo se encontram para desmentir o individualismo negativo. É produzida uma revalorização do trabalho como trabalho digno, trabalho genuíno, como destacamos junto a Ricardo Antunes, na presença dos trabalhadores da IMPA: nessas experiências, podemos começar a falar a partir do trabalho concreto. A subjetividade estranhada cede passo à interpelação, e em consequência se reúne o fragmentado na

A ocupação de fábricas surgiu como forma de luta contra o desemprego

produção e na construção da identidade do trabalhador definida entre os pares, o método produtivo, o conflito com o oponente.

Trabalhador e coletivo de trabalho estão unidos pela cooperação produtiva, que pode ser imposta pelo plano despótico de produção na relação de dependência ou, como nestes casos, pode inaugurar uma cooperação produtiva democrática e consensual. A solidariedade, então, se transforma numa ferramenta de trabalho, num recurso produtivo explícito. Portanto, o cooperante se autotransforma na dupla exigência de produzir, produzir-se e produzir o coletivo para sustentar a empresa. Se antes isso se encontrava oculto como condição do capital, emerge agora como instrumento cotidiano explicitado. Por isso, agora se trata de um co-trabalho, pois co-trabalhar compreende a dupla ação de construção e autoconstrução coletiva em oposição ao trabalho-trabalhador estranhado. O co-trabalho, então, supõe a consciência crítica da necessidade da força de trabalho coletiva, do saber coletivo e do pensamento coletivo como instrumentos renovados que preservam a singularidade subjetiva, mas a expandem em sua produção do social materializado na prática coletiva e na própria construção de material do coletivo.

Embora a experiência não seja massiva, pode-se dizer que, sim, é avançada no sentido qualitativo, pois inverte conceitualmente a ordem da naturalização do "desalojo" produtivo e social; com o novo significado que promove altera as regras produtivas e as formas de sobrevivência dos trabalhadores, rompendo com a relação de dependência, que havia conquistado no imaginário social local um alcance hegemônico, especialmente nos anos 1990. O essencial, estimamos, é que colocam também em questão uma série de ficções que mantêm a reprodução da população supérflua. No limite desta produção do sistema, produz-se um descobrimento simultâneo do biopoder da dominação e do antipoder alternativo, encontramos um discurso da ação prática e um discurso que deve se tornar imaginário. Esta essencialidade do sistema se estabelece pela apropriação do coletivo. Efetivamente, definimos duas notas-chave na reprodução capi-

Os trabalhadores se unem em uma cooperação produtiva democrática

talista, as que se assentam, por um lado, na apropriação do trabalho individual e, por outro, do trabalho coletivo; trata-se especialmente, então, do conflito pela apropriação do coletivo, e nesta essencialidade, estimamos que se produz o debate em profundidade.

Detivemo-nos nestas notas sobre alguns aspectos que consideramos relevantes para a discussão. Forma e conteúdo, em nosso conceito, guardam uma relação estreita, e em nosso enfoque tentamos, na teoria e na prática, estender uma ponte entre a pesquisa universitária e a produção de conhecimentos dos trabalhadores. O encontro discursivo entre saberes, o descentramento das hegemonias discursivas, o processo de co-descobrimento como criação coletiva conformam e inauguram um método denominado co-produção de pesquisa (BIALAKOWSKY e ROSENDO et al., 2002), que, na pesquisa-ação, destaca o descobrimento, o registro e, sobretudo, a interpretação conjunta da história, dos fatos e da construção de propostas alternativas com os próprios protagonistas (em nosso caso, os trabalhadores das empresas recuperadas). Pensamos que esta atitude co-produtiva indica um caminho de mútuo enriquecimento e estende uma ponte material entre trabalhadores.

Alberto L. Bialakowsky é diretor do Projeto de Pesquisa UBACyT: "Exclusão social e novos padecimentos: a prática em dispositivos de intervenção interdisciplinar", Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

Oracio Campos é representante da empresa recuperada IMPA (Indústria Metalúrgica Plástica Argentina).

José Manuel Grima, Ernestina Rosendo, María Ignacia Costa e Nora M. Haimovici são integrantes do Projeto de Pesquisa UBACyT, Este trabalho contou ainda com a colaboração de Sabina Dimarco.

NOTAS

1 No dizer dos trabalhadores das *empresas recuperadas*, de forma homóloga à palavra de ordem lançada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Brasil.

2 Paz Moreno Feliú conclui sobre sua análise: "A economia política do extermínio: o trabalho dos campos de concentração", "O sistema concentracionário submetia periodicamente a seleções todos os trabalhadores dos três campos (de concentração), independentemente de que trabalhassem para o campo das indústrias alemãs. Precisamente a persistência desta prática e a cifra de mortalidade se opunham à adaptação econômica provisória estabelecem a diferença entre trabalho realizado nos campos de concentração e numa economia escravista. Como ressaltam insistentemente Browning e Herbert, tentar explicar o uso do trabalho a partir do cálculo econômico racional é ignorar que o extermínio dos inimigos ideológicos estava racionalmente justificado, embora se apoiasse em outras racionalizações (higiénicas, geopolíticas ou de segurança): não é que as políticas racistas ocultassem os interesses econômicos reais, mas, ao contrário, as políticas de extermínio eram o eixo central do sistema." (2001, p. 91).

3 Denominação dos manifestantes que utilizavam como instrumento de

protesto a batida sobre panelas (*cacerolas* em espanhol).

4 Na prática, existem três centrais operárias: a CGT tradicional, a CGT dissidente e a Central de Trabajadores Argentinos (CTA). Este última apresenta maior afinidade com os movimentos sociais de desempregados, tais como a Federação de Terra, Moradia e Hábitat e as Empresas Recuperadas.

5 "Novos pobres, pobres NBI e desigualdade da renda". In: www.cambiocultural.com.ar, novembro de 2003. Outra forma de expressar a desigual distribuição de renda na Argentina é através da distribuição por quintis: diferença percentual quintil 1, 1974-2002: 3.2; diferença percentual quintil 5, 1974-2002: 12.3. Fonte: BIALAKOWSKY, A. L. *Políticas sociais e exclusão social da Argentina finisecular diante da integração continental*. Roberts Centre for Canadian Studies (atualização 2002), York University. [N.º T.: quintil é um número múltiplo de 20].

6 Jornal *Clarín*, Seção El País, 28 de junho de 2004. Com base em dados difundidos pelo Indec.

7 GABETTA, Carlos. Néstor Kirchner, a hora da verdade. *Le Monde Diplomatique*, maio de 2004.

8 Fonte: INDEC, EPH, relatório de imprensa: "Incidência da pobreza e

da indigência nos aglomerados urbanos", 2003.

9 Fonte: INDEC, EPH, relatório de imprensa: "Incidência da pobreza e da indigência nos aglomerados urbanos", 2004.

10 A economia social na Argentina tem um ponto de inflexão em 1995 com a aparição das redes de troca. "Os sócios da rede se reúnem semanalmente em diferentes 'nódulos' e intercambiam bens e serviços. Sustenta-se na idéia do 'prossumidor', ou seja, um consumidor que também produz [...] A rede de trocas levou à criação de uma 'moeda social': os preços dos produtos intercambiáveis estão fixados em 'créditos' (vales)" (CORAGGIO, 1999, p. 109). Também se desenvolveram empresas cooperativas ou microempreendimentos produtivos em alguns casos subsidiados pelo Estado em suas primeiras etapas, destinados a "enfrentar conjuntamente problemas de comercialização, financiamento e acesso à tecnologia avançada ou para potencializar sua luta contra a cultura dominante" (CORAGGIO, 1999, p. 103-104).

11 Ver nota 1, página 1.

12 Ver ponto 5.2: Legitimidade – legalidade.

13 Os objetivos enunciados pelo MNER são: a) reclamar pela modificação da Lei de Falências, que o trabalho seja considerado um bem social, toda unidade produtiva que fecha deve ser posta nas mãos de seus trabalhadores; b) propiciar a criação de um Fundo Fiduciário que surja da contribuição das Empresas Recuperadas que se encontrarem em melhor condição econômica e contribuições do Estado Nacional para constituir capital de trabalho para as empresas recuperadas que comecem a se desenvolver; c) desenvolver estratégias de integração vertical e horizontal potencializando-se entre si, produzindo e apropriando-se dos excedentes gerados conformando cadeias altamente competitivas, incorporando tecnologia moderna e adequada com capacitação na gestão; d) promover que os recursos gerados pelo MNER voltem ao MNER, possibilitando a criação de uma

sociedade de garantias recíprocas integrada pelas empresas do movimento, cooperativas, mutuais, o Estado e bancos oficiais que queiram se associar ao empreendimento; e) solicitar apoio dos organismos de pesquisa, das universidades e dos especialistas para definir com o maior nível de rigor científico os indicadores de eficiência de acordo com as atividades desenvolvidas pelas empresas do MNER; f) constituir redes de consumidores, usuários e pequenos comerciantes solidariamente organizados para defender seus direitos e promover pautas que favoreçam o consumo de bens de produção nacional como forma de garantir as fontes de trabalho e como luta contra o desemprego; g) estudar variantes aos sistemas previdenciários vigentes (Distribuição e Capitalização) que garantam uma aposentadoria digna para os companheiros; h) conformar a Obra Social dos Trabalhadores das Empresas Recuperadas a partir de um critério diferente do da medicina mercantilista, com ênfase na prevenção, otimizando os recursos e tendo como objetivo proporcionar uma cobertura completa e solidária aos trabalhadores e seu grupo familiar (página Web do MNER).

14 Ver ponto 5.2: Legitimidade – legalidade.

15 Estas porcentagens correspondem a respostas com mais de uma opção possível, com o qual somadas dão mais de 100%.

16 Ver nota 1, página 1.

17 Entrevista realizada por Gabriela Audisio e Marcela F. Defelipe, cursantes da matéria "processos sociais de trabalho, atores de trabalho, movimento sindical e condições de vida", Faculdade de Ciências Sociais, UBA.

18 Idem.

19 Ver nota 1, página 1.

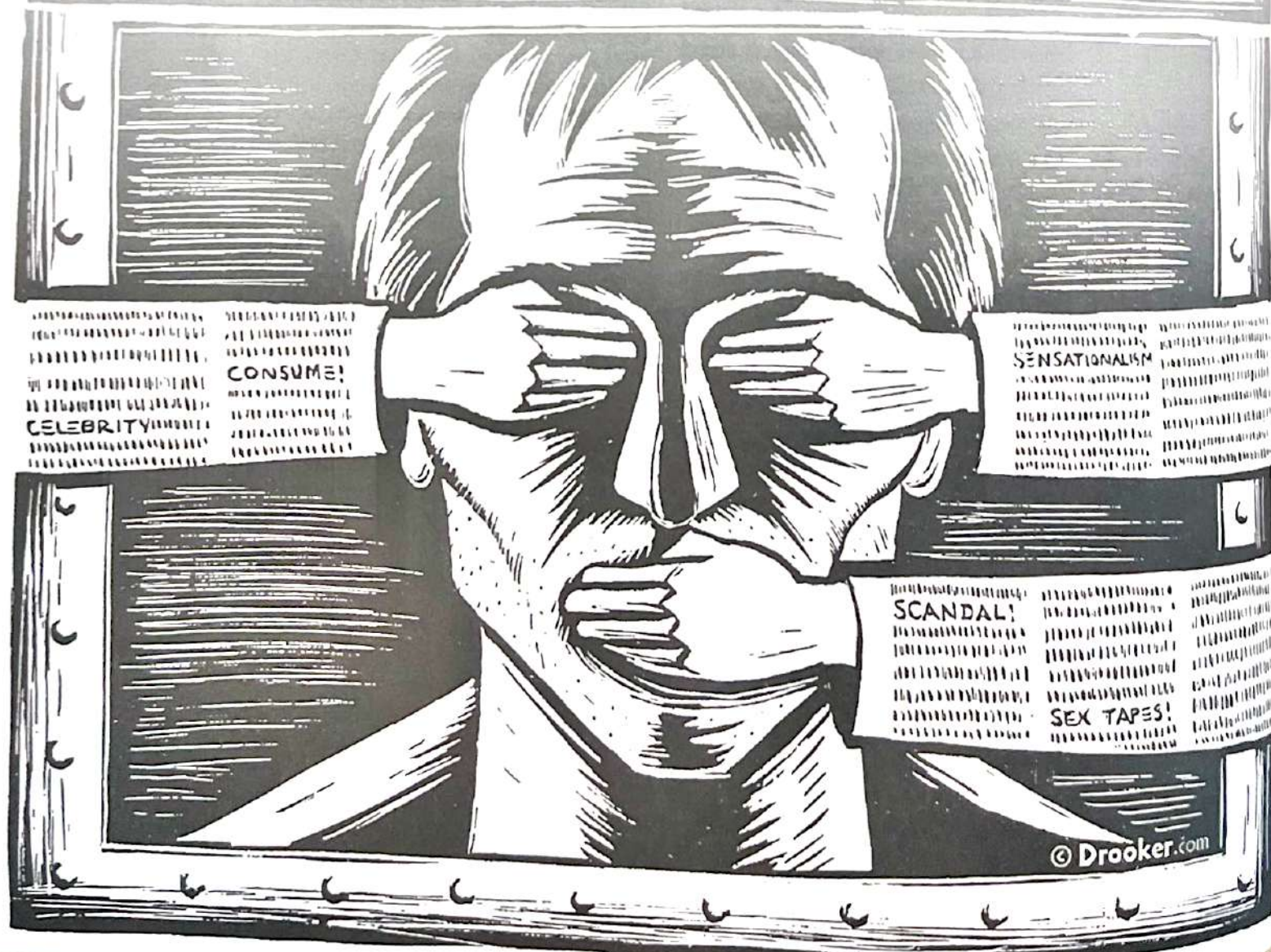
20 Esta metáfora se refere ao ciclo de protestos desenvolvidos, embora não exclusivamente, na Plaza de Mayo, situada em frente à Casa de Governo e na Plaza de los Dos Congresos, situada em frente ao Congresso Nacional.

REFERÊNCIAS

- AUED, b. Wrublewski. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: Educação para o (des)emprego. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BIALAKOWSKY, A. L. Políticas sociales e exclusión familiar en la Argentina finisecular frente a la integración comercial. Toronto: Roberts Institute, York University, 2001.
- BIALAKOWSKY, A. L.; ROSENDO, E. y HAIMOVICI, N. El encuentro de los discursos. Revista de Ciencias Sociales. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- BIALAKOWSKY, A. L. et alli. Conclusiones: Taller 51. Las nuevas formas de gestión y autogestión de los trabajadores. Compact-disk. JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, V. Carrera de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2003.
- BIALAKOWSKY, A. L.; REYNALDS, C.; ZAGAMI, M.; CRUDI, R.; COSTA, M. I. y HAIMOVICI, N. M. Procesos sociales de exclusión-extinción. Comprender y coproducir en las prácticas institucionales en Núcleos Urbanos Segregados. Basado en ponencia presentada en el CONGRESO DE ALAS, XXIV, Arequipa, Perú, 2003. (En prensa.)
- BRINER, M. A. e CUSMANO, A. Las empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires. Una aproximación a partir del estudio de siete experiencias. In: Empresas recuperadas. Ciudad de Buenos Aires: Cedem, Gobierno de la ciudad de Buenos Aires, 2003.
- CAPASSI, E. Olla a presión. Buenos Aires: Libros de Rojas; Universidad de Buenos Aires, 2002.
- CASTEL, R. Las metamorfosis de la cuestión social. Buenos Aires, Paidós, 1997.
- CONTRERA, E. Las quiebras dentro del movimiento. In: <http://www.redcom.org/ps2003/go3/mnerymefr.htm>
- CORAGGIO, J. L. Política social y economía del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Madrid: Miño y Dávila, 1999.
- DÁVOLOS, P. y PERELMAN, L. Empresas recuperadas y trayectoria sindical: la experiencia de la UOM Quilmes. In: FAJN, G. (Coord.). Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.
- DEJOURS, C. El factor humano. Argentina: Lumen Hvmanitas, 1998.
- DEJOURS, C.; DESSORS, D.; MOLINIER, P. Para comprender la resistencia en cambio. In: Organización del trabajo y salud. De la Psicopatología a la Psicodinámica del trabajo. Argentina: Lumen Hvmanitas, 1998.
- FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS, Universidad de Buenos Aires. Secretaría de Extensión Universitaria. Programa Facultad Abierta. Informe del relevamiento entre empresas recuperadas por los trabajadores. Buenos Aires, 2003.
- FAJN, G. (Coord.). Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.
- GARCÍA ALLEGRO, V.; PARTENIO, F. y FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I. Los procesos de recuperación de fábricas: una mirada retrospectiva. In: BATTISTINI, O. (Coord.). Identidad y representaciones en el mundo del trabajo. (En prensa.)
- KULFAS, M. El contexto económico: destrucción del aparato productivo y reestructuración regresiva. In: Empresas recuperadas. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2003.

RESENHA

Por que a democracia está ameaçada na universidade ?



Marli Auras

No final de 2005, foi lançado o livro *Universidade: a democracia ameaçada*, organizado por Waldir Rampinelli, Valdir Alvim e Gilmar Rodrigues, com o selo da editora Xamã, São Paulo. Trata-se de uma obra composta por 14 artigos, todos de autoria de integrantes do cotidiano universitário, professores, pós-graduandos, jornalistas e servidores técnico-administrativos da UFSC, e de outras universidades públicas brasileiras e latino-americanas.

Posso afirmar que o traço comum a amalgamar os artigos é a forte preocupação para com a **defesa do caráter público da universidade**, sob diversos ângulos do trabalho realizado no interior da instituição. Daí o próprio título da obra, que apresenta como inspiração e como força motriz o entendimento de que, para que se consiga ampliar, realmente, com firmeza e coerência tal compromisso com o público, **são indispensáveis a ampliação e o aprofundamento das práticas democráticas** também no âmbito da própria universidade. Inclusive porque esta instituição, mantida pelos cofres públicos, diante do avassalador domínio do analfabetismo, funcional ou não, a caracterizar historicamente a sociedade brasileira, é um campo privilegiado para a promoção do avançar da democracia em nosso meio, teórica e praticamente (para percebermos mais fundamentos o significado disto, é fundamental lembrarmos que a pesada e distorcida carga tributária nacional, proporcionalmente, acaba incidindo mais sobre a multidão dos brasileiros que ganham menos, sob a forma de impostos indiretos, como é o caso do ICMS).

Considero importante recordarmos que a UFSC proclama como sua missão “[...] produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico [...] na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática”. Será que tal mister vem, de fato, sendo perseguido e concretizado? O livro ora em pauta possibilita levantar sérias dúvidas a respeito, chegando mesmo a afirmar que a democracia se encontra ameaçada.

Diante da continuidade secular do abissal quadro de exclusão a caracterizar a realidade de nosso país¹, mantendo o Brasil na vergonhosa posição de ser um dos campeões mundi-

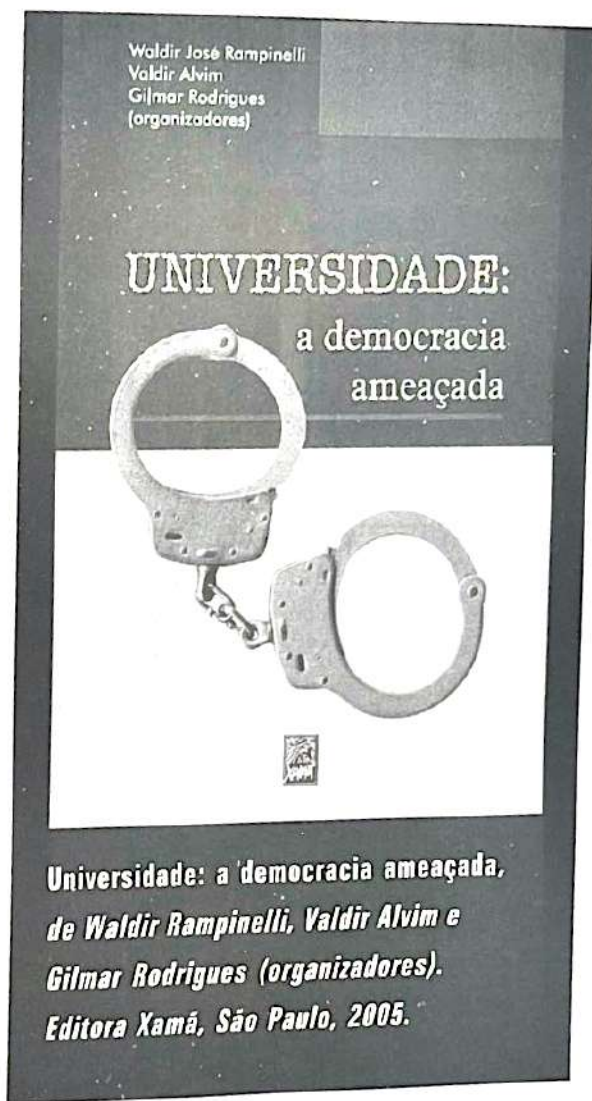
ais no quesito desigualdade econômico-social, apenas superado por um e/ou outro país do continente africano (geralmente marcados pela presença de guerra civil entre seus diferentes grupos étnicos), urge perguntarmos pela real densidade do caráter público da propalada democracia brasileira e perguntarmos, também, já que são questões inter-relacionadas, pelo caráter público da universidade pública. Se o grande traço de nossa paisagem social é a desigualdade, a marcar feito um vergão gerações e gerações de nossos patrícios Brasil afora, seria ingênuo imaginar que a universidade nada ou pouco tem a ver com tudo isso. É fundamental, pois, que contribua para a criação de um outro “clima cultural”, que problematize fundamentalmente o “status quo”, que busque desvelar – em todos os cam-

pos do saber – a gênese e os nexos responsáveis pela sempre reiterada reprodução do mesmo, de modo a possibilitar o avanço das condições históricas capazes de, efetivamente, promover a construção da res publica. Tal imperativo demanda, ao fim e ao cabo, a construção de um projeto nacional, democrático, popular, que trate de responder, de fato, ao desafio de mobilizar legiões e legiões de brasileiros, de todas as idades e quadrantes, para a geração de um coletivo que possa romper com a condição subalterna e garantir mais e mais uma vida decente e digna para o conjunto da população.

Todos os artigos da obra aqui referenciada, encharcados por esse caráter militante, desafiam ao debate, à produção de novas e singulares sínteses a partir da diversidade do trabalho nesta instituição.

O primeiro artigo, “O papel dos intelectuais na transformação social”, de James Petras, trata de analisar, nos últimos 25 anos, os intelectuais latino-americanos da esquerda revolucionária e da centro-esquerda, “[...] comparando-os criticamente quanto ao seu papel na elaboração de di-

agnósticos e prescrições políticas aos movimentos e partidos” (p. 20). O autor destaca que, no período em discussão (1980-2005), a grande maioria dos intelectuais de esquerda se encontra no campo reformista, com a “[...] preponderância dos acadêmicos universitários na composição da atual intelectualidade pública” (p. 21). Petras conclui seu texto registrando que “[...] o apelo reformista foi inicialmente mais influente sobre os líderes de movimentos sociais e as massas, que a análise da esquerda revolucionária. Porém, com o tempo vimos que o diagnóstico, as prescrições, as previsões e as práticas dos intelec-



O traço comum dos artigos é a defesa do caráter público da UFSC

tuais reformistas levaram a desastrosas consequências sócio-econômicas e políticas. Os resultados reforçaram ainda mais os regimes neoliberais e suas alianças com o imperialismo, e levaram os movimentos sociais à divisão e à desorientação" (p. 26).

O segundo artigo, "Universidade, sociedade e política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie", de Adriano Luiz Duarte e Waldir José Rampinelli, analisa a última eleição para a direção do CFH/UFSC, ocorrida em 2004. Os autores denunciam, no processo eleitoral, a presença de práticas que evidenciam indistinção entre o público e o privado, e a percebem não como "[...] um 'defeito' ou sinal de nossa ausência de modernidade ou de uma modernidade inconclusa [...], mas [como] um traço fundador das nossas relações sociais e políticas e da ausência de princípios republicanos universalmente arraigados em nossas relações públicas" (p. 30-31). Como expressão dessa continuidade entre nós do "[...] colonialismo escravista, da cultura senhorial do patrimônio e de suas relações clientelísticas e de favor" (p. 30), registram, com ênfase, que "[...] nossas universidades são predominantemente marcadas pelo domínio do mundo privado sobre o mundo público, do interesse particular sobre o coletivo, da hierarquia familiar sobre a ordenação cidadã, da amizade sobre o bem comum" (p. 30). Como bem afirmam os autores, nesse contexto histórico, "[...] a democracia continua sendo um objetivo a ser alcançado" (p. 32).

O terceiro artigo, "Democracia capilar – tecnologia, poder e representação na universidade hoje", de Armando de Melo Lisboa, parte do entendimento de que "a democracia é plural" e, então, desdobra-se em apontar pistas para "democratizar a democracia". O autor compreende as universidades como "lôcus do experimentalismo democrático", mas registra, citando Chauí, que na universidade operacional ocorre "a morte da arte de ensinar e do prazer de pensar" (p. 59).

Se a desigualdade é o grande marco, é ingênuo pensar que não temos nada com isso

Na esteira do pensamento de Lefort, afirma que o "[...] processo democrático não é algo que está resolvido em lugar algum, mas encontra-se numa permanente reinvenção: a incessante criação de novos direitos torna a democracia uma questão sempre aberta onde há uma constante redefinição e luta pelo significado da mesma" (p. 55). Lisboa considera que "[...] se o povo não é soberano não há democracia" (p. 57); afirmação, sem dúvida, plena de desdobramentos entre nós.

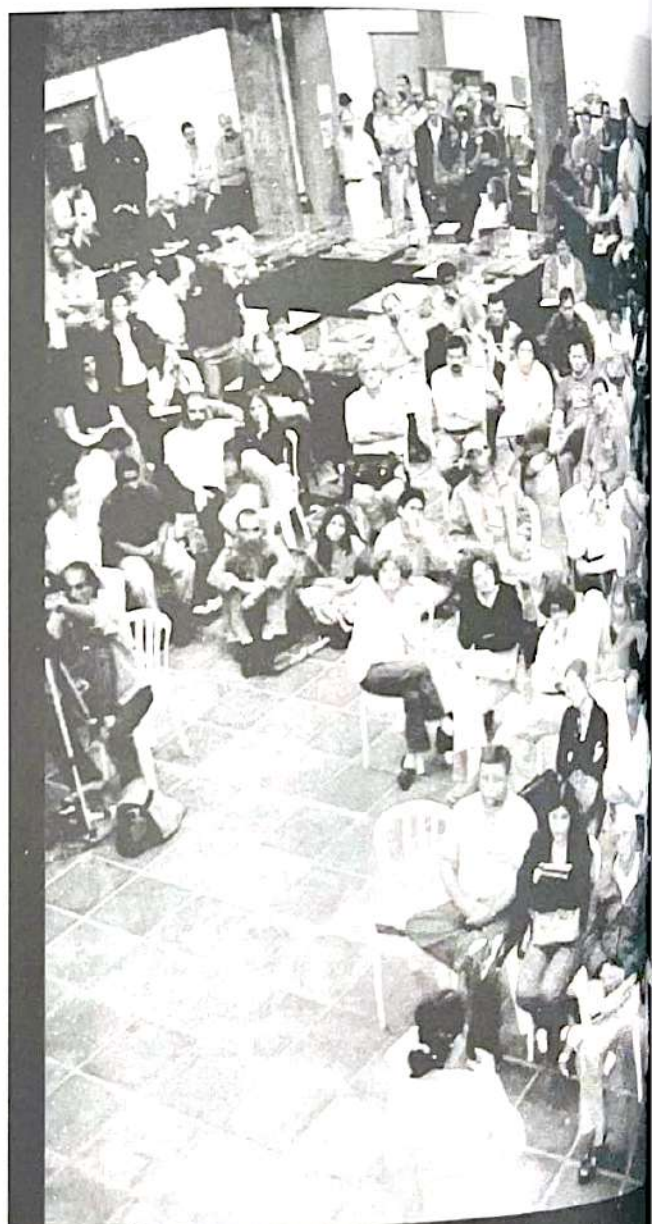
O quarto artigo, "Esta democracia?! Ou a invenção do novo...", de

Elaine Tavares e Raquel Moysés, parte de uma rápida discussão acerca do que vem a ser a democracia de modo geral para debruçar-se sobre sua presença no interior da instituição universitária. Para as autoras, na "[...] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 44 anos de existência nunca foi possível vivenciar um período de liberdade real para a escolha de um dirigente e para o exercício do poder" (p. 72). Tendo como objeto a relação entre universidade e democracia no âmbito da UFSC, afirmam que a "[...] falta de um exercício de poder verdadeiramente participativo é o que permite esse emparedamento dentro das velhas e viciadas práticas. Nos colegiados de cursos, nos departamentos, nos Centros de Ensino, no Conselho Universitário (CUn), o que vige é a ditadura do poder formal hegemônico pelos docentes, e não quaisquer docentes, mas predominantemente aqueles simbióticos e visceralmente agarrados aos propósitos do poder" (p. 72).

O quinto artigo, "A corrida pelo Lattes", de Antô-

nio Ozaí da Silva, procura trabalhar a presença cada vez mais forte da lógica acadêmica que "[...] se estrutura em função da idéia produtivista que envolve docentes e discentes numa obsessiva competição: é preciso apresentar resultados" (p. 89). O formalismo burocrático a consumir mais e mais o tempo do professor, a individualizante necessidade de engordar o próprio currículo, no afã de evidenciar competência, tomam o lugar de práticas cooperativas, republicanas, mais abertas e coletivas. O autor, referindo-se aos estudos de Maurício Tragtenberg acerca da "delinquência acadêmica", afirma a crescente presença em nosso meio de um "saber professoral", do conformismo social, do surgimento de uma espécie de "pedantocracia".

O sexto artigo, "A resposta do poder ao movimento grevista de nove meses na UERJ: ruptura do discurso e da práti-



Em 44 anos de existência a UFSC nunca vivenciou...

ca da democracia", de Miriam Santini de Abreu, aborda a luta dos servidores técnico-administrativos em uma universidade pública estadual, onde não existe uma política de cargos e salários. Tal paralisação (de 21/06/04 a 28/03/05) foi recorde na história do movimento universitário brasileiro. A autora revela que a luta dos servidores ocorreu num "[...] contexto histórico marcado pelo entrelaçamento dos interesses públicos e privados, em que aqueles são administrados pela ótica do mercado" (p. 110-111). A greve, durante e depois, desvelou o discurso supostamente democrático da Retoria, que se concretizou em ações administrativas e jurídicas contra o Sintuperje e em perseguição a trabalhadores.

O sétimo artigo, "Representação, participação e democracia: induções a partir de uma experiência discente", de Rodrigo Miotto dos Santos, trata da luta do

movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina (PR) ao longo dos anos 2002 e 2003, quando se deu "[...] a construção de uma representação discente propositiva [...] e técnica e politicamente preparada" (p. 117) em todas as instâncias deliberativas superiores da UEL. Tal participação teve papel decisivo na tomada de decisões acerca dos cursos sequenciais, da autonomia dos colegiados de curso, do ensino a distância, da formação do Conselho Universidade-Sociedade e, sobretudo, da formulação do Regimento Geral da Universidade. Partindo do entendimento de "[...] representação como parte de um exercício participativo", inclusive no interior das universida-

des públicas, o autor afirma que "[...] o êxito dessa prática tem como condição primeira um governo tripartite; um governo que seja composto por professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. E nessa luta a organização estudantil é peça-chave" (p. 127-128).

O oitavo artigo, "A crise da universidade, o desafio digital e a democratização do ensino", de Sérgio Luiz Prado Bellei, analisa, desafiadoramente, a complicada tarefa de tentarmos, hoje, "[...] imaginar uma forma de habitar uma universidade que não [mais] depende de um centro ou de uma missão" (citação de READINGS, p. 133). Além da crise da perda da unidade, "[...] enfrenta a crise da presença das forças externas, agora principalmente evidenciadas no mercado que, aliado a novas tecnologias, promete uma certa democratização do saber que, na realidade, pode significar apenas a comercialização [...] de pacotes pré-

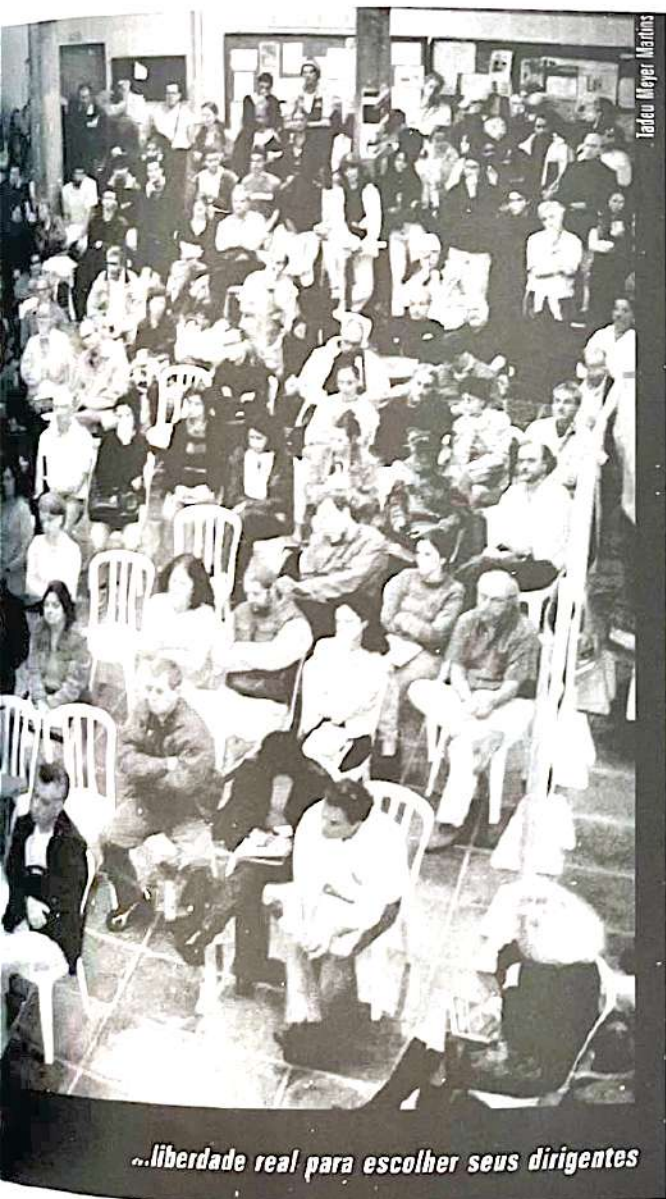
fabricados. Mas o preço da implantação de uma tal 'democracia' do saber [...] pode ser muito alto e pode, no final das contas, reduzir o complexo processo de formação educacional à produção de consumidores que, aprendendo a comprar, acabam perdendo a capacidade de pensar e refletir. É que "aprender a pensar" é algo radicalmente diverso de "aprender a comprar" (p. 142-143).

Lembrando Chauí, nesta universidade "operacional", "[...] desapareceu a marca essencial da docência, a formação". O autor conclui seu escrito com uma forte

chamada de atenção, nos seguintes termos: "A multiversidade para o mercado que promete democratizar o saber, no final das contas, pode ser, simplesmente, uma indústria de diplomas, a menos que a comunidade acadêmica esteja disposta a tomar consciência da crise institucional do presente e das seduções tecnológicas que a acompanham, e se exercite em intervenções veementes (p. 143).

O nono artigo, "Democratização universitária com políticas de comunicação", de Paulo Fernando Liedtke e Moacir Loth, começa por lembrar que, no Brasil, dez grupos dominam cerca de 90% da mídia e que "[...] pesquisas apontam que mais de 80% dos assuntos conversados diariamente nos círculos sociais são originários da mídia, que exerce um expressivo poder de agendamento social" (p. 146). Neste contexto, afirmam os autores, não se pode perder de vista a importância da defesa e da viabilização da "[...] noção da comunicação como um bem público" (p. 146). Tendo presente que a restrição do acesso à informação coloca em xeque os ideais democráticos, defendem que "[...] as universidades têm o compromisso de servir como um laboratório de experiências democráticas que devem servir de modelo para a sociedade, embasadas no conhecimento científico produzido e difundido institucionalmente" (p. 147). Segundo os autores, a UFSC, que já foi referência nacional pela sua política pública de comunicação, está retrocedendo nesta área.

O décimo artigo, "Kant, Derrida e a



...liberdade real para escolher seus dirigentes

idéia de universidade”, de Maria de Lourdes Borges, procura apontar as principais dificuldades para a concretização dessa idéia de instituição. Parte do entendimento kantiano de que o “[...] exercício acadêmico dos sábios dentro da universidade, suas pesquisas não devem ser guiadas por outro propósito que não seja a busca da verdade” (p. 163-164). A propósito disto, a autora registra que: “Ainda que a verdade pareça um termo em desuso no século XXI, a idéia da busca da verdade em cada campo do saber ainda mantém sua atualidade, mesmo que essa verdade seja apenas um ideal regulador” (p. 164).

O décimo primeiro artigo, “Entre Córdoba e Washington: a disputa pela reforma universitária na América Latina”, de Nildo Ouriques, numa breve contextualização histórica latino-americana, evidencia a presença de um grande antagonismo sobre o que vem a ser uma reforma universitária. “A razão pela qual a Reforma Universitária do século passado finalmente perdeu vitalidade reside na ineludível advertência de Mariátegui sobre a reforma de 1920 no Peru: ‘Não é possível democratizar o ensino de um país sem democratizar sua economia e sem democratizar, em consequência, sua superestrutura política’” (p. 174). Ouriques alerta para o fato de que o “[...] estímulo a uma economia exportadora diminuiu ainda mais as funções da universidade dentro da ordem constituída” (p. 177). Ainda nas palavras do autor: “Contudo, as classes subalternas necessitam de um país para viver, pois não podem realizar suas aspirações econômicas e culturais no mundo abstrato da ‘globalização’. [...] terão que construir seu futuro no país e necessitarão, portanto, de uma nação. [...] Um projeto universitário para a nação, tal como defendiam os reformistas de Córdoba, se apresenta hoje como exigência histórica. É provável que, neste contexto, o colonialismo intelectual travestido de universalismo abstrato se apresente como um obstáculo a superar, pois ainda persiste entre os professores uma considerável resistência a pensar o mundo a partir das lentes da nação” (p. 177-178).

Como dardos lançados na direção do pensamento hoje hegemônico entre nós e que afirma a necessidade de atingirmos “padrões de competência internacional”, o autor lança as perguntas: “Por que atualmente se descarta com tanta facilidade o compromisso nacional que ‘toda’ universidade possui? Como é possível que milhares de universitários brasileiros se dirijam,



ano após ano, às universidades estadunidenses e europeias e não percebiam que as instituições que frequentam e nas quais conquistam seus títulos são universidades nacionais?” (p. 179).

O décimo segundo artigo, “Democracia e universidade: a reforma que não reforma – Com a universidade pública em descaso, é a sua reforma que precisamos discutir?”, de Fernando Ponte de Sousa, questiona a abordagem da ques-

tão universitária pelo viés da reforma, ou seja, pela aceitação da reforma universitária como premissa.

Mantida esta premissa, parece então que a universidade é um foco privilegiado dos governos. Na realidade, é o contrário. O descaso dos governos com a “casa do saber”, tem sido uma constante, e a proposição de ser necessária uma reforma é apresentada como uma quase verdade, quando utilizada como justificação ou argumento de legitimação do descaso. Ou seja, é como se todos os problemas, a começar pelo descaso governamental, só pudessem ser resolvidos por uma reforma universitária. E, enquanto ela não vem, “aceita-se” ou justifica-se que as coisas estejam como estão. Ao findar um governo, lamenta-se que a reforma não tenha sido feita e, ao iniciar-se outro, retoma-se o debate da reforma (p. 186).

Tal premissa pauta a agenda de debates dos governos, das organizações sindicais e estudantis, e das entidades dos administradores das universidades. “A reforma, no debate governamental, como simulacro, aparece numa discussão sem contextualização – sem uma análise crítica” (p. 186). O autor encaminha sua reflexão lembrando Florestan Fernandes, na perspectiva da afirmação da necessidade “[...] de uma profunda revolução democrática da sociedade, e não de uma ‘reforma’ universitária” (p. 187). Em suas palavras: “A falta de um sentido histórico – porque tomada pela subsunção real ao capital – é uma improvisação, como se o Brasil fosse incapaz de um fim como razão orientadora” (p. 192).

O penúltimo artigo, “Rumos da educação universitária – contexto para a reforma universitária: domínio do capital financeiro e do conservadorismo”, é de Célio Espíndola. O autor registra que os “[...] ensaios de reforma do sistema do ensino e da universidade, em particular, sempre estiveram engatilhados, às vezes como ‘vaca colocada dentro da cozinha’ para desviar as atenções e a pauta de reivindicações que o movimento docente realizou ao longo de cerca de duas décadas,

Por que se descarta o compromisso nacional da universidade?

outras vezes talvez pela falta do que fazer dos tecnocratas do Ministério da Educação, mas sempre foram sendo aplicados no dia-a-dia os seus princípios, os seus limites, as suas ações sobre a universidade brasileira. No fundo, o que há de reforma do sistema de ensino para valer vem ocorrendo por dentro dele de forma aberta, mas não é vista como reforma: a privatização-mercantilização do sistema de ensino, em sua estrutura patrimonial, em seus objetivos, em seus conteúdos, nos comportamentos dos burocratas universitários e de um grande contingente de professores e alunos, na expansão desenfreada das universidades privadas, dos cursinhos transformados em escolas, faculdades e universidades, na privatização e mercantilização dentro das universidades públicas (de seus espaços, equipamentos, consultorias, pesquisas, ensino, conteúdo e pedagogia), no financiamento público do sistema de ensino e da pesquisa, na reprodução do conservadorismo e reacionarismo deslavados dentro da sala de aula, laboratórios de pesquisa e nos corredores" (p. 203-204).

Célio Espíndola lembra que a

[...] educação é o "último" setor dos serviços públicos que o grande capital tem para devorar. É um setor de forte financiamento público e que cresceu muito rapidamente no último meio século. O capital privado pretende agora controlar mais diretamente este enorme setor, tendo em vista várias finalidades vitais para o sistema capitalista: a ampla difusão dos valores ideológicos neoliberais; o negócio da educação (produtos e serviços); e a formação de um vasto exército de trabalhadores menos qualificados, vulneráveis e controláveis, a par de uma camada de quadros altamente qualificados e ideologicamente domados e confiáveis (p. 214).

Por fim, o último artigo, "Ensino público e gratuito: a problemática dos cursos de pós-graduação 'lato sensu' e as fundações de apoio", de Valdir Alvim e Gilmar Rodrigues, aborda, a partir da experiência da participação de ambos os autores na Câmara de Pós-Graduação - CPG da UFSC, na qualidade de representantes discentes, e de um cuidadoso levantamento de fontes primárias, a desenfreada criação de cursos de especialização na UFSC e em outras uni-

Há docentes que chegam a faturar R\$ 70 mil mensais com o dinheiro vindo das fundações

versidades públicas. "Com a intermediação das fundações de apoio, a oferta de cursos de especialização entra na lógica da mercantilização do ensino [...], pois há cobrança de mensalidades dos alunos matriculados" (p. 234). Os autores tratam de relatar vários fatos que envolveram, inclusive, o Ministério Público. Há casos de professores que conseguem faturar cerca de R\$ 70 mil mensais só com a remuneração recebida das fundações, que, por sua vez, chegam a movimentar vultosas fatias de recursos financeiros. Durante os anos 2000 e 2002, segundo os autores, na maioria das reuniões da CPG da UFSC, mais da metade dos pontos de pauta eram sobre os cursos de especialização. Enquanto isso, nos "[...] programas de pós-graduação 'stricto sensu' realizados na sede, o problema mais comum era a ausência dos professores efetivos das disciplinas nas salas

de aula" (p. 256). Tais docentes eram substituídos por doutorandos que, como orientandos-professores, "[...] eram remunerados pelas aulas ministradas!" (p. 256). Encontrar os orientadores era uma dificuldade, "pois estes estavam sempre em viagem ou envolvidos em outras atividades, se dedicando aos cursos pagos fora da sede" (p. 256). Os dados analisados demonstram que um pequeno número de professores está envolvido em um grande número de cursos. Os autores afirmam esperar, com seu artigo, "[...] estar contribuindo para que a concepção sobre a universalidade da produção do saber volte a ser o centro do debate, e não a sua mera mercantilização e apropriação particularista de recursos da universidade, que são de ordem pública" (p. 237).

Secularmente, nossa formação econômico-social apresenta o autoritarismo como seu traço fundamental e permanente. A escravidão reinou entre nós por longos quatro séculos, e a abolição da escravatura somente ocorreu na véspera da Proclamação da República. Há apenas, portanto, pouco mais de um século que estamos na condição de sermos um país proclamado como livre da condição da existência legal de homens, mulheres e crianças cativas. O *ethos* escravagista, no entanto, ainda fortemente presente entre nós², evidencia o quanto tal condição penetrou em nossas entranhas (individual e coletivamente) e pôde constituir-se como uma espécie de segunda natureza. Estão aí, como me referi no início deste texto, os mais variados dados



A lógica do mercado joga a universidade para a crise



Conselho Universitário: a ditadura do poder formal leva a manifestações como o protesto ocorrido em 2005

estatísticos a revelar a pétrea continuidade histórica da reprodução da exclusão, da miséria, da multidão de brasileiros desvalidos, relegados ao deus-dará, em todos os quadrantes do País.

Momentos decisivos de nossa história, como a Independência e a Proclamação da República, prescindiram de uma efetiva participação popular. Regra geral, resultaram de ações e acordos intra-elites, que não tinham pejo em lançar mão de todos os meios para dificultar ou mesmo impedir que as idéias iluministas, como um rastilho de pólvora, fossem disseminadas Brasil afora. Assim, a idéia de liberdade não foi radicalizada entre nós de modo a poder romper com os grilhões da escravidão (proclamada a Independência, o Brasil continuou monarquista e escravocrata). A liberdade era a da propriedade, tinha o tamanho dela (veja-se a questão do voto censitário durante o Império), inclusive a de possuir outros seres humanos, os índios nativos e os negros africanos então escravizados, considerados sem alma, ou seja, como entes naturais pouco propensos aos mistérios da civilização. Em tal contexto, a idéia de igualdade não encontrava (nem poderia encontrar) eco. A questão republicana, por ocasião de nossa Independência, ao contrário do que sucedeu em todos os outros países

latino-americanos, praticamente não veio à tona. Ao longo do Império, nossas elites consideravam a democracia como sinônimo de anarquia. Como afirma Sérgio Adorno, em seu fundamental estudo sobre a formação dos governantes na sociedade brasileira, a “arte da prudência e da moderação política”, que marcou todo o aprendizado dos nossos bacharéis ao longo do século XIX, significou o “repúdio ao radicalismo”³. O autor registra que

[...] os interesses políticos associados às camadas populares não estiveram presentes na vida acadêmica. [...] a Academia de Direito de São Paulo exerceu estratégica tarefa política: monopolizou todas as oportunidades possíveis de dispersão que se apresentavam às elites políticas, evitando que a diversidade de sua composição social promovesse inconvenientes fissuras, acentuando divergências internas e inclinando os segmentos pensantes e escreventes de encontro às reivindicações radicais e populares. No exercício dessa tarefa, revelou-se eficaz, pois impediu que esses segmentos, em aberto confronto com suas bases sociais, se posicionassem como represen-

tantes e organizadores das camadas populares. [...] a vida acadêmica não comportou o aprendizado de uma militância política voltada para a democratização da sociedade brasileira⁴.

Em tal contexto econômico-social, avolumava-se a preocupação dos segmentos dominantes com a necessidade de garantir o disciplinamento das maiorias. “Civilizar, então, significava, antes de mais nada, estender o raio de ação da autoridade, significava generalizar o princípio da ordem”⁵. Tais segmentos temiam a eclosão de revoltas dos negros escravizados, dos mestiços, dos brancos subalternos, dos índios, dos pobres em geral.

A formação da escola brasileira, em todos os níveis, como não poderia deixar de ser, dado que educação é mediação, encontra-se atravessada por essa preocupação com a generalização do “princípio da ordem”, de produção de indivíduos considerados morigerados (aliás, em se tratando de comportamentos tidos como desejados, expressão frequente nas fontes primárias relativas ao período imperial).

Se buscarmos entender mais densamente a organização econô-

No Império, a liberdade era a da propriedade, tinha o tamanho dela

mico-social brasileira ao longo do século XIX [agroexportadora, escravista], verificaremos que, para a produção da riqueza, para o exercício do trabalho naquele tempo, a escola não era ainda, em grande medida, objetivamente necessária. Os homens e mulheres aprendiam a trabalhar trabalhando. No entanto, ao mesmo tempo e contraditoriamente, podemos perceber que, naquele contexto, as elites não podiam prescindir de todo da presença da escola, pois ela passa a ser necessária como espaço de conformação de condutas [...] Espalhar escolas de primeiras letras, possibilitando a alfabetização, poderia implicar a desarticulação da ordem vigente, o surgimento de demandas pela am-

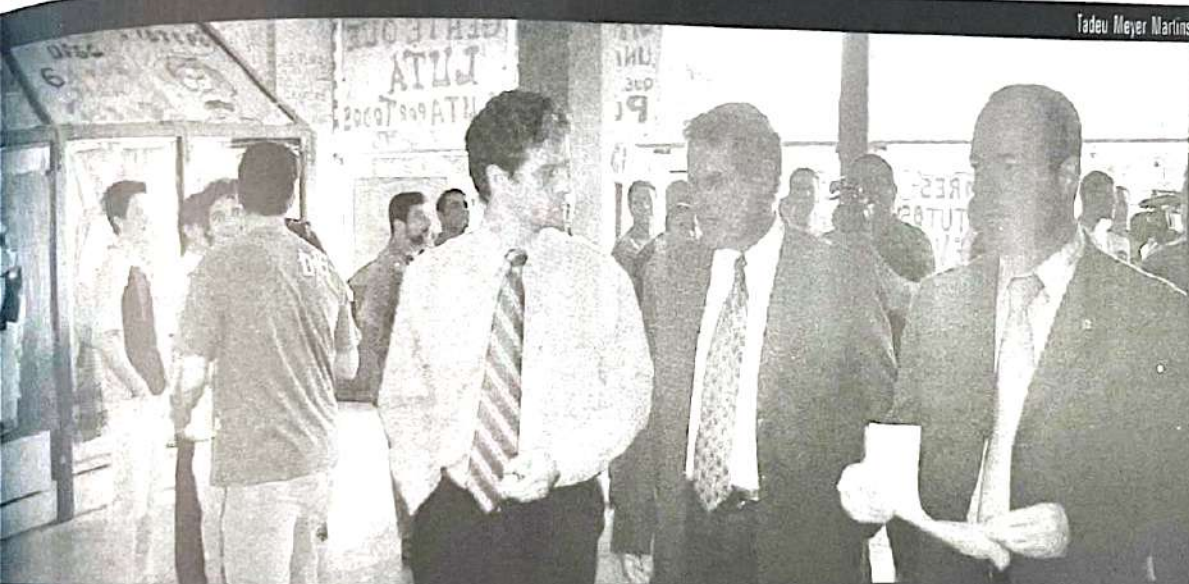
pliação do 'significado dos princípios constitucionais', como bem nos chamou a atenção a historiadora Emília Viotti da Costa⁶.

Mas por que razão, ao ter como pauta resenhar o livro *Universidade: a democracia ameaçada*, lanço mão de tal recuo no tempo? Porque me parece ser imprescindível que leiamos o problema que nos aflige hoje como expressão de um passado que é ainda presente, que, não obstante as rupturas, continua. Educar tem a ver com libertar, que tem a ver com democracia, que, entre nós, tem a ver com uma história cujos grilhões tratam de sempre postergá-la. Ou seja, devemos, hoje, continuar sendo prudentes e moderados para que o futuro possa ser glorioso. Ordem e progresso. Como cos-

tumava afirmar o professor Florestan Fernandes em suas aulas na PUC de São Paulo na segunda metade dos anos 1980, "Ordem" para os de baixo, "Progresso" para os de cima.

Nós, os profissionais de uma universidade pública, o que temos a ver com isso? Concluo este texto fazendo também minhas as palavras da professora da USP Zilda Márcia Gricoli Iokoi, que escreveu o prefácio do livro em referência: "**Considero** que este livro será muito **significativo** para o debate sobre a democratização da universidade que, como puderam observar, é equivalente ao da **democratização da sociedade**" (p. 14).

Marli Auras é professora Titular aposentada do Centro de Educação da UFSC.



Tadeu Meyer Martins

Civilizar significava estender a ação da autoridade e generalizar os princípios da ordem

NOTAS

¹ A propósito, recentemente, em 21/09/05, a *Folha de São Paulo*, no Caderno Dinheiro, publicou a reportagem "Fosso – Brasil não só está entre os 4 países mais desiguais em estudo do Banco Mundial como tem mecanismos para perpetuar situação – Bird vê 'armadilha da desigualdade' no país", p. B-1.

² A propósito, veja-se, por exemplo, a recente manchete do primeiro caderno do jornal *Folha de São Paulo*, de 30/11/05: "CPI da Terra propõe tratar invasão como crime hediondo". A *Folha* informa o leitor que a "CPI da Terra aprovou relatório que sugere o indiciamento de dirigentes de entidades ligadas ao MST e envia ao Congresso projeto que trata a invasão de terra como 'crime hediondo' e os invasores como praticantes de 'ato terrorista'". A CPI é constituída por integrantes da ruidosa bancada ruralista. "Os fazendeiros, porém, foram poupados no texto", p. 11.

³ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na*

política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 245.

⁴ Ibidem, p. 237-238.

⁵ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; Ed. 34, 1999, p. 129.

⁶ AURAS, Marli. Fontes e historiografia educacional brasileira: contribuição para o debate a partir da produção de conhecimento em história da educação catarinense relativa ao século XIX. In: LOMBARDI; NASCIMENTO (Orgs.) *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados; PUC-PR; UNICS; UEPG; 2004, p. 139-140. A referência a Emília Viotti da Costa é relativa ao texto "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil", de seu livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1998, p. 60.

NÃO À GUERRA

Harold Pinter, Nobel de Literatura, CONDENA A GUERRA DE BUSH



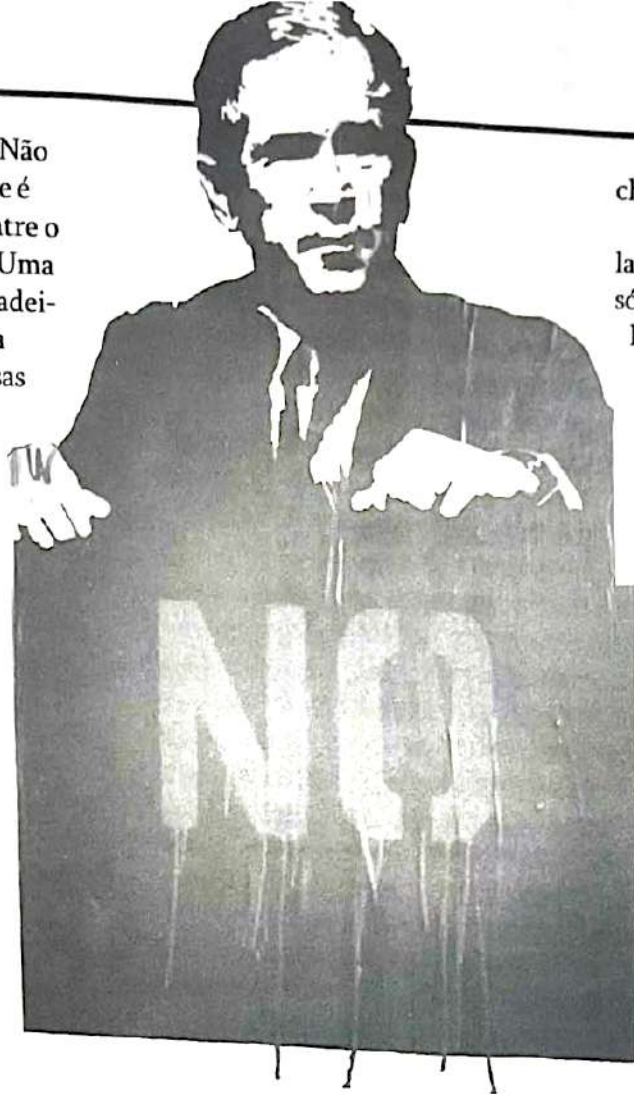
Íntegra do discurso de Harold Pinter, lido na cerimônia de premiação do Nobel de Literatura, no dia 7 de dezembro de 2005. Tradução de Antivan Mendes retirada do site estadao.com.br

Em 1958, escrevi o seguinte: "Não há distinções explícitas entre o que é real e o que é irreal, tampouco entre o que é verdadeiro e o que é falso. Uma coisa não é necessariamente verdadeira ou falsa; ela pode ser tanto falsa quanto verdadeira". Creio que essas afirmações ainda fazem sentido e certamente se aplicam à exploração da realidade por meio da arte. Portanto, como escritor, eu as defendo; todavia, como cidadão, não posso fazê-lo. Como cidadão, devo perguntar: o que é verdadeiro? O que é falso?

A verdade, no teatro, é sempre enganosa. Jamais conseguimos encontrá-la totalmente, mas a perseguimos de forma compulsiva. Essa busca é, sem dúvida alguma, o que motiva tal esforço. A busca é tarefa nossa. Com muita frequência, tropeçamos na verdade em meio às trevas, topamos com ela ou vislumbramos apenas uma imagem ou um vulto que parece corresponder à verdade, sem nos dar conta, tantas vezes, do que se passou. Contudo, a verdade real é que não há nunca, em tempo algum, na arte dramática, isto a que chamamos de verdade única. As verdades são muitas. Elas desafiam umas às outras, esquivam-se umas das outras, refletem-se, ignoram umas às outras, importunam umas às outras, são cegas umas para as outras.

Com frequência, sentimos que temos nas mãos a verdade de um momento, para em seguida vê-la escorrer por entre os dedos e se perder. Perguntam-me muitas vezes como concebo minhas peças. Não sei. Também não posso resumi-las, digo apenas o que se passou. Foi isto o que disseram; isto o que fizeram. A maior parte delas brota de uma fala, de uma palavra ou de uma imagem. A palavra dada é, não raro, seguida logo depois da imagem.

Darei dois exemplos de duas falas



que me vieram à mente de forma inesperada, seguidas de uma imagem, seguidas, então, por mim. As peças são "A volta ao lar" ("The homecoming") e "Antigamente" ("Old times"). A primeira fala de "A volta ao lar" é "O que você fez com a tesoura?". E a primeira fala de "Antigamente" é "Escuro". Em ambos os casos, eu não dispunha de nenhuma outra informação. No primeiro exemplo, alguém estava obviamente procurando uma tesoura e indagava do paradeiro dela a uma pessoa que, segundo suspeitas do autor da pergunta, a teria roubado. De algum modo, porém, eu sabia que a pessoa a quem a pergunta havia sido dirigida não dava a mínima para a tesoura e tampouco para a pessoa que lhe fizera a pergunta.

Com "escuro", eu fazia referência ao cabelo de alguém, o cabelo de uma mulher, e era a resposta a uma pergunta. Nos dois casos, senti-me obrigado a insistir no que tinha. Foi uma ocorrência visual, de um desbotado que passou muito lentamente das sombras para a luz. Sempre começo minhas peças

chamando os personagens de A, B e C.

Na peça que se tornou "A volta ao lar", vi um homem entrar em uma sala sóbria e dirigir sua pergunta a outro homem mais jovem, sentado em um sofá ordinário e que se entretinha com a leitura de um jornal sobre corridas. Não sei por que, mas eu suspeitava que A fosse o pai e, B, seu filho, mas não tinha provas disso.

Minha impressão se confirmou, porém, pouco tempo depois, quando B (posteriormente batizado de Lenny) diz a A (ou Max, como eu o chamaria mais adiante): "Pai, você se importa se eu mudar de assunto? Queria lhe perguntar uma coisa. Aquele prato que comemos antes, como se chama? Qual o nome dele? Por que você não compra um cachorro? Você daria um bom cozinheiro de comida para cachorro. Verdade. Quando você cozinha, parece que está cozinhando para uma porção de cachorros". Portanto, uma vez que B chama A de "Pai", pareceu-me lógico supor que se tratava de pai e filho. A, naturalmente, era o cozinheiro, e sua comida não parecia ter uma reputação muito boa. Será que isso quer dizer que não havia uma mãe? Eu não sabia. Contudo, como dizia para mim mesmo na época, nossos começos não conhecem jamais nossos fins.

"Escuro". Uma janela grande. Céu crepuscular. Um homem. A (mais tarde Deeley) e uma mulher (mais tarde Kate) estão sentados com seus respectivos drinks. "Gorda ou magra?", o homem pergunta. De quem falam? Vejo, então, à janela, uma mulher, C (futura Anna), banhada por uma luz diferente, de costas para os dois, de cabelo escuro.

É um momento estranho, o momento da criação dos personagens que, até aquele momento, não existiam. O que se segue é fragmentário, incerto, alucinante mesmo, embora às vezes possa se tornar uma avalanche incontrolável. É curiosa a condição do autor. Em certo sentido, ele não goza da

Na arte, as verdades são muitas e interagem entre si

simpatia dos personagens. Eles o enfrentam, dificultam a convivência, não se deixam definir. É impossível dar-lhes ordens. Em certo sentido, jogamos com eles um jogo que nunca termina, gato e rato, cabra-cega, esconde-esconde.

No fim das contas, porém, percebemos que temos pessoas de carne e osso nas mãos, gente dotada de vontade e de sensibilidade próprias, feita de partes que não podemos alterar, manipular ou distorcer. Portanto, a linguagem na arte constitui uma transação extremamente ambígua, é areia movediça, uma cama elástica, um lago congelado que a qualquer momento poderá ceder sob os pés do autor. Contudo, como já disse, a busca pela verdade nunca termina. Ela não pode ser interrompida, não pode ser adiada. Deve-se encará-la, ali mesmo, de frente.

O teatro político apresenta um conjunto de problemas totalmente distinto. É preciso evitar a todo custo os sermões. A objetividade é essencial. Os personagens precisam respirar por si. O autor não pode confiná-los e obrigá-los a satisfazer seu gosto pessoal, sua vontade, seus preconceitos. Ele deve estar preparado para se aproximar deles de diversos ângulos diferentes, de perspectivas totalmente despojadas, pegá-los de surpresa, talvez, de vez em quando, sem contudo privá-los da liberdade de ir aonde queiram. Nem sempre isso funciona. E a sátira política, é claro, não obedece a nenhum desses preceitos. Na verdade, ela faz exatamente o oposto, que é para isso que serve.

Na minha peça "Festa de aniversário" ("The birthday party"), creio que deixo uma série de opções operar em uma densa floresta de possibilidades antes de me concentrar finalmente em um ato de subjugação. "Língua da montanha" ("Mountain language") não tem a mesma aspiração. Ela é brutal, breve e incômoda, porém os soldados que nela aparecem conseguem se divertir um pouco. Às vezes, nos esquecemos de que os torturadores se entediam facilmente. Eles precisam rir



A justificativa para a invasão do Iraque era seu arsenal de destruição em massa

um pouquinho para se animar. Isto foi confirmado, naturalmente, pelos acontecimentos de Abu Ghraib, em Bagdá. "Língua da montanha" tem apenas 20 minutos, mas poderia se estender por horas a fio repisando sempre o mesmo tema, indefinidamente, durante horas e horas.

"Cinzas às cinzas" ("Ashes to ashes"), por outro lado, parece-me se desenrolar debaixo da água. Uma mulher está se afogando, ela ergue a mão em meio às ondas, afunda, desaparece, procura por outros, mas não encontra ninguém, nem acima nem abaixo da água, exceto sombras e reflexos que bóiam; a mulher é uma figura perdida em uma paisagem que afunda, uma mulher incapaz de escapar à sina que parecia pertencer unicamente aos outros. Contudo, à medida que morrem, também ela deve morrer.

A linguagem política, conforme o emprego que fazem dela os políticos, não se aventura por nenhum desses territórios, uma vez que a maioria dos políticos, pelas evidências de que dispomos, não estão interessados na verdade, e sim no poder e na manutenção do poder. Para manter o poder, é imprescindível que as pessoas permaneçam na ignorância, que vivam em estado de ignorância em relação à

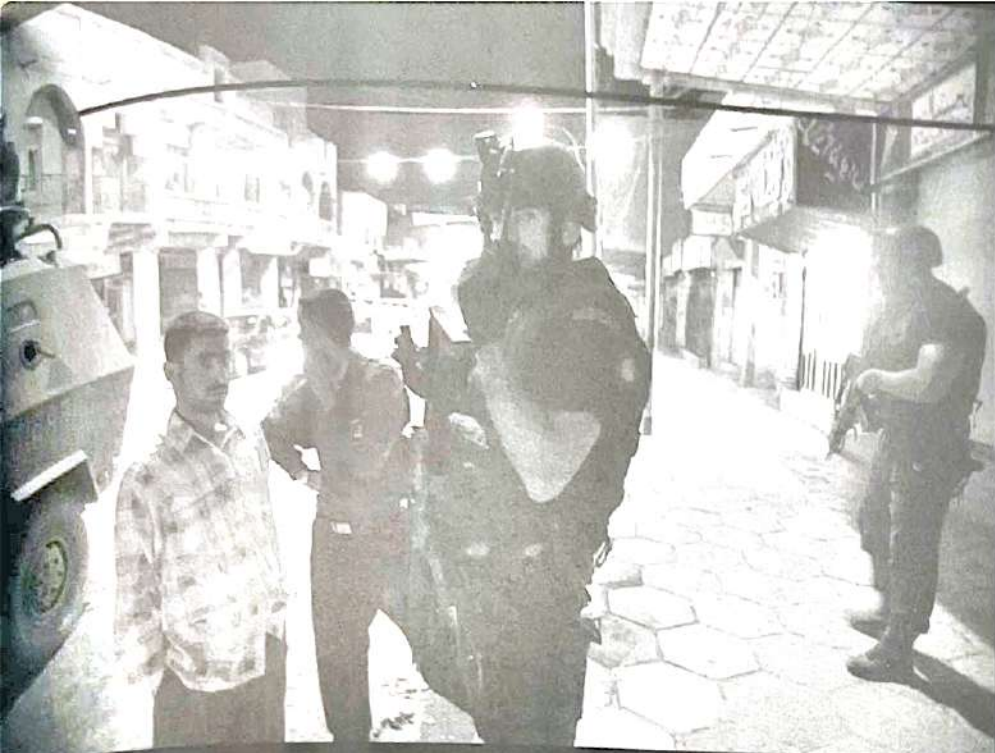
verdade, até mesmo a verdade que diz respeito à sua própria vida. Estamos, portanto, rodeados por uma vasta rede de mentiras, das quais nos alimentamos.

Como é de conhecimento geral, a justificativa para a invasão do Iraque era de que Saddam Hussein possuía um arsenal extremamente perigoso de armas de destruição em massa, algumas das quais poderiam ser disparadas em 45 minutos, ocasionando uma destruição pavorosa. Garantiram-nos que era verdade. Não era verdade. Disseram-nos que o Iraque mantinha relações com a Al-Qaeda e que era co-responsável pela atrocidade que se abateu sobre Nova York em 11 de setembro de 2001. Garantiram-nos que era verdade. Não era. Disseram-nos que o Iraque era uma ameaça à segurança do mundo. Garantiram-nos que era verdade. Não era.

A verdade é algo completamente diferente. A verdade diz respeito à forma como os Estados Unidos entendem seu papel no mundo e ao modo que escolheram para protagonizá-lo.

Antes, porém, de voltar ao presente, gostaria de examinar o passado recente, e com isso quero me referir à política externa dos Estados Unidos desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Creio que é nossa obrigação submeter esse período

Os políticos não se interessam pela verdade e sim pelo poder



Também não era verdade que o Iraque tinha relações com a Al-Qaeda

a algum tipo de escrutínio, ainda que limitado, já que o tempo de que dispomos não nos permitiria mais do que isso. Todo o mundo sabe o que aconteceu na União Soviética e em todo o Leste Europeu no período que se seguiu ao pós-guerra: uma brutalidade sistemática, atrocidades generalizadas, a supressão impiedosa do pensamento independente. Tudo isso se acha fartamente documentado e comprovado. Contudo, minha opinião neste caso é de que os crimes dos Estados Unidos no mesmo período foram registrados de modo apenas superficial, não houve de forma alguma preocupação em documentá-los, muito menos em reconhecê-los ou admiti-los como crimes. Creio que é preciso tocar nesse ponto.

A verdade tem um peso considerável sobre a situação atual do mundo. Embora restritas até certo ponto pela existência da União Soviética, as ações dos Estados Unidos pelo mundo afora deixavam claro que eles haviam chegado à conclusão de que tinham carta branca para fazer o que bem entendessem. A invasão pura e simples de um Estado soberano nunca foi o método favorito dos Estados Unidos. De modo geral, eles sempre preferiram o que chamam de "conflito de baixa intensidade". Isto significa que milhares de pessoas morrem, porém mais lentamente do que se jogássemos uma bomba sobre elas. Significa que o

coração de um país é infectado, que plantamos nele um crescimento maligno e observamos a gangrena se espalhar. Depois de subjugar o povo — ou de violentá-lo até a morte, o que dá no mesmo —, você e seus amigos, os militares e as grandes empresas, instalam-se confortavelmente no poder. Em seguida, você diz diante das câmeras que a democracia prevaleceu. Isso era comum na política externa dos Estados Unidos nos anos a que me referi.

A tragédia da Nicarágua é emblemática nesse sentido. Decidi apresentá-la aqui como exemplo categórico de como os Estados Unidos entendem seu papel no mundo, tanto naquela época quanto nos dias de hoje. Eu estive presente a uma reunião na embaixada norte-americana em Londres em fins dos anos 1980. O Congresso dos EUA devia decidir se concedia ou não mais verbas para os contras em sua campanha de oposição ao Estado da Nicarágua. Eu era membro de uma delegação que representava a Nicarágua, porém o membro mais importante da delegação era o padre John Metcalf. O chefe do corpo diplomático norte-americano era Raymond Seitz (na época, o número dois da embaixada;

mais tarde, ele se tornaria embaixador). O padre Metcalf disse: "Senhor, sou responsável por uma paróquia no norte da Nicarágua. Meus paroquianos construíram uma escola, um centro de saúde e um centro cultural. Sempre vivemos em paz. Faz alguns meses, um grupo dos contras atacou a paróquia. Eles destruíram tudo: a escola, o centro de saúde, o centro cultural. Violentaram freiras e professoras, assassinaram médicos da maneira mais brutal possível. Comportaram-se como selvagens. Por favor, exija que o governo dos Estados Unidos retire seu apoio a essas atividades terroristas revoltantes". Raymond Seitz tinha uma reputação excelente de sujeito racional, responsável e muito sofisticado. Ele era bastante respeitado nos círculos diplomáticos. Ele ouviu, fez uma pausa e disse, então, com uma certa gravidade: "Padre", disse ele, "deixe-me dizer-lhe uma coisa. Na guerra, os inocentes sempre sofrem". Houve um silêncio glacial. Nós o fitamos. Ele não se abalou.

Inocentes, de fato, sempre sofrem. Por fim, alguém disse: "Neste caso, porém, os inocentes foram vítimas de uma atrocidade hedionda patrocinada pelo seu governo, uma das muitas. Se o Congresso der mais dinheiro aos contras, outras atrocidades do mesmo

tipo se seguirão, não é verdade? Portanto, devemos responsabilizar seu governo por apoiar a destruição e o assassinato de cidadãos de um Estado soberano?". Seitz continuava impassível. "Não creio que os fatos, conforme apresentados, justifiquem suas afirmações",

Reagan disse que os contras da Nicarágua eram o equivalente aos Pais Fundadores

disse ele. Quando saíamos da embaixada, um adido norte-americano me disse que gostava das minhas peças. Não respondi. Vale lembrar que, na época, o presidente Reagan deu a seguinte declaração: "Os contras são o equivalente moral dos nossos Pais Fundadores".

Os Estados Unidos apoiaram a ditadura brutal de Somoza na Nicarágua durante mais de 40 anos. O povo

nicaragüense, liderado pelos sandinistas, derrubou o regime em 1979 numa revolução popular magnífica. Os sandinistas não eram perfeitos. Tinham sua cota de arrogância, e sua filosofia política continha uma série de elementos contraditórios. Contudo, eram inteligentes, racionais e civilizados. Eles estavam determinados a estabelecer uma sociedade estável, decente e pluralista. A pena de morte foi abolida. Centenas de milhares de camponeses fustigados pela pobreza foram resgatados da morte. Mais de 100.000 famílias foram assentadas em terra própria. Foram construídas dois milhões de escolas. Uma campanha de alfabetização extraordinária reduziu o analfabetismo no país para menos de um sétimo. Escolas e serviços de saúde agora eram gratuitos. A mortalidade infantil foi reduzida em um terço. A pólio foi erradicada.

Os Estados Unidos denunciaram essas realizações atribuindo-as à subversão marxista-leninista. Na

opinião do governo norte-americano, criava-se assim um exemplo perigoso. Se deixassem que a Nicarágua estabelecesse padrões elementares de justiça social e econômica, se permitissem que o país elevasse os padrões de saúde e de educação, conquistando a unidade social e o auto-respeito nacional, os países vizinhos começariam a fazer as mesmas perguntas e a agir do mesmo modo. Havia na época, evidentemente, uma forte resistência à situação de El Salvador. Referi-me anteriormente à "rede de mentiras" que nos envolve. O presidente Reagan costumava se referir freqüentemente à Nicarágua como "masmorra totalitária". A mídia, de modo geral, e certamente o governo britânico achavam que a observação era precisa e bem aplicada.

Não havia, porém, registro algum de esquadrões da morte no governo sandinista. Não havia registros de tortura. Não havia nenhum registro de brutalidade sistemática ou de brutalidade praticada por militares. Nenhum padre foi morto na Nicarágua. Na verdade, havia três sacerdotes no governo, dois jesuítas e um missionário de Maryknoll. As masmorras totalitárias ficavam nos países vizinhos, El Salvador e Guatemala.

Os Estados Unidos depuseram o governo guatemalteco, eleito democraticamente, em 1954. Estima-se que mais de 200.000 pessoas tenham sido vítimas de sucessivas ditaduras militares. Seis dos mais renomados jesuítas do mundo foram cruelmente assassinados na Universidade Centro-Americana em San Salvador, em 1989, por um batalhão do regimento de Alcatl treinado em Fort Benning, no estado americano da Geórgia. O arcebispo Romero, um homem de coragem extraordinária, foi assassinado quando rezava missa. Calcula-se que 75.000 pessoas tenham morrido. E por que elas foram mortas? Porque acreditavam na possibilidade de uma vida melhor e queriam conquistá-la. Essa fé as

qualificava imediatamente como comunistas. Elas morreram porque ousaram questionar o *status quo*, um platô onde não se divisava o fim da pobreza, das doenças, da degradação e da opressão herdadas desde o berço.

Na Guatemala, 200 mil morreram depois da queda de um governo democrático

Os Estados Unidos derrubaram por fim o governo sandinista. Foram necessários alguns anos e uma resistência considerável, contudo, depois de uma perseguição econômica implacável e 30.000 mortos, o

espírito do povo nicaragüense estava alquebrado. O desânimo e a pobreza triunfaram novamente. Os cassinos voltaram ao país. As escolas e os serviços de saúde deixaram de ser gratuitos. Os grandes negócios voltaram com força total. A "democracia" tinha prevalecido.

Todavia, essa "política" não se restringia de modo algum à América Central. Ela foi aplicada no mundo todo. Não acabava nunca. E era como se jamais tivesse acontecido. Os Estados Unidos apoiaram e, em muitos casos, produziram todas as ditaduras militares de direita do mundo depois da 2ª Guerra Mundial. Refiro-me à Indonésia, Grécia, Uruguai, Brasil, Paraguai, Haiti, Turquia, Filipinas, Guatemala, El Salvador e, é claro, o Chile.

O horror que os Estados Unidos impuseram ao Chile em 1973 não se apagará e não se perdoará jamais. Centenas de milhares de mortes foram contabilizadas nesses países. Elas aconteceram de fato? Deve-se atribuí-las em todos os casos à política externa dos EUA? A resposta é sim, elas aconteceram e são de responsabilidade da política externa dos EUA. Mas ninguém sabe disso. Nada jamais aconteceu. Mesmo quando acontecia, não estava acontecendo. Não importava. Não tinha interesse.

Os crimes praticados pelos Estados Unidos são sistemáticos, constantes, cruéis, impiedosos, mas muito pouca gente toca no assunto. É por obra dos Estados Unidos que é assim. Eles manipulam o poder com extrema



Guantánamo: centenas de pessoas detidas sem acusação formal

frieza no mundo todo fazendo-se passar por força universal do bem. Trata-se de uma sessão de hipnose brilhante, engenhosa mesmo, e muito bem-sucedida.

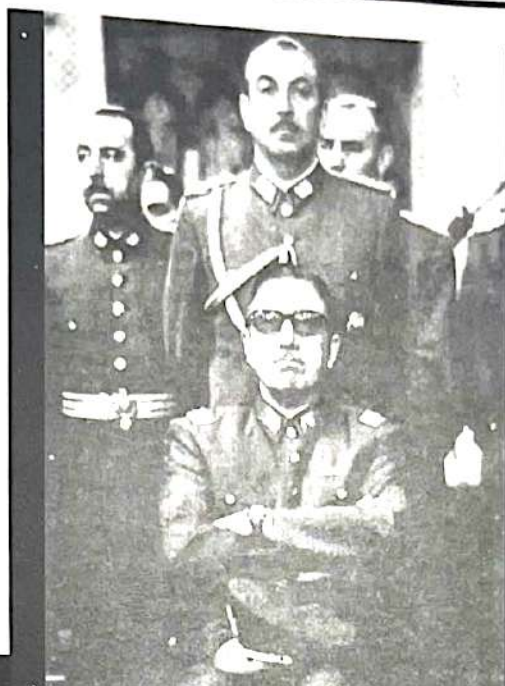
Digo a vocês que os Estados Unidos nos oferecem, sem dúvida alguma, o maior espetáculo da terra. Brutal, indiferente, escarnekedor e cruel, mas também muito inteligente. Como todo vendedor, está sempre só, e seu campeão de vendas é o amor próprio. É um vencedor.

Perceba como todos os presidentes norte-americanos, quando vão à televisão, dizem "o povo americano", como na seguinte frase:

"Digo ao povo americano que é hora de orar e de defender os direitos do povo americano. Peço ao povo americano que confie no seu presidente naquilo que ele em breve fará a favor do povo americano". É um estratagema brilhante.

Emprega-se a linguagem para manter o pensamento em xeque. As palavras "o povo americano" funcionam como uma espécie de almofada extremamente confortável e tranquilizante. Não é necessário pensar. Basta se recostar na almofada. Ela talvez sufoque sua inteligência e suas faculdades críticas, mas é muito confortável.

Isto, é claro, não se aplica aos 40 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e aos 2 milhões de prisioneiros do imenso gulag de prisões espalhadas por todo o país. Os Estados Unidos não se importam mais com o conflito de baixa intensidade. Eles não vêem mais vantagem alguma em se manter reticentes ou mesmo distantes. Eles agora põem as cartas sobre a mesa sem nenhum tipo de escrúpulo. Não dão a menor bola para as Nações Unidas, para a lei internacional ou para a dissidência crítica, as quais considera impotentes e irrelevantes. Têm também seu próprio carneirinho,



Ditadores patrocinados pelos EUA: Augusto Pinochet (Chile, mais acima) e Anastasio Somoza (Nicarágua)

que os segue balindo pela coleira, o patético e inerte Reino Unido.

O que foi que aconteceu com nossa sensibilidade moral? Ou será que nunca tivemos tal coisa? O que significam essas palavras? Seriam uma referência a um termo raramente empregado hoje em dia – consciência? Uma consciência que diga respeito não apenas aos nossos próprios atos, mas também à responsabilidade compartilhada nos atos dos outros? Não existe mais nada disso?

Tome-se o caso da base de Guantánamo. Centenas de pessoas detidas sem nenhuma acusação durante mais de três anos, sem direito à representação

legal ou a processo legal justo, tecnicamente detidas para sempre. Essa estrutura completamente ilegítima é mantida em desrespeito à Convenção de Genebra. Ela não é apenas tolerada, como também raras vezes é alvo de alguma reflexão por parte daquela entidade que se convencionou chamar de "comunidade internacional".

Essa afronta criminoso é perpetrada por um país que se declara "líder do mundo livre". Alguma vez já paramos para pensar na população da base de Guantánamo? O que os meios de comunicação dizem a esse

respeito? Volta e meia, o tema vem à tona – um texto bem curto na página seis. Aquelas pessoas foram despachadas para uma terra de ninguém, da qual talvez nunca retornem. Atualmente, muitos estão em greve de fome e são alimentados à força, inclusive britânicos. Não faltam a essa alimentação forçada lances de barbarismo. Não se administram sedativos ou anestésicos. Enfia-se um tubo pelo nariz da pessoa até a garganta. Ela vomita sangue.

Isso é tortura. O que tem a dizer a esse respeito o secretário de Relações Exteriores britânico? Nada. O que tem a dizer a esse respeito o primei-

ro-ministro britânico? Nada. Por que não? Porque os Estados Unidos disseram: criticar nossa conduta na base de Guantánamo é atitude hostil. Ou vocês estão conosco ou estão contra nós. Blair fechou a boca.

A invasão do Iraque foi coisa de bandoleiros, um ato ostensivo de terrorismo de Estado, uma demonstração cabal de desprezo pelo conceito de lei internacional. A invasão foi uma ação militar arbitrária inspirada por uma série de mentiras sobre mentiras e grosseira manipulação da mídia e, portanto, do público. Foi um ato que teve como propósito consolidar o controle militar e econômico

Os EUA têm 702 bases militares em 132 países e 8 mil ogivas nucleares

dos Estados Unidos no Oriente Médio travestindo-o – como último recurso – de libertação, já que todas as demais justificativas haviam falhado em justificar a si mesmas. Essa demonstração de força militar fabulosa foi responsável pela morte e mutilação de milhares de pessoas inocentes. Levamos ao povo iraquiano a tortura, bombas de fragmentação, urânio empobrecido, incontáveis assassinatos praticados aleatoriamente, infelicidade, degradação e morte, e a isso chamamos de “levar a liberdade e a democracia ao Oriente Médio”.

Quantas pessoas temos de matar para que sejamos considerados assassinos de multidões e criminosos de guerra? Cem mil? Isso seria mais do que suficiente, creio. Portanto, é justo que Bush e Blair sejam

denunciados ao Tribunal Internacional de Justiça. Bush, porém, é mais esperto. Ele não ratificou o protocolo que criou o Tribunal Internacional de Justiça. Portanto, se qualquer soldado norte-americano, ou um político qualquer, for levado ao banco dos réus, Bush já avisou que enviará os fuzileiros navais em seu socorro. Tony Blair, porém, ratificou o Tribunal e pode, portanto, ser processado. Podemos dar seu endereço ao Tribunal, se este demonstrar interesse pelo assunto. Basta que procurem no nº 10 da Rua Downing, em Londres.

A morte neste contexto é irrelevante. Tanto Bush quanto Blair colocam a morte no último lugar da sua lista de preocupações. Pelo menos 100.000 iraquianos foram mortos por bombas e mísseis norte-americanos antes do início da revolta popular. Essas pessoas não têm importância alguma. A morte delas não conta. Elas não existem. Não há sequer registro de sua morte. “Não contamos corpos”, disse o general norte-americano Tommy Franks.

Logo no início da invasão, os jornais britânicos publicaram na primeira página uma foto de Tony Blair dando um beijo no rosto de um menino

iraquiano. “Uma criança agradecida”, dizia a legenda. Poucos dias depois, os jornais publicaram nas páginas centrais a história de outro garotinho de quatro anos sem braços. Sua família havia sido atingida por um míssil. Ele foi o único sobrevivente. “Quando vou ter meus braços de volta?”, queria saber. A história não teve continuidade.

Bem, Tony Blair não o estava segurando nos braços, tampouco segurava o corpo de outra criança mutilada, muito menos um cadáver ensanguentado. Sangue é coisa suja. Ele suja a camisa e a gravata de quem tem um discurso sincero a fazer pela televisão. Os 2.000 norte-americanos mortos são motivo de constrangimento. Eles são transportados para suas sepulturas no escuro. Os funerais são

discretos, realizados em local seguro. Os mutilados apodrecem em seus leitos, alguns permanecem nesse estado até a morte. Portanto, tanto os mortos quanto os mutilados apodrecem em tipos diferentes de sepulturas.

Em um poema intitulado “Explico

algumas coisas” (“Explico algunas cosas”), Pablo Neruda diz a certa altura:

*E numa certa manhã tudo ardia,
numa manhã o fogo
saltava da terra
devorando os seres,
e ardia,
havia pólvora,
e sangue.*

*Bandidos com aviões e mouros,
bandidos com anéis nos dedos e
duquesas,
bandidos com frades negros e suas
benções
vinham pelo céu matar crianças,
e o sangue delas escorria pelas ruas
sem ruído algum, corria como sangue
de criança.*

*Chacais que seriam alvo de desprezo de
outros chacais,
pedras que o cardo seco morderia
e cuspiria, víboras que as próprias*

víboras abominariam!

*Face a face com vocês vi o sangue
da Espanha erguer-se
para afogá-los em uma onda
de orgulho e de facas!*
*Generais
traidores:
vejam minha casa morta,
vejam a Espanha alquebrada:
de todas as casas sai um metal
que arde,
em vez de flores,
mas de cada oco da Espanha
a Espanha emerge
e de cada criança morta sai um rifle
com olhos,
e de cada crime nascem balas
que um dia encontrarão o caminho
do coração de vocês.
E vocês me perguntarão:
por que os poemas dele
não falam de sonhos, e de folhas
e dos grandes vulcões de sua terra natal.
Venham e vejam o sangue nas ruas,
venham e vejam
o sangue nas ruas,
venham e vejam o sangue
nas ruas!*

Quero deixar claro que, ao citar o poema de Neruda, não estou de forma alguma comparando a Espanha Republicana com o Iraque de Saddam Hussein. Cito Neruda porque em parte alguma da poesia contemporânea li uma descrição tão veemente e tão visceral sobre o bombardeamento de civis. Disse anteriormente que os Estados Unidos colocam hoje abertamente as cartas sobre a mesa. É a isso que me refiro. Sua política oficial explícita é definida agora como “dominância total do espectro”. A expressão não é minha, é deles. “Dominância total do espectro” implica o controle da terra, do mar, ar e espaço, bem como de todos os recursos correspondentes.

Os Estados Unidos ocupam atualmente 702 instalações militares no mundo em 132 países, com a honrosa exceção da Suécia, é claro. Não sabemos exatamente como foi que eles foram parar lá, mas eles estão lá. Os Estados Unidos possuem 8.000 ogivas nucleares ativas e operacionais. Duas mil dessas ogivas podem ser disparadas

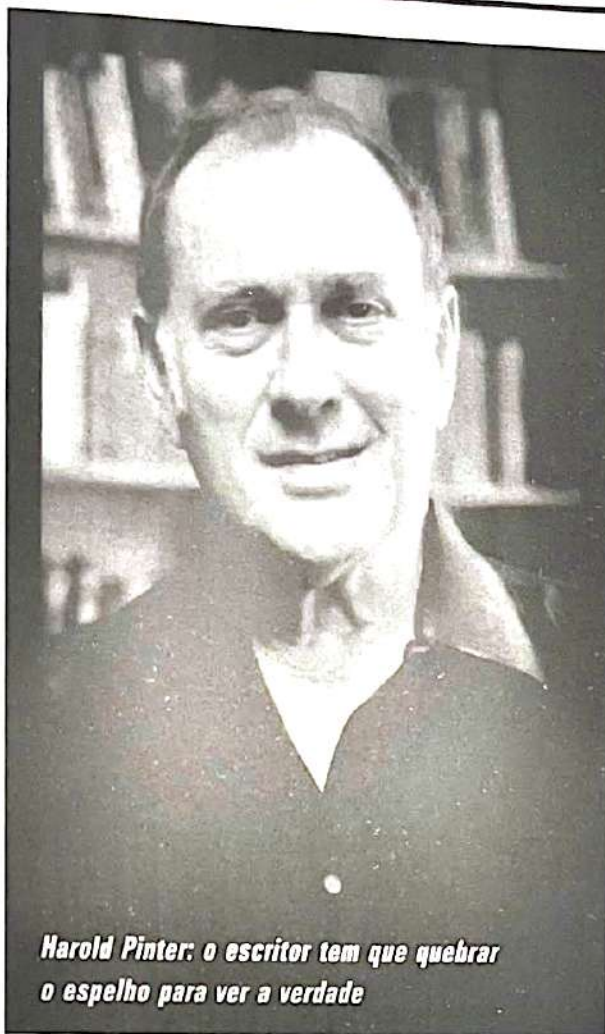
15 minutos depois de dada a autorização. Eles estão desenvolvendo novos sistemas de força nuclear, conhecidas como arromba-bunkers.

Os britânicos, sempre tão cooperativos, pretendem substituir seu míssil nuclear, o Trident. Eu gostaria muito de saber em quem eles estão mirando. Em Osama bin Laden? Em você? Em mim? Em ninguém em especial? Na China? Em Paris? Quem sabe? O que sabemos de fato é que essa insanidade infantil – a posse de armas nucleares e a ameaça de usá-las – está no âmago da filosofia política norte-americana atual. Não podemos nos esquecer de que os Estados Unidos estão em permanente pé de guerra, e não há sinal de que pretendam relaxar nem um pouco. Muitos milhares, se não milhões, de pessoas nos Estados Unidos estão enojadas, envergonhadas e iradas com as atitudes do governo do seu país, mas na atual situação elas não formam uma força política coerente – por enquanto.

Contudo, a ansiedade, a incerteza e o temor que vemos crescer nos Estados Unidos não devem diminuir. Sei que o presidente Bush tem muita gente talentosa para escrever os seus discursos, mas eu gostaria de me apresentar voluntariamente para o serviço.

Proponho a transmissão pela TV da seguinte alocução à nação: vejo-o com ar grave, o cabelo cuidadosamente penteado, a expressão séria, vencedora, sincera, sedutora, por vezes com um sorriso torto no rosto, atraente, embora excêntrico. “Deus é bom. Deus é grande. Deus é bom. Meu Deus é bom. O Deus de bin Laden é mau. Ele é um Deus malvado. O Deus de Saddam era mau, embora ele não tivesse Deus algum. Ele era um bárbaro. Nós não somos bárbaros. Não cortamos a cabeça das pessoas. Acreditamos na liberdade. Deus também. Não sou bárbaro. Sou um líder eleito democraticamente de uma democracia amante da liberdade. Somos uma sociedade compassiva. Eletrocutamos e administramos injeções letais de forma compassiva. Somos uma grande nação. Não sou um ditador. Ele é. Não sou bárbaro. Ele é. Todos eles são. Eu tenho autoridade moral. Estão vendo este pulso? Esta é minha autoridade moral. Não se esqueçam disso.”

A vida de um escritor é uma atividade muito vulnerável e praticamente desnuda. Não temos de chorar por causa disso. O escritor faz sua escolha e se aferra a ela. Mas é verdade que estamos abertos a todos os ventos, alguns deles



Harold Pinter: o escritor tem que quebrar o espelho para ver a verdade

bem gelados. Estamos sós, numa posição vulnerável. Não encontramos abrigo que nos proteja – a menos que nos tornemos mentirosos –, e nesse caso, é claro, a mentira se torna nossa proteção.

Poderíamos também nos tornar políticos. Falei da morte algumas vezes esta noite. Citarei agora um poema meu intitulado “Morte”:

Onde foi encontrado o corpo sem vida?

Quem o encontrou?

Ele estava morto quando foi encontrado?

Como foi encontrado?

Quem era ele?

Quem era o pai ou a filha ou o irmão

ou o tio ou a irmã ou a mãe ou o filho do morto,

e que abandonou o corpo?

O corpo estava morto quando foi abandonado?

O corpo foi abandonado?

Por quem foi ele abandonado?

O corpo morto estava nu ou vestido para uma viagem?

O que o levou a concluir

que o corpo morto estava morto?

Você disse que o corpo morto estava morto?

Você conhecia bem o corpo morto?

Como você soube que o corpo morto estava morto?

Você o lavou?

Você fechou seus olhos?

Você enterrou o corpo?

Você o abandonou?

Você enterrou o corpo?

Você o beijou?

Quando olhamos no espelho, achamos que a imagem que nos confronta é precisa. Se, porém, nos movermos um milímetro que seja, veremos que a imagem muda. Estamos, na verdade, olhando para um conjunto infinito de reflexos. Às vezes, porém, o escritor tem de quebrar o espelho – porque é do outro lado que a verdade nos observa.

Creio que, apesar das enormes desvantagens com que nos deparamos, a determinação intelectual firme e inabalável, como cidadãos, que nos permite definir a verdade real de nossas vidas e de nossas sociedades é uma tarefa crucial que cabe a todos nós. É, na realidade, imprescindível que assim seja. Se nossa visão política prescinde de tal determinação, não nos resta esperança alguma de restaurar aquilo que, por pouco, não perdemos – a dignidade do homem.

Neste número da Revista Plural, queremos homenagear João Guimarães Rosa, aproveitando o cinquentenário da publicação de *Corpo de Baile e Grande Sertão Veredas*, ocorrida em 1956. Pesquisador da natureza do sertão, fosse ele físico ou o grande sertão humano ("Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento de gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso..."), doutor de gentes, bichos, plantas e almas, universalizou o regional de tal forma que somos todos sertanejos, no meio de redemoinhos, em constante reflexão – o verdadeiro pacto com o diabo?

A homenagem se dá em dois atos: o primeiro, um poema de Carlos Drummond de Andrade, publicado originalmente no *Jornal Correio da Manhã*, no dia 22/11/1967, três dias após a morte de Guimarães Rosa; o segundo ato, um artigo do professor João Hernesto Weber, da UFSC. Pois "lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; (...)".

João era fabulista?
fabuloso?
fábula?
Sertão místico disparando
no exílio da linguagem comum?

Projetava na gravatinha
a quinta face das coisas,
inenarrável narrada?
Um estranho chamado João
para disfarçar, para farçar
o que não ousamos compreender?

Tinha pastos, buritis plantados
no apartamento?
no peito?
Vegetal ele era ou passarinho
sob a robusta ossatura com pinta
de boi risonho?

Era um teatro
e todos os artistas
no mesmo papel,
ciranda multívoca?
João era tudo?
tudo escondido, florindo
como flor é flor, mesmo não semeada?

Um chamado João

Carlos Drummond de Andrade

Mapa com acidentes
deslizando para fora, falando?
Guardava rios no bolso,
cada qual com a cor de suas águas?
sem misturar, sem conflitar?
E de cada gota redigia
nome, curva, fim,
e no destinado geral
seu fado era saber
para contar sem desnudar
o que não deve ser desnudado
e por isso se veste de véus novos?

Mágico sem apetrechos,
civilmente mágico, apelador
e precipites prodígios acudindo
a chamado geral?
Embaixador do reino

que há por trás dos reinos,
dos poderes, das supostas fórmulas
de abracadabra, sésamo?
Reino cercado
não de muros, chaves, códigos,
mas o reino-reino?

Por que João sorria
se lhe perguntavam
que mistério é esse?
E propondo desenhos figurava
menos a resposta que
outra questão ao perguntante?
Tinha parte com... (não sei
o nome) ou ele mesmo era
a parte de gente
servindo de ponte
entre o sub e o sobre
que se arcabuzeiam
de antes do princípio,
que se entrelaçam
para melhor guerra,
para maior festa?

Ficamos sem saber o que era João
e se João existiu
de se pegar."





Grande sertão: veredas: Brasil

João Hernesto Weber

Em primeiro lugar, meu muito obrigado pelo convite, que não deixa de ser, também, um desafio: o que dizer, ainda hoje, passados cinquenta anos de sua publicação, a respeito de *Grande sertão: veredas*? Hoje, já seria possível inclusive fazer uma história de toda a sua recepção, nesses cinquenta anos, desde a perplexidade e o alvoroço com que foi acolhido em 1956, dada a sua no mínimo aparente novidade que representou à época, até o seu relativo enclausuramento nas Universidades atualmente, em que tem, aliás com menor intensidade, à medida que o tempo vem passando, servido de objeto de dissertações, teses e estudos especializados.

Evidentemente, não se preocupa, não é sobre isso que desejo aqui tratar. Mas o que dizer, ainda assim, do "enigma" João Guimarães Rosa, já que aqui estamos? Ora, que se diga, no mínimo, que é de se aproveitar a oportunidade do cinquentenário para que efetivamente se coloque novamente o romance em circulação; que se leia, enfim, o romance, ou que se o releia, para que o tal de "enigma" deixe, inclusive, de ser um empecilho a que as pessoas se aventurem pelos caminhos desse nosso romance/epopéia sertaneja, e vivenciem, com ele, não apenas o prazer da leitura, também aventurosa, que ele ainda provoca, mas também um retrato da história de um país que passou, nesses últimos cinquenta ou setenta anos, por profundas transformações histórico-sociais, capazes de deixar a his-

tória da nossa "Donzela Guerreira", Diadorim/Reinaldo, e de seu "capitão" Riobaldo, envolta nas brumas do mito, que o romance também evoca, sem que se dê, a ele, no entanto, a devida atenção no que tem de evocação, também, da história concreta por que passou o Brasil.

Feito esse preâmbulo, quero deixar claro, também, que não pretendo me deter, aqui, na "estória" cavalheiresca de Riobaldo e Diadorim. Isso tanto para não tirar o gosto de suspense de quem porventura ainda não tenha lido o romance, como para respeitar o próprio narrador do romance, o nosso Riobaldo, que deixa habilmente a revelação para o final do livro, como, por fim, para respeitar o próprio autor, que solicita, em nota a sua apresentação de tom meio popular-circense do livro, que



O Sertão: de um lado o senhor das terras e dos homens, do outro os jagunços a serviço do "coronel", os pobres e os despossuídos

também é da lógica do romance, o seguinte: "Aos leitores, e aos que escreverem sobre este livro, pede-se não revelar a sequência de seu enredo, a fim de não privarem os demais do prazer de descoberta do GRANDE SERTÃO: VEREDAS".

Deixemos, portanto, por enquanto, pelo menos, os nossos heróis em paz, e passemos à matéria bruta de que se nutre o livro. Afinal, o que é o sertão? "O senhor tolere, isto é o sertão. (...) Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade..." Isso é o sertão, como matéria bruta que sustenta o romance. Não podemos, nesse sentido, deixar de apontar justamente para a nossa formação histórico-social e geográfica, e revisitar o sertão como "matéria vertente" do livro.

A nossa formação histórica construiu um espaço, digamos assim, de três dimensões: do leste para o oeste, do litoral para o sertão, os portugueses construíram as suas cidades, coladas ao mar, entrepostos comerciais para escoamento da produção agrícola; as grandes propriedades rurais voltadas à produção para exportação situavam-se, de sua parte, o mais próximo possível da Costa, para minimizar a necessidade de transporte das mercadorias até o porto; para além dessas propriedades situava-se o sertão propriamente dito. Nas cidades e nas propriedades rurais, complexo voltado à produção mercantil, a sociedade compunha-se de proprietários de terras e de escravos. De um lado da estrutura social, encontravam-se os proprietários; na outra ponta do sistema, os escravos. Entre esses dois segmentos, vitais ao sistema, encontrava-se um segmento intermediário, digamos, composto por homens brancos e pobres, por pardos e negros alforriados, que, por não serem nem proprietários nem escravos do eito, compunham uma ampla camada socialmente disponível, a dos "homens-livres", dependentes na verdade, que vivia ao Deus-dará, do favor dos senhores, do "jeitinho", ou como agregados. Não vou me deter nessa questão, suficientemente tratada por nossa historiografia, como em Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr. O que desejo ressaltar é que, à margem dessa sociedade da Costa, foi-se formando, já desde os primórdios da colonização, um outro espaço histórico-social, embora sub-

sidiário do escravista, através da gradativa ocupação do sertão, que abrigaria muitos desses setores socialmente disponíveis, que, mesmo não tendo a propriedade em suas mãos, garantiam, no ermo do sertão, a sua sobrevivência. Formase, ali, aquilo que Capistrano de Abreu, recorrendo a antigos cronistas, denomina de a "época do couro". Dedicada à pecuária, "mercadoria que se transporta a si mesma", na saborosa expressão de um desses cronistas, essa sociedade provia do boi a sua subsistência, a vestimenta, os utensílios da casa, quase tudo, enfim. Esse é o sertão; essa é a sociedade sertaneja, formada pela ocupação, ao longo dos rios, em que se destaca o rio São Francisco, do hinterland brasileiro. De um lado da formação social, encontra-se o proprietário, grande fazendeiro, senhor das terras e dos homens, muitas vezes até ausente de sua propriedade; de outro, os jagunços, tropas armadas a serviço do "coronel", e os pobres e despossuídos em geral.

É preciso dizer mais: enquanto a economia escravista colonial mantinha vínculos diretos com a Metrópole, depois com os impérios europeus representados pela Inglaterra e França, o sertão vivia em relativo isolamento. Enquanto a sociedade da costa "civilizava-se", europeizava-se, na verdade, em seus hábitos, costumes, modos de vida e visão-de-mundo, buscando integrar-se ao mercado internacional, de que dependia, o sertão, em seu relativo isolamento, cultivava hábitos e costumes ainda, e em parte, oriundos da Península Ibérica do tempo da conquista.

É o mundo do sebastianismo; de um cristianismo desvinculado da religião oficial; da criação de uma religião popular de santos e bentinhos; do cultivo de um código social "arredado de arrocho de autoridade" — autoridade do Governo central, vale dizer, pois que a autoridade mesma, lá, não cabia ao estatuto jurídico vigente na Costa, mas aos chefes do sertão. É o mundo, também, em que se lê, alguns poucos, e muitos ouvem e a transmitem oralmente, a História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, e se repassam outros romances de cavalaria ibéricos que alimentam o imaginário da população, e a própria coesão social. É o mundo em que se forma um dialeto caboclo-sertanejo, afastado da norma culta urbana. É o mundo, enfim, em que prevalece uma visão de mundo mítico-sacral, assim como a denomina um crítico (J.H.Dacanal), apoiado em Max We-

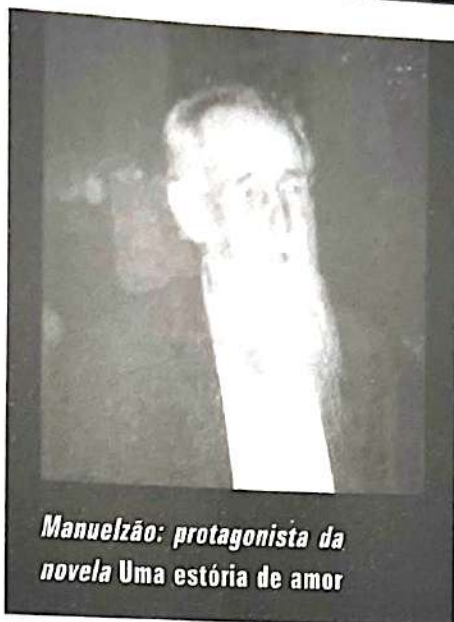
O Sertão é o mundo de um cristianismo desvinculado da religião oficial

O Sertão cria um dialeto caboclo, afastado da norma culta urbana

ber, diferenciada da visão lógico-racional prevalecente nas zonas litorâneas, europeizadas.

Este é o sertão, um mundo, literariamente, descrito, desde sempre, de fora para dentro, por autores da Costa, que o viam como um espaço exótico, de usos e costumes "estranhos", um mundo "arcaico" visto sob a lente de um escritor em atitude de turista que vai descrevê-lo para o regalo dos homens "civilizados" das nossas cidades e, eventualmente, para um que outro europeu... Nisso tudo, interessava mais o detalhe, o pitoresco, a fala "errada" do caboclo, com o que isso tinha, também, de preconceito social, do que propriamente a vida humana, tão perigosa de se viver: "Viver é perigoso", diria Riobaldo depois, com o que vou me aproximando de Grande sertão: veredas. A lista de nossos autores-turistas, chamados, pela crítica, de "regionalistas", seria longa; mesmo porque o mundo rural sempre foi uma constante em nossa história, o que levava os nossos escritores a buscá-lo como matéria de ficção, ao lado do romance de temática urbana. Por isso mesmo, me abstenho, aqui, de arrolar uma série de autores e obras. Lembremos, apenas, um Taunay, com a sua Inocência, por exemplo, tido como um romance quase realista pelos detalhes da descrição que faz do interior, de seus hábitos e costumes. Nele, chega a ser um abuso a utilização de notas de rodapé, em que se busca explicar aquilo que o texto tenta descrever, em termos de exotismo bom para europeu ver. Ou então lembremos um monumento de nossa vida literária e cultural, Os Sertões, de Euclides da Cunha, em seu misto de ensaio sociológico e narrativa literária: a ciência europeia, na explicação da terra, do homem e da luta, não daria conta para explicar o "crime da nacionalidade" cometido em Canudos, parte deste nosso sertão, pelas elites da Costa.

É aí, pelo menos ao ver de alguns, que entra Grande sertão: veredas. A novidade de Grande Sertão: Veredas foi esta: Guimarães Rosa inverteu a ótica da escrita. Inverteu a ótica e a lógica, diria, do romance de temática agrária tradicional. Não se trata, mais, de alguém da Costa que descreve o sertão, e tenta explicá-lo. Ao contrário,



Manuelzão: protagonista da novela Uma estória de amor

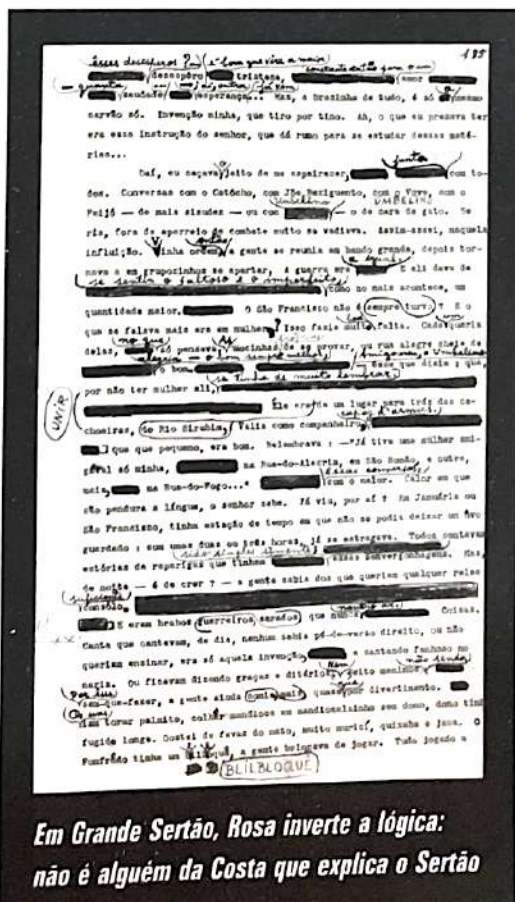
Rosa inventa um narrador em primeira pessoa para contar a sua, a de Riobaldo, o narrador, história de vida, com suas lutas, amores, apreensões, para um doutor que vem da Costa, em passagem pelo sertão que em parte já deixara de existir: "O senhor ainda encontra alguma coisa. Está tudo mudado", diz Riobaldo. O narrador, agora, é um velho ex-jagunço, transformado, no momento da narração mesma, num rico fazendeiro, que rememora a sua vida de menino pobre, de filho

bastardo que vai, após a morte da mãe, morar com o padrinho, pai na verdade, que o manda à escola, para aprender a ler, a escrever, aprender alguma aritmética e história pátria, até entrar para a jagunçagem e admirar Zé Bebelô, Medeiro Vaz, Joca Ramiro, Joãozinho Bem-Bem, grandes chefes do sertão, e quase definir de amor por Diadorim, e buscar o pacto com o Diabo, e tornar-se, ele também, poderoso chefe de desvalidos do sertão, até acomodar-se no rancho de suas fazendas...

A história eu não conto não. Mas essa inversão de ótica narrativa, e de lógica na percepção do universo sertanejo, é que torna Grande sertão: veredas o que ele realmente é: um romance que foge à mesmice dos nossos romances de temática agrária, ou mesmo de temática urbana. O que entra em cena, agora, é o mundo sertanejo visto de dentro, com seus códigos de lealdade; com suas crenças religiosas, com o eterno desafio entre Deus e o Diabo, entre o Bem e o Mal, que se confundem numa também dialética constante de um encontrar-se no outro, sendo um e não sendo, tudo isso vazado numa linguagem quase dialetal, em que se elide o próprio distanciamento inscrito, já, na utilização da norma culta para abarcar-se o sertão, como era de praxe na literatura tradicional que versava sobre o interior.

Dizia que Guimarães Rosa inverte a ótica e a lógica da narrativa. Isso significa querer dizer que o sertão de Rosa, embora sendo o sertão do Brasil, não é o sertão aquele vislumbrado, desde sempre, pelos autores da Costa europeizada. Há descrições, por óbvio. Dos buritizais, dos pássaros típicos do sertão, das manhãs nevoentas e frias do sertão, da miséria, dos usos e costumes sertanejos. Mas o que encanta não é isso, por si só. Além do lirismo extremo de algumas dessas descrições, que deixam o narrador, e também o leitor, a vagar liricamente pelo universo sertanejo, paisagens a comporem a própria "alma" do narrador, o que encanta é o fabuloso, é a transfiguração desse sertão num outro mundo, distante de nossa percepção usual, de seres letrados da Costa.

Tudo, em Grande sertão: veredas, recebe um tratamento duplo. O que é realidade histórico-social, e é mesmo,



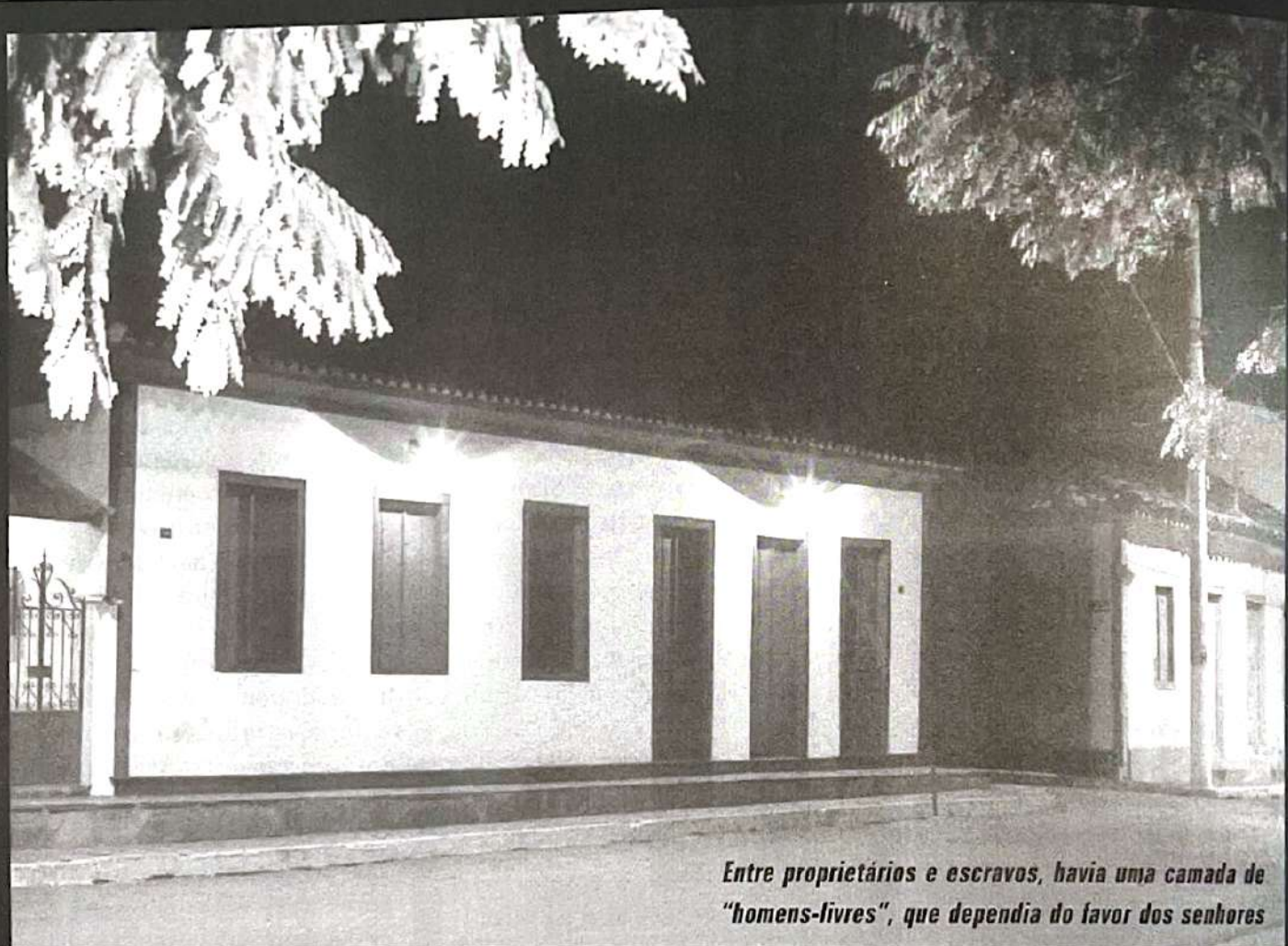
Em Grande Sertão, Rosa inverte a lógica: não é alguém da Costa que explica o Sertão

também adquire valor simbólico, pelo tratamento dado à matéria do sertão: se a história do romance gira em torno da história de lutas entre bandos de jagunços e seus coronéis em sua luta por prestígio e poder; se a história do romance se alimenta da história de Riobaldo e Diadorim; se o sertão está ali, vivo em sua

tido, constantemente para o fabuloso, o leitor às voltas com os Doze Pares de França, ou, ampliando o leque, com a busca eterna pelo Santo Graal, ou com a História da Donzela Guerreira, mas que é, ao mesmo tempo, a lógica que transpassa a vida do sertão. O duplo ilumina, nesse sentido, a nossa percepção do ser-

ladino e esperto, a rememorar a sua vida dizendo. "O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia".

O duplo como iluminação do mundo sertanejo, nesse diálogo-monológico ou monólogo-dialógico do sertão com a Costa, representada pelo doutor que ouve



Entre proprietários e escravos, havia uma camada de "homens-livres", que dependia do favor dos senhores

concretude histórica, social e geográfica, tudo vem envolto por uma forma que o torna, de um lado, fabuloso, jogando-o, de um lado, para o plano do lendário, do mítico e, de outro, de volta para o sertão, não o sertão visto da Costa, mas o sertão-sertão, com seu imaginário, costumes, crenças, religiosidade, códigos de conduta provindos de priscas eras, da conquista, mesma, desse sertão. Essa forma, que duplica e reduplica constantemente os eventos do romance, é a do romance de cavalaria, de origem ibérica, que tinha vigência, no entanto, nesse mesmo sertão. O romance nos transporta, nesse sen-

tão: ele é o que nos diz a historiografia, de vertente analítica lógico-racional – fator, inclusive, que nos permite a sua leitura dentro da tradição de ancoragem urbana, sendo o itinerário de Riobaldo inclusive mapeável, do ponto de vista geográfico – mas também é o seu reverso, pelo seu lado fabuloso, lendário, atingido por sua lógica construtiva ancorada numa cosmovisão mítico-sacral, duas visões que afinal, irão se enfrentar no duelo final, o da própria angústia de Riobaldo, a se situar, como jagunço-letrado, entre o viver enquanto jagunço, e o inquirir enquanto fazendeiro e narrador

e anota mas não fala: esse percurso se completa na própria linguagem utilizada por Guimarães Rosa, entre o dialeto caboclo-sertanejo e a língua culta urbana, linguagem possibilitada também por esse lugar duplo que o narrador ocupa, entre o manejo do linguajar caboclo-sertanejo, e a sua própria, de Riobaldo, cultura minimamente letrada. O substrato é o dialeto, mas a sua transfiguração é erudita, o que nos permite a própria leitura, e a própria percepção do substrato sertanejo, embora, sempre, e mesmo assim, eu recomende que se leia, pelo menos, um trecho em voz alta: é romance para ser

Podemos indagar: de onde Guimarães Rosa tirou tudo isso?



lido, mas também ouvido, até para que se possam perceber as “manhas” do nosso narrador. Entre a “simples” leitura de gabinete, típica do homem urbano, e a oralidade pura do sertão, talvez fosse interessante se pensar na “recitação”, modo meio enfático de se ler, e ouvir, o torneio sintático, a construção frasal e vocabular do texto João Guimarães Rosa, modo de se habituar a ler, também duplamente, o sertão.

Dito isso, de maneira também um pouco ardilosa, para indicar caminhos de leitura, enquanto se os nega para não tirar o gosto da leitura mesma, poderíamos indagar: mas de onde Guimarães Rosa tirou tudo isso? Indico, aqui, apenas alguns pontos, de forma, aliás, bastante sucinta, que, imagino, poderiam encaminhar uma resposta minimamente plausível à questão: a vivência/ experiência formativa, pessoal, de Guimarães Rosa no sertão; o seu contato direto, consequência disso, com a cosmovisão, a cultura, a linguagem caboclo-sertaneja, possibilitado inclusive por sua condição de médico de Interior; e o seu périplo pelos sertões, com as suas famosas cadernetas a tiracolo, em que anotava suas observações sobre a linguagem, a flora, a fauna, histórias e roteiros geográficos percorridos... Mas é preciso somar a isso, possivelmente, também as aquisições de leituras, como as da narrativa de temática agrária tradicional; ou, mais diretamente, a leitura cuidadosa da obra de Euclides da Cunha, com suas contradições/ambigüidades que “fecham” e “abrem” os sertões para novas leituras. Sem esquecer, também, a leitura dos romances de cavalaria, que circulavam no sertão, como o já citado A história de Carlos Magno e de seus Doze Pares de França. A isso, pode-se acrescentar, de outra parte, as aquisições retiradas às vanguardas da primeira metade

do séc. XX, com suas descobertas/invenções narrativas, linguísticas, formais. Acrescente-se, a tudo isso, a própria releitura que Rosa faz de si mesmo, reescrevendo, em Grande sertão: veredas, o conto “A hora e a vez de Augusto Matraga”, de Sagarana, tido, o conto, por muitos como a matriz do grande romance de Rosa. Ali já se encontra, por exemplo, a dialética entre o Bem e Mal, um transmutando-se no outro, e se encontra a personagem Joãozinho Bem-Bem, um dos heróis de Grande sertão: veredas...

Em síntese, acredito que foi a partir da vivência/experiência do sertão mesmo; do conhecimento da tradição ibérica; da leitura, meio na contramão, da tradição literária local, ao lado da tradição de ruptura manifestada pela narrativa ocidental da primeira metade do século XX, que Guimarães Rosa pôde se armar para escrever esse romance-epopéia encarnado em pleno sertão brasileiro do séc. XX.

Mas também é preciso dizer que isso tudo sempre esteve, de certa forma, disponível no repertório local e, no entanto, ninguém inovou de forma tão radical nossa visão sobre o sertão brasileiro. Talvez seja, aqui, o momento de se voltar um pouco à história da formação social brasileira, e lembrar que os anos 50, depois dos anos 30, representaram um brutal processo de modernização da sociedade, a invadir o sertão de modo irremediável. O romance é de 1956, ano em que, justamente, se iniciava o símbolo maior de nosso projeto desenvolvimentista-modernizante: a construção de Brasília, nos sertões do Brasil central. A pre-

tendida modernidade não se realizou, bem o sabemos. Mas o sertão, como realidade histórica, soçobrou.

Do “arcaico”, restou a sua vingança, talvez. Isto é, restou Grande sertão: veredas, a indicar, através de sua formulação fabulosa e mítica, reforçada inclusive pelo apagamento do tempo histórico real abarcado pelo romance – embora seja possível situá-lo no tempo da República Velha, império do mandonismo local, do coronelismo, dos Riobaldos-fazendeiros – o lamento de um tempo que se foi. Mas também, de outro lado, e daí a vingança, restou a denúncia de um

tempo que não chegou a ser, o de nossa modernidade plena.

Se não há mais sertão, e se a modernidade fracassou, o que nos resta? Servir de espelho, distorcido, da nossa condição periférica, capaz de apontar o dedo, de outra parte, para a brutalidade das economias centrais, e de todo o sistema mundial?

Também para formular essas questões, vale ainda a pena ler alguma literatura. No caso aqui em pauta, Grande sertão: veredas, Brasil...

João Hernesto Weber é professor do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas e do Curso de Pós-Graduação em Literatura da UFSC (Curso de Letras/Centro de Comunicação e Expressão). Doutor em Literatura pela UFRGS, publicou, entre outros livros, A Nação e o Paraíso: construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira (Edufsc)

Se não há mais sertão e a modernidade fracassou, o que nos resta?

Normas para o envio de artigos

Leitores interessados em publicar seus textos na revista Plural devem observar as seguintes normas para envio de artigos

1. Os textos devem conter, preferencialmente, dez laudas (25 mil caracteres). Autores que excederem o limite sugerido serão contactados para considerarem a possibilidade de cortes no texto.
2. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse tipo de material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.
3. As notas e as referências, quando necessárias, devem ser citadas no final do texto, de acordo com as normas da ABNT.
4. Os artigos deverão ser encaminhados em disquete, com uma cópia impressa, digitados no programa Word for Windows. Deve constar nome do autor, profissão/ cargo, local de trabalho, endereço e telefone para contato, assim como um breve resumo de dez linhas sobre o conteúdo do texto.
5. Ilustrações ou fotos poderão ser fornecidas pelos autores, assim como a indicação de pequenos trechos que possam ser destacados dentro do artigo.
6. A revisão dos textos será feita por profissionais contratados pela Apufsc, podendo o autor solicitar uma leitura posterior à revisão.
7. O Conselho Editorial se reserva o direito de aceitar ou rejeitar a contribuição de acordo com a linha editorial da revista e suas finalidades.

Diretoria de Divulgação e Imprensa

Seções da Revista Plural

RESENHAS CRÍTICAS

Serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa da fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, preferencialmente, 100 linhas (aproximadamente 8 mil caracteres).

ESPAÇO PLURAL

Serão aceitas cartas com, no máximo, 40 linhas.

CONTOS E POEMAS

A publicação será definida pelo conselho editorial.

INDICADOR DE LEITURA

Sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades do Sindicato.

PROFESSOR-REPÓRTER

Curto relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como no exterior, relacionadas com a sobrevivência e vida acadêmica nesses locais.

Plural é distribuída gratuitamente para:

- Todos os associados da Apufsc-SSind;
- Todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina;
- Todas as seções sindicais das instituições de ensino superior brasileiras;
- Todos os deputados estaduais catarinenses e
- Todos os vereadores de Florianópolis.



30 anos Apufsc

Os favoráveis à defesa, da autonomia e do caráter público da universidade

manifestem-se



Em 1987, professores lotam RU durante Assembléia de greve, que conquistou a isonomia salarial

Comemoramos 30 anos de Apufsc. Criada como associação de professores, transformou-se em Sindicato como fruto do amadurecimento da concepção de que, para além de apenas congregar os professores, deveria ser uma entidade em defesa da categoria e da Universidade como instituição pública e gratuita.

Na defesa do trabalho docente, a Apufsc escreveu uma história que extrapolou os muros da nossa instituição, adquirindo uma amplitude nacional. Na efervescência política do anos 80, sob a repressão da ditadura militar, tivemos uma participação expressiva na organização dos docentes em torno de uma entidade nacional, a Andes, que nos deu a força política necessária para fazermos o enfrentamento na defesa de melhores condições de trabalho. Nesse sentido, participamos ativamente dos movimentos em defesa de uma carreira docente nacional, com salários compatíveis com a relevância do nosso trabalho e que dessem dignidade à carreira. São frutos dessa luta a existência de uma carreira docente única para todas as universidades federais, o regime de dedicação exclusiva, o direito de se afastar para capacitação, entre outros. O nosso contracheque é um registro histórico dessa luta. Trabalhamos arduamente durante todos estes anos por uma política salarial para as Ifes. Porém, o número elevado de greves registra claramente a dureza desta tarefa e o descaso dos sucessivos governos em reconhecer o papel estratégico do trabalho docente e da própria Instituição. Adicionalmente à atuação política na defesa dos interesses dos docentes, criamos uma infra-estrutura de assessoria jurídica que nos permitiu reaver na justiça questões que, no enfrentamento direto com o governo federal, não conseguimos resolver. São exemplos: a URP, 3,17%, correção do fundo de garantia, entre tantas outras.

Na defesa da Universidade Pública e Gratuita também escrevemos uma história à altura da dignidade do trabalho docente. Destaca-se, nesse sentido, a defesa da autonomia universitária, garantida pelo texto constitucional, mas agredida e negada no nosso dia-a-dia. O elevado e inaceitável número de professores substitutos que beira os 30% na média nacional é o exemplo mais contundente dessa agressão à autonomia universitária, que torna precárias as condições de funcionamento e avilta o trabalho docente. Também faz parte da nossa trajetória a luta pela

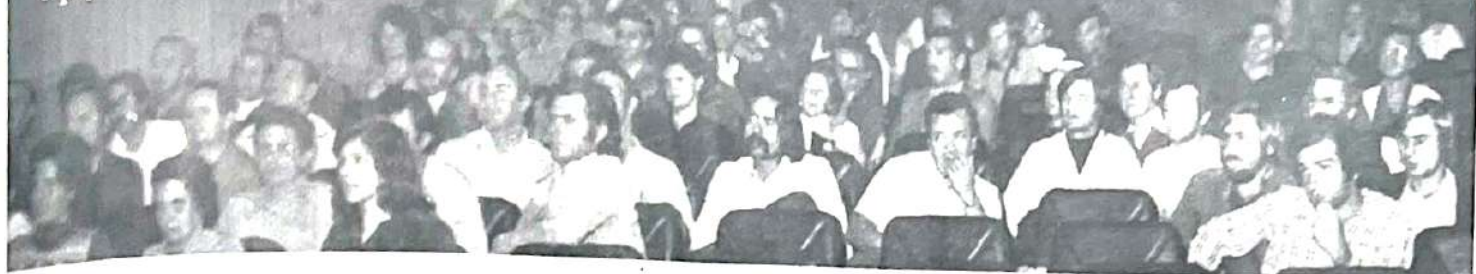
democratização interna da Universidade, caracterizada pela defesa de eleições para reitor, diretores de centro e chefes de departamento, dando à comunidade universitária o poder de decidir quais caminhos devem ser trilhados. Tivemos participação importante na discussão nacional e construção de um projeto de LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira) que atendessem aos princípios defendidos pelo movimento docente, o qual, infelizmente, foi atropelado pelas manobras políticas da época.

Cabe aqui destacar que a defesa do trabalho docente pela Apufsc, de sua dignidade e relevância para o Estado Brasileiro, sempre foram articulados com a defesa da Universidade Pública e Gratuita. Pois temos firme convicção de que somente como tal a nossa Instituição e o nosso fazer docente poderá contribuir não apenas para o desenvolvimento científico e tecnológico, estratégicos na garantia da nossa soberania, como também para o desenvolvimento social e cultural do país. Defendemos historicamente um modelo de universidade que seja capaz de estudar, discutir e propor soluções dentro de um leque amplo de interesses da sociedade brasileira e não apenas aqueles ligados aos interesses econômicos de uma elite que mantém o país refém de uma desigualdade social recordista no plano mundial. Neste modelo, não há espaço para qualquer iniciativa baseada na concepção de que a Universidade é uma empresa. Nossa trajetória de luta durante estes 30 anos foi marcada pela visão de que o nosso trabalho é artesanal, não visa produzir em série, envolve a formação da consciência de cidadania em nossos alunos para que sejam profissionais que saibam entender a realidade do seu país e exerçam a sua profissão a partir dela e para ela.

Por fim, mesmo reconhecendo as batalhas perdidas ao longo dos 30 anos e que modificaram visivelmente as feições da nossa UFSC (vide os imponentes edifícios que representam muitas vezes interesses estranhos à comunidade universitária), temos a certeza de que há muito para comemorar. Afinal, apesar de todas as investidas, ainda somos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, pública e gratuita, nossa vitória maior.

Professor Carlos Henrique Lemos Soares, presidente da Apufsc, gestão 2004-2006

Assembléia de fundação da
Apufsc, em 24 de junho de 1975



75, a fundação

A Associação dos Professores da UFSC foi criada em 24 de junho de 1975. Ainda hoje, muito se discute sobre o contexto de sua criação. Teria sido criada apenas para defender o interesse corporativo dos professores? Teria sido criada para mobilizar e liderar uma campanha de enfrentamento contra o governo da ditadura militar? Ou seria apenas uma associação cultural com a responsabilidade de organizar festas e jogos para os professores associados? Certo é que 1975 foi um ano difícil para a população brasileira: estava em vigor a fase mais opressora do governo militar e na universidade não seria diferente. O AI-5 e o decreto 477 eram os instrumentos legais utilizados pelo governo para controlar também os professores. Os trabalhadores estavam proibidos de fazer greves ou qualquer outro tipo de manifestação e uma resolução do Conselho Universitário dizia que "os cartazes, quadros, dísticos, faixas e tudo o que mais contenha serão submetidos à censura prévia da direção de cada unidade."

O contexto político, nas palavras de Hamilton Schaefer, o primeiro presidente

"Em 1970, quando houve a reforma da universidade, surgiu um novo estatuto, e esse estatuto previa uma estrutura mais democrática para a instituição. Apesar da ditadura, a estrutura era mais democrática. A chefia do departamento deveria ser eleita, os diretores de centro também deveriam ser eleitos, de acordo com o estatuto, mas o reitor tinha um poder praticamente absoluto. O artigo 234 do estatuto dizia o seguinte: 'O reitor poderá tomar as medidas necessárias à implementação da reforma universitária.' Então, ele baixava uma norma e aquela norma passava a vigorar imediatamente, até que o estatuto e o regimento fossem aprovados. Mas eles nunca eram aprovados. Então, o reitor passava a ter esse poder muito grande. E o engraçado é que, embora o estatuto fosse claro (o artigo 82 dizia que deveria haver eleição para a chefia de departamentos, tinha que ser um professor titular, eleito pelos seus pares), o reitor, quando fez suas nomeações na implantação da reforma na universidade, em primeiro de janeiro de 1970, nomeou por portaria todos os chefes de departamentos e diretores de centro."



A 1ª eleição direta

Uma entidade que nasceu lutando por democracia não poderia continuar elegendo seus diretores simplesmente por aclamação. Além disso, era uma forma de pressionar o regime a trocar o autoritarismo das indicações pela livre liberdade de escolha de seus representantes. Realizou-se então a primeira eleição direta para a diretoria da Apufsc, isso em 1978. Várias chapas tentaram se inscrever, mas somente uma teve condições legais de se registrar. A chapa "Luta e Independência", encabeçada pelo professor Osvaldo de Oliveira Maciel, foi eleita e obteve 252 votos, de um total de 277 votantes.

Democracia na Universidade

A Apufsc sempre lutou pela eleição para reitor, diretores de centros, chefes de departamentos, coordenadores de cursos e representantes da comunidade universitária em todos os conselhos da universidade. Cabe lembrar que antes isso não ocorria, pois o reitor, nomeado pelo presidente da república, fazia também suas indicações.

14 Jornal
Universitário

NOTÍCIAS

DIA DOS PROFESSORES: FESTA E POSSE

O Dia dos Professores foi devidamente comemorado pela Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. No dia 13, às 17 hs, na Igreja da Trindade, foi celebrada missa em Ação de Graças, oficiada pelo Pe. Paulo Bratti. No dia 14, no Centro de Desportos da UFSC foi realizado torneio de Futebol de Salão Inter-Centros e houve também atividades recreativas para crianças de 6 a 12 anos. Às 12 horas churrasco e posse da nova Diretoria que ficou assim constituída: presidente: Osvaldo de Oliveira Maciel; vice-

presidente: Jorge Lorenzetti; diretor administrativo: Carlos Luiz Ribeiro do Carmo; diretor administrativo adjunto: Teresinha Gashor; diretor financeiro: Luiz Henrique W. Verani; diretor financeiro adjunto: Luiz Jairo Machado. Para Conselho Deliberativo - titulares: Ayrton Roberto de Oliveira; Felipe Felício; Fernando N. Snizek; José Alves; Jaimor Guimarães Collaço; Longhinho Machado da Costa Leal; Milton Machado Valente, Silvio Coelho dos Santos, Silvio Monteiro Junior, Virginia de

Figueiredo e Silva. Suplentes: Djalma Lebarbechon, José Erno Taglieber, Elói Tavares Neto, Remy Jose Fontana, Luiz Fernando Scheibe. Para o Conselho Fiscal - titulares: Arno Bolmann, Célio Espíndola e Zuleika Mussi Lenzi. Suplentes: Maria Helena Almança, Ricardo Nunes, Tanira Piacentini. E diretora de promoções artísticas e culturais Edda Arzun Ferreira, e suplente Vera Bazzo, Diretor de Promoções Esportivas: Vilmo F. Farias. Diretor de Imprensa Neri dos Santos e Antônio M. Wsny.



1ª Diretoria eleita pelo voto direto

Presidente – Osvaldo Maciel (CCB)
Vice-presidente – Raul Guenther (CTC)
Secretário Geral – Neri dos Santos (CTC)
1ª Secretária – Iná Machado Campos (CCH)
Tesoureiro Geral – Ubaldo César Balthazar
1º Tesoureiro – Jonas Salomão Spricigo
Diretor de divulgação e imprensa – Pedro de Oliveira Guimarães Neto (CCB)
Diretor de Promoções Culturais e

científicas – Marli Auras (CED)
Diretor de promoções sociais e esportivas – Airody Pinheiro dos Santos (CDS)

CONSELHO FISCAL
Miguel Pedro Guerra (CCA)
Antonio Bento Filho (CTC)
Ricardo José Nunes (CFM)
Ademar de Souza (CCB)
Isolde de Souza (CCE)
Mariléia Martins L. Caruso (CCH)

INDEPENDÊNCIA E LUTA

PROFESSOR

- Luta pela valorização da educação brasileira
- Luta pela democratização da universidade
- Luta pela consolidação e ampliação do movimento dos professores da UFSC
- Luta pelo desenvolvimento científico, cultural, social e esportivo da comunidade universitária
- Luta por melhores condições de vida e de trabalho na UFSC

este é o caminho

80, a 1ª greve das Federais Autárquicas



Com a participação de 395 professores, assembleia realizada no dia 17 de novembro de 1980 decidiu pela adesão da UFSC à greve nacional

Defasagem salarial, verbas escassas e controle ideológico foram os estopins

Segundo dados do Dieese, a inflação de 1980 caminhou para 90%. O salário dos professores estava reduzido a 1/3 do que ganhavam em 1970, e a verba destinada à educação era de somente 4,28% do orçamento geral da União. Para completar a revolta dos professores, o governo decretou um reajuste salarial de apenas 56% para a categoria, e ao mesmo tempo premiou os militares com 75% de aumento. Agregam-se a isso outros problemas, como o controle ideológico exercido pelo regime, o quadro permanente que não absorvia o grande número de professores colaboradores, auxiliares de ensino e visitantes e a distribuição do poder interno nas universidades, que não podiam eleger democraticamente chefes de departamentos, diretores de centro ou reitores.

Essa talvez tenha sido a greve mais importante do Movimento Docente Brasileiro. Foi a primeira greve nacional realizada pelo Movimento e a primeira greve dos Servidores Públicos no regime militar. Os funcionários públicos estavam proibidos de fazer greve pela lei 4330 de 1º de junho de 1964. O Ato Institucional nº 05 (AI-5), que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, garantia ao governo militar "poderes excepcionais ao executivo para decretar o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, bem como a intenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas pela Constituição, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e das garantias de habeas-corpus nos casos de crimes políticos..." Mesmo recentemente revogado (1979), a sombra do AI-5 ainda se fazia presente na cabeça de todo brasileiro. Dentro da Universidade, o decreto lei nº 477 previa a expulsão dos estudantes, por três anos, e dos professores e funcionários, por cinco anos, que participassem de atividades "subversivas" — sem explicitar o que seria isso. Revogado também em 1979, deixara um cheiro de medo, fácil de identificar nos corredores das universidades.

Éramos colegas, hoje somos companheiros

Criação da Andes

A criação da entidade nacional dos docentes do ensino superior é o passo mais importante dado pelos professores desde a criação das associações de docentes, porque é uma inflexão qualitativa num movimento que se pautava em reivindicações conduzidas setorialmente (mesmo que em nível nacional), como a recente greve das autarquias federais e que agora passam a propostas ao nível do estado, ao nível de direitos do trabalhador e não de concessões do governo. Isto é um fenómeno novo: a greve das autarquias, exigindo, ao lado de aumento salarial, um projeto de carreira para o magistério, já apontava nessa direção. Esta exigência de expressão política a ser conferida a reivindicações no plano social é a grande conquista que o movimento das associações de docentes apontou, e que requer agora atenção multiplicada.

O texto acima foi publicado na *Folha de S. Paulo*, em 1º de março de 1981, assinado pelo professor Wolfgang Leo Maar, na época vice-presidente da ADUFSCAR.



Maciel deixa a APUFSC mas avisa: pode haver greve

O primeiro jornal do Andes foi produzido na sede da Apufsc e informava sobre a criação da entidade

ANDES

CRIADA A NOSSA ENTIDADE NACIONAL

A criação da ANDES

Desde 1971 os docentes do Ensino Superior do Brasil vêm lutando por uma entidade nacional. Desde então, a luta tem sido constante. Em 1971, a primeira reunião de docentes de nível nacional ocorreu em São Paulo, com a participação de representantes de 12 entidades estaduais. Desde então, a luta tem sido constante. Em 1971, a primeira reunião de docentes de nível nacional ocorreu em São Paulo, com a participação de representantes de 12 entidades estaduais. Desde então, a luta tem sido constante.

Primeira Diretoria da Andes

Presidente: Osvaldo Maciel
Vice-presidente: Agamenom de Almeida
2º Vice-presidente: Laurindo Leal Filho
Secretário Geral: Luiz Pinguelli Rosa
1º Secretário: Newton Lima Neto
2º Secretário: Flávio Valente
1º Tesoureiro: Mindé Menezes
2º Tesoureiro: Francisco Alves
Vice-Presidente Regional Sul: Sérgio Pires
Vice-Presidente Regional SP: Carlos Baldijão

Vice-Presidente Regional RJ: João Ferreira Filho
Vice-Presidente Regional Leste: Renato Ortiz
Vice-Presidente Regional Centro Oeste: Marco Antonio Leite
Vice-Presidente Regional Nordeste I: Amundson Portella de Holanda Cavalcanti
Vice-Presidente Regional Nordeste II: Rubens Pinto Lyra
Vice-Presidente Regional Nordeste III: Arlindo Raposo
Vice-Presidente Regional Norte: Carlos Tomaz

Diretorias da Apufsc

1975-1976

Presidente: Hamilton Nazareno Ramos
Schaefer
Vice-Presidente: Carlos Humberto
Pederneras Corrêa
Diretor Administrativo: Rodi Hickel
Diretor Administrativo Adjunto: Jane
Iara Pereira da Costa
Diretor Financeiro: Sérgio Roberto
Arruda
Diretor Financeiro Adjunto: Almir
Clemente Cunha
Diretor Esportivo e Social: Ernesto Vahl
Filho

Conselho Deliberativo — Titulares:

- Nereu do Vale Pereira
- Telmo Vieira Ribeiro
- Maria Carolina Galloti Koerig
- Irge Tzauchel
- Glauco Olinger
- Paulo Fernando Lago
- Jaime Oltramari
- Geraldo Vieira
- Abelardo Rupp
- Osni Lisboa

Conselho Deliberativo — Suplentes:

- Valmor Silva
- Luiz Fernando Scheibe
- Maria Conceição Rodrigues
- Alberto Odon May
- Roberto Grillo Cúneo

Conselho Fiscal — Titulares:

- Miroslau Wolowski
- Antonio A. Lisboa
- Roldão Consoni

Conselho Fiscal - Suplentes:

- Luiz Fernando Fauz
- Nivaldo Nuernberg
- Derivaldo Cardoso

1976 – 1978

Presidente: Ernesto Vahl Filho
Vice-Presidente: Carlos Humberto
Pederneras Corrêa
Diretor Administrativo: Waldir José da
Silva
Diretor Administrativo Adjunto: Maria
Helena Cordeiro Balster
Diretor Financeiro: Ronaldo Luiz
Schereiner
Diretor Financeiro Adjunto: Osni Lisboa

Conselho Deliberativo — Titulares:

- Hamilton Nazareno R. Schaefer

- Rodi Hickel
- Nereu do Vale Pereira
- Telmo Vieira Ribeiro
- Maria Carolina G. Koerig
- Glauco Olinger
- Paulo Fernando Lago
- Jaime Oltramari
- Geraldo Vieira
- Abelardo Rupp

Conselho Deliberativo — Suplentes:

- Valmor Silva
- Nildo Sell

- Maria Conceição Rodrigues
- Alberto Odon May
- Roberto Grillo Cúneo

Conselho Fiscal — Titulares:

- Miroslau Wolowski
- Antonio A. Lisboa
- Roldão Consoni

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Luiz Fernando Fauz
- Nivaldo Nuernberg
- Honorato Tomelin

1978 – 1980

Presidente: Osvaldo de Oliveira Maciel
Vice-Presidente: Jorge Lorenzetti
Diretor Administrativo: Carlos Luiz
Ribeiro do Carmo
Diretor Administrativo Adjunto: Terezinha
Gascho
Diretor Financeiro: Luiz Henrique W.
Verani
Diretor Financeiro Adjunto: Luiz Jairo
Machado

Conselho Deliberativo — Titulares:

- Ayrton Ribeiro de Oliveira

- Alcides Rabello Coelho
- Fernando N. Snizec
- José de Pinho Alves
- Jaimor G. Collaço
- Longuinho M. da Costa Real
- Milton L. Valente
- Silvio Coelho dos Santos
- Silvio Monteiro Junior
- Virgínia de F. e Silva

Conselho Deliberativo — Suplentes:

- Jaime Lebarbechon
- José Erno Taglieber

- Roberto Sühnel
- Remy José Fontana
- Luiz Fernando Scheibe

Conselho Fiscal — Titulares:

- Arno Bolmann
- Célio Espindola
- Zuleika M. Lenzi

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Maria Helena Almança
- Ricardo Nunes
- Tanira Piacentini

1980 - 1982

Presidente: Osvaldo de Oliveira Maciel
Vice-Presidente: Raul Guenther
Secretário Geral: Neri dos Santos
1ª secretária: Iná Machado Campos
Tesoureiro Geral: Ubaldo César
Balthazar
1º Tesoureiro: Jonas Salomão Spricigo

Diretoria de divulgação e imprensa: Pedro
de O. Guimarães
Diretoria de Promoções Culturais e
Científicas: Marli Auras
Diretoria de Promoções Sociais e
Esportivas: Airody Pinheiro dos Santos
Conselho Fiscal — Titulares:

- Miguel Pedro Guerra
- Antonio Bento Filho
- Ricardo José Nunes

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Ademar de Souza
- Isolda de Souza
- Mariléia Martins L. Caruso

1982 - 1984

Presidente: Raul Guenther
Vice-Presidente: Getúlio Dornelles Larratêa
Secretário Geral: Maria Teresinha Paulilo
1ª secretária: Anamaria Beck
Tesoureiro Geral: Jonas Salomão Spricigo
1º Tesoureira: Maria Conceição de F. Cardoso Silva
Diretoria de divulgação e imprensa:
- Ailton Kanitz
- Ênio Luiz Pedrotti
Diretoria de Promoções Culturais e Científicas: Célio Espindola
Diretoria de Promoções Sociais e Esportivas:
- João José Piacentini
- Oscar José Archer

Conselho Fiscal — Titulares:
- Vilmo Francisco de Faria
- Ronaldo da Silva
- Marli Auras

Conselho Fiscal — Suplentes:
- Edegar Buzanello
- Armando Lisboa
- Tânia Regina Ramos

1984 - 1986

Presidente: Hamilton Carvalho de Abreu
Vice-Presidente: Talmir Duarte da Silva
Secretário Geral: Maria Teresa Leopardi
1ª secretária: Edla Maria Faust Ramos
Tesoureiro Geral: Luiz Henrique W. Verani
1º Tesoureira: Carlos Alberto Franca Dantas
Diretoria de divulgação e imprensa: Amazile de Holanda Vieira
Diretoria de Promoções Culturais e Científicas: Lore Fortes
Diretoria de Promoções Sociais e Esportivas: Dino Zaneti

Conselho Fiscal — Titulares:
- Clarice Loguerio L. Luz
- Norberto Suhnel
- Carlos Eduardo A. Pinheiro

Conselho Fiscal — Suplentes:
- Bartira Cabral da Silveira Grandi
- Edna Garcia M. Fiod
- José Francisco D. de G. C. Fletes

1986 - 1988

Presidente: Luiz Henrique W. Verani
Vice-Presidente: Armando de Pádua Fiuza
Secretário Geral: Antonio C. B. dias
1ª secretária: Ricardo Tramonte
Tesoureiro Geral: Mariano Moreira
1º Tesoureira: César Zucco
Diretoria de divulgação e imprensa: Maria Helena Almança
Diretoria de Promoções Culturais e Científicas:
- Maria de Lourdes Krieger
Diretoria de Promoções Sociais e Esportivas:
- Nelson Aguiar

Conselho Fiscal — Titulares:
- Cremilde Campelli
- Norberto Etges
- Ernesto Raivek Neto

Conselho Fiscal — Suplentes:
- Antonio Farias Filho
- Laura M. Huebner
- Norberto Cervemay

1988 - 1990

Presidente: Edmundo Lima de Arruda Júnior
Vice-Presidente: Vera Lúcia Bazzo
Secretário Geral: Milton Divino Muniz
1ª secretária: Paulo Emilio Lovato
Tesoureiro Geral: Marco Aurélio Da Ros
1º Tesoureira: Clarilton Ribas
Diretoria de divulgação e imprensa: Maria Odete dos Santos
Diretoria de Promoções Culturais e Científicas: Nelma Baldin
Diretoria de Promoções Sociais e Esportivas: Dani Ribeiro Thames

Conselho Fiscal — Titulares:
- Corália Piacentini
- Edda A. Ferreira
- Acires Dias

Conselho Fiscal — Suplentes:
- Bartira Cabral da Silveira Grandi
- Jonas Salomão Spricigo
- Miriam C. Alles

1990 - 1992

Presidente: Marco Aurélio Da Ros
Vice-Presidente: Albertina Outra Silva
Secretária Geral: Doroti Martins
1ª secretária: Maria Beatriz Shiozawa
Tesoureiro Geral: Paulo Pinheiro Machado
1º Tesoureira: Nilton O. Cunha
Diretoria de divulgação e imprensa: Armi Maria Cardoso
Diretoria Cultural: Vera Lúcia Bazzo
Diretoria Sócio - Esportiva: Lara Regina Damiani de

Oliveira
Conselho Fiscal — Titulares:
- Roberto Samohyl
- Ricardo Nunes
- César A. Butignol

Conselho Fiscal — Suplentes:
- Ary César Minella
- Márcia P. Hofmann
- Tânia R. O. Ramos

1992 - 1994

Presidente: Bernardete Wrublevski Aued
Vice-Presidente: Anamaria Beck
Secretário Geral: Gerônimo W. Machado
1ª secretária: Eloisa R. Oliveira
Tesoureiro Geral: Gelson R. de Albuquerque
1º Tesoureira: José A. Ribas Ribeiro
Secretaria de Divulgação e Imprensa: Osni Jacó da Silva
Secretaria de cultura: Maria da Graça Nóbrega Bollman
Secretaria de Esporte: Jonas Spricigo

Conselho Fiscal — Titulares:
- Altamir Dias
- Ubaldo C. Balthazar
- Lara R. de Oliveira

Conselho Fiscal — Suplentes:
- Márcia P. Hofmann
- Doroti Martins
- Sônia G. Carobrez

1994 - 1996

Presidente: Osni Jacó da Silva
 Vice-Presidente: Anamaria Beck
 Secretário Geral: Waldir José Rampinelli
 1º Secretário: Suzana Célia Scramim
 2º Secretário: Anamaria Beck
 Tesoureiro Geral: Antonio Carlos Machado da Rosa
 1º Tesoureiro: Giovanni de Lorenzi Pires
 2º Tesoureiro: Vera Maria Ribeiro Nogueira
 Diretor de Divulgação e Imprensa: Fernando Ponte
 Vice-dir. de div. e imprensa: José Gonçalves de Medeiros
 Diretor de promoções culturais e científicas:
 José Soares Gatti Junior
 Vice-d. prom. culturais e cient.: Maria Esmênia Gonçalves
 Diretora de promoções sociais e esportivas:
 Ana Conceição D. Sieveking
 Diretora de Política Sindical: Bernardete W. Aued
 Diretor de Relações Institucionais: Milton Divino Muniz
 Diretor de aposentados: Antônio Carlos Scaramello

Conselho Fiscal — titulares:

- Carlos Brisola Marcon
- João José Piacentini
- Albertina Dutra Silva

Conselho fiscal — suplentes:

- Márcia Pattersen Hoffmann
- Maria Beatriz Shiozawa
- Frederico F. Souza Cruz

1996 - 1998

Presidente: Milton Divino Muniz
 Vice-presidente: Magaly Mendonça
 Secretária Geral: Albertina Dutra Silva
 1º Secretário: João Eduardo P. Bastos Lupi
 2º Secretário: Carlos Soares
 Tesoureiro Geral: Vera Maria R. Nogueira
 1º Tesoureira: Edna Maciel Fiod
 2º Tesoureira: Regina Carvalho
 Diretor de Divulgação e Imprensa: Valmir José Oléas
 Vice-diretor de divulgação e imprensa: Ary César Minella
 Diretor de Promoções Culturais e Científicas: José Alvim
 Vice-diretor de promoções culturais e científicas: Ana Brancher
 Diretor de promoções sociais: Américo Ishida
 Diretor de Relações Institucionais: Clair Castilhos Coelho
 Diretor de Política Sindical: Idaletto M. Aued
 Diretor de Assuntos dos Aposentados: Corália Piacentini

Conselho fiscal — Titulares:

- Marco Da Ros
- Osni Jacó da Silva
- Waldir José Rampinelli

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Tanira Piacentini
- Bartira Grandi
- José Gatti

1998 - 2000

Presidente: Corália Piacentini
 Vice — Presidente: Milton Divino Muniz
 Secretário Geral: Valmir José Oléas
 1º Secretário: Gerônimo Wanderlei Machado
 2º Secretário: Selvino José Assmann
 Tesoureira: Regina Carvalho
 1º Tesoureira: Vera Maria Ribeiro Nogueira
 2º Tesoureiro: Aurélio Celeste
 Diretor de Divulgação e Imprensa: Anamaria Beck
 Vice-Dir. de Divulgação e Imprensa: Máio Aguiar Teixeira
 Diretor de Promoções Culturais e Científicas: Maria Helena Almança
 Vice-Dir. de Prom. Culturais e Cient.: Silvia Zanatta Da Ros
 Diretora de Promoções Sociais: Elza Costa Netto Muniz
 Diretor de Relações Institucionais: Norberto Rech
 Diretoria de Política Sindical: Edna Garcia Maciel Fiod
 Diretora de Assunto dos Aposentados: Maria Esmênia Gonçalves

Conselho Fiscal — Titulares:

- Idaletto Aued
- Virginia Figueredo e Silva
- Sandra Maria Bayerstoff

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Antônio de Miranda Wosni
- Andréia Zanella
- Alexandre Verzani Nogueira

2000 - 2002

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo
 Vice-Presidente: Doroti Martins
 Secretário Geral: Maria Odete dos Santos
 1º Secretário: José Gonçalves Medeiros
 2º Secretário: Carlos Eduardo dos Reis
 Tesoureiro Geral: Danuza Meneghello
 1º Tesoureira: Roberta Pires de Oliveira
 2º Tesoureira: Sônia Laus
 Diretor de Divulgação e Imprensa: Fábio Lopes da Silva

Vice- Diretor de Divulgação e Imprensa: Fernando Ponte
 Diretor de Promoções Culturais e Científicas: Américo Ishida
 Vice- Diretor de Promoções Culturais e Científicas:
 - Maurício Roberto da Silva
 Diretora de Promoções Sociais: Fábio Pinto
 Diretor de Relações Institucionais: Pedro Antônio Vieira
 Diretor de Política Sindical: Paulo Tumolo
 Diretora de Assuntos dos Aposentados: Valmir Martins

Conselho Fiscal — Titulares:

- Raul Guenther
- Marcos Ribeiro Ferreira
- Nildo Ouriques

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Tereza Cristina P. Barbosa
- Acires Dias
- Iara Regina Damiani

2002 - 2004

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo
 Vice-Presidente: Osvaldo de Oliveira Maciel
 Secretária Geral: Magaly Mendonça
 1ª Secretária: Anamaria Beck
 Tesoureiro-Geral: Carlos Henrique Lemos Soares
 1º Tesoureiro: Félix Pedro Q. Gomez
 2º Tesoureiro: Altamir Dias
 Diretora de Divulgação e Imprensa: Tanira Piacentini
 Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa: Rafael Camorlinga

Alcaraz

Diretora de Promoções Culturais e Científicas: Alai Garcia Diniz
 Vice-Diretor do Promoções Culturais e Científicas: José Ernesto de Vargas
 Diretor de Promoções Sociais: Danilo Wilhelm Filho
 Diretor de Política Sindical: Clarilton Ribas
 Diretora de Relações Institucionais: Maria da Graça Bollmann
 Diretora de Assuntos dos Aposentados: Maria Helena Almança

Conselho Fiscal — Titulares:

- Bartira Cabral da Silveira Grandi
- Nádia Maria Novais Luna
- Alberto Elvino Franke

Conselho Fiscal — Suplentes:

- Luiz Sérgio Philippi
- César Augusto Pompeo
- Maria Terezinha Silveira Paulilo

Quadro de greves

Tempo de duração: 26 dias (16/11 a 11/12)

Atores envolvidos: Professores de 19 Universidades Autárquicas e 7 Escolas Isoladas. Como ainda não existia um sindicato nacional, a greve foi dirigida por uma coordenação nacional de AD's.

Presidente da República: General João Batista Figueiredo

Ministro da Educação: Professor Eduardo Portella

Reitor da UFSC: Ernani Bayer

Presidente da Apufsc: Osvaldo de Oliveira Maciel

Principais Reivindicações: Reajuste de 48% retroativo a março de 1980; implementação de reajuste semestral de salários; envio ao Congresso Nacional do anteprojeto de Carreira do Magistério; revogação da lei 6733, que determinava a nomeação de reitores pelo Presidente da República; 12% do orçamento da União para a educação.

Resultado: Aprovação de decreto estabelecendo novos planos de carreira para o magistério superior e para o magistério de 1º e 2º graus das IFES Autárquicas e reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 81 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os servidores.

Greve de 1980

Tempo de duração: 32 dias (09/06 a 20/06)

Atores envolvidos: Pela primeira vez o movimento dos professores articulou-se em uma greve conjunta com os Servidores Públicos Federais.

Presidente da República: João Batista de Oliveira Figueiredo

Ministro da Educação: Esther Figueredo

Presidente do Andes: Luiz Pinguelli Rosa

Reitor da UFSC: Ernani Bayer

Presidente da Apufsc: Raul Güenther

Principais reivindicações:

- Reposição salarial, 70% a partir de 1º de maio de 1983;
- Reajuste semestral, no mínimo igual ao INPC, a partir de novembro de 1983;
- 13º salário para estatutário;
- Direito a sindicalização;
- Estatuto para o servidor público.

Resultado: Esse foi o reconhecimento da educação superior como serviço público federal e dos professores como Servidores Públicos Federais. 800 mil servidores públicos paralisados. Após dias de paralisação, a greve encerrou-se sem o governo abrir qualquer perspectiva de negociação.

Greve de 1983

Greve de 1984

Tempo de duração: 84 dias (15/05 a 07/08)
Atores envolvidos: professores de 19
Universidades Autárquicas e 8
Escolas Isoladas. Adesão dos técnico
administrativos.

Presidente da República: João Batista de
Oliveira Figueiredo
Ministro da Educação: Esther Figueiredo
Ferraz

Presidente da Andes: Luiz Pinguelli Rosa

Reitor da UFSC: Ernani Bayer

Presidente da Apufsc: Raul Güenther/
Hamilton Abreu - em exercício

Principais Reivindicações: reposição de
64,8% retroativo a janeiro de 1984;
13º salário para
estatutários (funcionários públicos) e
quinqüênios para celetistas (CLT);
pisó, de 3 salários mínimos para
servidores; verbas para
financiamento das IES.

Resultado: suspensão da greve por
esgotamento das negociações; corte
dos salários em 01/08/1984;
formação de uma "Comissão de Alto
Nível" no Congresso para reabrir



Greve de 1987



Tempo de duração: 44 dias (25/03 a 07/05)
Atores envolvidos: professores de 45 IFES,
incluindo autarquias e fundações.

Presidente da República: José Sarney

Ministro da Educação: Jorge Konder
Bornhausen

Presidente do Andes: Newton Lima Neto

Reitor da UFSC: Rodolfo Joaquim Pinto da
Luz

Presidente da Apufsc: Luiz Henrique
Verani

Principais Reivindicações: defesa do ensino
público e gratuito; carreira única para
docentes das IFES; isonomia salarial
plena aos docentes de autarquias e
fundações; aposentadoria integral;
revogação de decreto proibindo a
contratação de pessoal; verbas de OCC
(14,5 bilhões de cruzados) para
retornar aos índices de 1973 e mais
5,8 bilhões para retornar o pleno
funcionamento das IFES.

Resultado: o Congresso aprova lei acordada
com o movimento docente, criando o
Plano Único de Classificação e
Redistribuição de Cargos e Empregos,
unificando o regime jurídico das
autarquias e fundações, aumentando
significativamente para os docentes
das IFES autárquicas, por equiparação
ao salário da UnB, na época a
fundação com o maior nível salarial.

Tempo de duração: 107 dias (05/06 a 20/09)

Atores Envolvidos: professores de 45 IFES e técnicos-administrativos

Presidente da República: Fernando Collor de Melo

Ministro da Educação: José Goldemberg

Presidente do Andes: Carlos Eduardo Malhado Baldijão

Reitor da UFSC: Bruno Rodolfo Schlemper Júnior

Presidente da Apufsc: Marco Aurélio Da Ros

Principais reivindicações: Reposição de 144,38%; incorporação de perdas salariais nos planos "Bresser", "Verão" e "Collor" (640,39%); abertura de concurso e expansão do quadro de pessoal com imediata contratação; escolha direta e democrática de dirigentes das IFES; repasse para a Andes-SN das contribuições dos docentes, conforme a Constituição. Rejeição da medida provisória que excluía docentes e técnicos dos reajustes do governo;

Resultado: reajuste geral de 20%; correção da tabela dos vencimentos dos docentes; aumento do valor das gratificações por titulação; implantação da gratificação para especialização; aumento da gratificação de DE de 50 para 55%.

Greve de 1991

Tempo de duração: 104 dias (31/03 a 13/07)

Atores envolvidos: professores de 51 IFES, técnicos-administrativos, com apoio de estudantes.

Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação: Paulo Renato de Souza

Presidente do Andes: Maria Cristina de Moraes

Reitor da UFSC: Rodolfo Pinto da Luz

Presidente da Apufsc: Milton Divino Muniz

Principais reivindicações: reajuste de 48,65%; recomposição do quadro de docentes das IFES; ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes; retirada do PIB.

Resultado: mesmo após greve de fome de 14 docentes, não houve nenhuma conquista referente aos itens da pauta; o governo não abriu mão de seu projeto excludente e privatizante; substituiu o PID pela GED, que têm em comum as mesmas características; nada foi concedido aos professores de 1º e 2º graus e aposentados; porém foi essa greve que conseguiu fazer com que o governo retirasse do Congresso Nacional a PEC 370, que se aprovada desresponsabilizaria o governo de parte do investimento nas IFES, ao mesmo tempo que autorizaria a busca de financiamento na iniciativa privada, inclusive na cobrança de mensalidades dos estudantes.

Greve de 1998

Tempo de duração: 87 dias (24/05 a 18/08)

Principais envolvidos: professores de 31 IFES e servidores, com apoio de alunos e servidores públicos.

Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da educação: Paulo Renato de Souza

Presidente do Andes: Renato Oliveira

Reitor da UFSC: Rodolfo Pinto da Luz

Presidente da Apufsc: Corália Piacentini

Principais Reivindicações: pauta unificada dos servidores; reposição de 64% e investimento para serviço público federal; barrar o projeto de autonomia universitária do MEC e barrar o envio ao Congresso Nacional do projeto de emprego público do Governo Federal.

Resultado: barrou o projeto de autonomia universitária do MEC e o envio ao Congresso Nacional do projeto de emprego público do Governo Federal; criação da GID para o 1º e 2º graus, menos para os aposentados.

Greve de 2000

Tempo de duração: 108 dias (22/08 a 07/12)
Atores envolvidos: professores de 51 IFES, técnicos-administrativos e estudantes.
Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso
Ministro da Educação: Paulo Renato de Souza

Presidente do Andes: Roberto Leher
Reitor da UFSC: Rodolfo Pinto da Luz
Presidente da Apufsc: Paulo Marcos Borges Rizzo

Greve de 2001

Principais reivindicações: reajuste de 75,58%, manutenção do Regime Jurídico Único, abertura de oito mil vagas, incorporação das gratificações, equiparação da GED à GED, manutenção do RJU, reajuste salarial variando entre 8 e 15%.
Resultado: reajuste entre 12% e 13% para a categoria a partir de fevereiro de 2002, além do aumento de 3,5% concedido ao funcionalismo público. Além disso, as gratificações por desempenho entre professores do ensino superior e médio foram equiparadas, como reivindicava a categoria. O governo também aceitou contratar professores a partir de 2003, além das 2.000 vagas que já estavam garantidas para 2002.

Tempo de duração: 59 dias (8 de julho a 4 de setembro)

Atores envolvidos: IFES e algumas IEES
Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Previdência: Ricardo Berzoini

Presidente do Andes: Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Reitor da UFSC: Lúcio José Botelho

Presidente da Apufsc: Paulo Marcos Borges Rizzo

Greve de 2003

Principais Reivindicações: defesa da Previdência Pública: não à reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal (PEC 40), que visava retirar os direitos garantidos aos aposentados na Constituição Federal de 1988.

Resultado: avanços na unidade e participação dos servidores públicos federais das três esferas de governo. O movimento também contou com o apoio dos trabalhadores do setor privado. Conseguiu-se também a elaboração da PEC paralela, que conseguiu alguns aspectos da reforma da previdência.

Tempo de duração: 112 dias (30/08 a 19/12)

Presidente da República: Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Fernando Haddad

Presidente do Andes: Marina Barbosa

Presidente da Apufsc: Carlos Henrique Soares

Reitor da UFSC: Lúcio José Botelho

Agentes envolvidos: 38 Universidades Federais

Greve de 2005

Principais reivindicações: reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; incorporação da GED e da Gead, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia; implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

Resultado: Esgotados todos os prazos para negociação, os professores acabaram a maior greve de sua história insatisfeitos com seu desfecho e com a posição imposta pelo governo. A pressão grevista motivou o governo a enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que garantiu aos professores um reajuste de, em média, 9,3% e a criação da classe "professor associado" (3º grau) e "professor especial" (2º grau).



Professores e professoras plantam UMA OUTRA UNIVERSIDADE

Maristela Fantin

RESUMO

Este artigo traz reflexões a respeito desses 30 anos de sindicato, dificuldades, conflitos, desafios e aponta algumas práticas de professores e professoras que plantam novas relações com o bem público, trazendo novas possibilidades de exercer esse trabalho num espaço e numa universidade em construção.

Trinta anos de um tempo difi-

cil, fértil, duro e quente ao mesmo tempo marcam a nossa história. Um tempo de profundos questionamentos. Tempo de teimosias, persistência, vitórias e derrotas. A maturidade desses trinta anos, porém, nos pede sabedoria e reflexão. Pede tempo para decantar a experiência, para extrair dela o conhecimento, e com sabedoria traçar os caminhos que estão à nossa frente.

Nesses 30 anos do nosso sindicato, vejo a necessidade de sinalizar alguns pontos importantes que gostaria de socializar com os colegas, professores e professoras des-

ta universidade. Isso se faz necessário, porque a cada pedaço de tempo que passa precisamos compreender claramente o lugar e o contexto onde trabalhamos e vivemos. E nessa universidade pública brasileira, no desfolhar dos últimos anos, venho observando uma série de mudanças e desafios.

Nos anos 1980 e 90, quando tínhamos mais certeza de que os caminhos para um mundo melhor passavam pelo fortalecimento das políticas públicas, buscadas através da democratização do Estado, do fortalecimento dos espaços de participação da sociedade civil no de

DIÁLOGO

Debruçadas sobre a vida
Indagamos seus mistérios
E raramente alcançamos suas respostas decifradas
Ao calor de interrogar-se
Nuvens ocultas esgarçam-se
E a luz nos amanhece
(Helena Kolody)

senho das cidades e na gestão das coisas públicas, a universidade era um campo estratégico, cheio de espaços abertos ou em construção.

Hoje, como professores e professoras da UFSC, universidade pública federal no estado de Santa Catarina, estado que busca fugir da situação periférica no contexto do Sul do Brasil, vemos a universidade caminhando a passos largos e apressadamente buscando um modelo de ensino superior (graduação e pós-graduação) pragmático, operacional e muito rápido. E faz isso desprezando a reflexão e o diálogo, disponibilizando pouco tempo e recursos para produção de conhecimento e descobertas de práticas criativas no nível do humano e das relações.

Dessa forma, não avançamos na compreensão de conflitos que corroem a vida nas suas múltiplas dimensões. Mas é a respeito desses conflitos que somos interrogados pela sociedade de modo geral.

No entanto, no interior da Universidade Federal de Santa Catarina, uma outra universidade resiste. Fiel ao caráter público, com trabalho interdisciplinar, esta segue buscando tempo para reencontrar o lugar de novos projetos, e onde aquilo que é de todos é um bem valioso. Nesse grupo, buscam-se a duras penas novos conceitos de conhecimento, de público, de educação, de diálogo, construindo e brigando contra esse modelo neoliberal de universidade, de sociedade, de economia de mercado, onde tudo deve ser flexibilizado com vistas a garantir e aumentar o lucro.

Outro grupo de professores e professoras, que não sabem como lidar com esses conflitos, estão trabalhando, estão quietos, com muitas perguntas, poucas respostas, buscando através de seus trabalhos se localizar novamente na luta por uma universidade verdadeiramente pública, de qualidade e democrática, embora bastante afetados pela dúvida quanto à viabilidade dessas lutas e bandeiras diante das dificuldades e daquela Universidade Federal de Santa Catarina que já se privatizou, e abandonou seus princípios e seu papel quanto à justiça social.

No meio desse campo e no meio do *campus*, percebo professores que enxergam e já sentem a morte da universidade

como espaço coletivo, plural, onde a liberdade do pensar inspira e transpira pelo chão onde passamos. Essa morte traz inúmeras reações.

As dificuldades de trabalhar como professora na UFSC são muitas. Algumas, é possível localizar: poucos espaços com ambiente agradável e que nos convidam a chegar; falta de material e de livros, equipamentos quebrados e com péssimo funcionamento; dificuldades grandes em trabalhar coletivamente; péssimas condições de trabalho, pressão, cobrança, sem tempo para a reflexão, sistematização, e para o mergulho nos trabalhos coletivos e intercâmbios necessários para uma universidade se concretizar de fato.

Em meio a esse todo e a essas partes, meus olhos conseguem enxergar, apesar de serem estrábicos, algumas coisas que outros vêem de modo diferente ou não vêem. Percebo esses conflitos relacionados aos modelos de sociedade historicamente experimentados e desenhados até aqui. E o fato é que, mesmo fragilizados nas últimas décadas, no meio desses conflitos macrosociais, econômicos, políticos, estamos ensaiando, ainda que timidamente, outras formas de relacionar teoria, prática, trabalho, esperança na educação e nossas utopias.

O sindicato, um dos poucos espaços que defendem nossos interesses, nem sempre dá conta desse emaranhado de condições e dificuldades, e não consegue agregar e oferecer espaços de resistência com peso mais significativo. Muitos vêm individualmente fazendo seu trabalho, outros tentando aproximações, mas no geral estamos bastante longe um professor do outro.

Assim, no meio dessa confusão geral, encontro alguns professores e professoras que plantam. Debruçadas sobre a vida... Indagamos seus mistérios..., diz a poetisa. Mas plantam o quê? Onde? Para quê? Responder a essas indagações parece precipitado. Vejo grupos plantando, buscando, estudando, socializando conhecimento, sem respostas prontas. Esses grupos demonstram coragem de se fazer perguntas. Muitas dessas perguntas têm sido respondidas apressadamente ou superficialmente, com respostas tradicionais, repetidas, que não mais satisfazem. São

A universidade hoje caminha para um modelo pragmático e operacional

Há professor que sente a morte da instituição como espaço coletivo

GREVE EM DEFESA DA UNIVERSIDADE.



O Sindicato teve um papel importante na defesa do patrimônio público e de nossos direitos

muitos os mistérios desse plantio, dessa atitude, dessa teoria prática e prática teórica.

Essa é uma forma de fazer perguntas, de plantar essa busca, essa persistência, por acreditar em alguns princípios e valores políticos e educativos que precisam de terra, água, raiz, tempo, coragem para questionar a origem das sementes, e tudo mais. E raramente alcançamos suas respostas decifradas, já nos alertava a poetisa Helena Kolody, nos convidando para um diálogo profundo com a vida e seus segredos.

Esses professores, professoras, alunos, alunas e servidores plantam práticas, currículos, cursos, teorias, princípios, plantam árvores, parques, resistência, perguntas, desejos, relações coerentes entre o que ensinam e o que fazem, plantam cooperativas, e sobretudo plantam educação e relações diferenciadas com nosso papel diante da sociedade e diante de nossos filhos.

Onde localizo esses sujeitos: nos cur-

sos de Serviço Social, na Arquitetura, na Nutrição, Agronomia, na Engenharia Sanitária, na Filosofia, na Pedagogia, na Biologia, nas Ciências Sociais, na Geografia, na História, na Educação Física, no Direito, na Enfermagem, na Economia, na Psicologia, na Área de Letras, no Espanhol, nas Engenharias e em tantos outros cursos.

Essa gente que não se mecaniza, que não se "maquiniza", que planta outras relações, memórias, tempos de plantar e de regar a terra, como se sagrado fosse o tempo da formação, e por isso necessita de rituais que marcam territórios, plantios, sementes, roças, colheitas, áreas de preservação e tudo mais.

Plantamos novas maneiras de formar, ensinar e aprender, de viver e experimentar os conhecimentos. Plantamos política, cultura, compromisso com um processo de formação. Esse grupo de roceiros busca partilhar com essa universidade, com sujeitos que vêm de muitos lugares, liberdades e utopias.

Plantamos compromisso com grande parte da população que não teve acesso a ensino superior, plantamos o respeito com as histórias de marginalização e exclusão, plantamos resistências, e modos de vida e de trabalho com mais dignidade, mais consciência, mais saúde e mais solidariedade.

O nosso sindicato tem acompanhado e apoiado esse plantio, ora lidando de frente com uma instituição dura, conservadora, autoritária, que vem priorizando acordos com grupos e empresas que já acumularam riqueza, poder e destruição.

A precarização das relações entre nós professores e professoras, falta de condições de trabalho para realizar um trabalho bom e de respeito, o adoecimento e morte de tantos de nossos colegas por falta de um ambiente saudável de trabalho, a falta de tempo e de vontade para trocarmos pedaços de nossas vidas, um cafezinho vão mostrando que é na resistência coletiva e individual que estão a sabedo-

Quem não se mecaniza, planta outras relações e memórias

ria e a vida.

Talvez o nosso trabalho não esteja sendo suficiente para nos alimentar de energia e repor nossas condições de trabalho, assim percebo que devemos nos dar um tempo para nos juntar e plantar. Acho fundamental que plantemos novos tempos entre nós professores e professoras, docentes e discentes, plantemos novos encontros, novos formatos de estarmos mais juntos, com mais criação, convívio, brincadeira, com direito a nossas dúvidas e nosso jeito de teimar em defesa de uma universidade pública cada vez melhor e cada vez mais pública.

O sindicato ocupou um importante papel de formador de consciência política de organização de propostas, de defesa de nossos direitos como trabalhadores, de garantia da liberdade de expressão e de defesa do patrimônio público.

Nos dias de hoje observo uma realidade diferente, uma universidade em sérios conflitos, e seus professores correndo atrás de máquinas, de verbas para realizar minimamente seu trabalho com dignidade e competência. Muitos deles doentes, muitos deles como máquinas...

Nessa última greve, duvidando de sua força, comecei a exercer uma atividade individual para refletir esse tempo de cruzada de braços diante do nosso trabalho. Comecei a plantar uma árvore por dia como símbolo do nosso "não" a essa política brasileira diante das universidades públicas federais. Não imaginava que encontraria tanta gente que já planta. Somos muitos que plantam. A experiência de plantar 112 árvores durante a greve de 2005 pos-

sibilitou compreender outras dimensões, outros enraizamentos com esse chão e com essa prática de plantar outra universidade.

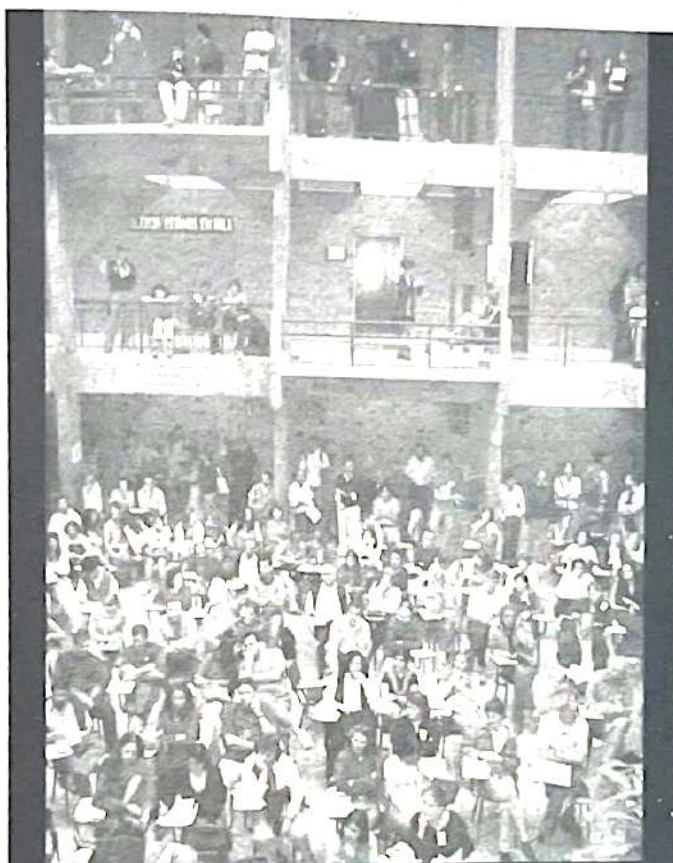
A sociedade mudou, os movimentos ao redor da defesa de nossos direitos procuram novos caminhos e formas, alguns individualizaram a luta pela melhoria das condições de trabalho, e assim alguns de nós passam por sérios problemas de saúde, de falta de coletivo, de apoio e de solidariedade.

Mas, em meio a tudo isso, encontramos professores e professoras, alunas e alunos, que plantam uma outra relação com os bens públicos, que acreditam na formação como um tempo sagrado de revelar fragmentos da realidade onde podemos agir e nos enraizar com projetos cheios de mudanças e desafios para enfrentarmos essa realidade dura, pesada e autoritária com suas máquinas e estruturas de poder.

Ao calor de interrogar-se
Nuvens ocultas esgarçam-se
E a luz nos amanece

Talvez esse texto fique em aberto. Percebo que a semente tem sido guardada por muitas mãos e com essa força, fragilidade, delicadeza e fertilidade, talvez ela deva permanecer em segredo por mais um tempo. Precisamos refletir mais sobre nossas formas de resistir, de poetar, de alegrar essa espera, diálogo, essa construção e sobretudo esse plantio. Aguardo...

Maristela Fantin é professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação, no Centro de Ciências da Educação da UFSC, e Doutora em Educação pela PUC/SP



É preciso plantar novos encontros e formatos

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 15.ed. 1988.
- _____. *Educação: o sonho possível*. In: (Org.) BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educador, vida e morte*. São Paulo: Brasiliense, 6.ed. 1985.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o novo milênio*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.
- KOLOGY, Helena. *As faces do espelho*. Curitiba, 1999.
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.

Elói Mello Filho

Caros colegas,

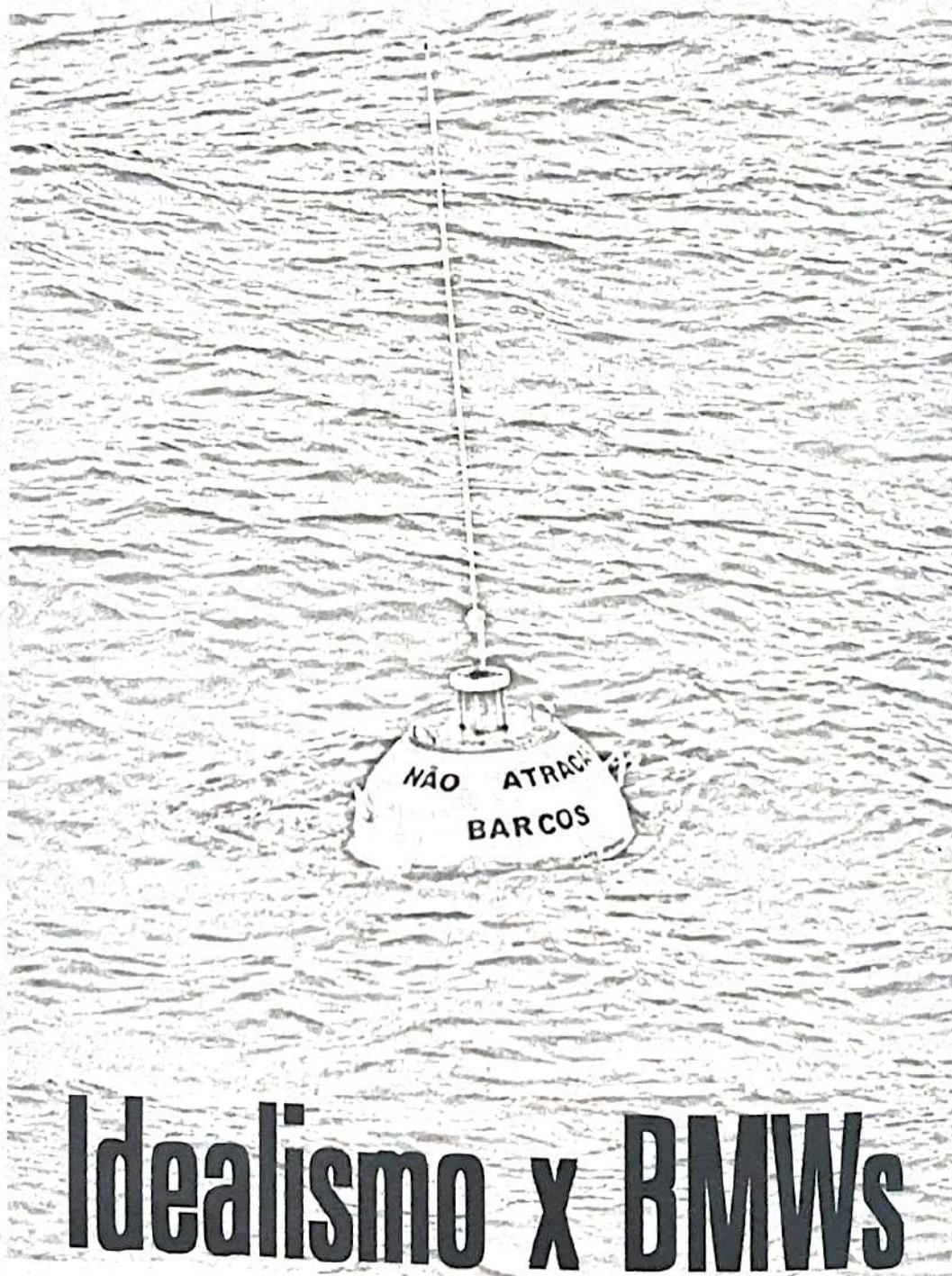
Aderir a uma greve é sempre uma decisão difícil e delicada. Assim, sinto-me na obrigação de justificar, perante meus colegas, por que aderi com tanto fervor ao movimento de greve das IFES brasileiras no ano de 2005.

Começarei com algumas informações preliminares necessárias para que eu possa situar a discussão que segue num con-

texto apropriado. Meu perfil é certamente parecido com o de muitos colegas. Fiz minha graduação na PUC-RJ e mestrado na COPPE/UFRJ no final da década de 70. Meu doutorado, de 83 a 89, foi na Universidade da Califórnia, em San Diego (UCSD), uma das mais conceituadas instituições do mundo na minha especialidade (Ciências Oceânicas). Após o doutorado, trabalhei por quatro anos na COPPE/UFRJ como professor. Minha transferência para a UFSC, em janeiro de 1994, deu-se por questões pessoais em busca de melhores condições de vida para minha família. Minha esposa e também

Ph.D pela UCSD, profa. Henriette La Rovere, também veio para a UFSC, departamento de Engenharia Civil.

Aqui na UFSC, consegui montar um pequeno laboratório (Laboratório de Hidráulica Marítima - LaHiMar), onde tenho desenvolvido meus trabalhos de pesquisa. Graças a muito trabalho e dedicação, consegui conquistar o respeito dos meus colegas não apenas no Brasil. Tenho aqui na minha parede uma placa com os dizeres: "American Society of Civil Engineers - E. Melo: 1991 Waterway, Port, Coastal and Ocean Division outstanding journal paper award".



Idealismo x BMWs

resultado da publicação dos resultados da minha tese de doutorado. Sou bolsista de produtividade do CNPq há vários anos, tendo sido inclusive membro do Comitê Assessor (CA) da minha área de atuação. Por favor, esclareço que não estou de maneira nenhuma querendo "contar vantagem", desejo apenas mostrar que me sinto bem à vontade para me auto-enquadrar no grupo dos que trabalham seriamente nesta universidade, pois é para este grupo que eu devo satisfações (com os "enganadores", que existem em qualquer lugar, não vou perder meu tempo).

Nos últimos quatro anos conduzimos no LaHiMar um projeto intitulado "Programa de Informação Costeira – on-line". Mantivemos uma bóia medidora de ondas ancorada no mar a 35 km da costa sul da ilha (que ficou conhecida como "a bóia da UFSC"). A bóia enviava continuamente seus dados via rádio para uma estação em terra que montamos de forma improvisada no Laboratório de Peixes de Água Doce da UFSC, na praia da Armação. De lá, os dados eram retransmitidos para o LaHiMar via Internet, onde fazíamos o processamento. Com isso, criamos um sistema de monitoramento da agitação do mar com dados horários sobre as condições, funcionando 24 horas por dia em tempo real. Esse sistema foi pioneiro no Brasil (e na América do Sul, até onde sei). Com esse projeto, pudemos aliar a aquisição de dados para nossas pesquisas a um verdadeiro serviço de utilidade pública: o site onde disponibilizamos as informações recebeu cerca de 300.000 visitas no período. Esse projeto foi conduzido no limite das nossas possibilidades em face da deficiência de infra-estrutura disponível na UFSC para esse tipo de trabalho. Quem tem alguma experiência sabe da gigantesca dificuldade que é instalar e manter equipamentos no mar. Na verdade, só conseguimos fazer o que fizemos graças à cooperação dos colegas (funcionários públicos como nós) do Ibama (CEP-Sul) e da Marinha Brasileira (leia-se: navios!). Todo o projeto foi financiado basicamente com recursos do CNPq via vários pequenos projetos de pesquisa.

A bóia fornecia o diagnóstico das con-

dições. Em paralelo, montamos um sistema operacional de previsão de ondas usando modelos matemáticos. O sistema funciona assim: a cada 12 horas, fazemos uma conexão via internet com a NOAA e baixamos o campo de vento global sobre o oceano. Esses dados alimentam o modelo de geração de onda WW3 que faz a previsão. Tudo isso foi automatizado, temos computadores funcionando 24 horas por dia no LaHiMar (temos um *no-break* de 400 kg e internet de alta velocidade instalados no laboratório). Esse sistema é semelhante aos do INPE e da Marinha Brasileira.

Bem, nossa bóia finalmente foi danificada na grande ressaca de agosto de 2005, e o nosso programa de monitoramento teve de ser interrompido. Sinceramente, não sei se terei forças para dar continuidade a esse projeto se tiver de continuar trabalhando solitariamente e sem um outro tipo de apoio.

Por que estou lhes contando toda essa história? Vejam só, as informações produzidas no nosso laboratório sempre foram disponibilizadas à comunidade de forma totalmente gratuita. Nesse período, muita gente me dizia: "Eloi, se você cobrasse por esses dados, não iam faltar recursos nesse laboratório...". Pode ser, mas eu nunca considere essa possibilidade, pois acho que a função de uma universidade pública é dar retorno à sociedade que a mantém. Sempre achei que não estava fazendo mais do que a minha obrigação assim procedendo.

Não montei esse laboratório para funcionar como "firma de consultoria". Eu acho que projetos "triviais" devem ser feitos pelas firmas de consultoria dos alunos que formamos. Um laboratório de uma universidade pública deve atuar em outro nível, ajudando a preencher as lacunas e ampliando o conhecimento. O LaHiMar foi criado como parte de um amplo projeto de desenvolvimento científico que visa a contribuir, mesmo que modestamente, para o desenvolvimento das Ciências Oceânicas no nosso país.

A história da "universidade pública, gratuita e de qualidade" para mim não é

um discurso vazio. Aqui aparece minha primeira grande preocupação: olhando em volta, e não apenas aqui na UFSC, vejo que, aos poucos, muitos de nós, professores das universidades federais, estão perdendo o compromisso com a sociedade e com o País. Vejo o patrimônio público sendo usado, cada vez mais, de uma forma que não é condizente com o objetivo da sua existência.

Peço licença para tratar de um outro assunto que julgo importante. Nós todos somos pessoas comprometidas com a "excelência acadêmica", portanto, gostaria de elaborar mais esse conceito.

Colegas, há cerca de um ano descobri uma falha numa teoria bem estabelecida na área de ondas oceânicas – que tem sido o foco do meu trabalho em Ciências

Oceânicas nos últimos 25 anos –, falha essa que passou totalmente despercebida na literatura! Desde então, tenho trabalhado no assunto no tempo que me sobra e creio já ter conseguido compreender 80% do problema. Resta-me desvendar um último resultado que, num ar-

tigo que trata do tema, está indicado como "*after some algebra*" (o que já me custou umas 50 páginas de equações...). Quando eu conseguir vencer essa etapa, acho que terei material suficiente para tentar publicar um artigo na melhor revista da minha área... Isto se ninguém publicar antes. Estou bastante entusiasmado e satisfeito, mas... ao mesmo tempo, me questiono sobre o quanto isso será útil para o país. Bem, se eu tiver como continuar esse trabalho, acho que conseguirei fazer uma aplicação prática muito útil para a costa brasileira, se não conseguir...

Essa é uma peculiaridade da área em que trabalho, que é muito incipiente no Brasil. Tenho certeza de que meus colegas do chamado "Primeiro Mundo" vão apreciar o artigo, mas receio que poucas pessoas aqui vão entender do que é que eu estou falando. Nos últimos tempos, tenho me questionado sobre a orientação que devo dar à pesquisa que faço (talvez outros colegas também estejam se preocupando com isso). Pensando em termos

O LaHiMar, apesar de ser um sistema pioneiro, sofre com a infra-estrutura deficiente da UFSC

do retorno para o país, não seria melhor fazer um outro tipo de pesquisa? Não tenho uma resposta clara sobre essa questão.

O fato é que esse questionamento me levou a iniciar, há um ano e meio, um outro "projeto": estou escrevendo um livro em português de Introdução ao estudo das ondas oceânicas. Já estou na página 150, perdi o controle da numeração das equações (200 ou mais) e estou ainda longe do fim. Esse "projeto" tem me dado um enorme trabalho, mas eu pretendo levá-lo adiante e concluí-lo, nem que demore mais três anos. Não há literatura na nossa língua sobre o tema, e creio que esse livro-texto seria importante para os estudantes que não dominam bem a língua inglesa poderem estudar e aprender direito o assunto. Apesar do trabalho, esse "projeto" tem me dado uma satisfação dupla, pois, além de poder passar meu conhecimento adiante, tranquilizo um pouco minha consciência.

Aonde eu quero chegar com essa história? Quero chegar à questão da "produtividade" e do "mérito acadêmico", e que inclui a Capes e o CNPq.

Todos nós que trabalhamos com pesquisa no Brasil estamos envolvidos num "jogo" que premia os mais "produtivos". A moeda forte desse "jogo" são as publicações, sendo as internacionais as moedas de ouro. Fui membro do CA do CNPq há uns anos e conheci um pouco dos bastidores do "jogo". Periodicamente, os membros do CA reuniam-se em Brasília para, principalmente, decidir quem ia receber as tais bolsas de produtividade em pesquisa, aqueles 900 e poucos reais tão necessários para complementar nosso salário.

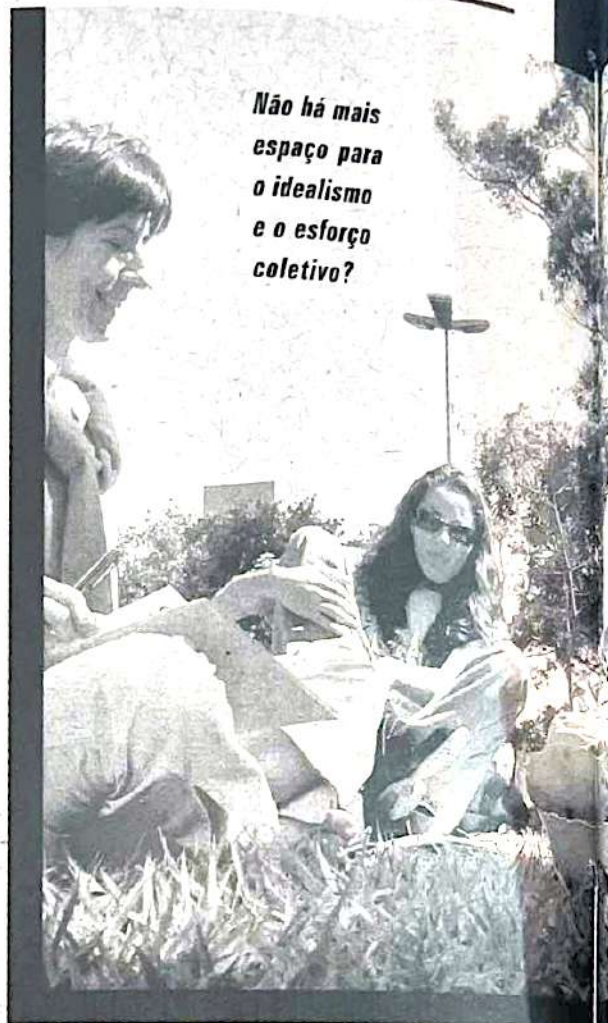
Para mim, pela personalidade que tenho, acho, era muito penoso ter de avaliar o trabalho dos meus pares. Bem, as regras estavam estabelecidas, e era uma questão de aplicá-las da melhor maneira possível, mas, mesmo assim, não era tarefa fácil. O cenário era mais ou menos o seguinte (acredito que dê para generalizar para outras áreas?): havia o grupo dos "privilegiados", os que estavam nos centros fortes e já estabelecidos, estes tinham gran-

des projetos, conexões internacionais, muitas bolsas disponíveis (e, conseqüentemente, bons alunos), etc., e tinham sempre muitas moedas de ouro. Havia o grupo dos "espetinhos", aqueles que sabiam direitinho qual era a regra do jogo, dançavam conforme a música e sempre davam um "jeitinho" de ter um número grande de publicações – a maioria delas assuntos repetidos com quatro outros autores, etc. – e conseguiam se safar, eram uma minoria, felizmente. Havia o grupo dos recém-chegados do exterior com um estoque considerável de moedas de ouro adquiridas lá fora durante seus doutorados. E havia o grupo dos "perdidos" pelos confins do Brasil... Dava para ver que era gente esforçada e séria, muitos deles excelentes professores, talvez, mas que não tinham como competir nesse jogo: esses tinham poucas moedas e nenhuma de ouro.

Para esses, ia o recadinho de sempre "solicitação negada por não ter atingido nível suficiente diante da demanda qualificada". Eu lastimava, mas fazer o quê? Nós simplesmente aplicávamos as regras do jogo. Na época, eu aceitava melhor esse estado de coisas, mas ultimamente tenho me questionado bastante.

Nós estamos implementando no Brasil de forma eficiente um sistema semelhante ao "*publish or perish*" estadunidense. Minha impressão é que, no final, isso favorece os que já são grandes e fortes e dá poucas chances aos que estão começando e aos que estão na "periferia" do Brasil. Será que o trabalho desse pessoal, que certamente não tem como ser "de ponta", é menos importante para um país como o Brasil? Ainda, para publicar numa revista internacional de primeira linha vamos ter de competir com nossos colegas do "primeiro mundo", que têm uma retaguarda de infra-estrutura pesadíssima por trás. Para muitos de nós, os "pequenos", principalmente, é uma competição absolutamente desigual. Além disso, esse esquema todo gera um clima de competição entre nós, que, sinceramente, não me agrada.

Não há mais
espaço para
o idealismo
e o esforço
coletivo?



Seria esse o caminho a seguir? Novamente, não tenho uma resposta clara sobre essa questão.

O sistema estadunidense funciona bem nos Estados Unidos. Colegas, entre o doutorado (6 anos) e o pós-doutorado (um ano em 1999) vivi sete anos no EUA, mais precisamente na Califórnia. A cidade de San Diego tem um lugar especial no meu coração. O instituto de oceanografia da UCSD na praia de La Jolla é ... indescritível... Só vendo para crer na infra-estrutura que eles têm! A realidade é outra, é outro mundo. Tenho muitos amigos lá, grandes cientistas e grandes pessoas humanas, que, inclusive, me ajudaram nesse programa "louco" de monitoramento de ondas, até doando equipamento da UCSD para a UFSC. (Em 1999, durante meu pós-doutorado, consegui formalizar um Acordo de Cooperação Científica entre a UCSD e a UFSC.)

Apesar de ser um admirador de mui-

***Publish or perish* está sendo implantado eficientemente no Brasil**



espaço para idealismo? São as BMWs, os bens materiais, o dinheiro, o mercado, o "privado" as únicas forças capazes de mover o mundo?

Gostaria de abordar um outro assunto que também julgo importante. Não sei se estou vendo "fantasmas" onde não existem, mas há tempos eu ando muito preocupado com os rumos que a pós-graduação está tomando no Brasil (não só na UFSC). O "fantasma" é o seguinte: sem nos darmos conta, estamos sendo transformados em engrenagens duma enorme "máquina"... A lógica funciona mais ou menos assim:

PROBLEMA: o Brasil tem poucos doutores para o número de habitantes do País.

SOLUÇÃO:

a) Primeiro, cria-se um esquema no qual as pessoas são "forçadas" a ter um "canudo de doutor". O título de "doutor" passa a ser um imperativo para ascender numa empresa, para prestar um concurso, para aprovar um projeto, etc...

b) Com a demanda estabelecida, passa-se a trabalhar na oferta. A idéia

é transformar as universidades (que são a fonte dos canudos...) em máquinas de produção em série. No mundo moderno, não há lugar para máquinas ineficientes, a "máquina de produzir doutores" tem de ter produção em massa e ser eficiente!

c) Quem são as "engrenagens" fundamentais dessa "máquina"? Nós, professores!

Portanto, o esquema montado exige das "engrenagens" produção em massa e com eficiência...

Se algum de nós perguntar a quem montou a "máquina" se a qualidade não é igualmente importante, a resposta vai ser: "sim, claro, MAS isso não é problema meu, isso é problema de vocês - a academia é que vai ter de garantir a qualidade dos diplomas..."

Vejam só que plano fantasticamente bem concebido: estamos sendo induzidos a funcionar cada vez mais como peças dessa máquina, devemos ser capazes de produzir doutores em série, no mais cur-

to espaço de tempo possível e fazer isso mantendo o padrão de qualidade!

Bem, alguém pode argumentar: "é errado cobrar produção e eficiência da universidade?" A resposta sensata é: não, essa cobrança é justa, mas para isso tem de haver uma contrapartida. E aí começam os problemas... Onde está a contrapartida? Onde estão os investimentos para que se alcance o objetivo? A máquina está preparada para a tarefa? As engrenagens fundamentais da máquina (nós, professores) estão tendo a "lubrificação" (salário), a "manutenção" (infra-estrutura) e a "reposição" (vagas) necessárias? Talvez seja preciso aumentar e fortificar a "máquina" para se conseguir o que se quer, isto está sendo feito?

Colegas, nós sabemos as respostas para essas perguntas. Demandam-nos produção em massa, com "eficiência" e qualidade, mas com condições incompatíveis. Meu receio é que esse esquema nos leve à nossa própria autodestruição.

Essa demanda louca por um "canudo de doutor" me parece um equívoco. Na minha opinião, o doutorado é um primeiro passo para quem deseja seguir uma carreira em pesquisa. Se não for esse o caso, a pessoa não deve fazer doutorado, deve fazer um curso de especialização, um "MBA", sei lá eu... Produção em série de doutores (estou falando dos de verdade...) nas nossas condições - com algumas poucas exceções, talvez - é uma missão impossível. Daí não surpreende ver gente comprando e vendendo teses como mencionado numa reportagem recente.

Não sei se vivo em outro mundo, mas, no meu entender, um doutorado (digno do nome) é uma coisa seríssima. Um programa de doutorado não pode ser "criado" assim sem mais nem menos. Ele deve nascer como um produto natural num grupo onde se faz pesquisa de verdade. Se assim não for, vamos, sim, produzir número, mas a qualidade vai ficar comprometida, não tem jeito. Dou um exemplo: conversando recentemente com um colega de outro departamento, ouvi o seguinte comentário: "minha tese de mestrado defendida na COPPE no início da década de 80 tem muito mais conteúdo que muitas teses de doutorado que tenho

tos aspectos do "american way of life", sempre tive dificuldade em compartilhar muitos dos valores que fundamentam sua sociedade e que hoje, graças à globalização, estão sendo repassados para o resto do mundo. Vou relatar-lhes um fato ocorrido há 20 anos para exemplificar. Estava, certa vez, conversando com um colega estadunidense, falávamos exatamente sobre essas questões de valores fundamentais, eu tentava mostrar a ele as dificuldades que temos no "Terceiro Mundo", falávamos dos sistemas socialistas e capitalistas (na época, ainda se falava nisso...). A certa altura, o colega me disse: "Meu caro, suas idéias são muito bonitas, mas a realidade do mundo é a seguinte: ninguém vai acordar às 5 horas da manhã e trabalhar o dia inteiro para o bem da comunidade; o cara vai acordar às 5 horas e trabalhar o dia todo para pôr uma BMW na garagem!".

- Isso foi há 20 anos, mas parece tão atual, aqui, hoje. Será??? Será que não há mais

Quantas moedas vale o ensino no "jogo" da produtividade do CNPq?

visto hoje". Porém, quem engendrou a coisa toda vai poder dar o problema como resolvido! Em breve, o Brasil vai ter um número de doutores por habitante igual ao da Alemanha e pronto! Seremos um país desenvolvido! Será? A quem estamos querendo enganar?

Eu já estou tendo dificuldade com essa questão há algum tempo. Como não aceitar abrir mão da qualidade em função da quantidade, nos últimos anos fui puxando o "freio-de-mão" na minha participação na pós-graduação. Tenho pouquíssimos alunos para o padrão esperado, reduzi minha carga horária de disciplinas na pós-graduação ao mínimo e resolvi centrar esforços na graduação. Porém, estou antevendo problemas, pois na lógica produtivista vigente minha "produtividade na formação de pessoal" vai ficar completamente fora dos padrões esperados. Estou disposto a assumir as consequências.

Com mais disponibilidade de carga horária, criei duas novas disciplinas optativas na graduação: Introdução à Hidráulica Marítima e Introdução à Mecânica das Ondas. Tenho oferecido a primeira todos os semestres a alguns anos, sempre com casa cheia. A disciplina dá um panorama geral do funcionamento físico da atmosfera e do oceano, e não tem pré-requisito. Tenho alunos dos mais variados cursos, não apenas do CTC. A segunda tem um caráter mais específico e só ofereço quando há alunos dispostos a "encarar" a matemática e a mecânica dos fluidos envolvidas. Estou satisfeito com o resultado, apesar de lastimar o fato de essas disciplinas estarem fora do contexto dos nossos cursos aqui na UFSC.

Porém, aqui também espero problemas... Quantas moedas vale o ensino no "jogo" da produtividade em pesquisa do CNPq? Bem, basta ver no nosso valioso Currículo Lattes qual o destaque que é dado para o ensino... Quantas moedas ganha alguém que se empenha em dar

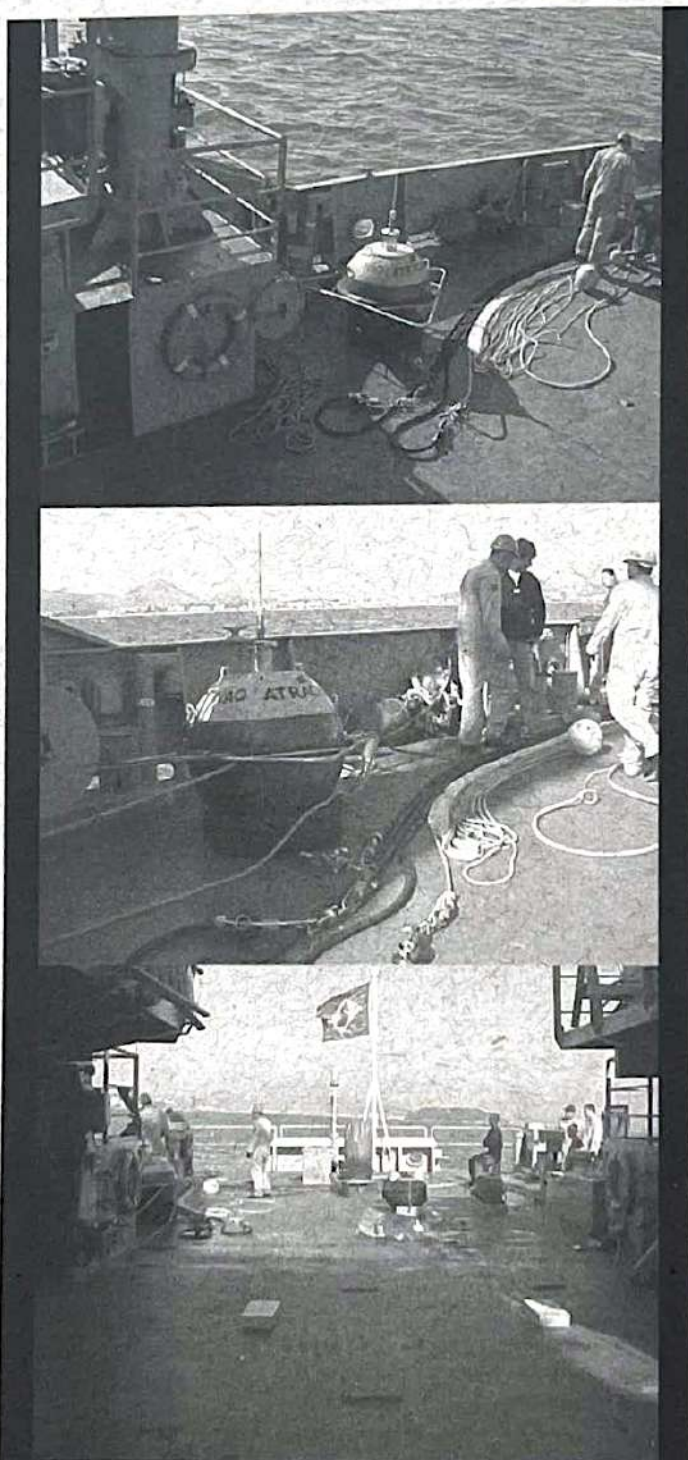
boas aulas, principalmente na graduação? Nós sabemos a resposta, e o resultado é que, nesse contexto, ensino e aulas, principalmente as de graduação, são coisas indesejáveis com as quais, se for possível, não se vai "perder tempo". Novamente, sinto-me remando contra a maré...

Falando em maré, já estou aqui na UFSC há 12 anos. Vim para cá sabendo que a universidade não tinha nada relacionado ao mar. Mesmo assim, tinha grande expectativa de que esse cenário

fosse mudar em breve. Por quê? Pelo local onde estamos: uma ilha! Além de ter sua capital numa ilha, o estado de Santa Catarina tem uma costa vasta e recortada, onde a população se concentra e onde inúmeras atividades econômicas importantes se desenvolvem (pesca, maricultura, atividades portuárias, turismo, etc...). Sempre achei que a Ilha de Santa Catarina era um dos locais mais adequados da costa brasileira para sediar um centro de pesquisa em Ciências Oceanicas. Infelizmente, até agora minhas expectativas não se concretizaram, a UFSC ainda não despertou para o potencial que tem nessa área. A esperança é a última que morre, mas minha chama está se apagando pouco a pouco. Há muitos motivos para esse fato, mas creio que o principal deles é um problema que, na verdade, transcende a UFSC, é um problema maior que afeta a própria universidade pública brasileira.

Prédios, equipamentos, etc., são obstáculos grandes, mas sua transposição depende apenas de nós. O obstáculo real está nas pessoas: precisaríamos de cérebros – professores – que teriam de ser contratados! Ora, num cenário onde já estamos com 25% do nosso quadro como professores substitutos, indicando que há um déficit de algumas centenas de professores na UFSC, imagino eu, como é que se pode querer propor a criação de algo novo? Numa outra situação, o que deveríamos pensar era na abertura de um novo centro na UFSC – um Centro de Ciências da Natureza, talvez – com pelo menos dois novos cursos: Oceanografia e Meteorologia. Essas ciências se mostram cada vez mais necessárias para nós. O potencial está aí. Tenho convicção de que, em poucos anos de trabalho sério, conquistaríamos nosso espaço no cenário nacional.

Porém, a realidade é que quem chegou antes e pegou a

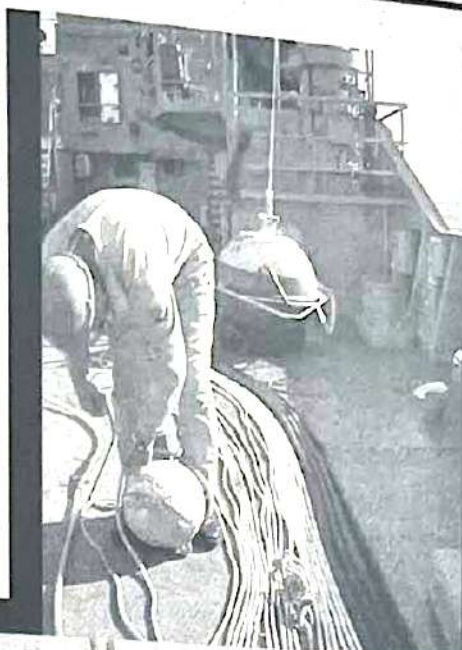


O LaHiMar conduz o Programa de Informação Costeira on-line, pioneiro no Brasil. Acima e na página ao lado, homens trabalham no mar em navio da marinha

universidade pública num outro estágio conseguiu nascer, crescer e se estabelecer. Quem chegou depois tem poucas chances, independentemente da excelência acadêmica que tanto defendemos. Meu caso particular, certamente, tem paralelos em outras situações e outras IFES. Trata-se de um problema geral das universidades federais: estamos completamente engessados. Aliás, o problema vai muito além de um simples "engessamento", como apontarei a seguir.

Talvez o caso do nosso (agora) colega Davide Franco seja um exemplo ilustrativo. O Davide compõe os outros 50% do nosso "grupo de pesquisa" aqui no LaHiMar e, consequentemente, na UFSC. Davide, que é italiano (mesmo), é um pessoa séria, dedicada e competente, fez seu doutorado em Veneza e tem aquela formação clássica da escola européia. Apesar de ter sido aprovado em concurso no ano passado, ele está no Brasil, trabalhando comigo, desde 1995, ou seja, ele esperou nove anos para que tivesse a chance de disputar uma vaga para o quadro de professores da UFSC! Nesse ínterim, teve vários tipos de bolsas provisórias (Capes, Prof. Visitante, CNPq, etc.). Acho que o principal motivo que o fez aturar tudo isso e ter tanta paciência é que ele realmente entendeu e compartilhou o espírito do trabalho que eu queria realizar no LaHiMar e achou que valia a pena esperar. Na verdade, devo dar-me por "satisfeito", pois a opção do departamento em alocar uma das raríssimas vagas que surgiram no período à área de Hidráulica Marítima foi uma decisão bem difícil (com votação super apertada...)

A questão da realização de concursos para contratação de professores é gravíssima, na minha opinião, e que está na raiz de um outro problema que nós vamos ter de enfrentar mais cedo ou mais tarde: professores substitutos. De acordo com dados que vi recentemente, a UFSC possui 400 professores substitutos e cerca de 1.700 professores permanentes (cerca de 25%). Uma colega da UFMT me informou que lá são 500 substitutos e 800 professores permanentes (60%)... Será a UFMT a UFSC de amanhã? Nas IFES brasileiras, há um verdadeiro "exér-



cito" de pessoas trabalhando em condições precárias e aviltantes. Não seria isso uma verdadeira terceirização do ensino das universidades federais? Sabemos a resposta aqui também.

O "enxugamento" que está sendo executado através dessa não-contratação de professores vai colocar os professores das IFES no rol das espécies em extinção, é apenas uma questão de tempo! Essa matemática é simples. Estarei eu vendo fantasmas aqui também?

Bem a mensagem já está bem longa, vou finalizando.

Colegas, estou com 53 anos e não vai demorar muito para que venham os netos (!!!). Questiono-me sobre qual é o Brasil que eu gostaria de deixar para eles. São muitas coisas a pensar... Mas vou escolher uma, talvez a mais importante.

Gostaria de deixar para eles um Brasil que elegeu a educação do seu povo como prioridade máxima e para tanto fez um projeto de longo termo de recuperação completa do sistema público de ensino, incluindo o 1º, o 2º e o 3º graus. Que construiu escolas por todo o País, onde

professores trabalham com salários dignos. Um país que investiu no seu sistema de universidades públicas, construindo novos campi por todo o território nacional para atender à demanda dos alunos que chegam – agora bem preparados – do ensino básico público. Essas universidades não têm professores "substitutos", mas sim um corpo de professores permanentes qualificados e comprometidos com o povo e com o desenvolvimento do país. Nesse Brasil, o filho do pobre tem as mesmas chances que o filho do rico de entrar no sistema escolar do País no pré-primário e sair dele com um diploma universitário, sem precisar ter dinheiro para isso.

Está louco o homem!!! Já deve ter muita gente pensando... Isso é uma utopia impossível! Será?? A pergunta óbvia é: quem vai pagar por isso? Há dinheiro para tanta coisa? Não tenho capacidade de fazer análises econômicas (economia é uma ciência muito complicada pra mim...), mas acho que o problema não é esse, a questão não é econômica, é política.

Meus caros colegas, há anos a fio estou aqui na "gruta" do meu laboratório... Trabalhando... Quietamente... Trabalhando... Calado... Esperando Trabalhando.

Agora não dá mais, resolvi sair da "gruta". Não posso mais me omitir face ao que estou vendo acontecer ao meu redor. A greve foi uma maneira de expressar meu descontentamento. Espero que não seja tarde demais.

Sinto que, se conseguirmos manter acesa a chama que nos faz lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, daremos nossa resposta àquela questão que retumba na minha cabeça há 20 anos: o idealismo pode, sim, ser mais forte que uma BMW na garagem!!

Eloi Melo Filho é engenheiro civil pela PUC/RJ e Ph.D. em Ciências Oceânicas pela Universidade da Califórnia, San Diego (1989). Foi pesquisador do Instituto de Pesquisas da Marinha no RJ, professor da UERJ, da UFRJ e, desde 1994, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC



Liderança e Solidariedade

Cesar Augusto Félix

Talvez por influência das histórias contadas pelo meu avô, um seringueiro cearense e negro, também me apaixonei pelo ofício de contar estória. E para um bom contador de histórias, saber ouvi-las é sempre um bom aprendizado. Daí por diante, da estória para a história foi um pulo. Mas somente na Universidade aprendi que história não era somente o conhecimento do passado, o recado do historiador francês Marc Bloc ampliava minha visão de historiador:

“o conhecimento do passado só tem importância quando diz alguma coisa para o presente”. Salto importante para quem, como disse Lucien Febvre, atirava-se na água do rio que era a História.

Após um longo período ajudando a fazer a história da universidade, como militante do movimento estudantil, decidi escrever sobre a mesma. Procurei estudar, pesquisar, entender e registrar a história da Primeira Greve das Universidades Federais, ou seja, a primeira greve das Universidades Federais Autárquicas, a greve de 1980. Foi a partir desse trabalho que compreendi a importância do professor Osval-

do de Oliveira Maciel para a história do movimento dos professores universitários e para a história das universidades públicas do país. Mergulhando nos arquivos da associação dos professores da UFSC (Apufsc), descobri um personagem que era mais forte que a greve, um dos organizadores da greve.

Li cartas, jornais da época, ofícios, registros de atas de assembleias, manifestos e rascunhos manuscritos, rascunhos, muitos rascunhos. E era difícil dizer em qual deles não estava presente o nome de Osvaldo Maciel. Para dizer a verdade, eu já havia me

deparado algumas vezes com aquele senhor pelos corredores da UFSC, porém a imagem que eu tinha sobre o mesmo era apenas a de mais um professor aposentado que estava vindo à universidade para rever alguns amigos e regularizar sua situação no plano de saúde. Ledo engano, mais uma vez o sentido driblava minha ingênua forma de ver o mundo. Foi o rigor histórico que me apresentou outro Osvaldo Maciel, o bioquímico, o professor, o sindicalista, o sonhador, o militante, o poeta. O democrata que aprendera a fazer política nas manifestações do movimento "O petróleo é nosso" havia também desafiado a ditadura militar; ajudando a organizar a luta dos professores das Universidades Federais, era fun-

dador da Apufsc e da Andes – desta foi o primeiro presidente. A entrevista estava próxima, bastavam as sugestões de outros professores para eu entrevistá-lo, pois todos a quem eu ouvia diziam: "Você tem que entrevistar Osvaldo Maciel".

E lá fui eu para a entrevista. Foram duas tardes de conversa e boa prosa. Maciel falava com nota de rodapé, explicava tudo detalhadamente e preocupava-se sempre em me fazer entender a ligação dos fatos de ontem com os de hoje. Em alguns momentos eu tive a impressão de que o professor Osvaldo Maciel estava com pressa, pressa em me contar tudo. Mais que um depoimento para um então estudante de história, Maciel sabia que fazia parte da mesma e da impor-

tância desta para o movimento que ele ajudou a construir.

Aqui está a entrevista, a mesma foi realizada em duas tardes do verão do ano de 2004. Eu desconfio que esta entrevista ficará marcada na minha história porque ela abriu minha estrada na profissão de historiador, além de confirmar, por outros caminhos, a indicação do historiador Lucien Febvre, quando afirmava: "Fazer História é, antes de tudo, frequentar os arquivos, as bibliotecas, visitar os museus e os monumentos, passear com a carta na mão, pelo campo, mas também pela cidade, com os olhos abertos ao espetáculo da rua. E não apenas como turista desinteressado, mas como cidadãos ativos, se for necessário".

Infância

Plural – Para começar, eu queria saber onde nasceu Osvaldo Maciel e como foi a sua infância.

Maciel – Eu nasci numa cidade na fronteira do Brasil com o Uruguai, chamada Santana do Livramento, fronteira com Rivera, e eu não tenho grande registros da minha infância, a não ser do momento em que eu ingressei na escola de primeiro grau. Então, no instante em que eu ingressei nessa escola de primeiro grau, eu me lembro que em virtude de ter bons professores, eu superei um pequeno problema que eu tinha com uma deficiência ortopédica decorrente da poliomielite que me afetou em 1942, dois anos após meu nascimento, que foi em 1940. E a partir desse instante eu pude perceber que nem sempre aptidão física significa domínio de cena, significa domínio de conteúdo, significa até domínio de liderança. Nunca me esqueço de um episódio que aconteceu um tempo depois, quando fui jogar futebol. Como não podia ser um atacante, eu me limitava a ser um goleiro, mas pelo que eu podia e como era dono da bola, eu selecionava quem iria jogar comigo (risos). Talvez tenha nascido daí um pouco do espírito de liberdade, liderança, e também o espírito de resistência, que sempre foi a marca característica da minha trajetória desde criança, desde a minha infância. E com nós

estávamos numa região de fronteira com o Uruguai, era muito comum nós termos peleias e entrevos com os castelhanos do outro lado.

Plural – Como foi sua escola primária?

Maciel – Minha escola primária era pública e era muito boa. Era perto da minha casa e essa escola de primeiro grau, à época escola primária, era fundamentalmente alimentada pelo princípio do humanismo, a gente estudava coisas além daquele currículo clássico, sabe? A gente tinha muita atividade esportiva, muita atividade cultural e nós tínhamos muita relação cultural com os estudantes uruguaios; a gente aprendia banda marcial, aprendia atividades de educação física, aprendia um pouco de artes e foi uma época muito prazerosa, eu lia muito...

Plural – O senhor foi alfabetizado na escola ou em casa?

Maciel – Os dois. A minha mãe foi uma boa iniciadora para minha alfabetização, tanto em letras como números, e depois a minha escola foi boa e eu não tive nenhuma dificuldade, logo, logo fui para a frente, eu sempre fui um estudante bem sucedido.

Plural – E a família dava apoio?

Maciel – Completo! Meu pai, apesar de ter um estudo limitado, até o segundo grau, ele era um sujeito que admirava bastante o estudo que ele não tinha tido e quis me proporcionar isso aí. Sempre teve muitos livros em casa, e minha mãe sempre foi muito dedicada. Minha mãe era

uma normalista também, então ela tinha uma vocação para ensinar e ensinava os filhos, ensinava os sobrinhos...

A primeira experiência política

Plural – Mas, quando criança, o senhor já participava da luta política?

Maciel – Eu me lembro que nós tivemos uma grande campanha no Brasil, que foi a campanha de 1950, do "o petróleo é nosso", eu estava lá seguindo os passos do meu irmão que era um jovem recruta militar que acreditava na bandeira do "o petróleo é nosso". Apesar de ser uma campanha certa, ela não era bem vinda na época, mas eu seguia aquela empolgação da luta do "o petróleo é nosso", nessa época eu tinha 10 anos, a gente era perseguido, a gente era encurralado, a gente era muito tachado, mas a luta deu certo. E talvez uma das primeiras conquistas que eu me lembro, não era a conquista local, foi quando a Petrobrás deu certo, provou-se que existia petróleo no território brasileiro, ao contrário do que dizia um jovem estadunidense que veio nos dissuadir de pesquisar petróleo no território brasileiro.

Plural – Essa luta, esse movimento era um movimento clandestino? Não era livre, aberto, o direito de se manifestar pelo petróleo?

Maciel – As primeiras escaramuças da briga do "o petróleo é nosso" era uma coisa reprimida, não era nada bem vindo

por parte do Estado, porque naquele tempo – estávamos em 1950, e desde 1945, depois da segunda guerra, definiu-se uma tensão geopolítica nova; a hegemonia estadunidense e dos aliados impedia que houvesse algumas coisas, como por exemplo qualquer iminência de organização e rebeldia que pudesse cheirar a socialismo...

Plural – Ou independência?

Maciel – Exatamente. Então por isso havia essa extrema má vontade, e agressiva agressão contra os militantes. E evidentemente numerosos militantes socialistas estavam envolvidos nessa luta, que era uma luta nacionalista. Isso eu lembro com perfeita clareza. Mas dos dez aos dezesseis, quando permaneci na minha cidade enquanto estudante, eu tive uma juventude essencialmente normal, rotineira. Namorava castelhana, fazia baile, era muito carnavalesco e passava para ou outro lado, porque o Uruguai sempre teve uma vida mais movimentada, culturalmente mais livre também.

O secundário, a faculdade e o primeiro emprego

Plural – E após os dezessete anos?

Maciel – Até os meus dezesseis anos eu permaneci na minha cidade, depois fui exportado para Porto Alegre, porque o segundo grau acabava praticamente no que se chamava de ginásio e eu quis fazer o curso científico. Eu gostaria de ter cursado um curso na área da saúde, como exatamente aconteceu: eu acabei me apaixonando por estudar química e fui mais tarde fazer vestibular de farmácia. Entrei no regime de segundo grau num instituto de origem metodista e fiquei três anos internado nesse educandário. Naquele tempo você morava na escola. No primeiro ano fiquei internado num certo tipo de alojamento e no segundo e terceiro fui para um melhor – nós chamávamos nosso alojamento melhor de “sétimo céu”. Porque naquele tempo os estudantes não tinham muitas regras para seguir, a gente tinha uma certa liberdade até no internato, só não podia levar mulher lá para dentro; mas a gente podia fazer nossos joguinhos de cartas, fazer a própria comida, podia tomar uns tragos, podia virar as madrugadas estudando ou não, e nós temos grandes amizades dessa época de internato. E também aprendemos muita coisa de

literatura, de poesia, de ciência política, eu aprendi muita física e muita química nos laboratórios do educandário do internato que eram bons, e aí sedimentou a minha vocação para química. Aí tirei meu diploma de segundo grau em 1958, e logo em 1959 eu fiz vestibular para a Faculdade de Farmácia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fui admitido, e estava graduado em 1962, portanto, com 22 anos estava formado em farmácia e logo também me tornei estagiário de um instituto de pesquisa – naquele tempo não tínhamos uma pós-graduação tão formalizada, mas eu cavei um estágio inicialmente não remunerado no Instituto de Tecnologia de Alimentos, para fazer Enzemologia Alicada. Enzemologia é uma parte muito interessante da bioquímica que pesquisa a ação das enzimas, e eu logo fui pesquisar enzemologia de soja, uma coisa, então, relativamente nova. Meu trabalho pegou bem e eu fui admitido no meu primeiro trabalho remunerado como técnico especializado em Enzemologia Aplicada no Instituto de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalhei lá acho que durante uns três anos, eu fui admitido (olha só que data interessante), em 1º de abril de 1964. Exatamente no dia em que os militares golpearam eu fui admitido por portaria do reitor, porque simplesmente não houve tempo para que os serviços de informação tivessem investigado o passado. Porque enquanto eu era estudante em Porto Alegre, nós tínhamos movimentos interessantíssimos. Por exemplo, com agricultores acampados no chamado banhado do colégio....

Plural – Era isso que eu ia perguntar, sobre o seu movimento secundarista: o senhor já participava, na época do segundo grau nessa escola, mesmo internado, de algum movimento político?

Maciel – Durante meu internato no segundo grau a cena estava relativamente em câmera lenta, 56, 57, 58, mas ficou bem movimentada nos tempos em que fui para a faculdade, porque daí então 59-62. 62, se você bem lembra, foi o ano da chamada “legalidade” no Rio Grande do Sul, quando os militares quiseram golpear a posse de João Goulart e não conseguiram devido ao movimento chamado “da legalidade” que o Brizola encabeçou no Rio Grande do Sul. Nessa época nós estávamos diretamente envolvidos na resistência; éramos, digamos, brizolistas naquela época...

Plural – E o senhor participou

desse movimento?

Maciel – É, eu ajudei de algumas formas sim. Eu me lembro que nós éramos acadêmicos, íamos fazer, por exemplo, pesquisas de parasitoses nas vilas populares e, ao mesmo tempo, a gente organizava a população para alimentar a resistência ao golpe. E foi importante isso porque, quando os militares ameaçaram o Rio Grande do Sul, eles ficaram sabendo que em cada morro de Porto Alegre tinha uma população organizada disposta a resistir, orientada por militares da brigada militar que era, no caso, leal ao governador do estado que era Leonel Brizola. E por outro lado havia também populações camponesas, eu me lembro do banhado do colégio, que era na cidade de Camaquã, na cidade das roseiras, que tinha lá uma população inteira organizada. Camaquã é um município no Rio Grande do Sul em que se planta muito arroz, acho que até os dias de hoje. Então tinha lá uma área enorme que foi desapropriada pelo Brizola para localizar populações camponesas que plantavam arroz e que também estavam organizadas em torno de um movimento de camponeses. Assim como tinha também, não sei se você lembra, a Liga dos Onze lá, Francisco Julião no nordeste, as ligas camponesas de Julião... Havia um movimento que pensava em preparar uma base chamada operário, estudantil e camponesa para resistir ou avançar, no caso a gente achava que conseguia resistir e foi um engano histórico e a gente não conseguiu resistir a um golpe militar que ocorreu em 64, depois de várias tentativas. É bom lembrar que em 58 houve a tentativa de um golpe militar em Jacareacanga. Militares, sobretudo da aeronáutica, se rebelaram contra Juscelino Kubitschek. E ele, naquele estilo conservador, fez uma anistia... E tivemos a emergência, depois em 62, da tentativa de golpear a posse de João Goulart; depois tivemos a fraude do parlamentarismo, em que o Tancredo Neves foi primeiro-ministro; e depois o golpe de 64, com a deposição do Jango, e a ascensão dos militares.

Os professores e a formação

Plural – E a sua relação com os professores tanto do primário quando do segundo grau, os professores te influenciaram muito?

Maciel – Tive belíssimas influências de professores. Por exemplo, uma profes-

sora de educação física, deixa eu ver se lembro o nome dela, era Olga (...), me lembro muito bem, ela notou que alguns colegas meus queriam me deixar para trás, queriam correr, e ela notou que eu era muito forte, e até hoje sou felizmente, e ela disse: "Toma essa bola aqui", e me deu uma daquelas bolas pesadíssimas, que a gente usava para treinar os músculos. "Agora joga para o fulano", era o que mais me atormentava, e eu joguei em cima do Fernando e ele caiu quase lá na parede; eu fiquei sabendo que era muito forte da cintura pra cima e o Fernando passou a me respeitar. A professora que fez isso usou a psicologia sem eu saber. E eu tive uma professora de português que notou que eu escrevia bem e me estimulou a escrever, mas foi sobretudo no ginásio, que correspondia ao período de 5ª a 8ª série, e depois um pouco no colégio interno que eu tive as melhores influências. No ginásio, uma professora de Literatura (que até nos vestibulares se faziam redações, naquele tempo se chamava composições) notou que eu escrevia bem, então eu ganhava prêmios, ganhei dois livros de prêmio; tinha um professor de Francês que me ensinou muito francês, eu aprendi francês no primeiro ciclo do segundo grau. Era um advogado, negro, homossexual, absolutamente um competente professor de Francês - o professor Moisés era uma belíssima figura. Também tive bons professores de Química, já no segundo grau em Porto Alegre: tive bons professores de Química, Português, Inglês, Espanhol, e a minha escola de segundo grau foi muito boa porque, além de aprender um pouco de inglês, aprendia-se um pouco de espanhol, um pouco de francês, e as literaturas correspondentes; isso abriu muito meu horizonte cultural.

A influência do Movimento Estudantil

Plural - Foi no ensino secundário que o senhor começou a participar do Movimento Estudantil?

Maciel - É, ainda na minha escola do segundo grau, no Instituto de Porto Alegre, nós ainda tínhamos a liberdade de ter um grêmio, e esse nosso grêmio editava um jornal, e a gente desde cedo aprendia como fazia uma redação pra botar um jornal na rua, um boletim. A gente aprendia a escrever coisas, a gente entre-

vistava professores, e isso foi importantíssimo, digamos, para me armar no que foi mais movimentado, que foi a minha vida de universitário. Como eu te mostrei agora há pouco, em 1962 eu me formei, mas desde que ingressei na Faculdade de Farmácia, em 1959, fui me envolvendo em lideranças, movimentos, sobretudo pela qualidade do ensino e também em função da organização dos nossos eventos. Nós tínhamos um bom Centro Acadêmico, nós conquistamos um restaurante para os acadêmicos de Farmácia, já que nosso prédio era separado do conjunto de prédios da universidade, e eu, como tinha uma certa capacidade de organizar as coisas, fiz um grupo no Centro Acadêmico. Propusemos e conseguimos um restaurante universitário para nós, e eu me lembro que comprei a primeira coleção de música clássica com dinheiro do meu bolso e deixei no Centro Acadêmico. Nós tínhamos um sistema de som com boa música, mas não tinha aquela qualidade que a gente exigia.

Plural - Era uma rádio interna?

Maciel - Não, não. Nós tínhamos um bom toca discos, naquele tempo toca bolacha, toca vinil e um sistema de alto-falantes espalhado em todo o território, inclusive no restaurante e no bar do restaurante. Isso era só a parte térrea, nós tínhamos uma sala de diretoria, e no segundo andar tinha o salão de bailes da gente. Tá lá na universidade ainda, é uma das faculdades que têm vida própria, Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E logo depois nós conseguimos uma certa autonomia do nosso Centro Acadêmico, e cabei sendo eleito pro diretório, naquele tempo era chamado Centro Acadêmico Fernando Fisher. Aí nós fizemos um conselho de centros acadêmicos, e criamos uma federação dos estudantes da Federal do Rio Grande do Sul, cuja sede ficava no restaurante universitário da Azenha - famoso restaurante da Azenha - que era um bairro de Porto Alegre, onde tínhamos o restaurante universitário e onde, além do restaurante, ficava a sede da federação que era na prática auditório, sala da diretoria, embaixo o restaurante. Era um centro de agitação, de criação acadêmica e cultural. Me lembro bem que lá nós tivemos duas ou três vezes o famoso Centro Popular de Cultura da UNE (União Nacional de Estudantes), que gerou figuras como Oduvaldo Viana Filho, Chico Buarque. Naquele tempo a gente levava teatro para o interior feito pelo Centro Popular de Cultura da UNE.

Plural - Era um braço do Centro Popular de Cultura da UNE no Rio Grande do Sul? E como funcionava isso? Como é que se materializava?

Maciel - Bom, a sede era, sobretudo, a Faculdade de Arquitetura e Belas Artes assim somado, que hoje tem, não sei se os nomes ainda são os mesmos, mas ainda tem a Faculdade de Arquitetura e o Centro de Belas Artes, não sei se com os mesmos nomes e com a mesma inquietude. Tanto é que a Escola de Arquitetura foi mais perseguida depois do golpe militar, devido à agitação cultural daquela época, e o CPC da UNE era lá. Tínhamos grupos de teatro, poesia e cultura e tínhamos também educação cultural, quer dizer, os acadêmicos se organizavam com muitos professores militantes, levavam as mensagens para o povo através da educação popular e alfabetização, eu nunca fiz, mas tinha muita gente na área da educação que fazia parte, eu fazia era parte dos grupos de saúde, como faço até hoje.

Plural - E a UNE?

Maciel - A União Nacional dos Estudantes para mim é uma boa lembrança. Até pouco tempo eu tinha, não sei se ainda tenho, algumas coisas de resgate da trajetória da época de maior ascensão da UNE. E em 1962, quando já me despedia da vida acadêmica, eu já estava me graduando, nós fomos a um Conselho da UNE em Curitiba, e foi aí que fizemos uma baita atuação lá na bancada - nós tínhamos uma bancada muito unida, muito forte, muito atuante a bancada da Federação Dos Estudantes Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, que era da linha socialista e se opunha à União Estadual Dos Estudantes, que era da linha conservadora.

Plural - A UNE era muito respeitada até a década de 60?

Maciel - Não era só que ela era respeitada, ela era atuante, ela tinha o que dizer, ela unificava; a bandeira da UNE era de todos, tanto é que eu tenho que confessar aqui em particular que quando nós fomos procurar um nome para o Andes, eu invejava o nome UNE, UNE - União Nacional dos Estudantes. Então, como não tinha isso, nós fomos de Andes, o nome Andes nasceu na minha cabeça lá em Canasvieiras, conto mais adiante, mas eu sempre invejei o nome UNE, o símbolo UNE, a sigla UNE escrita sobre o mapa do Brasil.

“Livros e viagens mudaram meu jeito de pensar”

Plural – O senhor falou que lia muito, principalmente no seu segundo grau, e depois na universidade. O que o senhor lia?

Maciel – Meu pai gostavam de filosofia, meu pai lia também bastante espiritismo, tinha uma certa simpatia pelo cardecismo, e eu também lia muito histórias de viagens, sabe, porque eu sempre fui um viajante. Eu nasci com a mala na mão. Onde tinha uma oportunidade para ler sobre países eu lia, viagens para o Nordeste eu lia, eu nunca esqueço que o primeiro livro que eu ganhei, até porque meu pai me conhecia um pouco, foi um livro de geografia, de um autor, se eu não me engano, chamado Aroldo de Azevedo, Viagens através do Brasil. Retratava a história de dois irmãos, um maior outro menor, que resolveram sair de casa e andar pelo Brasil, pegaram um trem e foram andando, vivendo mil e uma aventuras e conhecendo o Brasil, e sempre sendo salvos pelo acaso, pela boa sorte e pelas boas almas que encontravam pelo caminho. Eu achei ótimo aquele negócio e assim que pude, em 1960, peguei o pouco dinheiro que tinha ganhado do meu pai que falecera, comprei alguns livros e fui viajar. Fui do Rio Grande de ônibus a São Paulo, de lá eu peguei um avião e fui para o Nordeste, a Salvador, depois a Recife, Fortaleza e depois voltei até o Rio de Janeiro de ônibus porque o dinheiro tinha acabado, aí peguei um avião até o Rio Grande do Sul. Isso foi em 1960, foi um sentimento de expansão de horizontes. Primeiro o horizonte de amizade, eu aprendi, por exemplo, o que era ser nordestino com 20 anos, porque nós ficávamos hospedados em casas de estudantes e eu comparei pela primeira vez como é que os estudantes do Rio Grande do Sul tinham suas casas, que eram muito comuns naquela época, e como é que os nordestinos tinham suas casas de estudantes. A diferença era muito grande, porque se sabe que o estado de necessidade ou de pobreza em certas regiões do Brasil passa por todas as áreas sociais, inclusive na área estudantil. Pela primeira vez quando eu viajei em 1960 e cheguei a João pessoa em Pernambuco, em Recife, eu fui tomar café, e tinha apenas um café muito fraco, farinha de mandioca e macaxeira na casa de estudante, aí como eu estava

sendo recebido eu comi aquilo, eu estranhei a falta de pão, a falta de queijo, de carnes que a gente sempre tinha nas casas de estudantes do rio grande do sul. Pude perceber como a carência, a miséria nessas cidades e também a crença e a força popular se manifestaram num único universo, pela primeira vez na vida eu via ervateiros vendendo ervas, infusões e xaropes nas feiras populares. É escutei depoimentos de curas feitas por aquelas ervas, aqueles medicamentos populares e voltei com a idéia de um dia estudar aquilo.

Plural – E no Rio de Janeiro?

Maciel – No Rio de Janeiro me diverti muitíssimo, eu sempre fui chegado numa boa boêmia. Eu consegui fazer algumas amizades, me hospedei no famoso Largo do Machado, perto do Palácio do Catete, visitei o palácio, vi como funcionava a guarda presidencial, me lembro que eu frequentei a Lapa no tempo de boa boêmia, no tempo em que na Lapa sugiram cantores como Ângela Maria, como João Dias, Chico Alves, frequentei aqueles cabarês, naquele tempo eram chamados cabarês, não eram puteiros, e eram realmente uns ambientes muito mundanos, mas muito alegres. Tinha prostituta, tinha travesti, mas também tinha turista, estudante, intelectual, jornalista, todo mundo lá se divertindo, querendo tirar alguma coisa de bom da vida sem prejudicar ninguém. Era uma boêmia absolutamente generosa, amistosa, isso eu me lembro muito bem. Também estive apreciando um pouco o movimento de carnaval. Nunca me esqueço também que São Paulo também me causou uma grande impressão pela quantidade de ofertas culturais. Eu posso dizer que depois dessa viagem eu voltei mais brasileiro, percebi que além da minha fronteira, além da minha, digamos, identidade de gaúcho de fronteira, tinha toda uma gama de brasileiros com uma variedade muito grande, e muito apreciável, de diversidade cultural, até de linguajar, de cultura regional que eu aprecio muitíssimo.

A participação política e a luta contra ditadura

Plural – E a sua participação política na universidade no movimento estudantil, o senhor sempre foi assim, sempre teve essa independên-

cia de participação política que o senhor tem hoje?

Maciel – Eu me lembro que eu sempre tive contato com organizações, mas eu estava, não digo acima delas, mas entre elas. Naquele tempo era muito forte a AP – Ação Popular e a JUC – Juventude Universitária Católica. Entre a AP e a JUC evidentemente eu estava praticamente no campo da Ação Popular; a JUC eu respeitava alguns colegas, mas nunca respeitei a orientação, era tudo centralizado, a santa madre igreja faz mal até hoje, ela tem muitas coisas que limitam até os seus mais fiéis e mais progressistas militantes. As ordens vêm de fora, então a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular tinham diferenças, divergências no movimento estudantil, e se enfrentavam frequentemente nas urnas e muitas vezes a JUC levava vantagem.

Plural – Ação Popular, o que era a Ação Popular, quem estava participando?

Maciel – A Ação Popular tinha de tudo, havia uma forte influência de parlamentares comunistas.

Plural – Ligados ao PC do B?

Maciel – Era o PCB, na época o PC do B era um pouco mais tímido, mas o PCB era muito atuante e organizado, tinha vários deputados, o PC do B veio se organizar mais depois, a partir de 62 exatamente, acho que é isso. Mas o velho partido, aquele Partido Comunista Brasileiro, que não se confunde mais com essas coisas que estão por aí hoje, tinha grandes ideólogos, grandes pregadores, tinha grandes lutadores para dizer a verdade, César, que pagaram com cadeia, com a vida, muitas vezes, sua crença política. Então a Ação popular tinha uma forte presença desse pessoal e também dissidentes da JUC, que não aceitavam mais os métodos autoritários da Igreja. Então criaram dissidências e organizações que acabaram todas elas se organizando sob o chapéu da UNE, da União Nacional de Estudantes.

Plural – Quem controlava a UNE era a Ação Popular?

Maciel – Fundamentalmente, nos primeiros tempos que a gente estava atuando, a AP tinha uma forte presença na UNE; era num dos tempos que a Juventude Universitária Católica tentava e não conseguia a hegemonia.

Plural – E sua militância organizada, o senhor esteve organiza-

mente ligado a algum grupo ou partido?

Maciel - Não. Na realidade é o seguinte: eu nunca estive organicamente ligado a organizações, que é uma coisa simples, eu sempre achei que o assim chamado intelectual orgânico, era muito limitado, intelectual orgânico do tipo que foi inventado nos tempos de emergência do movimento da esquerda, era o cara que tinha que defender uma certa idéia, uma certa posição até partidariamente definida, e eu nunca aceitei esse tipo de coisa. Porque a gente é intelectual ou orgânico, não dá para ser os dois, intelectual tem que ter independência de pensamento, não pode ser centralizado por uma direção partidária. Isso eu nunca aceitei. Também nunca fui anarquista, porque eu acredito que os anarquistas têm grande méritos, mas eu também acredito que a gente organizando coisas a gente vai mais para frente. Agora, certamente o papel do intelectual orgânico limitou muitos talentos em política, muitos ficaram abafados sob a esterilização do sistema e da centralização partidária. Então esse tipo de papel eu nunca aceitei, nunca foi "centralizado" (risos). Agora, no movimento dos professores, chegando em Santa Catarina, eu encontrei uma opção, porque quando é que eu fui admitido aqui? Foi em 65, um ano e meio após o golpe militar eu estava aqui. Ai eu me dediquei a fazer uma carreira, porque eu era muito apaixonado, como sou, por química, bioquímica, biologia, até que decorridos alguns anos, a gente foi jogado na luta, porque não era mais possível permanecer calado diante de algumas coisas que estavam acontecendo, então eu vim a ter algum tipo de inserções dentro de organizações aqui, quando nós organizamos aqui, fundamentalmente, uma articulação de professores, organizamos dois ou três grupos de articulação para lutar pela Apufsc, isso em 78. Então de 65 até 78, eu estive trabalhando na carreira acadêmica, produzindo ensino, pesquisa muito pouco, muito mais ensino do que atuação no campo de extensão.

O futuro

Plural - Pensando na sua história e na história que o senhor ajudou a construir, e no que o senhor ainda tem a possibilidade de construir. O senhor está satisfeito?

Maciel - Dizem que a sabedoria está em você estar contente com o lugar lhe que esteja reservado no mundo. Então,

além de querer conhecimento, eu estou sempre estudando, mas meu fim último é sabedoria, que é a utilização do conhecimento no meu benefício, nas relações comigo mesmo e com o mundo. Eu não posso me queixar, eu tenho 62 anos feitos, tenho boa saúde, consigo viver, consigo amar, consigo me divertir, consigo produzir e lutar, então sou privilegiado e quero que outros tenham o mesmo caminho; por isso eu me empenho numa comunidade religiosa da Igreja Presbiteriana, eu faço o que eu posso por um menor que até ajuda a sustentar, eu procuro também contribuir na área de saúde, então estou tentando fazer uma colaboração para me sentir em paz comigo mesmo, para cumprir um papel. Cada um tem um papel. Eu não posso me queixar, eu estou contente, satisfeito e quero muito mais.

Plural - que princípios orientam sua militância política desde a origem desta até os dias de hoje? De onde veio todo o seu sentimento de responsabilidade social, de rebeldia e solidariedade?

Maciel - Quero destacar dois: rebeldia e solidariedade, e acho que eu devo buscar essas raízes na perseguição que ocorreu na minha terra com alguns comunistas que não tinham direito de expressar pensamentos e eram encarcerados, eram caceteados, inclusive alguns jornalistas que eram perseguidos e eram presos, e também os que também os que proibiam que a gente lutasse pelo petróleo do Brasil; eu percebia por trás uma ideologia que eu não localizava bem, que logo ficou clara quando eu comecei a perceber o que era o imperialismo norte-americano, já praticamente na entrada na universidade, em contato com as correntes de esquerda, evidentemente, sobretudo da AP e da UNE, daí veio meu sentimento de inconformismo, rebeldia e solidariedade que continua até hoje, e se você pensar um pouquinho, César, 40 anos passados não são nada - não sei porque todo ano dois tem mudança na minha vida. Em 1942, tive uma poliomielite, aos dois anos de idade, me formei com 22 anos em 1962, depois eu acabei sendo presidente do Andes em 81-82 e agora em 2002 fiz 62 anos e nós chegamos à Presidência da República, portanto eu vou esperar que nesse ano a gente alcance um bom patamar da mitologia dos "dois"... Meu sentimento de rebeldia continua até hoje fortalecido. O que foi feito de destruição de esperanças, de direitos de quem mais precisa, pelo neoliberalismo em todo o mundo, é muito grande, acho

que nós vamos ter que começar um processo de reconstrução lento, sofrido. E quero dizer que o Fórum Social Mundial, em sua terceira edição, pode não ter um grande ideário comum e unificador, mas é uma grande perspectiva de não-conformismo.

Plural - E o que o senhor espera para a Universidade?

Maciel - Bem, agora com essa acumulação que vem se processando ao longo da história, eu espero que no próximo ano, que não é ano dois, é três, nós consigamos aqui na Universidade Federal de Santa Catarina um processo de base, um processo de massa, que nos conduza a ter uma gestão universitária progressista, eu vou chamar assim, que não continue sendo gente oportunista que se aproprie de um discurso progressista pra se promover e se perpetuar. Espero que no ano que vem se consiga fazer uma união de esforços, que a gente consiga na Universidade Federal de Santa Catarina a democracia dos procedimentos e que as lideranças abram as contas e que as fundações sejam ou extintas ou colocadas sob o domínio das comunidades. Espero que nós tenhamos uma revisão curricular progressista, e que nós tenhamos a capacidade de organizar os movimentos de forma autônoma, sem a penetração de poder. Quero estar vivo ano que vem para ver.

A participação política no Movimento Docente

Plural - O senhor foi o terceiro presidente da Apufsc, participou de um momento muito importante da história dessa associação, que foi a mudança do caráter político da entidade. O senhor poderia contar como isso aconteceu?

Maciel - A gente tem que recordar a eleição para a diretoria da Apufsc em 1978, temos que recordar a proposta da chapa "Independência e Luta", que em 1978 ganhou a eleição para presidir a Apufsc. Na época eu era candidato à Presidência e o professor Jorge Lorenzetti a vice. Nossa proposta era transformar uma associação festiva, que fazia algumas atividades culturais, alguns jantares e coquetéis, uma associação basicamente recreativa e conciliatória com o status de universidade em um regime militar, em uma associação de

luta. Eu acho que é correto dizer que essa primeira abordagem e essa primeira proposta de uma associação de luta, com nome Independência e Luta, já pode ser encarada como o primeiro avanço e primeira manifestação do que viria ocorrer dois anos depois. Falo da primeira greve dos professores das Universidades Federais Autárquicas. A chapa Independência e Luta assim que tomou posse, se deu conta de que seria necessário um rigoroso esforço de refiliação de professores que tinham se desfilado da associação; nós tivemos no começo cerca de uns 300 a 400 sócios, estes tinham remanescido do esvaziamento que tinha ocorrido na associação. Em pouco tempo, numa campanha de filiação, tivemos a adesão de aproximadamente 800 professores.

Plural - Mas voltando um pouco na história, o senhor poderia recuperar quais eram as propostas, a plataforma, o ideário dessa chapa "Independência e Luta"?

Maciel - A chapa trazia conteúdos bem claros de lutar pela democracia da universidade, pelo ensino público, pelo financiamento público das universidades, pela recuperação dos salários dos professores e também por verbas necessárias para a pesquisa e extensão universitária.

Plural - E essas bandeiras também foram associadas com bandeiras internas da UFSC?

Maciel - Claro, tínhamos que fazer isso porque o que vigorava na época era uma gestão bastante conservadora, o reitor era o professor Eric Caspar Stemmer, que era certamente um sujeito bem alinhado com o regime militar, da estreita confiança do regime, essencialmente conservador. Ele andou perseguindo até alguns companheiros, como o professor Gerônimo Vanderlei Machado, por ser comunista. À não elegiam chefes para departamentos e diretores de centro, apenas se nomeava tudo que pudesse, era a orientação básica dessa período. E nós levantamos aqui a bandeira da democratização interna da universidade, a começar pela eleição dos chefes de departamento. Tivemos vários enfrentamentos políticos e sindicais com o professor Stemmer e sua administração. Então, armado com esses dois tipos de bandeira e reivindicações, que incluíam a democratização interna na universidade, democratização na sociedade, eleições diretas, liberdade e autonomia sindical, conseguimos convencer os professores a ir paulatinamente assu-

mindando seu papel de cidadãos, além dos profissionais que nós sempre fomos do ensino, da pesquisa e da extensão. Nós precisávamos enxergar um pouco o direito à cidadania e lutar pela democracia dentro e fora da universidade. E logo incluímos a luta por direitos e reivindicações que tinham essencialmente uma conotação sindical, mas que não eram percebidos como tal porque era proibido, de longos anos, que servidores públicos se sindicalizassem e fizessem movimentos reivindicatórios.

Plural - O senhor escreveu na revista Universidade e Sociedade do Andes, contando que a partir de uma convocatória da Adusp, na reunião da SBPC em 1978, as entidades começaram a ser organizar nacionalmente. E até então nunca tinha havido um encontro das entidades?

Maciel - Não, não. Tinha ocorrido acho que uma tentativa anterior no Ceará, mas foi um encontro que não deu maiores consequências, não deu encaminhamentos posteriores. Então o professor Valmir Martins e eu, numa reunião anual da SBPC, onde fomos apresentar comunicações científicas, vimos um cartaz na parede convocando as associações de docentes, chamados pela Adusp, e, inclusive, César, eu sugiro a você que busque na Folha de S. Paulo desta semana, um artigo do professor Rogério Cerqueira Leite, dizendo que a SBPC está com a morte anunciada, não sei se você leu. Naqueles tempos, como ele diz, a SBPC era como um caldeirão de inconformidade política com o regime militar. Todas as áreas que produziam coisas significantes praticamente acabaram denunciando as políticas anti-sociais.

Plural - Era um espaço onde as pessoas impedidas de se reunir podiam se encontrar?

Maciel - Era, porque os cientistas tinham teoricamente uma respeitabilidade política e social bastante apreciável e seriam teoricamente neutros. E boa parte deles se comportavam como tal, mas tinha uma parte substancialmente importante da rebeldia universitária que usava, digamos, os espaços da SPPC, reuniões de grande número de estudantes, professores, pesquisadores, para fazer atos políticos em mesas, em painéis. A gente organizava muita coisa de improviso, de uma hora para outra, bandeiras e faixas, basicamente afrontando o regime militar e as suas políticas. Então, nesse primeiro encontro con-

vocado pela Adusp, eu me lembro bem de uma participação importante de um advogado chamado Modesto Carvalhosa, que era um dos líderes da Adusp, e o outro era o professor Carlos Baldijão, que acabou sendo presidente do Andes; ele que teve a iniciativa de colocar os cartazes lá, a base militante, a mão-de-obra. Ele era da Adusp, e o professor Carvalhosa, digamos assim, representava mais aquele ar aristocrático da Universidade de São Paulo, e a preocupação, em consequência, de puxar um pouco o freio nas manifestações pela democracia. Mas nessa época nós tínhamos grande figuras participando desse encontro, como o falecido professor Mario Schenberg, clássico comunista, físico importante. Nós tínhamos uma coleção de pessoas que vinham e valorizavam as reuniões da SBPC, sobretudo de estudantes pregando a democracia, lutando contra a ditadura, e pregando bandeiras como a anistia, que empolgava muito porque as universidades tinham sido objeto de grande repressão como eliminação de professores, cassação branca, cassação formal, aposentadoria precoce, ou seja, a repressão na universidade bateu firme, inclusive o Fernando Henrique Cardoso tem como uma de suas glórias de currículo que foi cassado pelo regime militar, só que na condição de filho de generais ele foi poupado de coisas mais drásticas, foi comer caviar na França, onde o ensinaram e prepararam a enganar a gente alguns anos depois. O Fernando Henrique não foi propriamente um exilado político, foi cassado da universidade porque escreveu algumas coisas em defesa dos congressistas, mas depois se arrependeu, e ele não pode ser considerado como um perseguido, mas muitos foram perseguidos, presos, torturados, demitidos e a história conta isso. Queria lembrar você que as associações de docentes foram as primeiras que publicaram relatos, tipo documentos, dossiês sobre as repressões. O Livro Negro da USP e as repressões no Rio Grande do Sul estão muito bem documentadas, os livros negros das perseguições a professores. Muito bem, então quando em 1978 ocorreu essa reunião, nós tivemos pela primeira vez a consciência aguda da necessidade de discutirmos com alguma unidade algumas coisas, como o rumo da educação pública no Brasil, porque mesmo que a reunião tivesse sido puxada por uma entidade estadual, o ensino público na USP, na Unicamp, Unesp, ou o ensino público em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, nas universidades fundacionais era uma bandeira unitária, ensino

público e gratuito, universidade pública e gratuita. Nós queríamos também discutir currículos, coisas para incrementar o clima de liberdade no ensino, na pesquisa, queríamos repelir as assessorias de segurança e informações, as famosas ASI's que tinha em cada reitoria, era gente plantada pelo regime militar, geralmente civis descendentes e espões e até funcionários da própria universidade que eram dedurados, tudo que acontecia aqui dentro eles deduravam, faziam relatórios para o SNI, aquela coisa toda. Então uma das nossas bandeiras era remover ou neutralizar as Assessorias de Segurança e Informações – aqui tínhamos uma que era bastante ativa inclusive. Bom, com base nessas reivindicações iniciais pela liberdade política na universidade e na sociedade, nós tivemos uma feliz emergência das nossas reivindicações corporativas, elas foram embasadas nesse quadro, nessa moldura da luta pela liberdade política, pela democracia, pelo ensino público e gratuito, e aí sim pela carreira dos professores, por seus direitos trabalhistas, seus direitos sindicais, seus salários, suas condições de pesquisa. Eu diria que foi uma feliz coincidência nós termos nascido no embate da luta e não simplesmente no embate de carreiras e salários, portanto nosso movimento teve uma origem fundamentalmente nobre, de luta pela democracia. E isso é um orgulho para nós, porque a gente fez parte de uma luta quando era meio proibido falar, quando era perigoso falar; nós tivemos a coragem de sair à luta, mostrar a cara e nos organizarmos para isso. Depois dessa reunião da USP nós fizemos uma carta que está por aí, a Carta do Primeiro Encontro de Associações de Docentes, e ali está bem claro essas coisas que eu estou falando, você pode depois detalhar e preencher eventuais lacunas que eu deixei aqui. A partir dessa reunião inicial, outras se sucederam, e uma das mais importantes aconteceu em João Pessoa em fevereiro de 1980, poucas pessoas volta e meia se referem a isso.

Plural – e como aconteceram as primeiras mobilizações, paralisações e greves?

Maciel- Olha aqui, esse jornal que tem aqui, da Apufsc, tem um “Manifesto dos Professores Universitários à Nação” e diz assim: “5 e 6 de novembro, protesto nacional dos professores universitários”. Era para ser um protesto de dois dias. Nós não tínhamos uma idéia sequer aproximada de que tínhamos que estar em estado de mobilização permanente. Nós inventamos isso aqui, não sabíamos como se faziam essas

coisas, então inventamos, e descobrimos que tínhamos que ficar em movimentação e mobilização, inventamos o estado de mobilização permanente, que depois virou assembleia geral permanente. Só que o pessoal da Universidade Federal de Goiás (UFG) estava tão bravo com a situação que não se conformou em fazer um protesto nacional em 5 e 6 de novembro, e foi puxando paralisação seguida de greve lá na UFG, mais particularmente os departamentos de Matemática e Física. Então, isso tendo começado em Goiás, foi difícil organizar nacionalmente, mas nós conseguimos. A partir da aceitação da inevitabilidade desse movimento mais radical, organizamos rapidamente uma espécie de comando de greve baseado na Coordenação Nacional, e no dia 10 ou 11 de novembro, tivemos uma reunião decisiva: os membros da Coordenação Nacional eram das universidades federais autárquicas se reuniram em Goiânia na Faculdade de Educação, cercados de professores bem bravos por todos os lados, bravos e com a idéia de nos defender se viesse alguém nos prender. Então era um paredão de gente de professor, todos indignados ao nosso redor.

Plural – Já eram os professores que estavam em greve? Foram reivindicar que todo mundo entrasse em greve?

Maciel – Sim, exatamente, foram lá puxar os professores para a greve e pressionar a coordenação para enraizar a greve em outros lugares do Brasil. Então, esse mérito vamos reconhecer para os colegas lá da UFG, não só nos pressionaram para assumir a greve como também eram nosso escudo contra prisões e tal. Nós fazíamos reunião em lugares diferentes, aquela história de meio que clandestino, mas na prática ...

Plural – O senhor acredita que realmente havia o risco de acontecer alguma coisa numa reunião dessas?

Maciel – Nós sabíamos que havia polícia nos vigiando, nos espionando, mas nunca baixou, digamos assim, uma repressão concreta, até porque nunca demos motivos para isso, nós nunca quebramos nada, nunca fizemos insurgências na rua. Nós estávamos no começo, acumulando forças. É necessário acumular força para depois poder fazer as coisas. Então aqui, na prática, já tínhamos, comissão de greve, uma entidade de docentes universitários, as perspectivas do movimento, realizado semana de lutas, dias de mobilização. E aqui eu quero lembrar que defendíamos reajus-

te semestral de salários. Foi também a primeira bandeira que unificou todos os servidores públicos federais, nós queríamos reajuste semestral de salários porque era a única maneira de nos defendermos contra a corrosão inflacionária. Veja bem, na primeira greve – que aconteceu em novembro de 1980 –, nós reivindicamos um aumento retroativo de 48%, retroativo a março de 1980, e, além disso, um reajuste semestral de salário, que era para minar o que a inflação comia do salário dos professores. Isso era para evitar que nós tivéssemos que fazer outra greve no outro ano para recuperar salários de novo. Então o reajuste semestral que era tipo um gatilho de salário.

Plural – Como é que estava a inflação na época?

Maciel – Para responder, eu diria que havia inflação bem clara e havia perda acumulada. Então o reajuste semestral tinha a função de recuperar perda acumulada e também evitar perdas futuras, para evitar futuros desgastes e novas greves. E era reajuste para os servidores públicos. Está aqui a tua resposta: o reajuste em 18 meses fora de 56%, enquanto a inflação era de 168%. É a mesma coisa que tem hoje, então as bases do arrocho salarial dos servidores, lançadas na ditadura, permaneceram no governo FHC com outras caras, mas está aí. Então essa greve de 1980, em que ela consistiu, o que ela conquistou, no final de um desgaste razoável... Veja, a greve começou praticamente em 5 e 6 de novembro, foi enraizada para valer dia 17, em Brasília, com 15 a 20 entidades assumindo a greve, mas só foi fechar mesmo no último dia de novembro, quando a última entidade entrou em greve. E sabe qual foi? A do Paraná aqui do lado. Você tinha uma pelegada sensacional, o reitor na época era integralista e o presidente da associação era uma pessoa de má qualidade, e eles tentaram, veja lá o que eles foram fazer, eu me lembro que o presidente e o reitor chegaram na porta da nossa reunião e correram, fugiram apavorados, e foram para o MEC dizer que eles iam resolver a greve. Eles queriam nos convencer a encerrar com a greve negociando com o MEC.

Plural – E o que a greve conquistou?

Maciel- Conquistou reajuste de salário de aproximadamente 30%, a decretação de duas carreiras para o magistério sem que se discutisse conosco, e, inclusive, um fato que na época a gente não percebeu, mas foi depois criticado com pertinência:

nós tivemos admissão nos quadros dos professores assistentes de milhares de professores que eram colaboradores sem curso público. Naquela época já havia na Apufsc um Grupo de Trabalho sobre Carreira, formado por professores de 1º, 2º e 3º graus, elaborando uma proposta de carreira única.

Plural - Professor fale mais sobre as divergências existentes. Quais eram as mais explícitas?

Maciel - Começamos pela concepção da greve. Havia os que queriam fazer greve em março de 1981, outros queriam greve em novembro de 1980, gente que queria fazer associação nacional com caráter de federação, e outros queriam fazer com caráter de associação... E havia diferenças políticas notáveis de concepção de o que fazer com uma associação como a nossa, se ela seria basicamente sindical ou se ela seria meio científica, diria assim... O que faltou, claramente, foi uma análise política mais aprofundada ao final da greve de 1980. Mas essa análise política foi evitada para que não houvesse o aprofundamento das divergências políticas centrais, inclusive sobre a questão da feição da entidade, e sobre as dores da greve. Por mais que você ganhe em uma greve, há quem pense que deveria se ganhar mais e outros que há um bom ganho e que é hora de sair. Essas divergências aconteceram, apesar de sempre termos sabido unificar nosso movimento com a decisão da maioria. Isso sempre foi clássico no nosso movimento: sempre houve uma pretensão que, resolvido isso, o pessoal acatava; a maioria predominava, o que eu chamo sempre de "o consenso dos dissensos".

Plural - e a Andes? A greve atrapalhou ou ajudou a criação do Andes? Qual sua opinião? O senhor não acha que o Andes já nasceu dividido por causa da greve de 1980?

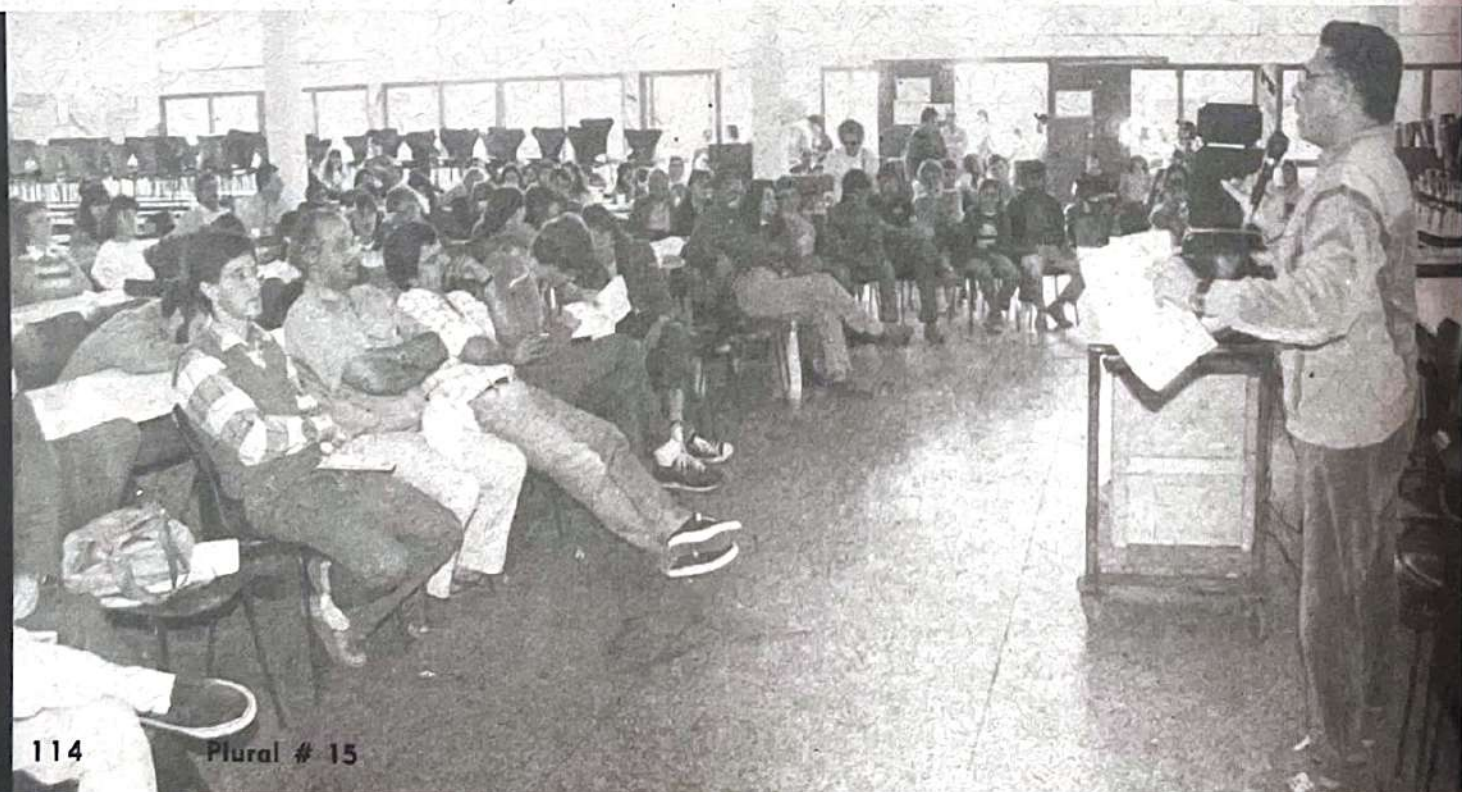
Maciel - O que eu posso dizer é que a greve não só propiciou o surgimento do Andes e da sua primeira diretoria, como ela nos ensinou o seguinte: você jamais vai conseguir unanimidade em movimentos sindicais acadêmicos.

Plural - Na época em que foi eleito primeiro presidente do Andes, o senhor disputou a eleição no congresso de fundação dessa entidade com o professor da UFRJ, Luís Pinguelli Rosa, presidente eleito na gestão seguinte à sua. Vocês participavam de grupos políticos distintos e assim sendo tinham concepções distintas, porém, mesmo assim, conseguiram uma unidade na direção do Andes. Como isso aconteceu?

Maciel - Sim, conseguimos uma unidade relativamente interessante, só que em função disso, deixamos de aprofundar o debate político. Então foi uma diretoria provisória que encaminhou tudo que era importante, inclusive tivemos que fazer outra greve em 1981. Veja bem, tínhamos, em 1980, o comando unificado da primeira greve, mesmo que tivéssemos posições diferentes. Só que, com a nossa vitória na eleição para a primeira diretoria do Andes, apareceu a necessidade de que o grupo que tinha sido derrotado, ou seja, o grupo do professor Pinguelli Rosa, participasse da diretoria. Precisávamos de uma

diretoria forte e, se houvesse divisão, colocaríamos em risco esse fortalecimento. eu diria que a greve de 1980, além de permitir o surgimento e a fundação do Andes e sua primeira diretoria, teve lições embutidas, lições de sabedoria política muito importantes. Basta ver o fato ocorrido com o professor Newton Lima Neto: ele poderia ter aceitado a secretaria geral por votação, nós tínhamos maioria no plenário de eleição, e ele abriu mão para que o professor Luiz Pinguelli Rosa fosse o secretário geral, para não rachar o que já estava dividido. Então nós acabamos saindo com uma unidade política interessantíssima. O resultado é que o professor Pinguelli acabou sendo o candidato eleito depois em 1982, na primeira eleição em urna do Andes, mas novamente em uma chapa unitária, que também tinha os professores Newton Lima Neto e Carlos Martins. Foi feita uma composição unitária para eleger uma chapa que foi a primeira em urna. Também foi unitária, embora houvesse divergências políticas, concepções diferentes do movimento. Só que geralmente, depois da eleição, muitas vezes ainda permaneça o clima de confronto, de embate. Então procuramos fazer nos Conad e congressos, utilizar esses espaços para que haja o aprofundamento e mobilização de base e a eliminação de divergências. Por isso é que eu acho que o Andes se mantém até hoje com uma certa capacidade de atuação, porque a unidade se faz na base na luta.

César Augusto Felix é poeta, bacharel e licenciado em História pela UFSC



...plação do cartaz de divulgação do debate "O papel dos intelectuais", que
...reu no dia 6 de abril de 2006, como parte do ciclo "Universidade e Sociedade".

30
anos
Apufsc

Universidade & ciclo SOCIEDADE



abril de 2006

...ila pela
rev enclo
MAIS
...CUMEU
A UNIVERSIDADE
SE NEGA A MORRER!

Liderança e
solidariedade

Maciel, por
ele mesmo

Periódicos (II)

Todas as
diretorias

Greve de 1987:
A conquista da
isonomia

1982:
1º Congresso
Nacional
da ANDES

JORNAL DA APUSC

Presidentes

Charges do
Pasquim

Charges do
Boletim

Revista Plural

Plural

